

TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL NA CRÍTICA ANTICAPITALISTA

Rosangela Nair de Carvalho Barbosa
Ney Luiz Teixeira de Almeida
Organizadores



**TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL NA
CRÍTICA ANTICAPITALISTA**

1ª Edição

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa & Ney Luiz Teixeira de Almeida
(Orgs.)

**TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL NA
CRÍTICA ANTICAPITALISTA**

1ª Edição

Navegando Publicações
Uberlândia / Minas Gerais
2025

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Gabriel Lucena
Capa: Alberto Ponte Preta
Revisora Técnica: Letícia Lucena
Agência Financiadora: Capes

Copyright © by autor, 2025.

T758 – BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). Trabalho e política social na crítica anticapitalista. Uberlândia: Navegando Publicações, 2025.

ISBN: 978-65-6070-130-4

DOI: 10.29388/978-65-6070-130-4-0

Vários autores

1. Trabalho 2. Capitalismo 3. Política Social. I. Rosangela Nair de Carvalho Barbosa e Ney Luiz Teixeira de Almeida. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360



www.editorianavegando.com
editorianavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Bretas – IFIM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtalli – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Cactano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomei – Unicamp, Brasil
Mara J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paculli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicia María de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Angela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisório – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – University of Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
José Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Isidre Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Ecuador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Romny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba – Cuba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
Rosângela Nair de Carvalho Barbosa	
Ney Luiz Teixeira de Almeida	
PARTE I - Miséria da Crítica do Trabalho e da Política Social	13
CAPÍTULO 1 - Elogio do Pensamento Crítico.....	14
Renán Vega Cantor	
CAPÍTULO 2 - Crítica Negativa: elementos para uma leitura antipa- pitalista do trabalho.....	27
Fernando Gonçalves Ferreira	
María Fernanda Escurra	
CAPÍTULO 3 - A Sorte (é o azar) dos Trabalhadores	45
Isabelle Germano Coelho Bezerra	
Mossicléia Mendes da Silva	
Rosângela Nair de Carvalho Barbosa	
CAPÍTULO 4 - Adoecimento pela Aposentadoria: refração do sentido do trabalho alienado.....	65
Conceição Maria Vaz Robaina	
CAPÍTULO 5 - Migração Forçada e Expropriação Social: a prevalência da barbárie	87
Silene de Moraes Freire	
Keila da Silva Oliveira	
Thaís Lopes Cortes	
CAPÍTULO 6 - Contradições do processo de expansão do acesso à educação superior e profissional e tecnológica no Brasil no século XXI... 106	
Ney Luiz Teixeira de Almeida	
Fernanda Carneiro Soares	
Débora Spotorno Moreira M. Ferreira	
PARTE II - As políticas sociais e as relações raciais e de gênero.....	124

CAPÍTULO 7 - Para a Crítica Anticapitalista às Políticas Sociais Voltadas para o Equilíbrio Trabalho-Família	125
Andréa de Sousa Gama	
Claudio Horst	
Ethiene da P. dos Anjos Santos	
CAPÍTULO 8 - Adensamento da Desigualdade de Gênero e Degradação da Política Pública: negação de parcela da civilidade.	145
Maíra Carvalho Pereira	
CAPÍTULO 9 - A Contribuição da Interseccionalidade na Crítica Anticapitalista na Análise das Políticas Sociais: o caso da saúde mental	164
Marco José de Oliveira Duarte	
Carolina Morais Simões de Melo	
Isadora de Souza Alves	
CAPÍTULO 10 - Adolescentes em Regime Fechado: uma análise crítica da socioeducação feminina no SINASE.....	184
Vânia Morales Sierra	
Juliana C. M. Bronze	
Núbia Brandão Martins	
PARTE III - Serviço social e debate crítico	203
CAPÍTULO 11 - Trabalho, Tecnologia e Serviço Social: possibilidades e desafios para o exercício profissional.....	204
Elizabeth Rodrigues Felix	
Renato Veloso	
CAPÍTULO 12 - Educação, formação profissional e Serviço Social, em tempos de (ultra)neoliberalismo e neofascismo	221
Valeria Forti	
Juliana Menezes	
Sandhro Abrahão	
CAPÍTULO 13 - (Des)Caminhos do Debate sobre o Serviço Social Clínico: oposição ao projeto ético-político e incorporações da “nova razão neoliberal” no debate sobre o trabalho profissional	240
José Rodolfo Santos da Silveira	

CAPÍTULO 14 - Serviço Social e Sistema Penal: reflexões acerca do trabalho profissional na gestão e planejamento em face do projeto ético-político crítico	261
Rita Marilza Bravin	
CAPÍTULO 15 - Entre o Fazer e o Executar: reflexões sobre a formação e o trabalho profissional.....	281
Maurício Caetano Matias Soares	
CAPÍTULO 16 - O Golpe como Medida de Radicalização da Ofensiva contra a Classe Trabalhadora.....	302
Caroline Magalhães Lima	
SOBRE AS (OS) AUTORAS (ES)	323

APRESENTAÇÃO*

Este livro que se apresenta ao público está dividido em três partes, cada uma seguindo um eixo de análise, com a possibilidade de melhor organizar a leitura e partilhar os pontos cruciais das problematizações apresentadas, canalizando dilemas imperiosos do debate crítico, na contemporaneidade.

A primeira parte chama-se “A Miséria da Crítica do Trabalho e da Política Social”, referindo-se aos limites da crítica que se restringe à superfície da realidade, no cotejamento somente dos aspectos aparentes sem descer aos fundamentos dos fatos. Os seis capítulos reunidos nessa primeira parte refutam contundentemente a crítica circunstancial do trabalho e da política social no capitalismo. O abre alas é a problematização sobre o que essencialmente é um pensamento crítico, em especial, nesses tempos de aprofundamento ruidoso da decadência burguesa, que atinge a universidade e a transforma, por força da hegemonia da ciência instrumental, encapsulando-a distantemente dos grandes impasses sociais da realidade.

Em direção contrária, este livro defende a compreensão engajada sobre o papel da ciência atravessando as sombras visíveis da realidade, de modo que a mensagem preponderante dos textos reunidos aqui é a implicação social da produção de conhecimentos, em especial, para a superação do tipo de vida social que o capitalismo nos oferece. De imediato, portanto, adentramos à crítica ao trabalho, entendendo que, para ela ser efetiva, precisa ser uma crítica negativa do trabalho no capitalismo por impedir a realização humana, obliterando as capacidades e sugando o que resta para mais tempo de trabalho, portanto apequenando a experiência social, limitada pelo governo das mercadorias. É uma contraposição à mensagem positiva sobre o trabalho capitalista, que se revela como uma ideologia da lógica do valor. A crítica ao trabalho, portanto, não pode se limitar a aspectos de

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.8-12

sua regulação jurídica, pois o açoite da vida alienada do trabalho manifesta a perenidade do estranhamento que permeia todos os cantos, como parte indissociável da agonia humana hoje.

Em complemento, os capítulos dessa primeira parte são também de crítica ao reformismo das políticas sociais no Estado capitalista, demonstrando que, ainda que as políticas respondam por parte das demandas das lutas sociais, elas se estruturam concretamente atravessadas pelas necessidades do capital em cada fase de seu desenvolvimento e dos seus limites internos para valorização do valor, de maneira que a atenção à reprodução da força de trabalho é modulada pelas requisições da usura, em cada tempo histórico, de modo quase indiferente às reais necessidades úteis da população que trabalha.

Na contemporaneidade, na qual a crise estrutural do capital abre um campo de limitações para a produção e a realização do valor, consoante à reverberação de uma economia aos saltos por bolhas financeiras, o trabalho é encurtado em razão do novo revolucionamento das forças produtivas, diminuindo o trabalho vivo e, portanto, afrontando a sociedade com o desemprego massivo; ou com seu coirmão, o trabalho de baixa renda e sem regulação pública. Essa dinâmica desafia o pensamento sobre o que acontece com as populações expropriadas dos modos materiais de vida, que ficam sem trabalho, se são *sujeitos monetários* e dependem da mediação do dinheiro para a subsistência. A cegueira da forma social para esse flagelo mostra sua funcionalidade, pois os condicionantes de expropriação social se entrelaçam com a exploração econômica a partir da liberação do aumento da concorrência entre trabalhadores/as, da aceitação da disciplina laboral e da redução da renda do trabalho.

A migração forçada e a educação espelham essa contradição ao mostrarem a política de população peculiar do capital, quando provoca a mobilidade da força de trabalho com a expropriação dos povos, de suas terras e recursos naturais diretamente ou por meio das guerras nos territórios. Por sua vez, as contradições da ampliação do acesso à educação da juventude revelam a polarização em torno da formação de trabalhadores/as para o novo contexto do trabalho, supostamente

“autoempreendedor”, ao mesmo tempo que se impõe o gerencialismo neoliberal e o desfinanciamento das instituições educacionais em favor da dívida pública, limitando sobremaneira a experiência formativa dos rebentos da classe trabalhadora. A pergunta que nos fica diz respeito a qual seria a boia de salvamento, nesse quadro tão agudo de superpopulação sobranceira transitória ou descartável, já que a economia absorve cada vez menos força de trabalho e depende sobremaneira de devastações sociais e ambientais que deixam os/as trabalhadores/as e o planeta à deriva. As expectativas reformistas, já absolutamente anacrônicas, não têm respostas para isso, colocando-nos na encruzilhada, sem qualquer bússola que aponte saídas para os problemas ameaçadores dos sérios diagnósticos ambientais e sociais.

Essa decomposição civilizatória avança mais uma casa no tabuleiro quando, na segunda parte do livro, intitulada “As Políticas Sociais e as Relações Raciais e de Gênero”, traz ao público quatro capítulos que problematizam a reprodução da força de trabalho, questionando as políticas que acirram a desigualdade de gênero e raça, associadamente à degradação das ações públicas nesse terreno, com os horizontes rebaixados do neoliberalismo.

A lição que nos fica é de que a reflexão anticapitalista depende do questionamento à estrutura de opressões que marca essencialmente a experiência de classe no contexto das artimanhas do capital, com a conversão das diferenciações sociais à sua própria lógica, justificando desigualdades para hierarquização da força de trabalho, que, ao fim e ao cabo, viabiliza a estratificação dos/as trabalhadores/as para a concorrência. Nesse sentido, a maioria dos capítulos situa que os fundamentos capitalistas das opressões raciais e de gênero são potências explicativas reveladas pelo pensamento crítico ao desconstruir a estrutura social do capital, determinante fundamental da ideologia racista e patriarcal após a revolução industrial.

Ao transitar por esses debates mais gerais, o livro nos entrega a terceira seção - “Serviço Social e Debate Crítico” - onde seis capítulos apresentam faces do debate crítico do Serviço Social em relação ao domínio do capital, especialmente na crise de suas contradições

fundamentais. O eixo analítico primordial são as mudanças recentes no trabalho e na política, sublinhando os desdobramentos sobre o exercício profissional, inclusive ponderando sobre a participação direta e consciente de parcela dos profissionais no neoconservadorismo recente na sociedade brasileira. Nesse aspecto, temos capítulos que transitam entre os desdobramentos das novas tecnologias informacionais sobre o Serviço Social, sobre os efeitos da formação profissional à distância e seu amalgamento ao neoliberalismo, comprometendo o debate ético-político que deu musculatura científico-crítica à profissão nos últimos quarenta anos, vertente de análise também problematizada em dois capítulos específicos que tratam da aderência de parte da categoria profissional à razão neoliberal.

A inquietação dos/as pesquisadores/as com o rebatimento do neoconservadorismo na profissão demonstra uma indelével afinidade com os temas do tempo presente, fazendo uma ciência viva e pulsante sobre a realidade social. Afinal, em contraste, longe das condições concretas de vida, a crítica superficial pode oferecer à direita a possibilidade de surfar entre os indivíduos em ruínas na expectativa hipócrita da dominação sistêmica, reproduzindo a subjetividade neoliberal. Ao contrário, o pensamento crítico precisa tomar a realidade e explicá-la como de fato é, para ser possível efetivamente superar a vida social baseada no valor. Por isso, a importância da crítica radical para fomentar o pensamento consequente, mirando outra forma de sociedade.

Nessa direção, os/as autores/as ponderam sobre as barreiras e as possibilidades do projeto ético-político socialmente referenciado da profissão. Os limites encontram-se inclusive na curta capacidade da democracia burguesa para amparar o alargamento dos direitos sociais, conforme mostram os atos bonapartistas de golpes institucionais, sem nem mesmo violar o regime político, como ocorreu na década passada, no país. O ato final do livro é assim uma amostra de uma interpretação crítica do Serviço Social em contraposição ao neoconservadorismo, revelando os nexos que relacionam a economia e a política.

De maneira geral, o movimento teórico realçado clareia o atributo polidimensional dos conflitos sociais e a interação das opressões com a exploração econômica, numa dinâmica interpretativa sustentada na evidência de que o pensamento crítico não pertence a um lugar ou a uma experiência social ou racial, mas ao mundo ao se voltar para o anseio coletivo de superação da alienação humana e das injustiças.

As contribuições reunidas no livro decorrem de pesquisas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), envolvendo professores e jovens pesquisadores que estruturam as três linhas de investigação – a) Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social b) Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; c) Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social. Nesse sentido, trata-se de um livro representativo da formação e produção acadêmica que toma o Trabalho e a Política Social como área de concentração para pesquisas, fomentando o pensamento crítico sobre os verdadeiros laboratórios de barbárie, do capital em crise.

A nossos olhos, trata-se de uma agenda intelectual fundamental para enfrentar as atrocidades dos desdobramentos da totalidade negativa do capital, por meio do pensamento efetivamente radical, portanto, anticapitalista porque dirigido à reflexão sobre a libertação da humanidade da sentença do valor. Como numa roda, façamos circular o conhecimento sobre algumas dimensões da face oculta de flagelos do capitalismo, de maneira que ela possa ganhar volume e profundidade enquanto o tempo do combate ainda está por chegar.

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa
Ney Luiz Teixeira de Almeida

PARTE I
Miséria da Crítica do Trabalho e da Política
Social

CAPÍTULO 1

Elogio do Pensamento Crítico^{*1}

Renán Vega Cantor

Quem, nos dias de hoje, quiser lutar contra a mentira e a ignorância e escrever a verdade, tem de superar ao menos cinco dificuldades. Deve ter a coragem de escrever a verdade, embora ela se encontre escamoteada em toda parte; deve ter a inteligência de reconhecê-la, embora ela se mostre permanentemente disfarçada; deve entender da arte de manejá-la como arma; deve conseguir escolher em que mãos será eficiente: deve ter a astúcia de divulgá-la entre os escolhidos. Estas dificuldades são grandes para os escritores que vivem sob o fascismo, mas existem também para aqueles que fugiram ou se asilaram. E mesmo para aqueles que escrevem em países de liberdade burguesa.

(Brecht, 1985)

Você não tem inimigos? Então você nunca disse a verdade
ou jamais amou a justiça.

O termo **Pensamento Crítico** pode se tornar uma abstração e até ter caráter tautológico, se não se especifica o que se quer dizer com esse termo. Uma abstração que pode se tornar uma mera afirmação, repetida sem muito cuidado. Uma tautologia, porque, a rigor, todo pensamento que mereça esse nome deve ser crítico de tudo o que existe e de si mesmo. Mas, como hoje foi entronizado no mundo todo, um conjunto de banalidades típicas de um pensamento único, de um pensamento submisso e de um

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.14-26

¹ Capítulo traduzido para a língua portuguesa por Andrés Giovanni Contreras Díaz (Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ).

pensamento abjeto, faz sentido falar em pensamento crítico não só para diferenciá-lo dessas formas, mas também para resgatar a essência de uma reflexão que não permanece na mera contemplação, aceitação ou apologia de tudo o que existe. Nessa ordem de ideias, e de forma um tanto esquemática, especificaremos quais seriam, em nosso sentir e entender, as características do pensamento crítico que se encarna, evidentemente, em homens e mulheres de carne e osso, que, finalmente, são os pensadores e as pensadoras críticos.

1

É um pensamento histórico. O sistema capitalista se apresenta a si mesmo como o fim da história, o melhor dos mundos, uma realidade insubstituível sem passado nem futuro e a realização plena do presente perpétuo, que sempre gravita na mesma questão: a produção mercantil e o consumo exacerbado. Nem antes nem depois do capitalismo é possível conceber a existência de outras formas de organização social, porque tudo está sujeito ao ritmo demoníaco da chamada “destruição criativa” que promete um reino eterno, aqui na terra, de opulência e desperdício. Para que todas essas falácias se imponham, é necessário cortar os vínculos entre os seres humanos e a história, ou melhor, negar que somos seres históricos que estamos ancorados ao mesmo tempo no passado, no presente e no futuro, e que, no passado, brilham os reflexos de projetos e alternativas dos vencidos, iluminando o futuro para que o presente não apareça como uma fatalidade que temos de aceitar e contra a qual nada podemos fazer. Por isso, impôs-se a amnésia e o esquecimento, para aceitarmos que sempre existiu e existirá o capitalismo, sem que possamos conceber outras formas de organização social e outras maneiras de nos relacionarmos entre nós e com a natureza.

Para enfrentar esses prejuízos sobre a eternidade do presente capitalista, a história deve ser um instrumento indispensável de análise e reflexão que nos ajude a recuperar outras perspectivas, que

nos lembrem que o capitalismo é apenas uma relação social historicamente constituída, que não representa de forma alguma o fim da história. O conhecimento histórico nos ajuda a compreender que o presente atualmente existente é o resultado de processos complexos, nos quais, entre muitas alternativas, foi imposta, frequentemente com violência e irracionalidade, apenas uma delas. Em suma, o pensamento crítico se baseia na célebre proposta de Pierre Vilar de pensar historicamente, para localizar, situar, relativizar, datar, explicar, compreender e contextualizar todos os processos existentes, incluindo o capitalismo.

2

É um pensamento radical para desvendar a injustiça e a desigualdade, é necessário ir à raiz dos fenômenos, a fim de explicar suas causas fundamentais. É isso que o termo radical significa: mergulhar no fundo dos processos e não permanecer prisioneiro do mundo das aparências. Um pensamento radical supõe perscrutar, sem concessões, os mecanismos que mantêm a dominação, a exploração e a opressão, chamando as coisas pelo nome, e desmontando as falácias ideológicas que são usadas para encobrir com eufemismos a dura realidade. É claro que o pensamento radical não é uma questão puramente linguística ou retórica, já que o próprio uso de certos conceitos (como capitalismo, imperialismo, classes sociais, desigualdade) implica a adoção de um ponto de vista, que tem consequências práticas na vida das pessoas que assumimos esse tipo de crítica radical.

3

É um pensamento anticapitalista. A rigor, o pensamento radical de hoje precisa ser anticapitalista, porque durante duas décadas nos foi anunciado que o mercado perfeito havia se tornado uma realidade após o fim da União Soviética e que sua imposição

garantia crescimento ilimitado e a satisfação, via consumo, das necessidades de todos os habitantes do planeta. Essas mentiras foram despedaçadas pela crise capitalista, que se estendeu pelo mundo desde 2008, na qual ficou evidente que os custos da crise são pagos pelos trabalhadores e pelos pobres, como estamos assistindo na União Europeia, o modelo por excelência do triunfalismo capitalista, mas que hoje está em frangalhos por todos os lados e coloca o mundo no perigoso dilema fascista da década de 1930. Se as coisas são assim, e ficou nítido que o capitalismo, em vez de contribuir para resolver os problemas da humanidade, tende a agravá-los com sua lógica mercantil baseada no lucro e no crescimento ilimitado, é necessário voltar a propor um projeto que vá além do capital.

4

É um pensamento aberto para ser radicalmente anticapitalista, é indispensável apoiar-se tanto nas mais diversas tradições revolucionárias quanto no conjunto das ciências e das artes. O pensamento crítico precisa de um diálogo permanente com vários legados emancipatórios que vêm sendo construídos ao longo de vários séculos em diferentes partes do mundo, entre os quais se destacam o pensamento de Marx e seus seguidores mais lúcidos, o anarquismo, o ecologismo, o feminismo, o indigenismo e tudo o que auxilie no propósito de reconstruir uma agenda de luta contra o capitalismo e o imperialismo. Da mesma forma, como nos ensinaram os grandes pensadores da nossa América e de outros continentes (como José Carlos Mariátegui, Antonio Gramsci, György Lukács), a reflexão crítica se enriquece em um diálogo fecundo com a ciência e a técnica, uma troca necessária para enfrentar a crise de civilização à qual o capitalismo nos conduziu e na qual estamos todos imersos. Pois essa crise não pode ser compreendida sem considerar os impactos nefastos e contraditórios das tecnociências, o que torna necessário ter um mínimo de

rudimentos sobre elas que nos permitam esboçar uma distância crítica, muita prudência e circunspeção.

5

É um pensamento que questiona a ideia otimista de progresso. Após constatar os custos contraditórios da filosofia do progresso, com toda a sua procissão de morte e destruição, é pertinente questionar o progressismo em todas as suas variantes, e, em especial, o culto à tecnociência por todas as implicações práticas que têm. Hoje, quando a razão instrumental se impôs e o fetichismo da mercadoria se generalizou, fomentando a lógica irracional de produzir para consumir em um círculo vicioso cada vez mais destrutivo, torna-se urgente problematizar os projetos progressistas que se baseiam no ter em detrimento do ser, na quantificação abstrata, própria da mercadoria, desconsiderando o valor de uso, na ideia de consumir até a exaustão como substituto do bem viver em condições dignas. A crítica da filosofia do progresso é indispensável para abandonar as ilusões sobre as soluções técnicas para resolver os problemas que o capitalismo gerou (como o transtorno climático ou a destruição dos ecossistemas) e para voltar a priorizar as soluções sociais e políticas. Apesar de todas as vicissitudes dos projetos anticapitalistas falidos do século XX e da tragédia ambiental e humana na China, já não é possível continuar cultuando o “Progresso”. Isso, é claro, resulta em uma ideia impopular devido à imposição generalizada do consumo de artefatos tecnológicos na vida cotidiana, mas ela precisa ser levantada para que se possa estudar em profundidade as consequências prejudiciais da expansão do modo americano de produção e consumo, frequentemente aplaudido como a expressão máxima do progresso, mas que, na realidade, destrói a natureza e os pobres.

É preciso dizer, isso não supõe o abandono da ciência nem da técnica, como continuamente sustentam aqueles que acreditam que criticar o progresso é rejeitar completamente a modernidade e

retroceder à época das cavernas. Em vez disso, trata-se de resgatar o melhor da modernidade para pensar na construção de outro tipo de civilização ecossocialista.

6

É um pensamento ecologista e antipatriarcal. A destruição ambiental é generalizada no planeta; a Colômbia não é exceção, especialmente agora com as locomotivas da mineração e do livre comércio. O ecocídio avança de maneira incontível ao ritmo da expansão capitalista pelos cinco continentes, como demonstram as cada vez mais frequentes catástrofes sociais, resultantes da destruição da natureza e da mercantilização dos bens comuns. Isso obriga a atender, por meio da reflexão analítica, o estudo dos limites ambientais do capitalismo e os perigos que isso acarreta para grandes parcelas da população: principalmente, os mais pobres. É necessária uma nova sensibilidade que incorpore a crítica anticapitalista, que estuda a contradição capital-trabalho em profundidade, e uma crítica de similar importância que esclareça a contradição capital-natureza e que envolva todos os sujeitos sociais afetados por essa segunda contradição. Consequentemente, o pensamento crítico precisa ser profundamente ecologista, em uma perspectiva que seja um complemento indispensável do anticapitalismo.

Ao mesmo tempo, dadas as notáveis contribuições teóricas de diversas correntes do feminismo, em consonância com o subjugamento da maior parte das mulheres, é prioritário que o pensamento crítico assuma o questionamento ao patriarcado e a todos os seus componentes de opressão e marginalização da metade do gênero humano.

É um pensamento nacionalista e internacionalista ao mesmo tempo. O capitalismo existente e seus ideólogos, entre os quais se destacam os neoliberais, encarregaram-se de construir um falso dilema: por um lado, eles, apresentando-se como os globalizadores por excelência, abjuram de tudo o que é relacionado ao nacional, considerando-o como algo próprio do atraso e da barbárie. Isso foi feito para justificar a entrega da soberania dos países e dar de presente os bens comuns encontrados em seus territórios, tudo em nome de uma pretensa modernização global. Por outro lado, como resposta a esse universalismo abstrato, outros porta-vozes do capitalismo, ao mesmo tempo, têm desencadeado ferozes guerras xenófobas em vários continentes, incentivando o chauvinismo e a limpeza étnica.

Contra esse falso dilema – entre o universalismo abstrato e o fanatismo nacionalista –, o pensamento crítico deve e precisa reivindicar outro tipo de nacionalismo a partir do internacionalismo. Não se pode abjurar o melhor da configuração nacional na nossa América, sobretudo nestes tempos de vergonhosa desnacionalização promovida pelas classes dominantes desses países, como é evidente na Colômbia. Isso não significa reivindicar, de forma alguma, um patriotismo barato e ultrapassado, típico da mentalidade retrógrada dos latifundiários e fazendeiros de Antioquia e de outras regiões do país. Pelo contrário, significa postular um nacionalismo cosmopolita, baseado na máxima de José Martí: “Pátria é humanidade”. Como quem diz, que estejamos assentados no nosso território. Mas, para compreender melhor o mundo, devemos nos relacionar de forma mais adequada com os outros países, e não nos considerarmos melhores ou piores do que os outros. Esse internacionalismo, além disso, é urgente tanto para recuperar as melhores tradições de luta dos últimos dois séculos na nossa América, quanto para demonstrar solidariedade e compartilhar as utopias dos oprimidos do mundo inteiro.

É um pensamento anticolonialista e anti-imperialista.

Por reivindicar o melhor do nacional e o melhor do mundo, o pensamento crítico é, e tem que ser, anticolonialista e anti-imperialista. Além disso, porque hoje o colonialismo se reforçou, após ter sido seriamente enfraquecido na década de 1960 com a extraordinária luta de libertação nacional conduzida pelos povos africanos e asiáticos, cuja gesta fez a história universal gravitar em torno do que então se chamava de Terceiro Mundo. Essa epopeia anticolonialista gerou contribuições intelectuais imperecíveis ao pensamento universal, representadas na obra de Franz Fanon, Walter Rodney, Amílcar Cabral e Aimé Césaire. Como ficou evidente hoje, o colonialismo, na verdade, nunca desapareceu; pelo contrário, se ocultou sob outros mantos e emergiu com toda a sua força nas últimas décadas, assumindo o velho discurso eurocêntrico com a retórica da globalização. Essa nova conquista, a colonização externa, no caso da nossa América, é acompanhada por outro fenômeno que existe nesse continente há cinco séculos, mas do qual pouco se fala; trata-se do colonialismo interno, fomentado pelas classes dominantes para manter seus privilégios às custas da exclusão, discriminação e exploração dos indígenas, afrodescendentes e *mestiços* pobres.

A nova colonização é também, como sempre foi, cultural e agora acadêmica, porque dos centros hegemônicos da cultura universitária se impõem novas modas intelectuais, que desdizem e negam o próprio contexto e realidade do nosso continente, seus processos de luta e seus próprios projetos culturais, para implantar uma linguagem artificial e falsa, criada para agradar aos novos imperialistas e seus mandarins culturais. Consequentemente, o pensamento crítico deve estar atento a beber das mais diversas fontes, mas sem cair nas tentações da novidade e das modas efêmeras, impostas desde Nova Iorque ou Paris.

É um pensamento que reivindica os oprimidos de todos os tempos e suas lutas. O pensamento crítico pretende desvendar os mecanismos de exploração e opressão na atualidade, apoiando-se em uma visão histórica na qual emergem os sujeitos que se rebelaram contra as diversas formas de dominação em várias épocas. O conhecimento dos processos históricos demonstra que, mesmo nas piores condições, como na época da escravidão moderna que perdurou por quatro séculos (entre 1500 e 1890), houve protestos, sublevações e rebeliões próprias do que pode ser chamado de hidra da inconformidade dos plebeus. Como uma hidra mitológica que renasce mesmo quando sua cabeça é destruída, o mesmo aconteceu em vários momentos da história do capitalismo com a luta dos explorados. Apesar da tortura, da perseguição e do assassinato de líderes e dirigentes populares, o protesto dos subalternos reapareceu repetidas vezes. Estudando as lutas dos vencidos, alimenta-se o fogo da inconformidade no presente, porque eles nos acompanham desde a posteridade com a memória de suas ações.

Nesse sentido, poderíamos acrescentar o postulado de Walter Benjamin de “Pedimos àqueles que vierem depois de nós não a gratidão por nossas vitórias, mas a rememoração de nossas derrotas. Isso é um consolo: o único consolo dado àqueles que não têm mais esperança de serem consolados” (Löwy, 2005). Em suma, a síndrome de Spartacus, baseada no lema “Eu me rebelo, logo existo”, deve sintetizar a lembrança daqueles que lutaram em todos os tempos, um componente indispensável do pensamento crítico.

É um pensamento comprometido e não meramente contemplativo. Os enormes problemas que o mundo atual enfrenta, agravados ainda mais em nosso continente pela dependência e servilismo das classes dominantes, requerem tanto

uma reflexão séria e rigorosa quanto o envolvimento dessa reflexão com os problemas das pessoas comuns. Em poucas palavras, trata-se de que o pensamento seja encarnado em sujeitos concretos para devir em práxis transformadora, à luz dos problemas específicos que a maior parte da população enfrenta. Não estamos falando de uma instrumentalização artificial das ideias que abjure da importância da reflexão e que despreze o trabalho intelectual, mas da necessidade de vincular, de alguma forma, essas reflexões com os problemas reais das pessoas. Gosto de reivindicar nossa atividade como própria dos trabalhadores do pensamento, como elaborava Julio Antonio Mella quando afirmava: Intelectual é o trabalhador do pensamento. O trabalhador! Ou seja, o único homem que, a julgar por Rodó, merece a vida, é aquele que empunha a caneta para combater as iniquidades, como outros empunham o arado para fertilizar a terra, ou a espada para libertar os povos. (Mella, 1978)

Se considerarmos a elaboração do pensamento crítico como um trabalho, e não como uma refinada atividade especulativa à margem do mundo real, teremos mais oportunidade de nos vincular com o resto dos trabalhadores, incluindo aqueles que com suas mãos labutam a terra ou fabricam as coisas. Assim, poderíamos declarar nossa atividade como um artesanato do pensamento; um artesanato de produtos intelectuais que tem direta ou indiretamente alguma utilidade para as pessoas.

Por outro lado, o pensamento crítico não renuncia a seus compromissos e, por isso, sabe que é perseguido e reprimido, porque busca instalar outro projeto de mundo e de sociedade insuportável para os detentores do poder e da dominação em nosso tempo, onde quer que se encontrem. O pensamento crítico adota o lema do filósofo de Tréveris, sua décima primeira tese: “Os filósofos têm somente interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.”

Nesse mesmo sentido, o pensamento crítico, além de estar comprometido com os pobres e indefesos, é uma forma alternativa de pensar, pois, com eles, busca elaborar propostas anticapitalistas;

ao mesmo tempo, propõe que outro mundo é possível e necessário, caso contrário, o capitalismo será o fim da história no sentido literal da palavra, pois destruirá a todos nós e ao nosso planeta.

11

É um pensamento universitário e extrauniversitário ao mesmo tempo. A universidade pública foi uma conquista das sociedades latino-americanas, conquista alcançada com muito esforço e com o sacrifício de estudantes e professores. Durante muito tempo, procurou-se que essa universidade fosse um espaço democrático e popular, e isso foi alcançado em alguns países da região, sendo o México o principal exemplo. Apesar dos obstáculos, a universidade pública foi, por algum tempo, o farol intelectual que iluminou ideias e projetos transformadores que acabaram tendo um impacto fora dos campi universitários. Agora, estamos assistindo à transformação da universidade pública em um mercado educacional que vende serviços e pretende transformar professores e estudantes em fornecedores e clientes de combos mcdonalizados. Para atingir esse propósito, é indispensável erradicar dos campi todos aqueles que questionam, criticam e duvidam, pois a universidade da ignorância exige professores, alunos e funcionários obedientes e submissos. Em consonância com isso, a consigna dos mercadores da educação é erradicar o pensamento crítico do mundo universitário, sob o pretexto de que não é útil nem lucrativo. Essa é a situação que enfrentamos hoje de maneira direta todos nós que fizemos da universidade pública nosso projeto de vida. É necessário, portanto, defender esse território democrático da investida do capital nacional e estrangeiro, a fim de preservar a livre exposição e discussão de ideias, projetos e propostas, e para construir nações e sociedades justas e igualitárias.

Considerando que grandes problemas da sociedade são assumidos por organizações populares que constroem suas próprias ferramentas analíticas, é necessário que o pensamento crítico,

produzido no reduzido âmbito acadêmico, se relacione com essas organizações e se nutra de suas lutas. Dessa forma, e a partir dessas experiências alheias, o pensamento crítico poderá estabelecer uma relação dialógica com essas organizações em prol de uma práxis transformadora concreta. Em outras palavras, o pensamento crítico também é construído fora dos espaços universitários, na rua, na praça pública.

12

É um pensamento digno. Para terminar, devem-se mencionar as implicações éticas do pensamento crítico, o que está relacionado com os interesses que representa; com as forças sociais das quais aprende, se nutre e ao mesmo tempo alimenta; e com os valores que defende. Nesse aspecto, a dignidade é uma de suas características distintivas. Por dignidade entendemos muitas coisas entrelaçadas e complementares: a independência de critério; a liberdade de crítica; a insubordinação; a defesa dos desamparados; valorizar as coisas pelo que são e não pelo seu preço monetário; assumir os custos e as consequências do que se diz sem fazer concessões ou traficar princípios morais; não se ajoelhar ou se subordinar aos amos e poderosos em troca de retribuição ou reconhecimento formal que busque a claudicação; e se manter ao lado dos oprimidos, mesmo que isso implique marginalização e criminalização.

O pensamento digno não se vende por algumas migalhas, não se desmorona diante da adulação e da lisonja interessada dos mercadores do saber e da pesquisa, não se subordina aos ditados da figuração midiática própria da sociedade do espetáculo, não escreve ou disserta sobre o que traz dinheiro e fama, não negocia com o saber como se fosse uma mercadoria, não se valoriza na bolsa de valores do arrivismo intelectual. Aqueles que cultivam o pensamento crítico caminham com retidão, com a cabeça erguida por um sentido apurado de dignidade; não o fazem da mesma maneira que os porta-

vozes da mentalidade submissa que, infelizmente, são a vasta maioria. Esses, como afirma o dramaturgo italiano Dario Fo “Eles andam eretos porque a merda chega até o pescoço.”

Referências

BRECHT, Bertolt. Cinco obstáculos para escribir la verdad. In: *El arte y la política*. Managua: Nueva Nicaragua, 1985.

CANTOR, Renan Vega. *Gente muy rebelde*. Protesta popular y Modernización capitalista en Colombia (1909- 1929). Bogotá/Colômbia: Ediciones Pensamiento Crítico, 2002.

Disponível em: <https://lafulminante.com/wp-content/uploads/2023/02/30891368-Gente-muy-rebelde-2-Renan-Vega-Cantor.pdf> Acesso: 22 de outubro de 2023.

CANTOR, Renan Vega. Elogio del pensamiento crítico. *Revista Herramienta*, n. 50. Buenos Aires/Argentina: Herramienta, una revista de debate e crítica marxista, 2012. Disponível em: <https://www.herramienta.com.ar/?id=1721>

GALEANO, Eduardo. *Los hijos de los días*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin, aviso de incendio*. Una lectura de las tesis “Sobre el concepto de historia”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MELLA, Julio Antonio. Intelectuales y tartufos. In: *Escritos revolucionarios*. México: Siglo XXI, 1978.

CAPÍTULO 2

Crítica Negativa: elementos para uma leitura anticapitalista do trabalho*

Fernando Gonçalves Ferreira
María Fernanda Escurra

O objetivo geral deste capítulo é contribuir para uma leitura anticapitalista do trabalho a partir da crítica negativa que fundamenta a crítica do trabalho no capitalismo, em oposição à crítica positiva enquanto crítica do ponto de vista do trabalho. Para isto, são inicialmente apresentadas breves considerações sobre a contradição entre o desenvolvimento progressivo das forças produtivas e as relações sociais de produção, com intuito de recuperar algumas das particularidades específicas que se processam sob o capital. Na sequência, é tratada a centralidade que o trabalho assume na sociedade mercantil como condição necessária para abordar aspectos gerais sobre o fenômeno do estranhamento, característico desta forma de organização social. Pretende-se com o conjunto de aspectos desenvolvido nesses dois primeiros itens embasar a crítica negativa e a leitura anticapitalista, último item do trabalho, revelando a dimensão histórica, ontológica e de transformação social presente na perspectiva marxiana que ilumina esta reflexão e que possibilita pensar e fundamentar a possibilidade objetiva de que uma outra forma de organização social é possível.

No interior da tradição marxista, o conceito de forças produtivas designa o conjunto das capacidades materiais de produção e reprodução de uma sociedade em determinado tempo histórico. Instrumentos, matérias-primas, terras e as capacidades técnicas (manuais e intelectuais) dos produtores diretos formam, em seu conjunto e em movimento, o conceito de forças produtivas. Tal

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.27-44

conceito, quando relacionado à forma específica de relação social particularizada no tempo histórico, constitui a forma social, onde o modo de produção é uma determinação essencial.

Por seu turno, a preocupação de Marx ao desvelar essa constelação categorial não é apresentar uma análise trans-histórica do desenvolvimento evolutivo das forças produtivas, ao contrário, sua intenção é desvelar a particularidade com que as forças produtivas se relacionam e entram em contradição com as relações sociais de produção no interior do capitalismo, isto é, enquanto particularidade histórica específica. Procura-se, assim, em um primeiro momento, observar esta relação contraditória mais de perto.

É oportuno lembrar que, para Marx (2013), a mercadoria constitui a forma elementar da riqueza nas sociedades onde domina o modo de produção capitalista. Ela deve ser considerada um dúplice de valor de uso - na medida em que satisfaz necessidades específicas - e valor, cuja grandeza é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, sob condições sociais de produção dadas. Na sociedade mercantil, os valores de uso constituem os suportes materiais dos valores de troca. O valor de troca inicialmente aparece determinado por sua equivalência na relação com outras mercadorias e posteriormente com base no equivalente universal, o dinheiro, que expressa a proporção em que valores de uso de diferentes tipos são trocados, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por sua vez, o valor de troca é veículo do valor, pois carrega o valor.

O valor é o que põe e repõe a dinâmica social. A produção capitalista, portanto, tem como objetivo fundamental imediato viabilizar a valorização do capital, a criação de mais-valor, não a satisfação de necessidades humanas que são consequência necessária. Desse modo, cabe lembrar que, para produzir mercadorias, não é suficiente só produzir valores de uso, mas é preciso transferir por meio da troca para outrem, dando origem a um valor de uso social.

Ademais, como revela Marx (2013), assim como a mercadoria possui um duplo caráter, o trabalho que produz mercadorias também

possui caráter duplo: trabalho concreto (produz valores de uso de qualidades diferentes) e trabalho abstrato (produz valores de quantidades diferentes). Na análise marxiana, a fundação da produção burguesa está dada pelo valor que esconde na mercadoria o seu segredo como forma de riqueza abstrata, forma de relação social específica: o valor é o telos da forma social capitalista.

A substância do valor é o trabalho humano, isto é, o trabalho abstraído das suas particularidades específicas e que revela possuir essa mesma qualidade: ser resultado do trabalho humano. O valor das mercadorias é gerado como resultado de sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato, em sentido fisiológico, como desgaste de músculos, nervos, cérebro, entre outros componentes vitais, como massa indiferenciada de dispêndio de vitalidade humana (Marx, 2013). Neste particular, é importante registrar que Rubin (1987) chama a atenção em relação à necessidade de não reduzir trabalho abstrato a um conceito fisiológico, que é seu pressuposto, visto que enquanto tal não é trabalho abstrato nem cria valor. Nesta perspectiva, fica patente que o valor do produto do trabalho é uma “função social” e não uma condição natural, portanto, o trabalho que cria este valor é uma substância social, histórica e não somente uma substância fisiológica.

Como resultado da dinâmica contraditória do capital, com o desenvolvimento progressivo das forças produtivas do trabalho social, se produzem mais mercadorias com menor massa de trabalho nelas cristalizado e, na medida em que o tempo de trabalho requerido para a sua produção é menor, conseqüentemente, o seu valor é menor, aspecto que força o capitalismo a aumentar prementemente a produção. Isso cria uma contradição crescente, dado que tais forças produtivas apresentam a possibilidade de criação exponencial de mercadorias, mas, estando subsumidas à riqueza capitalista, requerem a necessidade de trabalho humano direto como fonte do valor e como única possibilidade de acesso ao produto social por parte dos produtores diretos.

Desse modo, como consequência do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, cresce o trabalho objetivado em relação

ao trabalho vivo. Isto representa uma proposição tautológica, "pois o que significa força produtiva do trabalho crescente senão que se requer menos trabalho imediato para criar um produto maior e que, portanto, a riqueza social se expressa cada vez mais nas condições do trabalho criadas pelo próprio trabalho" (Marx, 2011, p. 705), expressando, desse modo, a autonomia mais extraordinária das condições objetivas do trabalho em relação às condições subjetivas, ao trabalho vivo. Como resultado desta dinâmica, existe a tendência de criar uma população excedente às necessidades médias de acumulação, na medida em que o capital constante (parte do capital destinado à compra de meios de produção) aumenta à custa da diminuição relativa do capital variável (parte do capital destinado à compra de força de trabalho) (Marx, 2013). Trata-se de uma "contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza" (Marx, 2011, 588-89).

Destarte, o capital contraditoriamente precisa revolucionar a base de sustentação que o fundamenta, retirando do processo o único elemento que lhe subsidia: o trabalho vivo, a força de trabalho. Essa lógica direcional impacta o capital social total, pressionado pela concorrência entre os capitais individuais. Em consequência, resultam massas de capitais com magnitudes maiores, mas cada vez menos numerosas. Esse movimento redistribui e reorganiza as relações sociais de acordo com o novo patamar exigido pelas forças produtivas, tanto no interior do trabalho quanto do capital.

A centralização e a concentração dos capitais são movimentos consequentes e cegos da concorrência encarnizada na guerra de todos contra todos. Os capitais maiores açambarcam os capitais menores. Fusões, trustes e bancarrota são caminhos conhecidos pelos capitais de menor magnitude. O capital, valor em expansão, precisa expandir-se e para isso não reconhece barreiras morais ou legais, ou melhor, a moralidade e a legalidade são formadas de acordo com a sua necessidade: a necessidade de sua reprodução.

Por estar condicionado ao trabalho humano direto, o avanço das forças produtivas se resume, em linhas gerais, a reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir as mercadorias, aumentando a produtividade e pondo, de tempos em tempos, um contingente maior de seres humanos à mercê de sua própria sorte. Deste modo, ainda que o trabalho humano direto continue sendo a medida do valor, o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas sob o capital - tendo o desenvolvimento tecnológico e científico ligados à produção no interior da grande indústria - institui uma condição em que “a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho” (Marx, 2011, p. 587). Por essa razão, o trabalhador, em vez de ser o agente central, se posiciona ao lado do processo de produção. Assim, o que “se apresenta como base da produção e da riqueza” é a apropriação de sua própria força produtiva geral. Logo, o trabalhador é incorporado como apêndice vivo ao movimento morto da maquinaria (Marx, 2013, p. 494).

Sob esta condição, a dinâmica do capital avança em um sentido onde as forças produtivas chocam-se frontalmente com as relações sociais de produção. Dito de outro modo, as forças produtivas do trabalho, condição necessária para a libertação da humanidade do trabalho humano direto, tornam-se, no capitalismo, forças com potenciais destrutivos da humanidade e da natureza sem precedentes. Esta é, sem dúvida, uma das principais contradições do capitalismo.

Desta forma, para confrontar essa dinâmica contraditória e direcional, é necessário que a crítica social ofereça o substrato para uma ação disruptiva e revolucionária que negue a forma valor em sua totalidade. Nessa direção, as formulações de Marx em sua crítica da economia política passam, necessariamente, pela crítica ao modo de produção baseado no valor e na mercadoria. Destarte, ainda que determinadas análises que têm como centro a crítica da distribuição do valor preservem uma validade tática e política, entende-se que uma

perspectiva baseada em uma “economia política crítica” não constitui uma “crítica da economia política”.

A superação do capitalismo implica a superação das bases que fundamentam esse modo de produção em forma e conteúdo. Não é somente na maneira como o valor é distribuído desigualmente entre as classes sociais que repousa a novidade da crítica marxiana, antes é necessário que se exponha de modo mais fundamental que sua crítica da economia política traz consigo a necessidade de superação da forma valor. Portanto, uma crítica ao modo de produção baseada nas suas categorias estruturantes: mercadoria, valor, capital, trabalho abstrato e estranhamento, e não somente ao modo de distribuição.

O conceito de centralidade do trabalho é constantemente abordado, por parte da tradição marxista, de maneira apressada ou dado como pressuposto sem a devida análise desta categoria. Se, por um lado, o estatuto ontológico do trabalho é, não raras vezes, apresentado como correlato de uma centralidade trans-histórica do trabalho, por outro lado, a crítica da centralidade do trabalho é apresentada como homóloga equivalente às teorias do fim do trabalho, como se uma crítica da centralidade do trabalho fosse um pressuposto de superação de tal centralidade no interior do capitalismo. Assume-se, desse modo, a tarefa de apresentar o que significa tal centralidade do trabalho para dirigir uma crítica a ela.

Na trilha de Marx e dos estudos tardios de György Lukács sobre a ontologia do ser social, o trabalho é a atividade que permite o *salto* do ser puramente natural para o social, ainda que preservando sua base natural e fisiológica. Dito de outro modo, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana (Marx, 2013, p. 255), a própria natureza do ser humano é modificada, na medida em que ele modifica a natureza (Marx, p. 2013, p. 225; Lukács, 2013, p. 129). O estatuto que o trabalho representa nesta dimensão do ser social, ao contrário do que se possa imaginar, não é de centralidade, é de estabelecimento, instituição, fundação, por assim dizer. Marx destaca o descomunal espaço temporal entre este período (possivelmente o período

Paleolítico) e a forma do trabalho na moderna sociedade produtora de mercadorias. Segundo o autor:

[...] [n]ão se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animalescas do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. (Marx, 2013, p. 255).

Na gênese do ser social, o trabalho atua como complexo (categoria lukacsiana) originário que possibilita a formação de outros complexos sociais, isto é, na medida em que o ser social desenvolve suas capacidades na esfera do trabalho, afasta-se lenta e paulatinamente das barreiras naturais. Diante disso, na mesma medida em que surgem novas necessidades a serem enfrentadas e satisfeitas, surgem novos complexos, o que Lukács apresenta como “complexos de complexos” (Lukács, 2013, p. 162). Isso mostra que, uma vez que o ser social *se torna social* pela via do complexo do trabalho, que o funda, este ente cria novos e múltiplos complexos que não estão compelidos ao complexo do trabalho, ao contrário, os novos complexos tornam-se proporcionalmente menos dependentes do complexo do trabalho (Duayer, 2012, p. 45). Deste modo, o conceito de centralidade não se apresenta como uma categoria explicativa possível, visto que os complexos de complexos tornam o ser social um ser consequentemente plurifacetado. Segundo Lukács (2013, p. 161-62),

[...] [n]em é preciso demonstrar que o homem, já como ser biológico, constitui um complexo. Do mesmo modo, é diretamente evidente que a linguagem necessariamente também tenha um caráter de complexo [...]. Tampouco poderá haver qualquer dúvida quanto ao fato de que, igualmente, a divisão do trabalho forme um complexo [...]. E é igualmente compreensível que os diversos grupos – permanentes ou ocasionais – que se originam da divisão do trabalho tampouco possam existir e funcionar independentemente uns dos outros, sem estar inter-

relacionados. [...]. Assim sendo, até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes.

Por seu turno, o capitalismo preserva uma particularidade ante todas as formas sociais que o antecederam. Segundo Marx, a forma específica de relação social que se engendra no capitalismo “não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado [...] da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social” (Marx, 2013, p. 244). Portanto, é somente na forma social capitalista que o trabalho ganha um novo sentido, preservando a sua característica de ser produtor de valores de uso, ele realiza uma função até então inexistente, isto é, o trabalho torna-se a mediação das relações sociais. Desta forma, todas as esferas da vida social estão, agora, necessariamente subsumidas à esfera do trabalho. É esta característica histórico-social específica do trabalho que determina a sua centralidade sob o capital. Se nas formas sociais que precederam o capitalismo, os seres humanos, pelo fato de constituírem um conjunto múltiplo de relações sociais, também trabalhavam, agora, pelo fato de trabalharem, é que constituem o conjunto de suas relações sociais. Onde antes o trabalho era uma esfera da vida social, agora, é a mediação do conjunto de tais relações sociais.

É mérito de Moishe Postone (2014) a ênfase da leitura na revisão da obra de Marx, na contramão do que chama de marxismo tradicional. O autor aponta que, sob o capital, o trabalho assume centralidade, visto que o pertencimento social e a forma para ter acesso aos produtos dos demais só são possíveis através do trabalho. A partir da reinterpretação da teoria crítica madura de Marx, o autor sublinha que a “centralidade do trabalho” não subentende uma noção trans-histórica do trabalho, ao contrário, é determinada pela composição histórica peculiar que o trabalho adquire no capitalismo, condicionando um tipo de mediação social, relações específicas e características distintivas desta sociedade que só existem por meio dele.

Como mostra Marx (2011), na sociedade capitalista, apesar de a mercadoria ser a principal categoria estruturante, o trabalho e seus produtos não são distribuídos por relações de poder e dominação explícitas de tipo tradicional, características de formas de organização social anteriores. Em contraposição, sob o capital, as relações de dependência tradicionais são substituídas por um tipo de interdependência universal determinada pelo fato de que todos dependem da produção de todos, na medida em que o consumo não é satisfeito nem determinado pela própria produção. Desse modo, a troca medeia a conexão social de indivíduos indiferentes entre si e se apresenta a eles como exigência para poder participar da capacidade da produção universal, assim como para transformar seus próprios produtos em meios de vida, possibilitando, desse modo, ter acesso ao produto dos demais.

Para Postone (2014, p. 20), esta forma de interdependência social por meio do trabalho como mediação é a forma específica de uma estrutura de dominação abstrata e impessoal, típica da moderna sociedade produtora de mercadorias. Essa tese encontra referência em Marx, o qual assinala que o caráter social da atividade, do produto e da participação dos sujeitos no interior da produção, manifesta-se como algo *estranho* aos sujeitos, que ao constituírem suas práticas sociais, subordinam-se a imperativos alheios à sua vontade e que “nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si” (Marx, 2011, p. 105).

A universalização da troca de atividades e produtos do trabalho, ou seja, a generalização da forma mercadoria, condição necessária para “todo indivíduo singular”, aparece para os sujeitos como “algo estranho, autônomo e como uma coisa” (Marx, 2011, 158). Se nas formações sociais pré-capitalistas as relações de dominação se constituíam de maneira tradicional e pessoal, sob o capitalismo, tal dominação, para Marx, se estrutura de forma coisal. Dessa forma, a “independência pessoal fundada sobre uma dependência coisal é a segunda grande forma na qual se constitui pela primeira vez um sistema de metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais” (Marx, 2011, p. 106).

Consequentemente, essa dependência coisal se torna tão mais achapante aos indivíduos quanto mais os indivíduos são alienados dos meios e dos produtos dos seus trabalhos. Dito de outro modo, quanto mais se autonomiza o trabalho objetivado frente ao trabalho humano direto, tanto mais o mundo das mercadorias se torna estranho aos sujeitos que o produzem, apresentando-se de maneira hostil.

Por fim, essa forma de relação social se torna mais dramática pelo caráter dinâmico do capital. Visto que, se no interior da forma social capitalista, o aumento do trabalho corresponde a um aumento na massa de riqueza material, esse aumento da massa de riqueza, contraditoriamente, apresenta como tendência uma queda simultânea na massa de valor. Marx aponta esse atributo antitético como sendo próprio do trabalho no capitalismo, quer dizer, correspondente ao seu duplo caráter. Portanto, a depender da variação da força produtiva, “que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza do valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa”. (Marx, 2013, p. 123).

Isto posto, observa-se que no capitalismo, quanto mais se desenvolve o mundo das mercadorias, como resultado das objetivações do trabalho social, tanto mais os trabalhadores são vilipendiados em sua subjetividade. Quanto mais o capital necessita de trabalho humano direto como fonte de valor, tanto menos trabalho humano direto tende a participar do processo produtivo, em consequência da concorrência entre os capitais. Como já apontado, o trabalho na sua dimensão fundante foi basilar para o desenvolvimento do ser social, representando um modo de vida. Sob o capitalismo, como consequência da centralidade que exerce como forma de mediação social, o trabalho se torna condição de morte para um contingente crescente de seres humanos supérfluos. Logo, entende-se que a crítica anticapitalista precisa ter como pressuposto uma crítica da centralidade do trabalho, de forma que a superação do capitalismo precisa ser a superação de suas categorias estruturantes como mediação das relações sociais.

Em síntese, a análise da particularidade histórica do trabalho na sociedade mercantil formulada por Marx constitui uma crítica à centralidade do trabalho e, na medida em que desenvolve uma crítica do trabalho no capitalismo, converte a natureza da crítica social fundamentada na teoria do valor de positiva em negativa (Postone, 2014; Duayer, 2011).

A crítica do trabalho no capitalismo, a crítica negativa (Eскурra, 2016), compreende o mundo social na sua dinamicidade, como mutável e abre lugar para práticas sociais compatíveis com a historicidade. Isso representa a crítica das formas correntes de figurar e descrever o mundo que são necessárias e coerentes com uma compreensão da realidade que se reproduz sempre do mesmo modo (Duayer, 2011).

Ademais, na medida em que a crítica negativa diz respeito à totalidade capitalista, não se reduz à distribuição da riqueza e à necessidade de organizar de uma forma mais justa a distribuição. Por esse motivo, a crítica da totalidade capitalista possui como centro o próprio modo de produção, tanto o capital quanto o trabalho, sendo enunciada com foco no que poderia ser, como possibilidade inerente resultante das contradições da sociedade atual. Isto significa que a crítica não se limita à exploração do trabalho e ao modo de distribuição, pois “a contradição fundamental da totalidade capitalista deve ser vista como intrínseca ao reino da produção em si, e não somente uma contradição entre as esferas de produção e distribuição” (Postone, 2014, p. 148).

Por sua vez, em oposição, a crítica positiva é uma crítica social do “ponto de vista do trabalho” (Postone, 2014, p. 84), não aponta para além do existente, dado que consiste na crítica do presente com base no que existe, subentendendo, assim, possível só uma alteração no interior da formação social capitalista que não se dirige para além da totalidade existente. Diante disto, Duayer (2011) reforça que a compreensão, descrição e as práticas estimuladas por tal crítica sempre se circunscrevem a este mundo imediato, anistórico, na medida em que diz respeito a uma crítica que considera o presente como um dado sem possibilidades de superação e transformação. Por conseguinte, a crítica

positiva interdita por princípio “toda prática que transcende os limites da reprodução do existente, seja em conformidade com uma concepção anistórica da sociedade, seja em razão de uma concepção da história como absoluta contingência” (Duayer, 2011, p. 99). Todavia, o autor explicita que essa concepção não significa indiferença às infâmias desse mundo, porém se as misérias sociais resultam desta forma de organização social, uma ciência social, sendo positiva, não tem como investigar as verdadeiras causas das misérias e mazelas sociais, restringindo-se, por isso, a estudar maneiras de amenizar e gerenciar os efeitos dos sofrimentos cotidianos sempre no interior deste mundo. Neste contexto, também é possível identificar análises com base em críticas positivas do ponto de vista do trabalho que fundamentam a possibilidade de organizar a produção de uma forma mais justa e racional, baseada no modo de produção próprio do capitalismo.

Lutas políticas que visam refrear as tendências autodestrutivas do capital se sustentariam em um debate crítico, porém positivo. De fato, a crítica positiva também representa uma crítica social, mas não consegue atingir as bases do sistema social vigente, não consegue negá-lo estruturalmente. A crítica positiva ao capital transita por dentro do estatuto ontológico do capital. Do contrário, uma crítica de fato, uma crítica negativa, uma crítica que negue o capital como relação social, deveria se dar a partir das construções postas por outros estatutos ontológicos (Duayer, 2012).

Neste sentido, análises que tematizam a revolução social e as ações contra a dominação de classe, no plano ontológico da sociabilidade do capital, seriam irracionais. Entretanto, tal movimento é comumente realizado por sindicatos, pelo debate acadêmico e político. No primeiro caso, arvora-se, por exemplo, como solução, propostas de redução da jornada de trabalho sem redução de salário ou a semana de quatro dias úteis. Trata-se de um cenário factível frente ao atual estágio das forças produtivas do trabalho e que também faz sentido do ponto de vista da fisiologia humana. Se trabalha dobrado, se realizam trabalhos concomitantes por força das mudanças tecnológicas, então há de se esperar que o descanso seja adequado à

produtividade requerida. Neste caso, o que se procura ressaltar é que, apesar de constituir um componente fundamental para garantir melhor qualidade de vida para a classe trabalhadora, não se deve perder de vista que é algo absolutamente funcional ao capital.

No caso do debate acadêmico, é habitual se perder em temas como o desemprego estrutural e o fim do trabalho. Aqui, destaca-se que, o trabalho, como modelo da práxis do ser social, sempre será fundante, mas, sob a dinâmica do capital, como abordado no item anterior, entende-se que o trabalho adquire centralidade, isto significa que há de se manter uma determinada relação entre os sujeitos mediada pelo trabalho indiferenciado, expresso no tempo de trabalho que se converte em dinheiro, onde as características úteis do trabalho são subsumidas à dinâmica do valor.

Já na política, a resposta costuma ser via transferência de renda, defendida por atores dos diversos campos políticos da direita e da esquerda. Neste caso, a dúvida aparece mais sobre valores, requisitos e formas: se renda mensal vitalícia ou benefício assistencial aos mais pobres. Se em algum momento este soou como um debate “progressista”, hoje, no contexto pós-pandêmico, parece mais evidente que é condição mesmo da conservação do *status quo* da dinâmica do capital.

Em síntese, o que se busca mostrar aqui é que, por mais que a redução da jornada, a redução de postos de trabalho e a transferência de renda se apresentem como fenômenos característicos das contradições do capitalismo, podendo parecer como zona limítrofe dos processos de exploração, a forma de dominação posta pela relação social baseada na produção de mais-valor segue intacta. Neste sentido, Postone (2014), em concordância com Marx, observa, por exemplo, que as manifestações de luta de classes entre representantes do capital e trabalhadores relacionados ao tempo de trabalho ou a questões distributivas são estruturalmente inerentes ao capitalismo e, conseqüentemente, relevantes e constitutivas do sistema, aspecto que chama a atenção para seus limites, apesar de não desqualificar tais lutas

nem sua necessidade de existência para garantia de melhores condições de vida.

A crítica ontológica é voltada de forma específica para o “ser da coisa”, àquilo que existe e continuará a existir, independentemente do que se saiba sobre. Portanto, qualquer crítica negativa a um fenômeno resultante da ordem social capitalista deve necessariamente atingir e dar visibilidade a categorias básicas e estruturantes do modo de produção capitalista, questionando com base na crítica da economia política marxiana os próprios fundamentos da sociedade capitalista. Desse modo, concorda-se com o argumento de Jappe (2013) sendo essas as categorias que devem ser objeto da crítica na medida em que constituem o centro da especificidade negativa do capitalismo moderno, e não somente a existência de classes sociais, do lucro, do mais-valor, do mercado e das relações jurídicas de propriedade, sendo fenômenos decorrentes, fundamentalmente, das formas de distribuição do valor.

Inclusive, com o objetivo de impedir a repetição de formulações que pareçam meros enunciados abstratos, cabe registrar também a observação realizada por Jappe (2013) sobre a necessidade de afirmar a inexistência de uma teleologia que conduziria ao comunismo ou à emancipação. De fato, a emancipação não pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento ou perpetuação do próprio capitalismo, mudando somente os gestores ou libertando as forças que ele mesmo teria criado. O autor assinala que não existe a possibilidade de fugir da coação estrutural do sistema a partir do acesso a suas funções, mostrando, inclusive, que na atualidade muito do que se apresenta como crítica do capitalismo não é parte da solução e sim a do problema, na medida em que se limita a procurar bodes expiatórios e a propor reformas. Diante disso,

[...] a emancipação não pode ser outra coisa senão a libertação em relação àquilo que impede a autonomia num nível mais profundo e mais geral. Essa emancipação só pode dizer respeito ao sistema capitalista e tecnológico em seu conjunto, sem privilegiar um desses dois aspectos [...] nada de simples

‘apropriação’ da tecnologia industrial por parte de uma sociedade com pretensões ‘não capitalistas’, nada de sair da tecnologia, ou de seus excessos, sem demolir a valorização do valor, o trabalho abstrato e o capital. É preciso centrar fogo no fetichismo, enquanto sistema já pronto e acabado em que nenhuma decisão, pequena ou grande, é mais possível. (Jappe, 2013, p. 30-1).

Nesta direção, vale lembrar, como assinalado anteriormente, no esboço dos diferentes estágios de desenvolvimento das formas sociais, Marx (2011) destaca que as primeiras formas eram caracterizadas por relações de dependência natural e pessoal, com avanço da produtividade de maneira limitada e em pontos isolados. Em contraposição, o autor mostra que o segundo estágio de desenvolvimento das formas sociais corresponde à forma burguesa, específica de riqueza como valor, com sua forma particular de individualidade social que, fundada na oposição entre capital e trabalho assalariado, “é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor” (Marx, 2011, p. 587). O terceiro estágio seria resultado das condições criadas pelo segundo, e consistiria na “livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social” (Marx, 2011, p. 106). Nesse terceiro estágio, “a distribuição modificada dos meios de produção partiria de uma base de produção nova, *modificada*, originada somente por meio do processo histórico” (Marx, 2011, p. 707). Vale dizer, não se trataria do mesmo modo de produção com um modo de distribuição mais justo, mas de uma base de produção transformada. Evidentemente, Marx realiza aqui uma crítica do trabalho no capitalismo, crítica que, não limitada à distribuição da riqueza, tem como objeto tanto o capital quanto o trabalho. Só assim seria possível alcançar a plena realização da liberdade como controle do trabalho por parte da humanidade e do desenvolvimento pleno das individualidades e, como consequência, a riqueza como valor e o estranhamento inerentes à sociedade capitalista seriam superados. Nas suas palavras,

Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral [...] Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. (Marx, 2011, p. 588).

Em suma, com as breves considerações aqui apresentadas, é possível afirmar mais uma vez que para ser crítica negativa deve necessariamente ser crítica que nega a ontologia da ordem capitalista na medida em que constitui uma crítica do trabalho no capitalismo e de suas categorias estruturantes (mercadoria, valor, capital, trabalho abstrato, estranhamento). Sustenta-se que a crítica negativa representa uma leitura anticapitalista do trabalho, assim como uma leitura crítica da natureza extremamente destrutiva do modo de produção capitalista que deixa patente as consequências do desenvolvimento das forças produtivas no decorrer dos séculos na natureza e na vida humana, revelando o total afastamento de qualquer caráter civilizatório.

Referências

ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUAYER, Mário. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. *Margem Esquerda*, v. 17, p. 88–99, 2011.

DUAYER, Mário. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Em Pauta*, Rio de Janeiro. 1º Semestre de 2012. 29, v. 10, p. 35-47. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2012.

DUAYER, Mário.; ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone. In: *Em Pauta*, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2015 – n, 35, v,13, p. 15-36. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2015.

ESCURRA, Maria Fernanda. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. In: *Verinotio*. Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. ISSN 1981-061X. Ano XI. out./2016. n. 22. Disponível em:
<http://www.verinotio.org/conteudo/0.04131558727595544.pdf>,
Acesso em: 28 de março de 2025.

FORTES, Ronaldo Vielmi. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. In: *Verinotio*. Revista online de Filosofia e Ciências Humanas. ISSN 1981-061X, Ano XI, out/2016. n. 22. Disponível em:
<http://www.verinotio.org/conteudo/0.04131558727595544.pdf>,
Acesso em: 28 de março de 2025.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria da ação comunicativa*. Volume 2: Para a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HEINRICH, Michael. *Crítica de la economía política*. Una introducción a El Capital de Marx. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.

JAPPE, Anselm. *Crédito à morte*. A decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de uma crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

POSTONE, Moishe. Repensando a crítica de Marx ao capitalismo. s/d. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/mpt1.htm> : Acesso em: 11 de março de 2025.

RUBIN, Isaak. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

CAPÍTULO 3

A Sorte (é o azar) dos Trabalhadores*

Isabelle Germano Coelho Bezerra
Mossicléia Mendes da Silva
Rosângela Nair de Carvalho Barbosa

A dinâmica da reprodução da força de trabalho ganha contornos diferenciados conforme avança o movimento de mercantilização das diferentes dimensões da sociabilidade capitalista, sendo essa uma reflexão e debate fundamentais para a crítica anticapitalista. No entanto, considera-se pertinente sublinhar que não se deseja fazer aqui uma crítica positiva do capitalismo, mas acentuar a negação da sociedade da negação. O texto demonstra que a crítica consequente não pode ser de melhor acomodação ao capitalismo ou de contenção dos dispositivos mais severos do neoliberalismo, mas a sua superação como modo de produção de riqueza.

Em alguns estudos marxistas, incompletamente, o trabalho é abordado, parcialmente, como uma atividade tipicamente humana, estabelecida pelo processo metabólico entre o ser humano e a natureza, envolvendo o exercício teleológico orientado para o alcance de resultados projetados mentalmente, para atender necessidades humanas. Ao agir sobre a natureza e modificá-la, o ser humano também se modifica, num processo contínuo de criação de novas e mais complexas necessidades. A produção social de valores de uso - produtos de trabalhos úteis que saciam as necessidades humanas e sociais - provoca novas e mais complexas necessidades, com valores de uso cada vez mais diversos e melindrosos. Concomitantemente, um conjunto diverso de trabalhadores úteis vai se estruturando na *divisão social do trabalho*, complexificando as especializações laborais.

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.45-64

Isso ganha dimensão peculiar no modo de produção capitalista, onde a reprodução social está organizada em torno da forma social mercadoria, portanto ligada às relações capital-trabalho, com o trabalho subsumido ao capital e a forma-valor determinando o atendimento das necessidades humanas. Com efeito, diferentemente da premissa exposta no parágrafo anterior, é essa segunda dimensão da abordagem do trabalho que tem centralidade na obra madura de Marx, exatamente porque leva ao cume a forma-mercadoria. Marx mostra que a generalização dos processos de troca - com o aprofundamento da divisão social do trabalho e da supremacia da propriedade privada - irá forjar a separação do trabalhador dos meios de produção e dos produtos do trabalho. A propriedade privada capitalista cumpre, então, função de redefinir a produção e o consumo de bens, que passam a depender das trocas mercantis baseadas no trabalho indiferenciado medido em tempo, e portanto, da prevalência do caráter abstrato do trabalho sobre seu caráter útil, permitindo que mercadorias sejam trocadas por dinheiro (Marx, 2017; Barbosa, 2023):

Marx (2017) acentua que a mercadoria é uma *coisa* que, por suas características e propriedades, satisfaz às necessidades humanas, diretamente para a fruição ou indiretamente para a produção de outras mercadorias. É uma célula básica de duas dimensões indissociáveis que são constitutivas do valor: valor de uso – referente às características específicas, realizadas em seu uso ou consumo, conteúdo material da riqueza independente da forma social e fruto do trabalho útil, concreto, diferenciado – e valor de troca – aquilo que é comum a todas as mercadorias, trabalho humano em geral, trabalho abstrato medido em tempo. O valor, por isso, em grandeza, é medido pela quantidade de trabalho incorporado em determinado valor de uso que será medido pelo tempo de duração laboral da produção da mercadoria, de maneira que essas massas amorfas de trabalho humano em geral se relacionam somente como valores, como dispêndio de força humana de trabalho.

Como a produção e a reprodução capitalista estão orientadas à valorização do valor, é necessário compreender, ainda que brevemente, este processo. O dinheiro é a primeira forma de manifestação do

capital, como valor em processo. Isso é percebido a partir da abstração realizada por Marx do conteúdo da circulação de mercadorias, percebendo que o produto da circulação de mercadorias (M-D-M) é a primeira forma de manifestação do capital, com o dinheiro assumindo função de representação de valor para iniciar o ciclo do capital (D-M-D'). Assim, “todo novo capital entra em cena – isto é, no mercado, seja ele de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro – como dinheiro, que deve ser transformado em capital mediante um processo determinado” (Marx, 2017, p. 223).

Evidentemente, esse processo tem sentido quando, ao final, ocorre uma diferença de grandeza em relação à grandeza do dinheiro inicial. É esta diferença, esse incremento, denominado por Marx de *mais-valor* (D-M-D' sendo $D' = D + \Delta D$). Desta forma, o valor se torna valor em processo, dinheiro em processo e assim, capital. Como o caminho do dinheiro é cíclico, ele sai da circulação aumentado e inicia novamente o mesmo ciclo D-D', “dinheiro que cria dinheiro é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas” (Marx, 2017, p. 231) e na lógica do valor é expressão do automatismo dessa dinâmica que aparece como se o dinheiro fosse dotado de valor em si.

O que Marx (2017) revela, no entanto, é que neste processo é o consumo de uma mercadoria específica que proporciona a criação de mais-valor e que esta mercadoria é encontrada pelo possuidor de dinheiro no mercado: a *força de trabalho*. O complexo de capacidades físicas e mentais que um ser humano vivo é dotado e são colocadas em movimento na produção de valor compõe essa mercadoria. Necessariamente envolve a produção de valores de uso para que posteriormente este valor criado seja realizado na esfera da circulação (mercado). Pressupõe, todavia, a existência do trabalhador livre, como pessoa que dispõe de sua força de trabalho para ser empregada, e livre também no sentido de estar separado de todas as condições necessárias para realização de sua força de trabalho, isto é, separado dos meios de produção. Nesse sentido, o processo de valorização de valor envolve a exploração imediata de trabalhadores expropriados dos meios de

trabalho, mas também depende de sua compulsória reprodução ampliada, com a dilatação generalizada e reiterada de trabalhadores, com indivíduos destituídos sendo “cada vez mais livres, e, portanto, cada vez mais expropriados e subordinados ao capital” (Fontes, 2010, p. 42).

Importa abrir um pequeno parêntese para evidenciar que a separação entre os produtores e a propriedade de meios de vida e de trabalho se constituiu, originalmente, em um amplo, longo e violento processo de expropriação social envolvendo novas relações sociais para forjar os trabalhadores *livres*. Essas expropriações se materializam, no período analisado por Marx, pelos roubos de bens da Igreja, reestruturação da propriedade comunal (cercamento dos campos), feudais e clônicas, além de toda sorte de pirataria e do chamado sistema colonial, baseados não só na violência extrema e no barbarismo privados, mas também na ação do Estado, que fundamentalmente é a base jurídica e coercitiva da separação do trabalhador da terra, de seus meios de vida, transformando esses fatores econômicos (insumos e ferramentas) em propriedade privada. A relação social capitalista, portanto, é fundamentada na separação do trabalhador da propriedade das condições de realização de seu trabalho, transformando meios de vida em capital e produtores diretos em proprietários apenas por sua capacidade de trabalho, sustentando os impulsos desmedidos de valorização do valor que se renovam a todo tempo como reprodução ampliada do capital (Marx, 2017).

Fechando essa breve digressão, vemos que a mercadoria força de trabalho é comprada e vendida como qualquer outra mercadoria, e o trabalhador livre deve se relacionar com sua força de trabalho como uma mercadoria da qual ele é proprietário, oferecendo seu consumo por um período determinado, sem perder seus direitos de propriedade sobre ela. A compra e a venda de mercadorias pressupõem uma igualdade entre distintos possuidores de mercadorias, provocando a relação seminal entre o possuidor de dinheiro e o possuidor de força de trabalho. O primeiro, o comprador, tem direito de fazer com a mercadoria força de trabalho o que bem quiser, já que o segundo, seu

vendedor, aliena seu valor de uso para viabilizar a troca por dinheiro (salário) e, assim, comprar e consumir mercadorias para sua reprodução e de sua família. A consolidação do mercado de bens úteis impulsiona a renovação reiterada da condição de força de trabalho, como sujeito monetário dependente do acesso ao dinheiro para pagar os custos da cesta de consumo.

O salário aparece como o preço do trabalho, como se determinado *quantum* de dinheiro pagasse determinado *quantum* de trabalho objetivado na troca no mercado. Mas, Marx explica esse fetiche dizendo que o que se vende é a capacidade de trabalhar, pois “o trabalho é a substância e a medida dos valores, mas ele mesmo não tem valor” (Marx, 2017, p.607). Portanto, a forma-salário assume o valor da força de trabalho, representando, na melhor das hipóteses, o valor das coisas necessárias à produção e reprodução do trabalhador e de sua família, acessados por meio do mercado que se transforma no capitalismo, na mediação central das relações sociais. No entanto, a forma-salário não permite que isso seja percebido e oculta que o valor da força de trabalho é menor que o produto entregue, assim como oculta a divisão da jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário à cobertura dos fatores produtivos e tempo de mais-trabalho (captura de trabalho não-pago). É nesta forma social que se sustentam as mistificações do modo de produção capitalista, como a ilusão de liberdade, e a própria noção de igualdade entre proprietários de mercadoria - trabalhador e capitalista.

A produção de mais-valor decorre do trabalho não-pago e Marx a explica a partir do processo de trabalho e do processo de valorização, ao ser o processo produtivo capitalista uma totalidade social, sob o domínio da valorização. O capitalista compra as mercadorias necessárias para a realização do processo produtivo e vende o produto desta produção, como uma nova mercadoria. Mas, é no processo de consumo da força de trabalho, no processo de produção de uma nova mercadoria, que simultaneamente se dá a produção, de modo que a valorização necessariamente se estrutura no processo produtivo com o trabalho não-pago.

Se o processo produtivo implica no consumo produtivo de mercadorias, como manipulação de frutos de trabalhos anteriores, também abarca os meios de produção incorporados no processo produtivo como valores de uso. O capitalista, como comprador da mercadoria força de trabalho, coloca o trabalhador a consumir os meios de produção com seu trabalho e esse processo de trabalho resulta num produto que é propriedade do capitalista, que exerce o controle e o domínio do processo produtivo, ou seja, de forma alheia e estranha ao trabalhador, pois o processo de trabalho se dá entre coisas que pertencem ao capitalista (Marx, 2017).

Como o processo de trabalho está orientado à geração de mais-valor, sendo o verdadeiro objetivo-fim deste modo de produção, a produção deve resultar em uma mercadoria vendável com valor superior ao somatório dos meios de produção e da força de trabalho investidos, fornecido pela extração vertiginosa de sobretrabalho (trabalho não-pago).

Nesse sentido, o capitalista converte o trabalho passado, representado nas mercadorias adquiridas por ele, em capital, ou seja, em *valor que se valoriza*, ao incorporar a força de trabalho viva além do valor necessário para sua reprodução. Mais-valor, portanto, é gerado pelo excedente quantitativo de trabalho, resultado do prolongamento da jornada de trabalho além da reposição do valor do salário pago pelo capital. Assim, a forma capitalista de produção de mercadorias se constitui na unidade dos processos de trabalho e de valorização, sendo que o volume de mais-valor depende das condições de consumo da força de trabalho na jornada de trabalho, o que é realizável pela contradição imanente entre o valor de uso e a força de trabalho (Marx, 2017).

Quando impostos limites sociais ao grau de exploração extensiva da força de trabalho, o capital desenvolve formas de encurtamento do tempo de trabalho necessário visando prolongar o tempo de trabalho excedente com o aumento da produtividade do trabalho. Isto ocorre, por exemplo, pelo desenvolvimento técnico da organização da força de trabalho e dos meios de trabalho, assim como

da divisão internacional do trabalho. Como o valor da força de trabalho é determinado pelo valor do conjunto de mercadorias necessárias à sua produção e reprodução, com o desenvolvimento de forças produtivas nos ramos industriais dessas mercadorias, provoca-se esse barateamento, pelo encurtamento da parte da jornada de trabalho que corresponde ao trabalho necessário, em favor da ampliação da parte excedente (Marx, 2017).

Todavia, em uma camada mais profunda de análise, Marx observa que a simples reprodução do processo de valorização cristaliza relações fundamentais entre capital e trabalho, pois, por exemplo, a produção do salário é realizada pelos próprios trabalhadores em processos de produção passados. Desta forma, o que se entrega continuamente à classe trabalhadora sobre a forma-dinheiro é parte daquilo que ela mesma produziu sendo apropriado pelos capitalistas. Essa relação se esconde sob o véu da forma-mercadoria e da forma-dinheiro, dificultando a percepção sobre os fundamentos da realidade social. Além disso, como o salário aparece agora como fundo de consumo do trabalhador, recebido de acordo com o necessário à sua autoconservação e sobrevivência, ele encobre o fato de que, constantemente, a força de trabalho devolve ao capitalista o que recebeu, na medida em que o mais-valor é produzido pelos trabalhadores no interior do processo de produção, descontado o valor adiantado pelo capitalista na forma de compra da força de trabalho e dos meios de produção.

É fundamental nesta análise o desvelamento da aparência da relação entre possuidor de dinheiro e possuidor de força de trabalho, como se fosse um acaso ou uma relação de livre negociação no mercado, entre possuidores de mercadorias. Uma vez escancarados os fundamentos da base social necessária a este processo de produção e reprodução material da vida, verifica-se que as expropriações sociais provocam a reiterada alavanca de reprodução ampliada do capital, ao lado da exploração do sobretrabalho. As expropriações sociais reiteram e reproduzem continuamente as condições para a produção da riqueza material como capital: os meios de produção como propriedade

capitalista, e o trabalhador, espoliado dos meios de produção, como força de trabalho. Em miúdos: o processo de produção e reprodução capitalista produz e reproduz a classe capitalista e a classe trabalhadora reiteradamente (Marx, 2017), procriando a engrenagem que subsume o indivíduo social ao trabalho capitalista, apequenando e atrofiando outras capacidades humanas.

Dessa forma, mesmo que o trabalhador tudo produza, a ele nada pertence e seu salário garante somente o consumo dos meios para sua autoconservação temporária, e, assim, ele deve voltar a vender sua força de trabalho para poder acessar o fundo de consumo novamente. Marx (2017, p. 647) destaca: “o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital”, ou seja, é o consumo individual que reproduz o mais importante e indispensável meio de produção do capitalista: a própria força de trabalho.

Desvenda-se, portanto, que o consumo da força de trabalho é dotado de duplo caráter, garantindo tanto a vida do trabalhador quanto a vida do capitalista. Em seu consumo individual, garante sua existência; em seu consumo produtivo, viabiliza a existência do capitalista e, com isso, são desvelados os grilhões que prendem o trabalhador ao processo de produção capitalista, tanto como processo de produção de mercadorias e de mais-valor, quanto às bases das relações sociais de alienação, exploração e expropriação da classe trabalhadora.

No processo de reprodução ampliada do capital – de transformação contínua de mais-valor em capital – o que se pode observar ainda com mais clareza é que, desde o princípio, ainda em forma germinal, todo produto de trabalho alheio não-pago, encoberto pela propriedade privada, mascara esse fundamento, pois “a propriedade do trabalho pretérito não pago se manifesta agora como única condição para a produção do trabalho não pago, em escala crescente. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais ele poderá acumular” (Marx, 2017, p. 658). Assim, não é a parte do capital trocada

por força de trabalho, mas sim trabalho alheio passado e apropriado sem equivalente, repostado pelo trabalhador que (re)inicia o processo de produção.

Em vista disso, a propriedade do capitalista aparece como possibilidade de se apropriar de trabalho alheio não-pago e de seu produto, e, para o trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto: “a cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que aparentemente tinha origem na identidade de ambos” (Marx, 2017, p. 659). O trabalhador, assim, produz e reproduz toda a riqueza alheia como mercadoria, a sua própria fraqueza como humano reduzido à sina do trabalho alienado e o próprio pauperismo, relativo e absoluto. Por sua vez, a busca incessante por D' torna a economia capitalista sedenta por excedente e essa dinâmica compulsiva por valor resulta e provoca uma trágica estrutura social que nega a realização plena das capacidades humanas, subsumindo a vida ao trabalho, ao mesmo tempo que a subsistência dos ditos trabalhadores livres é carregada de insegurança na medida em que a dinâmica do valor avança em mecanismos sociotécnicos para extração de sobretrabalho. Inclusive, contraditoriamente, a busca incessante e automática por sobretrabalho leva o capital a ampliar o trabalho morto (máquinas e tecnologias), diminuindo o trabalho vivo, portanto, independentemente da força de trabalho, diminuindo o valor que é o alimento do sistema, colocando-o em dinâmica disruptiva, com o aprofundamento das expropriações sociais e ambientais.

Com o impulso automático por valorização, a redução dos salários é uma alternativa recorrente do capital para transformar o fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista, com o aumento da força produtiva do trabalho. O aumento do grau de exploração da força de trabalho, tanto intensivamente quanto extensivamente, somado à redução de salários em razão do aumento da produtividade e barateamento dos bens de consumo, permite o aumento do mais-produto e do mais-valor sem aumento proporcional do capital gasto com a força de trabalho (capital variável). O desenvolvimento da ciência e da tecnologia cumpre papel fundamental

nessa potenciação, com consequências para a classe trabalhadora que englobam a exasperação de sua força de trabalho, e consequentemente de sua energia vital com usurpação de seu fundo de vida – por meio do aumento da exploração intensiva ou extensiva da força de trabalho e pelo encolhimento de seu fundo de consumo, impedindo a reposição de energia necessária à restauração plena (Marx, 2017; Luce, 2018).

Dito de outro modo: o destino dramático da classe trabalhadora também é determinado pelas transformações operadas na composição orgânica do capital. O aumento de mais-valor produzido e a garantia de taxa de lucro crescente estão ancorados na mudança da base técnica do processo de produção, ou seja, pelo emprego de mais capital constante (trabalho morto) e menos capital variável (força de trabalho, trabalho vivo), processo que reduz relativamente a demanda por força de trabalho e, concomitantemente, o poder de barganha da classe trabalhadora, com o crescimento do desemprego e a queda dos salários. É neste processo que Marx (2017, p. 706) evidencia a produção constante de uma população trabalhadora relativamente excedente aos auspícios da valorização, pois “a acumulação de capital, produzida pela classe trabalhadora e apropriada pela classe capitalista, produz em volume crescente os meios que tornam a primeira supranumerária”.

Fontes (2010) sublinha que essa dinâmica responde à relação social capitalista, primeiro, pela aparente naturalidade da necessidade de os trabalhadores venderem sua força de trabalho no mercado; e, segundo, pelo fato de a lógica capitalista determinar quem é considerado trabalhador, sem perder de vista que a produção não visa atender às necessidades de subsistência, mas sim a uma economia aparentemente autônoma que tende a obscurecer a vida social que a sustenta, focando somente na geração de valor para a acumulação ampliada a qualquer custo. Assim, produzir trabalhadores livres e expropriados de meios de produção "é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais capitalistas" (Fontes, 2010, p. 43).

Em períodos de retração econômica ou crises determinadas pelo processo de valorização entravado, a classe capitalista aumenta o

nível de exploração da classe trabalhadora, seja de forma intensiva ou extensiva. Isso resulta em um aumento da parte desocupada da força de trabalho, que ao mesmo tempo exerce pressão sobre a parte empregada, ainda mais subsumida às exigências do capital, forçando-a ao mais-trabalho. Desta forma, Marx revela que a lei da oferta e da demanda no mercado cristaliza o despotismo do capital e a dominação da força de trabalho de acordo com seus interesses, ao passo que encobre não haver como absorver todos aqueles historicamente expropriados de seus meios de vida e de produção. E junto a isso, a exasperação das expropriações sociais, que produzem e reproduzem a base social que sustenta o capital, ampliando tanto a submissão da força de trabalho ao capital, submetendo tanto os trabalhadores ocupados quanto os sobrantes às mais deletérias condições de vida e à alienação das relações sociais em curso (Marx, 2017; Fontes, 2010).

Para Marx, esses fundamentos que estruturam o capitalismo também o desestruturam na medida em que o modo de produção está assentado sobre contradições que podem fugir ao tênue comando. Por isso, ele situou ser desta lógica social a propensão imanente do capital a crises cíclicas, como expressão material incontestável do próprio movimento histórico do desenvolvimento capitalista. A contração econômica da produção e do comércio internacional com exponencial desemprego são as expressões mais fenomênicas das crises. E elas se manifestam como descompasso das contradições sistêmicas que fundamentam e põem o capital em movimento como pares dicotômicos e visceralmente relacionados: valor de uso – valor; trabalho concreto – trabalho abstrato; trabalho vivo – trabalho morto. Como negatividade, essas forças propulsoras podem levar o modo de produção a crises, ao criar barreiras e limites à valorização do valor. Contratendências podem ser acionadas pelos mecanismos institucionais do capital, sobretudo, pela forma-política estatal, para viabilizar estratégias anticíclicas, no sentido de minimizar ou eliminar os efeitos mais disruptivos para o processo de acumulação.

Entre essas medidas contratendências estão o acirramento da exploração no processo produtivo, a introdução de mais inovações

tecnológicas, a maior mercantilização da vida social e o desemprego. Nesse sentido, a sorte dos trabalhadores no contexto de crise do capital é o acirramento da precarização das condições laborais, a insegurança de acesso ao trabalho e à subsistência.

Mészáros (2011) explica as contradições iminentes do capitalismo que, de modo contraditório, provocam crises cíclicas envolvendo dialeticamente a exponenciação das dificuldades de o capital reproduzir-se e, ao mesmo tempo, a superação dessas mesmas barreiras, abrindo um novo ciclo ascendente. O autor apontou que crises de intensidade e duração variadas são o próprio modo de existência do capital, compondo barreiras à sua valorização. E, isso não decorre de ação externa à lógica do sistema, como no caso de uma praga na plantação. As crises, inclusive, segundo ele: “[...] são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (Mészáros, 2011, p. 795).

No entanto, das crises cíclicas chega-se à crise estrutural que assevera tudo e abre o tempo da *destruição destrutiva*, que, de acordo com Mészáros (2011), impõe dois campos cruciais de reflexão sobre a instabilidade sistêmica e as severas consequências para a reprodução dos trabalhadores, desde os anos de 1970. Um que envolve compreender a reprodução sociometabólica do capital, que abrange a sua expansão *incontrolável e irrefreável*, e, outro campo, sobre a crise estrutural que abre um novo contexto histórico, irreversível. Enfatiza que o sociometabolismo do valor se orienta pela determinação ontológica do capital de ser um controle sistêmico fundado na separação entre produção material e controle alienado dos produtores diretos no processo produtivo e na dinâmica de reprodução da vida mercantilizada. Enfatiza que o capital é um sistema de *mediações de segunda ordem*, que se interpõem na relação homem-natureza, manifestando seu caráter essencialmente *antagônico*. Na atualidade, é ainda profundamente *destrutivo* pela impossibilidade de deslocar aquelas contradições mencionadas. O sistema se estrutura sobre as mediações de primeira ordem da atividade produtiva ou, melhor, do trabalho e,

para sua reprodução, produz dada forma de relação dos homens com a natureza e entre eles mesmos, buscando na exploração e na acumulação de trabalho excedente expandir exponencialmente essa dinâmica. Esse processo é automático e ininterrupto, de modo que se realiza como uma dominação abstrata, também com caráter *incontrolável*, submetendo à sua lógica a natureza e as necessidades humanas.

O capital existe como valor, produzindo valor em escala maior e, para isso, submete a força de trabalho (e as questões que a envolvem) para realizar essas exigências acumulativas. Começa com a acumulação primitiva de origem e, tão logo o dinheiro se transforma em capital, este cria seus próprios pressupostos, como *solução do seu próprio ser*. A capacidade reprodutiva do sistema envolve reproduzir o trabalho assalariado, que se impõe com a eliminação das amarras das práticas econômicas anteriores vinculadas à autossuficiência, tornando o capitalismo promissor em extrair trabalho excedente e provocar a troca generalizada, em razão da insuficiência das práticas autônomas de subsistência nesse modo de produção. Como dito antes, isso ainda se faz por meio da reificação da venda contratual (livre) do trabalho, isentando o capital da responsabilidade com a concretude da exploração do excesso de horas trabalhadas, por conta do contrato que fetichiza a jornada e o salário, como se o pagamento correspondesse ao trabalho entregue.

A partir daí, a produção de riqueza só tem sentido se voltada para a autorreprodução e isso se realiza com o capital se sobrepondo à vontade dos indivíduos, que devem, de fato, provar sua viabilidade produtiva ou fenecer. Esse dilema impulsiona a dinâmica absolutamente totalizadora e absorvente do modo de produção, ao sujeitar aos seus imperativos a questão da saúde, da educação, da arte, da indústria, do comércio, enfim, o conjunto social. Nessa condição, a lógica da reprodução sociometabólica limita o espaço para lidar com os defeitos inerentes ao egoísmo do capital envolto com a reprodução exponencial do valor, portanto, limita as questões de reforma social que teriam que podar os imperativos da troca.

Esse núcleo sistêmico do modo de produção capitalista provoca contradições que o viabilizam e ao mesmo tempo o *instabilizam*, caracterizando-o como *incontrolável*. Entre as contradições, destacam-se: 1) a contradição produção e controle, na medida em que ao libertar as amarras da autossuficiência o capital pode deflagrar o modo de controle social da aglomeração humana, voltando-se para a expansão da produção e do trabalho subsumido ao capital, movido pela acumulação incessante de valor; 2) a contradição produção e consumo com o controle do trabalho voltado para a produção de excedente, separando a produção do consumo (necessidade útil), quando a produção é estranha ao consumo de quem produz ou à própria finalidade de ser consumida, inclusive porque o sentido da produção de excedente só se realiza na relação de troca, logo produção e consumo estão isolados e em oposição (ainda que dependentes); 3) e, a contradição produção e circulação, pois a centralidade das relações de troca como eixo da valorização de capital torna a expansão do capital sua própria condição, desbravando a geografia mundial e os *nichos* de reprodução da vida como um imponente imperativo.

Em verdade, para Mészáros (2011) essas contradições instituem a dinâmica positiva do/para o capital e ao mesmo tempo expõem suas derrapadas, tornando o sistema *incontrolável*. É um sistema metabólico totalizador que a tudo submete seu controle social, mas é *incontrolável* no sentido de não poder domar seus fatores imanentes e continuar tendo existência enquanto tal. O sistema é controlado pelo *incontrolável* e a essa estrutura movediça as vidas humanas estão hipotecadas.

Contornar as crises e encontrar saídas para os percalços que se colocam ao processo de valorização, como foram os arranjos do pós-Segunda Guerra Mundial e as artimanhas da financeirização recente, compõem o *modus operandi* do capital. Mas, trata-se somente de deslocamentos, uma vez que os movimentos críticos do capital são inelimináveis. Mais que isso, a partir dos anos de 1970, a demanda do capital foi de encontro à parede na medida em que os impasses da valorização impedem alternativas por meio do Estado e a solução da financeirização aprofunda o distanciamento entre recursos monetários

e a realidade do valor, formando bolhas em que o dinheiro não tem correspondente de valor.

Do ponto de vista histórico, a crise que explode na década de 1970 teria, conforme Mészáros (2011), caráter particular, face às crises cíclicas do capital. Para ele, essa crise assume o caráter de uma crise estrutural, por suas características principais, que residem: no seu caráter universal, porque não se restringe a uma esfera particular (financeira, comercial, industrial), e não somente a um ramo de produção; seu alcance é global, na medida em que não se limita a um conjunto particular de países; sua escala de tempo é extensa ou permanente, ao invés de limitada e cíclica como as crises anteriores do capital; e seu modo de desdobramento é rastejante, aprofundando barbarismos sociais.

Para Mandel (1985), que despreza qualquer explicação monocausal para a eclosão da crise, ela resulta da dinâmica intrínseca do capitalismo maduro, marcada pela crescente dificuldade de valorização do capital em função: da tendência crescente da supercapitalização - inclusive, com a industrialização da esfera da reprodução -, do aumento na composição orgânica do capital em função da terceira revolução tecnológica, da hipertrofia dos orçamentos estatais, da aceleração da inflação, da intensificação da financeirização da economia, da desvalorização do dólar, da forte redução dos investimentos e do desemprego estrutural.

O capitalismo contemporâneo, conforme Carcanholo (2018), está matizado exatamente pela resposta que o modo de produção encontrou para a crise estrutural dos anos 1960/1970, o que incluiu diferentes estratégias econômicas, políticas, sociais e culturais, quais sejam: profunda reestruturação produtiva flexibilizadora da economia e das relações de trabalho; reformas estruturais nos mercados de trabalho que possibilitaram o aumento da taxa de mais-valor, tanto nos países centrais da acumulação, quanto nos países periféricos; aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais; expansão dos mercados no contexto mundial, dada a intensificação dos processos de abertura

comercial e liberalização financeira; potencialização da acumulação de capital, com a exponenciação de capital fictício.

Esses processos somente foram possíveis pela mediação essencial do arcabouço neoliberal, com a redefinição da própria forma-Estado no sentido de garantir direta e friamente as novas condições institucionais para esse reordenamento capitalista, mediadas por forma jurídica flexibilizadora dos processos produtivos, do comércio internacional e das relações de trabalho. Esse processo foi potencializado pela ação do capital fictício, impondo formas flexibilizadas de organização produtiva e de trabalho, por meio da ampla oferta de recursos para serem usados como capital funcionante.

Todavia, se as saídas imediatas encontradas pelo capital para sua crise estrutural, pós-1970, estão calcadas amplamente no processo de financeirização da economia, que permitiu alguns anos de suspiro para valorização do capital, ele também redundou na proliferação de capital fictício, cujos efeitos mais deletérios se viram na chamada crise financeira de 2008, que explodiu no mercado de *subprime* norte-americano. Uma crise que, conforme Harvey (2011), começou no mercado financeiro americano, mas logo se espalhou para outras bolsas de valores e rapidamente se propagou na economia real.

Para Alves (2022), o Estado que salvou as economias centrais diante desse *crash* financeiro por meio dos Bancos Centrais, que injetaram trilhões de dólares para salvar o sistema bancário; e depois, através da aplicação de uma política de afrouxamento monetário visando a recuperação das economias capitalistas centrais. Essas estratégias, associadas à expansão do próprio crédito e da bancarização da economia, deflagraram um movimento de aprofundamento inédito de endividamento público e privado.

A imprescindibilidade do Estado para a reprodução das relações sociais capitalistas levou Mandel (1982, p. 336) a demonstrar a sua diferença de formas anteriores de dominação de classe por uma peculiaridade da sociedade burguesa: “o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, sendo consequência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência

de todos contra todos”. Nessa direção, o Estado desempenha importantes funções: criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas; reprimir quaisquer ameaças da classe dominada ao modo de produção corrente através do aparato coercitivo; integrar as classes dominadas, garantindo a reprodução e legitimação da ideologia dominante.

A experiência do chamado Estado de Bem-Estar Social ou o denominado Estado social ampliado – cuja limitação interna em decorrência da racialização e da genereficação já tem sido explicitada pela teoria feminista marxista, principalmente a Teoria da Reprodução Social – condensou as possibilidades histórico-políticas de relativa conciliação da expansão do capitalismo, com ampliação de direitos e melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora. Embora com formatos variados – e limitados a países do capitalismo central – a forma estatal do período fordista/keynesiano, do pós-Segunda Guerra Mundial, implicava um dado padrão de reprodução social com relativo acesso da classe trabalhadora a bens de consumo, bem como amplas responsabilidades públicas no que diz respeito à reprodução social propriamente dita, assegurando políticas/serviços sociais universais e/ou de caráter abrangente.

O projeto neoliberal impôs, em seu núcleo, uma reconfiguração profunda nesse padrão de reprodução social, vista a própria transformação no Estado capitalista – que, malgrado as particularidades históricas – passa a se definir na forma estatal neoliberal, uma vez que a própria forma de reprodução do capitalismo contemporâneo somente pode ocorrer nos moldes mais radicalizados do neoliberalismo.

Isso implicou de modo peremptório na continuidade dos processos expropriativos, em consonância com a hegemonia da financeirização da economia, utilizando-se da forma-jurídica, mediante a qual as expropriações podem, inclusive, assumir a forma de violência jurídica com o Estado tomando às vezes de abonador do esquema dessas pirâmides financeiras “ao injetar dinheiro no mercado financeiro, blindar o capital fictício e introduzir mecanismos de

transferência monetária às famílias combinados com planos de suspensão, renegociação e expansão do pagamento das dívidas (Gonçalves & Barreira, 2024).

A dinâmica de financeirização da economia, como estratégia para superar as dificuldades crescentes de valorização do capital – na sua crise estrutural – alastra o processo de mercantilização para áreas e segmentos antes não absorvidos pela capitalização, como os serviços sociais de acesso coletivo. O Estado capitalista, na atualidade, inventa novos nichos para a inclusão financeira e para isso lança mão de expropriações jurídicas, como os direitos aos serviços necessários à reprodução social (Gonçalves & Barreira, 2024).

Essa dinâmica reacende os limites do capitalismo como horizonte da sociedade, para nos fazer ser gente. E o azar é não haver acaso ou sorte para isso, conforme se delineou nessas resumidas linhas sobre a lógica do capital e as camadas tectônicas que se confrontam no seu interior. A crítica, portanto, tem que se elevar à condição superior, transpassando a superfície na qual a realidade se mostra, para não ser mera reprodução do próprio capitalismo. Nessa linha de argumentação, entende-se que a crítica que não revela visceralmente o capital, em sua densidade, é ideologia e ampara sua reprodução ampliada.

Referências

ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capitalismo global - o capital diante de seus limites no século XXI. In: SOUSA, Adrianyce A. Silva et al. (Orgs.). *Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. pp.49-66.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A crítica à precariedade. In: BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (orgs). *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida*. Curitiba: CRV, 2023. Pp. 149-174

BEZERRA, Isabelle Germano Coelho. *A crítica da economia política da fome*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. 250p.

CARCANHOLO, Marcelo. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio et al. (Orgs.). *Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. Fortaleza: Ed. UECE, 2018. pp. 23-56.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da; ALENCAR, Thiago Romão de. Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social. In: *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade*, Vol. 6, nº 10, p. 317-338. Rio de Janeiro: UFRJ, jan.-jun./2021

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018. pp. 17-62.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo Boitempo, 2011.

GONÇALVES, Guilherme Leite; BARREIRA, César Mortari. A reprodução sociojurídica dos ciclos econômicos: ampliando diálogos entre a sociologia do direito e a (crítica da) economia política. In: *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 15, N. 4. Rio de Janeiro: UERJ, 2024, p. 1-29.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias; uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, pp.135-196.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O capital: crítica à economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAPÍTULO 4

Adoecimento pela Aposentadoria: refração do sentido do trabalho alienado*

Conceição Maria Vaz Robaina

A realidade social se apresenta aos indivíduos no cotidiano como um conjunto casuístico de histórias singulares. É a observação instigante dos sujeitos, mediada pelos conhecimentos que lhes foram permitidos acessar, que vai conduzindo o desvelamento do que há de estrutural naquelas vivências coletivas e o que é conjuntural e marcadamente pessoal. Por certo, a matriz destes conhecimentos adquiridos define como os sujeitos explicam esta realidade.

O presente capítulo trata do adoecimento pela aposentadoria como um produto do sentido do trabalho alienado. Para tal, esforços teóricos foram realizados, pautados na tradição marxista, ou melhor, na crítica anticapitalista do trabalho, visando capturar as determinações deste adoecimento e como os sujeitos o compreendem.

Foi a concepção de trabalho como categoria central para o ser social e sua determinação na produção de sentidos, o ponto de partida para este desvelamento. O trabalho em tese, suspenso das relações sociais que o produz, é concebido por Marx (2017) como ineliminável do homem. É a força que, em movimento, lhe permite extrair da natureza aquilo que lhe é necessário à sobrevivência. Mais do que um recurso de subsistência, é elemento constitutivo do gênero humano, aquilo que o particulariza dentre os animais. Esse caráter ontológico do trabalho constitui o ser humano como tal e orienta a história. Se assim o é, o trabalho torna-se elemento central, ponto de partida para toda análise da humanidade.

Diferente das demais espécies animais, os homens, com o trabalho, estabeleceram uma ruptura com as determinações genéticas,

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.65-86

complexificando-se por meio do manejo e exploração das propriedades da natureza. Essa evolução histórica do trabalho introduziu a necessidade de instrumentos, ou seja, de meios de produção para que fosse levado a termo:

[...]Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. [...] O uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano [...] O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não somente fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 2017, p. 257).

A condição de ser social, naturalmente gregário, imprime ao trabalho um caráter relacional e social. O objeto e o produto do seu trabalho guardam interdependência de uma malha de outros trabalhos organicamente articulados que põe em questão a forma como os homens se organizam para produzir e distribuir a vida material. E é esse modo de produzir, na concepção marxiana, que define as relações sociais que os sujeitos vão estabelecer entre si.

Por essa razão, o trabalho (e o próprio homem) não pode ser compreendido fora das relações sociais de produção. Estas dizem respeito ao regime de propriedade dos meios de produção fundamentais e condicionam as relações técnicas de produção.

A produção de bens nos moldes burgueses subverte o sentido natural do trabalho – que é alterar a natureza para tão somente satisfazer suas necessidades materiais e imateriais. Seja porque o tempo empregado na tarefa excede aquele tanto (o equivalente às suas necessidades), seja porque o produto resultante desse trabalho não condiz necessariamente com aquelas, ou ainda porque sequer pertence ao produtor direto.

Acrescente-se ainda que o salário recebido pelo trabalhador não guarda correspondência com o valor produzido por ele, mas com o mínimo necessário para restauração de sua força de trabalho, a partir do suposto pelo capitalista, reduzindo unilateralmente as necessidades da classe trabalhadora à sua sobrevivência. Marx (2017) alerta, no entanto, que esta não é uma característica exclusiva do capitalismo, mas de todo modo de produção calcado na exploração do homem pelo homem.

[...] Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção (Marx, 2017, p. 290).

Nas sociedades onde vigora o modo de produção capitalista, coexistem somente duas possibilidades matrizes de inserção: à classe trabalhadora e à que vive a expensas do produto do trabalho alheio. Diferente do que nos faz supor a concepção liberal, tal inserção não é definida pela competência ou esforço individual – ela está determinada pela detenção ou não dos instrumentos fundamentais que mediam a interação do homem com a natureza (meios de produção) e tal propriedade, protegida por uma superestrutura que tende a lhe perpetuar na história.

Nesse padrão de relações sociais, o sentido do trabalho para o capitalista assume então o caráter de exploração da mercadoria força de trabalho para ampliar sua acumulação de riqueza. Nas palavras de Marx (2017):

O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é somente o consumo da mercadoria força de trabalho por ele comprada [...] Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um

artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia (p. 262-263).

Esse fenômeno que implica o nivelamento do trabalho vivo ao trabalho morto, denominado de reificação, visa naturalizar estas relações sociais, embora a força de trabalho seja a única dentre estes que produz valor.

Marx (2017), no capítulo intitulado “A chamada acumulação primitiva”, descreve como o homem, liberto da escravidão e da servidão na modernidade que se inicia, vai sendo separado de todo meio de produção, de forma que só lhe reste a posse de sua força de trabalho. Assim, ao trabalhador, que Marx qualificou ironicamente de “homens livres como pássaros” porque livres de senhor, mas também dos meios de produção, só resta por alternativa a venda de sua força de trabalho no mercado. Esse trabalho alienado, porque apartado do seu produto final, se configura assim:

[...] como trabalho mortificado, forçado, sofrido e limitado para a sobrevivência física. A dialética do trabalho está na sua própria condição contraditória de ser ao mesmo tempo ato de criação e omnização e ser fonte de sofrimento, na sua capacidade de escravizar e libertar (Robaina e Pinheiro, 2015, p. 38).

A complexidade resultante desse caráter contraditório do trabalho, que sendo característica fundante do seu papel no mundo também o coisifica, que não sendo seu espaço de livre criação e fruição o aprisiona, definindo o tempo e o padrão que pode ser destinado às demais dimensões de sua existência, é experimentada singularmente por cada trabalhador.

Mas, do ponto de vista do ser social ou de classe (trabalhadora), ela é vivida como sofrimento, resistência ou emancipação, de acordo

com o grau de organização e de consciência de classe alcançada – a classe para si.

Em seu estudo sobre os sentidos do trabalho na contemporaneidade, Oliveira e Silveira (2012) vão buscar raízes para o *sentido do trabalho como sofrimento*.

No discurso religioso, a máxima bíblica “Comerás o pão com o suor de teu rosto” tem a força de uma ameaça, associando trabalho ao castigo, maldição, sofrimento. Em sua etimologia, o termo trabalho remete ao substantivo *tripalium* (instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, com o qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los) e ao verbo *tripaliare*, igualmente do latim vulgar, que significava “torturar sobre o *tripalium*”. Por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo (Bueno apud Oliveira e Silveira, 2012, p. 150).

Esse sentido negativo também aparece como raiz da palavra em inglês (*labor*), francês (*travail*), alemão (*arbeit*) e grego (*ponos*) (Ciavatta, 2008). Tal sofrimento se objetiva nas longas jornadas, no trabalho insalubre, nas condições físicas e sociais degradantes, na insuficiência do salário, nas relações fortemente hierarquizadas, em situações de assédio moral, nas atividades que contrariam os valores do trabalhador e que exigem do trabalhador mais do que a energia vital proporcional à atividade a ser realizada, mas a mobilização de outros recursos internos para superar o desprazer na execução da tarefa. Mas, o caráter de sofrimento pode ser atribuído, originariamente, ao sentido do trabalho contrariado.

Se o trabalho é teleologicamente orientado a um fim que visa satisfazer uma necessidade do sujeito, no capitalismo essa relação passa a ser mediada pelo salário. Ademais, nas complexas sociedades contemporâneas, o grau de divisão sociotécnica do trabalho não permite que o trabalhador se reconheça no produto final do seu trabalho, nem mesmo tenha controle sobre sua finalidade ou preço. Não raro, o próprio trabalhador não consegue ter acesso àquilo que produz, em outras palavras, o trabalhador cria a riqueza, mas dela não

usufrui. Concomitantemente, o caráter relacional do trabalho vai introduzindo a subordinação como elemento essencial nas relações classistas. O trabalho assim organizado fragmenta sua natureza, interdita seu sentido original.

O trabalho aparece para o trabalhador moderno como meio de sobrevivência, espaço do “ganha-pão”, onde ele vale pelo que produz. Seu consumo e seu status ficam condicionados pelo seu valor no mercado. A isso se agrega uma série de valores morais produzidos pela ideologia. Entretanto, o significado do trabalho para o ser social extrapola este sentido negativo.

Dejours (1992), para quem o trabalho é fonte de sofrimento e prazer, considera que a evolução das condições de vida e trabalho não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e reivindicações operárias em geral. Nessa perspectiva, aponta que o século XIX foi marcado pelo movimento dos trabalhadores em torno da limitação da exploração, que poderia ser representada por uma palavra de ordem: redução da jornada de trabalho (na limitação de idade para o trabalho de crianças, das mulheres, do trabalho noturno, de trabalhos penosos, da própria carga horária diária, e outros).

Segundo o autor, somente na virada daquele século algumas leis são conquistadas na França, dentre elas a que garante a aposentadoria dos mineiros em 1905, e em 1910 “aposentadorias para o conjunto dos trabalhadores após 65 anos - ‘aposentadoria para os mortos’, dizem os sindicatos, já que nesta época somente 15% dos franceses atingem essa idade” (Dejours, 1992, p. 18).

O autor descreve ainda como a organização do trabalho se reflete no corpo e mente do trabalhador, e toma o método introduzido por Taylor como referência:

[...] é preciso assinalar as repercussões do sistema Taylor na saúde do corpo. Nova tecnologia de submissão, de disciplina do corpo, a organização científica do trabalho gera exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho. As performances exigidas são absolutamente novas e fazem com que o corpo apareça como

principal ponto de impacto dos prejuízos do trabalho. O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção de massa. Ao separar radicalmente o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários. [...] Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. Corpo doente, portanto, que corre o risco de tornar-se doente (Dejours, 1992, p. 18-19).

Segundo a cronologia construída pelo autor, nas primeiras décadas do século XX, o movimento dos operários conquistou diversos direitos ligados à sobrevivência e condições de trabalho, além de pautar a organização do trabalho. Pode-se conceber aqui o *sentido do trabalho como resistência*.

Se o trabalho tem esse caráter contraditório, o processo de subjugação do trabalhador é também processo de contraposição. Assim, são signos deste sentido de resistir às greves dos trabalhadores, sejam as do início do processo de industrialização, ou as contemporâneas, incluindo aquelas relativas às recentes modalidades de trabalho como o chamado *Breque dos APP*. Também são evidências a chamada *operação tartaruga* quando os operadores diretos diminuem o ritmo da produção na fábrica (ou mesmo nos serviços), ou quando quebram os relógios de ponto, impedindo o controle sobre suas jornadas, ou mesmo as pontuais estratégias que grupos pequenos de trabalhadores constroem para burlar as exigências patronais em seu local de trabalho, da mesma forma que o movimento *Vida Além do Trabalho* (VAT).

São também indicadores deste significado as lutas que têm por base os interesses de classe dos explorados, como a luta por saúde e educação pública, por terra e teto, por participação social e garantia dos direitos humanos, por expressão e representação política, entre outros.

Para reconhecer esse sentido de resistência, é necessário identificar o movimento da classe trabalhadora nas suas diversas feições (sindicato, associações específicas, equipes locais de trabalho,

comissões de fábrica, movimento social, partido político, trabalhador individual, dentre outras). Esse tema é profundamente vasto e polêmico e merece um tratamento com a qualidade e espaço que os limites deste capítulo não permitem. Mas, o que queremos evidenciar nesse particular, é que todas as lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores constituem o sentido do trabalho como resistência na dimensão que a categoria trabalho tem para o ser social.

Mas, é possível também tomar como indicativo de resistência, de denúncia do trabalho mortificado, fragmentado, os processos de adoecimento dos trabalhadores.

O sentido do trabalho como resistência está dialeticamente articulado com o sentido do trabalho como sofrimento – um não pode ser visto sem o outro, porque se constituem em polos organicamente vinculados.

Dejours (1992) aponta que o sofrimento mental começa quando o trabalhador já não pode fazer qualquer modificação na sua tarefa, frente à rigidez da organização do trabalho, e que contra a angústia e insatisfação os trabalhadores elaboram estratégias defensivas que os camuflam.

Entretanto, defende que o trabalho também pode se revelar fonte de prazer, principalmente, quando é livremente organizado ou deliberadamente escolhido e conquistado, implicando em um bom grau de autonomia e/ou quando a compatibilidade entre as exigências intelectuais, motoras ou psicossociais da tarefa estão em consonância com as necessidades do trabalhador, fazendo com que o mesmo aceite com facilidade mesmo as grandes dificuldades porque o prazer do trabalho lhe permite uma melhor defesa (Dejours, 1992, p. 134-135). Frente à polêmica, reconhece que esta é uma tendência cada vez mais rara em um mundo em que a tarefa é cada vez mais fracionada.

É possível, então, aferir que as possibilidades da classe que vive do trabalho restringem-se aos processos defensivos para garantir o máximo de dignidade possível na sociabilidade burguesa? É viável, no grau de complexidade e amplitude de objetivações do ser social na contemporaneidade, superar o grau e padrão da divisão social

do trabalho? São questões desta monta que animam o debate (acadêmico ou não) e as lutas em todo o mundo. Vale sinalizá-las como implicações deste campo, compreendendo que é a história a arena de observação (e construção) do *sentido do trabalho como emancipação*.

Para a compreensão desse sentido alternativo do trabalho, buscamos o estudo de Lopes (2015) acerca da Revolução Cultural na China, que tomou como fonte a produção de Bettelheim, cujo foco é o exame do processo criativo de reorganização e ressignificação do trabalho a partir dos próprios trabalhadores.

Segundo o autor, o ponto de partida de observação de Bettelheim é a organização das fábricas, mais especificamente a divisão sociotécnica do trabalho, tendo por parâmetro a advertência de Marx (1998) de que na sociedade de classes, quando o avanço da produtividade é comandado por um grupo, mais se acirra a separação e distanciamento entre o campo e cidade, entre saber e o trabalho, entre comando e execução, criando-se estruturas políticas, físicas e espaciais para isto.

Chamou a atenção do pesquisador o fato de que na fábrica observada foi construída uma escola que poderia “converter um operário em engenheiro”, sendo certificado sem as restrições formais da Academia, separada do universo da produção econômica (Marx, 1998, p. 18). Da mesma forma, os engenheiros e dirigentes do partido eram levados a executar tarefas manuais, e todos realizavam estudos sobre as teorias de Marx e Lenin.

Evidencia ainda que a organização criativa dos trabalhadores permitia não somente resolver coletivamente os problemas da produção, mas que através da constituição espontânea de Grupos de Gestão Operária, exerciam interlocuções políticas junto aos membros do Partido acerca desta revolução ideológica.

Resultante desta organização social, os preços dos produtos aos consumidores obedeciam a uma escala segundo o grau de necessidade – ou são vendidos a preço de custo (como os para a saúde), ou são distribuídos gratuitamente. Somente nos artigos mais sofisticados admite-se a formação de lucro, e para os que expandem a produção, o

excedente é destinado a fundo sob controle da sociedade chinesa. Em outras palavras, a produção não é mais regida pela acumulação do lucro, mas pelo seu fim social.

O trabalho assim organizado reconstitui sua totalidade e seu sentido original. Mais ainda – ganha nova direção social. Nesse modelo, o trabalho assume o sentido de emancipação. Não a emancipação de concepção liberal, individual, mas a do sujeito coletivo – emancipação de classe.

Fora da lógica capitalista, ou de qualquer outro modo de produção calcado na exploração, o trabalho tem vitalidade para desenvolver-se de forma integralizante, com sua dimensão prática, teórica e política.

Mas, a despeito de seu sentido, o trabalho exerce centralidade na vida do homem tanto por seu caráter ontológico, quanto pelo tempo que o trabalhador está ocupado por ele. Nos centros urbanos, onde se concentra a grande massa de postos de trabalho, a ausência de um planejamento urbanístico eficiente – porque norteado pela lógica da acumulação – agrava cada vez mais o deslocamento, consumindo um tempo muito maior da vida do trabalhador em função do trabalho.

Por esta razão, o trabalho assume mais do que o papel de espaço de labuta, mas onde também se constrói uma rede de relações interpessoais que em muito supera o tempo que o trabalhador pode dedicar-se à convivência familiar, comunitária, religiosa e militância política. Não raro, o trabalho substitui (e fragiliza) esses vínculos.

Entretanto, Souza (2011) destaca que essa prevalência de envolvimento do trabalhador com o trabalho não se deve somente ao tempo e frequência dedicados a ele, mas a uma particularidade estratégica de sobrevivência do capital em sua modelagem toyotista:

O controle no toyotismo é exercido sobre a subjetividade dos/as trabalhadores/as e se dá de forma implícita, subjacente, que implica o/a trabalhador/as com a empresa, com a qual ele/ela estabelece laços afetivos, havendo um deslocamento do sentimento de refúgio, para a empresa, que até então era oferecido centralmente pela família (Souza, 2011, p. 110).

Nesse sentido, a centralidade do trabalho se hiperdimensiona e, proporcionalmente, a sua ausência também. Há ainda mais uma característica do trabalho cunhada pela sociedade moderna a ser considerada: associação entre emprego e trabalho, na qual emprego “é a relação entre indivíduo e organização”. É a sociedade de mercado que cria a ideia de que “não estar empregado é sinônimo de ser imprestável ou excluído” (Wollak, 2007, *apud* Oliveira, 2012). Disso se poderia deduzir que estar aposentado é sinônimo de mercadoria “gasta”, “velha”?

É essa particularidade que aqui se coloca em foco. Na sociedade moderna, o homem é educado desde sempre para assumir seu papel na cadeia de produção e sua identidade de trabalhador se constrói de forma indissociável de si (Robaina, 2007). Ainda que a aposentadoria tenha sido uma árdua conquista da luta dos trabalhadores, a sociedade da mercadoria faz dela, de um lado, produto, de outro, bem-estar do Estado.

Ao capital, a aposentadoria interessa como arena de disputa por duas vertentes centrais: uma mais centrada na estrutura do capitalismo – a perspectiva de adiar o acesso pelo trabalhador de modo a ampliar o tempo de exploração da vida útil da força de trabalho; e a segunda, mais ligada ao seu desenvolvimento, qual seja – como seara de valorização do capital por via da venda da aposentadoria privada e a apropriação do fundo público.

Para isso, toda sorte de recursos ideológicos é utilizada para criar no imaginário social a ideia de déficit da previdência social, seja dos trabalhadores vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), seja dos servidores públicos (Regime Jurídico Único -RJU). A concepção de que a saída do trabalho em idade e vigor físico, portanto ainda com capacidade produtiva, significa onerar o sistema e à própria sociedade, reveste a aposentadoria de caráter moral e funciona como um constrangimento social ao trabalhador.

Aqui emergem duas associações importantes neste debate: a do trabalho como emprego e a de aposentadoria e velhice. Tais associações

justificam as propostas de ampliação da idade mínima e do tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria.

Estas concepções só podem ter respaldo no imaginário dos próprios trabalhadores com o suporte do aparato educacional (formal ou não) e cultural (como vimos acima). É a educação para o trabalho alienado que mascara o sentido da aposentadoria como participação do trabalhador na riqueza socialmente produzida nos anos trabalhados – seu quinhão do capital que ajudou a valorizar. É essa concepção que deveria caracterizar a solidariedade do fundo previdenciário.

Nesse caldo de cultura, a máxima de que o trabalho dignifica o homem obscurece a alienação do trabalho sob a lógica capitalista. Sobretudo, traz subjacente a ideia de que o homem, sem o trabalho, não tem dignidade (ou não tem honra, como diz o poeta). A questão é que, sem mediação, essa máxima é vivida pelo homem que se aposenta.

É fato que, do ponto de vista da imediatividade, é a necessária insuficiência de renda que explica as razões materiais para a permanência do trabalhador em condição de aposentadoria (ou já aposentado) no mercado de trabalho. A partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), é possível deduzir que a condição do segmento maduro da classe trabalhadora na América Latina (incluindo o Brasil) está submetida, não só à ampliação do tempo de vida de trabalho, como também ao trabalho precarizado, e ainda, que os sistemas de proteção social ao idoso nessa região são seletivos e excludentes. Entretanto, na ótica da subjetividade, a ocorrência de sofrimento pela ausência do trabalho na aposentadoria desafia a compreensão. E a concepção da aposentadoria como direito centraliza o trato acadêmico do tema e as necessárias lutas sociais, mas não estimula a ampliação da compreensão de seus efeitos sobre os trabalhadores.

As perdas dos vínculos sociais do trabalho, a sensação de “inutilidade”, a inadequação aos novos ritmos da vida e a ausência de sentido do trabalho fora da ambiência do mercado são elementos

substanciais para produzir sofrimento ao trabalhador aposentado – e a isso estamos designando como ‘adoecimento’.

Esse adoecimento produzido pelo sentido do trabalho alienado se confunde com as doenças próprias da idade avançada e assim se oculta. Obviamente, não se está pretendendo anular a propensão do adoecimento no idoso, mas sublinhar que se as doenças próprias do “acúmulo de idade” são resultantes também do desgaste da “máquina-corpo” na sua integralidade, do consumo da energia vital. Os modos de trabalhar são decisivos no tipo de adoecimento na idade madura. A propósito, vale flexionar que os conceitos de adoecimento e envelhecimento são também abstrações históricas, pactuações vulneráveis ao contexto em que vigoram. Desse modo, como pensar as doenças “próprias da idade” da classe trabalhadora fora dos condicionantes dos desgastes do trabalho?

Para nos atermos a uma das dimensões deste adoecimento – a relação saúde mental e trabalho (e a ausência dele) – propomos uma breve e necessária incursão acerca da subjetividade e sua natureza. A esse respeito, Souza (2011) afirma que a subjetividade é eminentemente histórica e, como tal, multicondicionada e variável no tempo de acordo com as condições objetivas.

Os seres humanos, que produzem as relações sociais segundo a sua produção material, criam também as ideias, as categorias, isto é, as expressões abstratas ideais destas mesmas relações sociais. Estas categorias são produtos históricos e transitórios, e a subjetividade é um destes produtos históricos e transitórios, subjetividades diversas gestadas diferentemente conforme a classe, o gênero e a etnia a que o indivíduo pertence, em cada um desses momentos históricos (Souza, 2011, p. 99).

Como se pode depreender, para a autora, a compreensão da subjetividade implica em analisar as formas históricas de sua existência. Nesse sentido, afirma-se que para cada modo de organização da produção instituído pelo capital, provoca-se a emersão das emoções necessárias à sua manutenção (Souza, 2011, p. 100).

Ao estudar a subjetividade nas particularidades do capitalismo do tempo presente, a autora identifica que sob o modo de gestão toyotista da produção, o controle ganha centralidade, mas não o controle hostil do taylorismo e fordismo, e sim um controle de novo tipo – o autocontrole do trabalhador e do próprio coletivo de trabalho ao qual pertence. Para a construção dessa sociabilidade, o capital empenha cooptar os trabalhadores em seu envolvimento emocional com a empresa que ideologicamente enfatiza “as relações de proximidade, as relações de pertença, emoções: não mais o trabalho desmotivante, mas a realização, o cliente satisfeito, a individualidade e o talento do/a trabalhador/a reconhecidos” [...] (Souza, 2011, p. 109-110).

Corroborando com essa concepção do caráter histórico da subjetividade a afirmação de Cohen (2011) para quem o trabalho assume lugar fundamental em sua determinação:

A consideração do que se concebe como trabalho ou prática criadora de valor depende sempre dos valores existentes em um contexto social e histórico dado, ou seja, o trabalho se define simplesmente como atividade (assalariada) ou especificamente como atividade socialmente reconhecida como produtora de valor. O qual implica: como produtora de relações sociais (o capital é uma relação, não uma coisa) e, portanto, como produtora de subjetividade (Cohen, 2011, p. 91).

Pois, é no real do mundo social que a subjetividade do trabalhador é talhada para o trabalho alienado e intensificado. É entre a expectativa de prazer e a experiência de sofrimento que o trabalho se situa nas formas de gestão do trabalho engendradas pelo capital, produzindo os sentidos do trabalho assimilados pelo trabalhador. Trabalho como sofrimento, como resistência ou como emancipação dependem das condições objetivas e das explicações produzidas para justificá-las.

Corroboram com a concepção da centralidade da vivência no trabalho na produção do sujeito (do sujeito trabalhador) as contribuições de Barreto (2011) e Palácios (1995).

Deste modo, se é seguro afirmar o caráter histórico da subjetividade do trabalhador (assim como a do capitalista), e o exposto acima evidencia que ela está voltada para otimizar as respostas às exigências mutáveis do trabalho, há que se pensar a que esse trabalhador vai endereçá-la quando se aposentar. Se o estreitamento do espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho real é produtor de sofrimento por obstar o exercício da criatividade produtiva, há de se supor que a ausência do trabalho seja experimentada como fonte de sofrimento em razão dos valores suscitados na vida ativa.

Esse “mal-estar” em sociedade, experimentado pelo trabalhador que se aposenta, é vivido como insucesso pessoal, particular, sendo agravado pelo fato de que as relações de vizinhança na contemporaneidade são fragilizadas, se comparadas com os vínculos dos grupos de trabalho que, independentemente da qualidade destes, conferem identidade ao sujeito, um lugar social. Assim, esse desconforto social por ocupar uma condição que lhe é estranha vai assumindo para o/a trabalhador/a feições de despertencimento e desvalorização.

A leitura desse fenômeno tem sido formatada por um viés individualizante, seja entre leigos ou profissionais. Os sinais de resistência a esse conjunto de condicionantes da aposentadoria são lidos pejorativamente como vida pessoal esvaziada, apego ao dinheiro/cargos, medo da velhice, desamor ao núcleo familiar, sempre desvinculado da materialidade e subjetividade do mundo do trabalho.

Num estudo com aposentados de diferentes ramos de produção, selecionados a partir da livre escolha de seus sindicatos, buscou-se averiguar a ocorrência de sofrimento no processo de aposentadoria (que considera o período de tomada de decisão pela saída do trabalho, a tramitação legal e o pós-carreira) e o significado atribuído à experiência por estes sujeitos.

Os relatos dos trabalhadores indicam que todos gostavam do que faziam, portanto, os desprazeres, quando referidos, não estavam na execução da tarefa em si ou em sua complexidade, mas em geral, na gestão do trabalho cujo objetivo final está na produtividade.

Os depoimentos explicitam como as pressões e as próprias condições do ambiente de trabalho forjam o sofrimento do trabalhador, motivando a busca de saídas, seja pela aposentadoria ou por outras estratégias individuais, incluindo o suicídio. Não se pode ignorar que tais pressões se constituem potencialmente em violência no trabalho, cujas formas como aparecem são muito variadas e por vezes sutis.

[...] ”Já vi, já teve caso de suicídio lá a bordo. E a pessoa não tava com problema financeiro, não tava nada. [...]Mas dizer que é um ambiente agradável não é, porque você não tem válvula de escape [...] (T9) (Robaina, 2022, p. 107)

[...] “Eu falei "Ah, meu Deus, eu vou deixar tudo pra lá, chega!", eu, por mais que eu saiba que eu vou receber menos, porque você trabalhando, você tem ticket. Ticket alimentação, refeição... [...]Mas eu vou ficar livre de todo esse sofrimento, eu só pensava nisso, só pensava nisso.”[...] (T1) (Robaina, 2022, p. 113)

[...] “Me aposentei pelo INSS, por causa da minha doença bem avançada, a LER e o próprio ombro. [...]Então eu já tava adoecendo e não percebia. Você não percebe que você tá num alto nível de estresse, né? Que aquilo vai virando uma depressão, um pânico. Então quando eu caí, eu já tava no, o buraco já tava muito fundo né? Eu não percebi. [...] Eu não queria mais ter aquela pressão de metas, aquilo tava me fazendo muito mal.” (T6) (Robaina, 2022, p. 108)

Quando a aposentadoria surge como uma alternativa ao sofrimento no trabalho, retira o trabalhador antecipadamente da vida

profissional. A motivação para saída não são os projetos ou relações que estão fora, mas aquelas que estão dentro.

É identificável também a incidência de sofrimento no período que precede o ato administrativo da aposentadoria no que se refere à incerteza frente aos cenários de reforma da previdência social e o risco de mudanças nos critérios de aposentadoria. As consecutivas contrarreformas da previdência social, que significaram sucessivas perdas de direitos, criaram uma cultura de insegurança que opera como uma ameaça constante sobre as cabeças dos trabalhadores. A urgência de saída para evitar perdas de direitos alcançados, em si, acarreta prejuízos materiais e subjetivos aos trabalhadores.

A pesquisa revelou ainda que, para além dessa gama de sofrimentos que leva à decisão de aposentar, o processo de tramitação, desde a fase de acessar os critérios e reunir comprovação para elegibilidade, também se constitui um fator estressor, seja porque o trabalhador não domina o complexo sistema de regras que regula o acesso à aposentadoria, seja porque há urgência em passar pela peneira da reforma, ou porque escapa ao trabalhador o controle do tempo efetivo para análise e publicação, ou ainda porque o sofrimento no trabalho é demasiado.

Entretanto, é no pós-aposentadoria que os relatos dos trabalhadores indicam a forte incidência de sofrimentos que se relacionam diretamente com a dimensão subjetiva do trabalho, internalizada ao longo dos anos trabalhados. O ritmo, o status, o sentimento de utilidade, a ocupação do tempo, o poder aquisitivo, ou seja, os elementos que compõem o trabalho tornam-se fonte de sofrimento quando na sua ausência.

[...] “Porque isso é uma coisa impressionante, porque, quem tá acostumado a trabalhar naquele ritmo alucinado que é a área operacional, você não consegue [...]Dentro das combinações que eu fiz com a família eu falei assim "Ó, dentro disso aí, eu vou querer trabalhar um pouquinho.” [...]2017 foi uma ansiedade louca, queria trabalhar de qualquer jeito. Não era nem pela questão financeira, é assim, porque você trabalha num, sabe

num estágio, você tem que entregar tanto, você trabalha tanto sob pressão na área operacional. [...]Eu senti falta um pouco da adrenalina interessante do trabalho, sabe? [...]E aí quando você, pô desacelera total né? Então, falta alguma coisa, parece que falta alguma coisa pra você. Você quer preencher né, na verdade quer se sentir útil né, como você era antes, coisa que não vai acontecer, na verdade não vai acontecer, mas meio que funciona assim no psicológico né? (T9) (Robaina, 2022, p. 114)

[...] É esse período como eu aposentei por invalidez como eu te falei, eu não queria e nem podia montar nada, trabalhar em nada por ser uma cidade pequena. De alguém até me denunciar no INSS... Então o que você sente falta é essa parte de preencher esse tempo com, de fazer algo útil. (T3) (Robaina, 2022, p. 114)

[...] “você faz aquela conta pra chegar esse dia, o dia chega. Aí você se pergunta "pra que" né? Não que você se sinta inútil, mas mesmo eu tendo saído no PDV, parece que é uma porta que fechou, que você não vai voltar mais. É um pouco estranho” (T6). (Robaina, 2022, p. 114)

Os relatos permitem observar com absoluta nitidez o quanto o ritmo e a centralidade do trabalho submetem o cotidiano do trabalhador, capturando o seu prazer e sua consciência crítica mediante a ausência do trabalho. É fato que a versão de que o adoecimento na aposentadoria deriva de um esvaziamento da vida pessoal do trabalhador, da ausência de rede social, de projetos pós-carreira, entre outros, tem fundamento. A questão é reconhecer que esta condição é obra da centralidade e significado do trabalho.

Outrossim, ser útil, rápido, produtivo, ocupado, são valores incutidos na subjetividade do trabalhador pelo e no processo de trabalho, que na aposentadoria não encontra o lócus de materialização à medida em que trabalho é concebido como emprego, como produzir para alguém, entregar (a outro). Essas necessidades entram em conflito com as idealizações projetadas para a aposentadoria, como uma vida de liberdade, prazeres e realizações que o trabalho não permitiu. De modo

geral, estas projeções são subordinadas pelo “modo de ser” que o trabalhador aposentado não consegue dissolver, sobretudo porque não tem consciência dessa relação. Lembremos que as emoções são capturadas. Na sociabilidade do capital, o trabalhador é formado subjetivamente para internalizar que o sustento é moralmente legítimo quando trocado pelo trabalho. Na aposentadoria, a ideia de o sustento ser garantido, “apesar” do ócio, é vista com estranhamento e julgamento moral pela sociedade e pelo próprio trabalhador. Daí decorre o sofrimento.

Assim, esse imperativo de ser útil, no sentido de estar exercendo um trabalho socialmente reconhecido como tal, talvez seja a maior evidência de subsunção do trabalhador ao sentido do trabalho alienado. Não é demais dar destaque ao fato de que “ser útil” é condição primeira da mercadoria. Para o trabalhador educado para o trabalho alienado, não ser mercadoria nessa sociabilidade é desvalor. Para o aposentado, é ainda pior: é não ser mais mercadoria, ou seja, perdeu seu valor de uso, é imprestável, inservível. É exatamente nesta situação em que a ausência de formação para uma consciência crítica impede o trabalhador aposentado de realizar as mediações fundamentais para não experimentar a ausência do trabalho como desonra.

[...]É a vida né? O trabalho pra mim era a vida. Era tudo. Eu me sentia viva. Você se aposenta, você basicamente se sente morto né? É uma coisa assim oposta né? (T1) (Robaina, 2022, p. 104).

[...] O sentido do trabalho? O sentido do trabalho é, pertencimento, servir a sociedade, servir aos outros, crescer intelectualmente, se equilibrar emocionalmente, se inserir no mundo, é isso. Sem trabalho não, você não é nada (T8) (Robaina, 2022, p. 105)

Como vemos, mesmo o sofrimento característico do pós-aposentadoria deita raízes no sentido do trabalho, sendo equiparado ao sentido de vida do sujeito trabalhador, vez que sua subjetividade foi

moldada para servir ao trabalho. Deste modo, a crítica anticapitalista do trabalho precisa ser, por extensão, também a crítica anticapitalista da aposentadoria.

Referências

BARRETO, Margarida; VENCO, Selma. Da violência ao suicídio no trabalho. In: BARRETO, Margarida; NETTO, Nilson B.; PEREIRA, Lourival. B. *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, 2011.

BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Seção 1, p. 23935.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Panorama social da América Latina 2017*. Santiago/Chile: Cepal, 2017.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel Brasil.; LIMA, Júlio César. França. (Orgs.) *Dicionário da Educação Profissional em saúde*. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV; FIOCRUZ, 2008. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapiedu.html>. Acesso em: 30 jan. 2016.

COHEN, Ester. Conceito de natureza humana, trabalho e subjetividade: um aporte para pensar a problemática do suicídio no mundo do trabalho. In: BARRETO, Margarida; NETTO, Nilson B.; PEREIRA, Lourival. *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, 2011.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, p. 27- 34, Set./Dez. São José dos Campos/SP: Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mais da metade dos idosos da América Latina não recebem uma pensão de um sistema contributivo*: CEPAL e OIT. Comunicado de Imprensa. [S.L.], 22 de maio de 2018.

LOPES, Tiago. C. Charles Bettelheim sobre a revolução cultural chinesa. Leste Vermelho. *Revista de Estudos Críticos Asiáticos*, n.1, junho / 2015. Disponível em: <http://www.lestevermelho.org/revista/index.php/lestevermelho/article/view/3/13>. Acesso em: 20 out. 2016.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. 2. ed. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Maria do Carmo L.; SILVEIRA, Sônia. Bittencourt. O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade. *Revista Veredas on-line*, Juiz de Fora: PPG Linguística / UFJF, v.16, n.1, p. 149-165, 2012.

PALÁCIOS, Marisa. A saúde mental de quem trabalha em saúde: o caso de um hospital geral do Rio de Janeiro. *Cadernos do IPUB*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 2, 1995.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. “*Sem trabalho não, você não é nada*”: adoecimento na aposentadoria como produto do trabalho alienado. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2022.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O serviço social na saúde do trabalhador: entre a afirmação de direitos e a burocratização dos direitos instituídos. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 12. *Anais...* CFESS; ABEPSS; ENESSO; CRESS / 11ª Região. Foz do Iguaçu, 2007.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz e PINHEIRO, Renata Mendes. S. Saúde mental e trabalho nas particularidades do serviço público. *Revista Advir*, Rio de Janeiro: ASDUERJ, n.33, jul. 2015.

SOUZA, Terezinha Martins S. M. Formas de gestão na acumulação flexível: o assédio moral. In: BARRETO, Margarida Maria; NETTO, Nilson. Berenchitein.; PEREIRA, Lourival Batsita. *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, 2011.

CAPÍTULO 5

Migração Forçada e Expropriação Social: a prevalência da barbárie*

Silene de Moraes Freire
Keila da Silva Oliveira
Thaís Lopes Cortes

As expressões da “questão social”, na temática da migração forçada, se apresentam cada vez mais agudas e pungentes evidenciando as dificuldades para preservar direitos elementares de pessoas que precisam migrar, configurando um bárbaro processo da expropriação contemporânea que precisa ser problematizado.

Em um cenário político, econômico e social de retração de direitos historicamente conquistados, o aprofundamento da vulnerabilização de pessoas que cruzam fronteiras em busca de proteção e o recomeço de suas vidas têm sido sempre provisórios e extremamente precários. Inevitavelmente, esses processos atingem visceralmente o acesso a seus direitos mais básicos e às políticas sociais, ainda que sejam direitos garantidos constitucionalmente para estrangeiros e por legislações específicas. Conforme escreveu Eliane Brum em 27/8/2018 no Jornal *El País*, para aqueles cuja estabilidade é provisória, em um lugar onde é possível perder tudo mais de uma vez, não há lugar seguro e o pertencimento é sempre precário. Para quem vive nessas condições, como mencionou a jornalista, escritora e documentarista Brum: “Quem viveu escorregando de todos os mapas sente a dor dessa experiência no corpo” (2018, s/p). O processo de expropriação continuada dessa população precisa ser investigado, denunciado e superado. Desta forma, objetivamos ampliar os nexos dessa reflexão, visando ampliar o conhecimento da realidade migratória, entendendo o migrante como pertencente à classe

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.87-105

trabalhadora, como um trabalhador(a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, resultantes de um processo de violência que inclui a expropriação social.

Ao analisarmos a conjuntura recente, não podemos perder de vista as diversas transformações que o capital impõe à sociedade capitalista para a sua própria manutenção. O capitalismo tem uma relação visceral com a exploração da força de trabalho alheia e, desde o seu nascimento histórico, o modo de produção poreja sangue e fogo, sendo fruto de uma violência inenarrável, que se expressou na expropriação dos camponeses.

O período que marcou a transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa foi considerado como “a assim chamada acumulação primitiva do capital”, responsável por transformar os meios sociais de subsistência e de produção em capital, ao mesmo tempo em que converteu os produtores diretos, isto é, os camponeses, em trabalhadores assalariados. Marx (2013, p. 963) assinala que o segredo da acumulação capitalista é a expropriação, aqui entendida como os “momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres”. E continua Marx, “a expropriação das terras que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” (Ibid, p. 963), de modo que a expropriação é a condição de existência do capital.

Esse movimento que marca o prelúdio do capitalismo não se limitou ao seu momento inaugural, porque, segundo Marx (2013), “tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não somente conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior” (p. 786). Assim, se inaugurou uma série de expropriações, para além da chamada expropriação originária. Marx (2013) detalhou outras formas de expropriação e asseverou que todas elas têm em comum a relação inexorável com a transformação dos meios de vida em capital e com a mercantilização da força de trabalho.

Marx chama a atenção para a relação entre a massiva disponibilização da força de trabalho para o capital e a migração campesina. Para ele,

A constante migração para as cidades, a constante “produção de redundância” no campo pela concentração de arrendamentos, transformação de lavouras em pastagens, maquinarias etc.; e a constante evicção da população rural pela destruição dos cottages marcham juntas. Quanto mais vazio de gente o distrito, tanto maior sua “superpopulação relativa”, quanto maior sua pressão sobre os meios de ocupação, tanto maior o excesso absoluto do povo rural em relação a seus meios habitacionais, tanto maior, portanto, nas aldeias, a superpopulação local e o empacotamento mais pestilencial de seres humanos. A condenação do ajuntamento humano em pequenas aldeias e vilas esparsas corresponde ao violento esvaziamento da população da área rural (Marx, 2013, p. 957).

Assim, a produção de trabalhadores livres e disponíveis para o capital é resultado de uma relação direta entre a expropriação e a migração, ao mesmo tempo em que é uma constituição intrínseca à reprodução ampliada do capital e para a expansão dos processos de acumulação, de centralização e de concentração de capital. Daí decorre, pois, que a expropriação regula a disponibilidade de trabalhadores para serem absorvidos (ou não) pelo mercado, sendo responsável por mediar a lei da oferta e da demanda de trabalho, para determinar os salários sempre na perspectiva do menor valor possível, a fim de permitir o aumento da extração da taxa de mais-valia.

Paulatinamente, ao longo da história, o capitalismo foi impondo a sua lógica e capitalizando os países cuja forma de organização da sociedade não era tipicamente capitalista. À vista disso, não sem dor, o capitalismo se ergueu, ao corroborar para a transformação das culturas tradicionais, em nome da expansão da produção de mercadorias e da mais-valia. Como resultado dessa “caça apaixonada” que persegue a história capitalista, houve uma expansão sobre os territórios, a partir do domínio de novos espaços geográficos,

a expropriação de sua população e a ampliação da proletarização de homens e de mulheres por todo o globo.

Não nos parece demasiado afirmar que, sob essa lógica, inúmeros trabalhadores foram e seguem sendo forçosamente expulsos de suas terras, seja por motivos econômicos ou políticos. Estes processos são multisseculares e vêm ganhando maior notoriedade desde fins do século XX, e principalmente nessas primeiras décadas do século XXI, através das migrações forçadas ocasionadas pelas devastações pós-guerras e pela busca da sobrevivência e de melhores condições de vida.

Este cenário conseqüentemente contribuiu para que a expropriação, além de se intensificar, se generalizasse, em razão da necessidade que o valor tem de se valorizar e das dificuldades impostas no contexto da crise do capital. Desta forma, para além da expropriação descrita por Marx, ou melhor, da expropriação clássica que se constitui naquela em que os trabalhadores são súbita e violentamente expulsos de suas terras enquanto meio de vida e instrumento de trabalho - que gera o agravamento das condições sociais, pela via da superexploração e do conseqüente aumento das disparidades sociais - temos no atual estágio do capitalismo financeirizado e altamente desenvolvido, a eclosão de novas formas de expropriação contemporâneas. Como observou Virgínia Fontes, as expropriações na atualidade:

[...] assumem exatamente o mesmo padrão anterior: *retiram dos seres sociais suas condições de existência e as convertem em capital. Reconduzem seres sociais à condição de trabalhadores, enquanto convertem meios de existência e de vida em capital* (Fontes, 2018, p. 33, com grifos nossos).

Fontes (2012 e 2018) explicita que as expropriações no tempo presente buscam a maior acumulação do capital, como as expropriações dos direitos sociais e dos contratos de trabalho, iniciadas no Brasil na década de 1990 e potencializadas nessas primeiras décadas do século XXI, quando assistimos ao aprofundamento do desmantelamento das políticas sociais e trabalhistas.

Com efeito, as políticas sociais e trabalhistas passaram por profundos processos de contrarreformas, o que, por conseguinte, corroborou para haver uma maior subsunção do trabalho ao capital e a maior exploração da força de trabalho.

Desse modo, até mesmo os direitos se tornaram mediados pela lei do valor, uma vez que, com o seu desmantelamento, passaram a ter de ser acessados pela via do mercado, tornando-os um novo nicho de valorização pela via da supercapitalização, resultando na generalização da “mercantilização” de todas as esferas da vida.

À vista disso, têm-se novas condições para a extração da mais-valia, dado que há uma busca incessante pelo trabalho, que não acompanha a lei da oferta. Com isso, os trabalhadores, para se inserirem no mercado, aceitam exercer as suas funções sob quaisquer condições, tanto no que se refere ao aumento da jornada de trabalho quanto da diminuição do valor da força de trabalho. Portanto, essas formas contemporâneas de expropriação incidem também sobre os direitos trabalhistas, mediante constantes processos de precarização do chamado mundo do trabalho, por meio da desregulamentação dos direitos trabalhistas, a exemplo: da uberização do trabalho, que não é mediada por nenhum direito, nem mesmo concernente ao estabelecimento do salário e da jornada de trabalho.

Essas condições de trabalho são favoráveis à expansão do capital, sendo aceitas porque os trabalhadores dependem exclusivamente da sua força de trabalho para sobreviver, e a subjetividade construída favorece essa aquiescência. Inclusive, porque com a perda dos direitos, têm que garantir por meios próprios a satisfação de algumas necessidades básicas, que outrora eram ofertadas - mesmo que limitadamente - pelo Estado, como o acesso à saúde, à educação e à aposentadoria.

Parece-nos explícito que o objetivo das novas expropriações, definidas por Fontes (2018) como secundárias, responde ao mesmo objetivo das expropriações clássicas (primárias), aquelas relacionadas à acumulação primitiva do capital, sendo exclusivamente o de contribuir

para a “redução da existência humana à força de trabalho, dependente do mercado para sobreviver” (Fontes, 2018, p. 35).

Diante deste contexto de perda dos direitos, os trabalhadores já expropriados de tudo, novamente continuam sendo empurrados para novas cidades, países e até mesmo continentes, precisando migrar, se adequar e sobreviver sob as imposições cruéis do capital. A isso se soma a dificuldade de aprender novas línguas, os costumes e as subjetividades que envolvem a vida de cada migrante. Mais do que o desejo próprio do migrante em se deslocar, a migração tem nexos com o processo de acumulação do capital.

As contribuições da migração para a sobrevivência no modo de produção capitalista são múltiplas, ressalta-se em especial que o capitalismo exige a conservação e a reprodução da mão de obra crescente dependente do mercado, disponível para vender a sua força de trabalho, em condições críticas de disponibilidade.

Para muitos países, a presença dos migrantes é profícua quando se trata da regulação dos salários “nos trilhos” necessários à acumulação capitalista, uma vez que esse excedente regula o valor da força de trabalho. A presença de migrantes contribui diretamente para disciplinar os trabalhadores, mas, em contrapartida, também contribui para aumentar as tensões políticas, o racismo e a xenofobia, sendo os migrantes reconhecidos como aqueles que roubam os postos de trabalho do povo nativo do país ou como uma ameaça à ordem. Basta lembrar a postura de brasileiros frente aos migrantes venezuelanos em diversos episódios recentes em nosso país, muitas vezes estimulados pelo próprio governo que antecedeu ao atual. O neoconservadorismo traz em seu bojo medidas que enfatizam um forte nacionalismo, frequentemente acompanhado por um sentimento de superioridade nacional e xenofobia.

Um exemplo ainda mais recente nesse sentido pode ser dado pela experiência estadunidense, cuja proposta do presidente Donald Trump é de realizar a maior deportação em massa de migrantes presentes nos Estados Unidos. Além disso, anunciou o início de uma

série de medidas como “emergência nacional”, especialmente na fronteira com o México, de onde advêm muitos migrantes irregulares.

Logo que eleito, em 25 de janeiro de 2025, Trump fez chegar ao Brasil e a vários países os primeiros aviões com deportados. Um sem-número de brasileiros e de latino-americanos continuam vivendo em um “clima de perseguição e pânico, com o receio constante de deportações em massa”. Todo esse cenário vem sendo aclamado por parte da população local estadunidense, uma vez que muitos enxergam os migrantes como uma ameaça aos seus direitos. Tal fenômeno tem direta relação com a evolução dos meios de comunicação e as mudanças nas condições socioeconômicas que moldaram a maneira como as ideologias reacionárias são promovidas e percebidas hoje.

A questão migratória é um fenômeno complexo e multicausal e reflete a intensidade e a extensão dos processos de expropriação contemporâneos. Segundo dados da *Internacional Organization for Migration* (2024), estima-se que haja em torno de 281 milhões de imigrantes em todo o mundo, representando 3,6% da população mundial. Desse total, 135 milhões são mulheres e 146 são homens, e há 28 milhões de crianças deslocadas do seu país de origem, dados aumentados ano após ano.

Conforme também assinalado no relatório da *Internacional Organization for Migration* (2024), o principal fluxo migratório mundial se origina no México e tem como destino os Estados Unidos da América. Além deste, outros fluxos que possuem expressividade são: Síria com destino à Turquia; Ucrânia para a Rússia; Índia para os Emirados Árabes Unidos; Rússia para a Ucrânia; Índia para os Estados Unidos da América; Afeganistão para o Irã; Venezuela para a Colômbia. São diversos os deslocamentos migratórios e inúmeros os destinos, contudo, verifica-se que, mormente, são países dependentes os mais atingidos pelo êxodo de sua população em busca de melhores condições de vida, seja devido a conflitos, desastres ambientais, demais calamidades ou somente de sobrevivência.

As imigrações são processos históricos e, segundo Basso (2015), o seu crescimento atual em nível internacional está embasado

em causas estruturais consagradas há longa data, como a desigualdade decorrente da política colonizadora e neocolonizadora, determinando a existência de países ricos e pobres, a apropriação do campo por grandes empresas do agronegócio em países dependentes, expulsando a população rural para os centros urbanos, o endividamento dos países mais pobres, a ocorrência de guerras e de desastres ambientais. Todos esses fatores se acirraram após a crise de 2008, adensando os diferentes fluxos migratórios, diante da impossibilidade de viver em determinadas regiões do sul global. Para Basso (2015), toda emigração é forçada, seja diante da necessidade de conseguir sustento, da ocorrência de um desastre ambiental, perseguição política ou conflitos armados, pois diante de tais tragédias, nenhuma saída deve ser entendida como voluntária.

Há uma prevalência de migrantes que saem de países periféricos com intenção de alçarem melhores oportunidades em países de capitalismo central, entretanto, as migrações chamadas Sul-Sul, originárias do hemisfério sul com destino a países da mesma região, vêm sofrendo um aumento. O Brasil é um país que se tornou destino de muitos adensamentos desses fluxos migratórios que vêm sendo observados paulatinamente.

No período compreendido entre os anos de 2011 e 2020, o Brasil experimentou alterações profundas nos fluxos migratórios que chegavam até o país. Os autores Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021) apontam que o início da década de 2010 é marcado pelo princípio da migração haitiana e, posteriormente, a partir do ano de 2015, pela migração venezuelana, fluxos que alteraram a configuração do processo migratório no Brasil. Os autores situam que esses dois fluxos migratórios se refletiram no mercado de trabalho, nos programas de transferência de renda e nas políticas de saúde e educação.

Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021) assinalam que, até o ano de 2010, os migrantes no Brasil eram, majoritariamente, advindos de Portugal, Japão e alguns outros países também no hemisfério norte. Após o ano de 2010, esse quadro se altera e são mais representativas outras nacionalidades como sul-americanos, haitianos, senegaleses,

congoleses, guineenses e ganeses e, a partir de 2015, os venezuelanos passam a fazer parte desse panorama, chegando ao quantitativo de 626.885 no final de 2024, segundo dados da Plataforma R4V. Grande parte desses migrantes que chegam ao Brasil se estabelece em estados da Região Sudeste, com destaque para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas também há um quantitativo expressivo de pessoas alocadas na Região Sul e, recentemente, na Região Norte.

O surgimento de novos fluxos migratórios impôs mudanças na composição e no entendimento de quem são os migrantes no país, e isso implica na necessidade de adequação das políticas de atendimento e assistência a refugiados, já que esse público se modificou.

Oliveira e Tonhati (2022) assinalam que, nos últimos anos, o Brasil tem sofrido inúmeras mudanças quanto ao fenômeno da migração. Os autores apontam que o perfil do migrante que chega ao país se alterou substancialmente, em termos de sexo, idade, escolaridade, região-porta de entrada e inserção no mercado de trabalho. O país vive hoje dois processos mais intensos, um é a feminização da migração e outro é a entrada de uma população cada vez mais jovem.

De acordo com o exposto por Oliveira e Tonhati (2022), embasados em dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), as migrações no Brasil começaram a ter um quantitativo maior de mulheres, crianças e adolescentes, sobretudo, a partir do ano de 2015, e essa tendência crescente tem se afirmado a cada ano. De acordo com os dados do Sistema de Registro Nacional Migratório da Polícia Federal (SisMigra), apresentados pelos autores, no ano de 2011 as mulheres representavam 32,6%, as crianças 5,9% e os adolescentes 6,7%, do total de migrantes que ingressaram no Brasil em tal ano. Em 2021, os registros já apontavam uma mudança importante, sendo o quantitativo total de migrantes constituído por 44,8% de mulheres, 19,7% de crianças e 9,6% de adolescentes. Oliveira e Tonhati (2021) reiteram que as transformações do perfil migratório no Brasil foram ocorrendo de acordo com o contexto sócio-histórico, e o processo de feminização pode ser caracterizado da seguinte forma

[...] entre 2011 e 2015 o destaque foram os registros das bolivianas, já entre 2015 e 2018, a distinção em valores absolutos foi para as haitianas, em valores relativos alternou entre cubanas e paraguaias, sendo que a partir de 2018 houve grande volume de registros, destacando-se, verticalmente, as venezuelanas. (Oliveira; Tonhati. 2022, p. 12)

Ou seja, o processo de feminização das migrações estava sendo percebido nas estatísticas desde o ano de 2011, flutuando de acordo com a intensificação de um ou outro fluxo migratório. Contudo, o crescimento vertiginoso da população migrante venezuelana agudizou a feminização da migração no Brasil, trazendo muito mais mulheres e crianças e adolescentes para essa realidade. Conforme pontuam Oliveira e Tonhati (2022), o fluxo venezuelano que atinge o Brasil é tão intenso que ele passa a definir as características majoritárias desse segmento populacional, além disso, reorganiza os locais que terão maior incidência de população migrante, com grande destaque para Roraima.

Outra característica fundamental na compreensão da dinâmica que envolve a população migrante venezuelana no Brasil é a sua inserção no mercado de trabalho nacional. Oliveira e Tonhati (2022) demonstram que, entre 2011 e 2021, as ocupações ligadas à área industrial sofreram um vultuoso aumento de migrantes, principalmente nas atividades laborais desenvolvidas em empresas frigoríficas, como magarefe e retalhador de carne. Além dessa frente de trabalho, as funções de auxiliar de limpeza e de serviços gerais também sofreram um aumento na participação de mulheres migrantes venezuelanas. Contudo, o setor com maior inserção de tal público são as empresas ligadas ao abate de animais, o que conferiu à região sul do país um local de concentração de migrantes venezuelanos, devido à quantidade de empresas do ramo em tal localidade. Os autores expõem que a inserção da pessoa migrante no mercado de trabalho brasileiro tem sido em cargas horárias de 40 a 45 horas semanais, que são as máximas permitidas pela legislação trabalhista brasileira. Outro fator importante

é que, ao longo dos anos pesquisados, a renda média da trabalhadora no mercado formal foi sofrendo reduções, o que sublinha que

Essas mudanças significativas no rendimento médio do trabalho das migrantes estão associadas, sobretudo, ao perfil da classe trabalhadora no início da década, quando predominavam aquelas de origem no Hemisfério Norte e que vinham trabalhar no Brasil, em maior medida, por demanda do empregador. Nos anos recentes, prevalecem no mercado formal as imigrantes do Sul Global, acolhidas humanitariamente ou pelo Acordo de Residência do Mercosul e que se inserem no mercado laboral ofertando por conta própria sua força de trabalho. (Oliveira; Tonhati. 2022, p. 31)

Portanto, a maioria das mulheres migrantes advindas de países do sul global é, majoritariamente, inserida em profissões que exigem baixa especialização para o trabalho e com alto grau de exploração, trabalhando em uma carga horária extensa por baixos salários.

Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021) assinalam que os diferentes eixos de desigualdades sociais, como nacionalidade, sexo, raça e faixa etária, são reproduzidos na realidade que imigrantes enfrentam na inserção no mercado de trabalho brasileiro. Segundo os autores, migrantes do Norte Global possuem melhores rendimentos, quando comparados com migrantes advindos do Sul Global, assim como, mulheres migrantes possuem um rendimento menor do que os homens e do que mulheres migrantes vindas do hemisfério norte, migrantes brancos possuem uma renda média maior que migrantes negros, fato que está relacionado também à origem desse imigrante. Os autores assinalam ainda que o status migratório também reflete no rendimento mensal, visto que pessoas que estão na condição de refugiados ou como solicitantes de refúgio possuem rendimento menor do que as que estão em outras condições, e migrantes mais jovens possuem uma renda menor do que os com idade mais avançada.

A realidade enfrentada por imigrantes reflete as principais desigualdades presentes no conjunto da sociedade, onde marcadores de

raça, classe, gênero, faixa etária e nacionalidade se interconectam de forma a tornar a população migrante vítima de uma desigualdade ainda mais profunda. Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021) asseveram que essas desigualdades se refletem no mercado de trabalho brasileiro, onde são designadas para a população migrante as atividades laborais mais extenuantes, isso quando não são vítimas do desemprego e da informalidade. A população migrante, majoritariamente, se desloca em busca de um recomeço, de novas oportunidades de inserção laboral e melhores condições de vida, contudo, muitas vezes, não encontra suporte econômico e social no país de destino, tornando-a mais vulnerável a processos de exploração laboral, sexual, violência e ao trabalho escravo contemporâneo.

Confirmando a necessidade do debate sobre expropriação para melhor compreensão dos fluxos migratórios atuais, Boschetti (2017) assevera que a submissão de pessoas ao deslocamento forçado é uma das consequências mais perversas dos movimentos de expropriação atual. A autora ressalta que

Essa “humanidade em trânsito” é a expressão de uma humanidade que tudo perdeu e a quem tudo foi roubado: perambulam pelo mundo buscando um lugar: fogem da guerra, são perseguidos políticos, foram expropriados de seus tetos, terras, empregos, em escala mundial sem precedentes. (Boschetti, 2017, p. 3)

A população forçada a migrar revela um segmento com um grau de vulnerabilidade relacionado não somente à pobreza, miserabilidade, exposição a episódios de violência, mas está submetida também a um não pertencimento, a um não lugar no mundo, a serem entendidos como indesejáveis em outros territórios. Sobretudo em um contexto de avanço do neoconservadorismo e da extrema direita, o imigrante passa a ser percebido como um inimigo da ordem, visto como o outro, responsável pela diminuição da oferta de empregos para a população local, tornando-o alvo de inúmeros preconceitos e xenofobia.

Saskia Sassen (2016) considera que os processos de deslocamentos ocorridos no presente século são tão intensos e brutais que convém serem percebidos como formas de expulsões, o que nos possibilita entender as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista, para além de uma patologia ou disfunção do referido sistema. A autora expõe que as expulsões devem ser compreendidas como algo que é produzido e não como uma consequência, e podem ser realizadas de inúmeras formas, dentre as quais cita as políticas de austeridade, a poluição do meio ambiente e a compra de extensos territórios por países centrais em nações periféricas. Para Sassen (2016) a característica comum entre os diferentes processos de expulsão é o seu caráter agudo e intenso, e o alcance que possuem.

Embora o caso mais extremo sejam as pessoas que vivem em pobreza abjeta no mundo inteiro, incluem condições tão diferentes quanto o empobrecimento das classes médias nos países ricos, a expulsão de milhões de pequenos agricultores em países pobres em decorrência dos 220 milhões de hectares de terras adquiridos por investidores e governos estrangeiros desde 2006 e as práticas destrutivas de mineração em países tão diferentes quanto Estados Unidos e Rússia. Além disso, existem inúmeras pessoas deslocadas, armazenadas em campos formais e informais de refugiados, os grupos convertidos em minorias nos países ricos e são amontoados em prisões e os homens e mulheres em boas condições físicas que estão desempregados e armazenados em guetos e favelas. (Sassen, 2016, p. 11).

As formas de expulsões elencadas por Sassen (2016) não são novas, mas ganharam maior intensidade ao longo dos anos. Conforme a autora ressalta, o crescimento econômico sempre acarretou danos para a sociedade em termos de exploração de pessoas e de riquezas naturais, entretanto, o que ocorreu nos últimos anos ameaça um número crescente de pessoas ao redor do mundo. Sassen (2016) reitera que, dos anos 1980 para as décadas atuais, as formas de expulsões são parte do movimento da economia e da sociedade, com altas taxas de

desemprego, uma pobreza extrema em muitos países e uma desmedida destruição ambiental.

Vendramini (2018) considera que essas formas de expulsões e expropriações apontadas por Sassen (2016) fazem parte da lógica de concentração de riqueza e de expansão do sistema capitalista. Isto porque o capital depende da existência de trabalhadores livres, alijados dos modos de produção e de reprodução da própria vida, que possam ser explorados das formas mais intensas quanto possível. Vendramini (2018) assinala, portanto, que muitos trabalhadores se deslocam para outros países devido à impossibilidade de reprodução social no seu local de origem e migram em busca de oportunidades de trabalho, implicando na manutenção da condição de trabalhador explorado pelo capital ou até de sua intensificação, considerando que a condição de migrante o vulnerabiliza ainda mais a processos de exploração.

O contexto vivenciado atualmente expressa um período de intensificação de fluxos migratórios já existentes e de configuração de novos êxodos, e a forma como os países de capitalismo central intervêm diante de tal problemática expõe uma realidade social de grave crise migratória, que muitas vezes é somente observada, assistida. Contudo, nos cabe questionar se o que se vive hoje é na realidade uma crise migratória ou se é mais uma manifestação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que ano após ano leva ao surgimento de novas expressões da “questão social”, entendimento levado na presente perspectiva de análise.

Depreende-se que, o discurso de existência de uma grave crise migratória, de uma emergência humanitária, legitima a adoção de medidas cada vez mais pontuais, de tentativa de resolução imediata de uma questão que é histórica e oculta o cerne das problemáticas que levam tantas pessoas a buscarem um novo lugar. Os dados são de fato alarmantes, porém, o que se tenciona pontuar é que muitas vezes o discurso de que existe um colapso migratório permite a implementação de medidas estanques, voltadas somente para as consequências mais graves de um quadro que não se encerra em si mesmo.

Os diferentes fluxos migratórios sinalizam graves sequelas de um sistema econômico mundial gerador de pobreza, miséria e tamanha desigualdade social. Pode-se inferir, conforme já explicitado anteriormente, que a migração, além de ser uma consequência das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, se revelando como uma expressão da questão social, também pode ser entendida como fundamental no processo de desvalorização da força de trabalho.

Conforme ressalta Tonelo (2021), os imigrantes também foram incluídos nesse novo formato do chamado mundo do trabalho altamente precarizado, pois a sua condição de maior vulnerabilidade possibilita o aumento da exploração desse público, refreando o valor da força de trabalho na totalidade, garantindo maiores taxas de lucratividade. A reestruturação do capital, vivenciada após a crise de 2008, não somente se apropria da situação de fragilidade dos imigrantes, mas é também, segundo assinala o autor, uma das causas que levam à emigração, tendo em vista a discrepância entre as condições de vida da população dos países do norte em relação ao sul global, as altas taxas de miséria nos países dependentes e a política imperialista das grandes potências. Dessa forma, entende-se que, mesmo o fenômeno da migração sendo histórico, verifica-se um aumento dos fluxos migratórios e a funcionalidade dos mesmos para a lógica do capital.

Iamamoto e Carvalho (2007) consubstanciam que a existência de uma população sobrando, que não possui inserção no mercado de trabalho, chamada de exército industrial de reserva, é um resultado do processo de acumulação capitalista, mas é também uma premissa para que essa acumulação ocorra. Os autores reiteram que

A existência de uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da população, é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital. [...] A existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis a serem imediatamente absorvidas, sem que a escala de produção em outras órbitas seja afetada, é condição para que o

processo de acumulação ampliada se renove. (Iamamoto; Carvalho, 2007, p. 59)

A população que não está inserida no mercado de trabalho, devido ao avanço produtivo e tecnológico, possibilita uma maior exploração da força de trabalho já incorporada na produção, tendo em vista que a existência de grande número de pessoas buscando ocupar esse lugar exerce pressão pelo rebaixamento do valor dessa força de trabalho, levando à precarização das suas condições de trabalho e de vida.

Essa superexploração da força de trabalho no capitalismo reflete um padrão contínuo de expropriação e precarização das condições de vida da população. Como Tonelo (2021) demonstra, o aumento da exploração de imigrantes no mercado de trabalho não somente atende à lógica da manutenção do capital, ampliando suas taxas de lucratividade, como amplia as desigualdades existentes. Paralelamente, o avanço do neoconservadorismo reforça as condições para que essas dinâmicas se perpetuem de modo ainda mais perverso, fortalecendo as bases de um sistema que nasceu, se expandiu e se expande por meio da expropriação ampliada.

Em síntese, os fluxos migratórios não são fenômenos recentes e sua complexidade e intensidade parecem ainda maiores nos tempos atuais. Os fluxos migratórios contemporâneos são diferentes daqueles que o mundo viu acontecer nos séculos XIX e XX. Atualmente ainda há prevalência das migrações ocorrendo no sentido Sul-Sul, ou seja, quando indivíduos deixam seu lugar de origem, situado no Hemisfério Sul, procurando países situados também nesta faixa do globo. As migrações Sul-Sul ainda respondem pela maior parte dos movimentos humanos, mas perderam importância relativa, sendo 40% da população migrante em 1990 e 34% na primeira década do século XXI. Atualmente podemos perceber migrações econômicas de países pobres para países de renda média; migrações motivadas por setores e nichos específicos; uma série de migrações circulares e sazonais; uma mobilidade relativamente “horizontal” entre países próximos;

migrações motivadas por questões étnicas e religiosas, instabilidades econômica e política e, mesmo, por conflitos civis e militares; dentre outras.

Contudo, todos os fluxos migratórios compostos pela classe trabalhadora apresentam um atravessamento entre a expropriação clássica discutida por Marx, com as expropriações contemporâneas que imbricam diretamente para os fluxos migratórios que ocorrem entre os mais empobrecidos em todo o mundo. A expropriação se constitui tanto quanto produto, quanto como resultado da migração, quando vidas são ceifadas no atravessamento das fronteiras, memórias são apagadas e o capital lucra em cima da dor e do sofrimento alheio.

Não podemos ignorar que a subjetividade neoconservadora no contexto de globalização, as crises econômicas contemporâneas, a migração em massa, a ascensão das mídias sociais e dos governos de extrema direita contribuíram e continuam contribuindo para as ameaças percebidas e concretizadas contra os migrantes mais vulneráveis ao redor do mundo. Embora funcionais ao capitalismo, esses são vistos como verdadeiras ameaças à ordem interna, representantes de uma desleal disputa pelos escassos postos de trabalho e gastos com os atendimentos pelas políticas sociais. Ampliar o diálogo e construir uma política coordenada internacionalmente para lidar com as migrações tornam-se, nesse cenário, ações essenciais para garantir o respeito às liberdades e aos direitos de grande parte da população trabalhadora mundial.

As reflexões aqui expostas revelam a instrumentalidade dos migrantes na reprodução do capitalismo, aspecto que não podemos ignorar nas necessárias críticas anticapitalistas do trabalho e das políticas sociais que precisamos realizar.

Referências

BASSO, Pietro. *Entrevista: As emigrações são sempre forçadas. Esquerda Diário*. 30 de setembro de 2015. Disponível em https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=movil-nota&id_article=3132 Acesso em 20 de outubro de 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 128. São Paulo: Cortez, jan./abr. 2017.

BRUM, Eliane. A violência em Roraima é contra a imagem no espelho. *Coluna Êxodo Venezuelano, El País*, 28/08/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111_480467.html Acesso em 20 de setembro de 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. *Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

DIP, Andrea; JARDIM, Claudia; TERTO, Ricardo; DIOGO, Stela; LIMA, Ana Alice de. *Deportações, pânico e perseguição: a crise dos imigrantes sob Trump*. Disponível em: <https://apublica.org/2025/02/deportacoes-panico-e-perseguiacao-a-crise-dos-imigrantes-sob-trump/>. Acesso em 05. março. 2025.

FONTES, Virgínia. A expropriação dos meios de existência no capital – expropriações, mercado e propriedade. In: Boschetti, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. 3. ed. Editora UFRJ. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20ª ed. São Paulo. Cortez [Lima, Peru], CELATS, 2007.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. World Migration Report 2024. Swtzerland, 2024.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Tadeu de; TONHATI, Tânia. Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil. In CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. *Relatório Anual OBMigra 2022*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

R4V. Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. Disponível em: <https://www.r4v.info/> Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Tradução Angélica Freitas – 1ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra. 2016.

TONELO, Iuri. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. 1. ed. Boitempo. São Paulo, 2021.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239- 260, maio/ago. 2018.

CAPÍTULO 6

Contradições do processo de expansão do acesso à educação superior e profissional e tecnológica no Brasil no século XXI*

Ney Luiz Teixeira de Almeida

Fernanda Carneiro Soares

Débora Spotorno Moreira M. Ferreira

Abordar o processo de expansão do acesso à educação escolarizada no Brasil tem sido uma tarefa intelectual e política das mais relevantes na contemporaneidade. Primeiro, porque de fato encontramos na história a base fundamental para a construção desse campo de interesse e disputas (práticas e compreensivas), visto que no Brasil a universalização do acesso à educação ainda é um tema frequente na agenda pública. Em segundo lugar, em função de que as particularidades do processo de revolução burguesa no Brasil e as contradições próprias ao caráter dependente e periférico do capitalismo nesta parte do mundo, dominado pela hegemonia financeira, nunca favoreceram o reconhecimento e a consolidação da educação como um efetivo direito de cidadania, mesmo nos limites próprios à socialidade burguesa (Fernandes, 1976). E, por último, para efeito de organização argumentativa somente, cabe destacar que a relação ontológica entre trabalho e educação assume, na particularidade brasileira, uma forma histórica altamente excludente com a qual se articulam os discursos e as ações inclusivas.

Para Lukács, a educação dos homens consiste em “capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que ocorrerem depois em sua vida” (2013, p. 176). Além de ser um ato consciente que envolve teleologia e causalidade, estrutura-se como um complexo da vida social que deriva, em última instância, do trabalho como atividade fundante do ser social e modelo

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.106-123

de todas as práxis humanas. A educação, para o autor, embora determinada pelo complexo do trabalho, se desenvolve na esfera da reprodução social com legalidades próprias que passam a compor uma totalidade que se distancia cada vez mais do trabalho e suas mediações primárias com a natureza, mas que com ele se relaciona, mediada por outros complexos sociais, como parte da dinâmica que constitui o ser social. A educação é, portanto, um processo que se realiza ao longo da vida e que, mesmo determinada pelo trabalho, constitui uma totalidade dele distinta.

Contudo, a relação ontológica entre trabalho e educação assume formas históricas distintas de acordo com as relações sociais que organizam os diferentes modos de produção e, conseqüentemente, as condições de sua reprodução. Na sociedade capitalista, a relação entre trabalho e educação deriva de um padrão peculiar de organização e especialização da divisão do trabalho. A separação outrora ocorrida entre os espaços de trabalho e os de escolarização assume novas configurações que não diluem aquela determinação ontológica, mas as subordinam ao padrão de produção e reprodução das relações sociais particulares a uma sociedade regida pela troca de mercadorias e organizada para a produção social do mais valor e sua apropriação privada. Conforme Marx aponta, a “produção do mais-valor, ou a criação de excedente, é lei absoluta desse modo de produção” (2017, p. 695).

Destarte, pensar a relação entre trabalho e educação na sociedade capitalista, requer considerarmos algumas de suas leis tendenciais e as mediações necessárias para apreendê-las nas particularidades das realidades nacionais, como a brasileira. Tomemos inicialmente a análise de Marx de que, tendencialmente, na composição técnica do capital, “o aumento da massa dos meios de produção, se comparada à massa da força de trabalho que a põe em atividade, reflete-se na composição de valor do capital, no aumento do componente constante do valor do capital à custa de seu componente variável” (2017, p. 699), ou seja, o processo de acumulação incessante do capital se sustenta e avança na medida em que diminui a participação do

trabalho vivo e aumenta a do trabalho morto. Em seguida, afirma Marx que o processo de acumulação capitalista produz “uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (2017, p. 705). Ou seja, se nesta sociedade a educação se relaciona com o trabalho mediado pelas relações de troca e pela lógica da acumulação incessante, a função da escolarização acabou se restringindo ao processo de internalização de valores e comportamentos hegemônicos, instrução mínima para o mundo do trabalho e formação para o exercício de uma cidadania burguesa.

Trata-se de uma educação também restrita ao ciclo de produtividade da força de trabalho e não de uma educação ao longo da vida. Por essa razão, a organização do sistema educacional na sociedade capitalista se torna campo da intervenção estatal como parte das funções que assume como um dos suportes do processo de dominação de classe. Como destaca Mandel (1982), cabe ao Estado capitalista exercer funções de natureza econômica, política e ideológica com o intuito de assegurar as condições gerais de reprodução do capital. A educação sob a forma de uma política pública organizada pelo Estado resulta, obviamente, da luta de classes, mas se estrutura como campo de forças que expressa os vetores dominantes de um determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo e das disputas entre as frações dominantes do capital e de sua relação com as classes trabalhadoras.

A despeito de suas importantes e centrais funções no campo da internalização de valores e comportamentos, como no estabelecimento das desiguais condições de acesso ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade e das formas de exercício da cidadania própria à sociedade de classes, a educação escolarizada tem uma destacada função em relação ao processo de distribuição do trabalho social, por participar dos mecanismos de delimitação e dos horizontes e das modalidades formativas para o trabalho complexo. Reconhecendo que o trabalho complexo exige um processo de aprendizado mais longo, cujos investimentos sociais e subjetivos de

todos os produtores de uma dada profissão entram no valor do produto deste tipo de trabalho (Rubin, 1987), o acesso à educação escolar resulta das lutas sociais tanto pelo direito à cidadania, pelas formas de apropriação do conhecimento, como também pela possibilidade de inserção no mundo do trabalho a partir de melhores condições de venda da força de trabalho e reprodução.

Inegavelmente, o sentido da educação escolarizada no Brasil assume feições ainda mais restritivas e excludentes. O padrão escravocrata de produção da riqueza social e a opção por uma forma dependente de organização social da produção e distribuição do valor pelas frações burguesas locais, já no contexto de expansão do trabalho assalariado, determinou os traços de superexploração da força de trabalho dos quais a luta pela ampliação do acesso à educação escolarizada não deve ser separada.

A análise dos processos de expansão da educação superior e da educação profissional e tecnológica ao longo deste século ganha um significado espacial nesse texto em função dessas condições históricas. A ampliação do acesso, ao mesmo tempo que decorre de um leque de lutas sociais bastante significativas, tem nítidos constrangimentos e limites se problematizada a partir de seu significado no âmbito da formação para o trabalho complexo na periferia do capitalismo sob as marcas de uma dependência que não indica nenhum projeto de desenvolvimento que a justifique (Belo, Moreira e Almeida, 2023). Nos termos postos por Marx (2017), estamos produzindo um excedente de força de trabalho supérflua, cujos significados mais visíveis são: baratear o valor de troca da força de trabalho complexa, alterar, para menos, o valor do investimento social e subjetivo na formação desse trabalhador e formar um trabalhador cuja subjetividade esteja integrada à hegemonia do empreendedorismo no campo educacional (Laval, 2004).

Esses traços excludentes relacionam-se aos componentes estruturais que conformam tanto o modo de produção capitalista e suas leis tendenciais como as particularidades do Brasil na dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial. Mas,

como afirmamos, as políticas públicas encerram e se movimentam a partir da luta de classes e das condições de organização e graus de consciência dos sujeitos políticos. Neste sentido, as contradições desse processo de ampliação do acesso colocam em evidência que elas representam ao mesmo tempo as mobilizações que fazem avançar lutas históricas pelo acesso à educação e à formação para o trabalho complexo de segmentos da classe trabalhadora sempre alijados dessas possibilidades, assim como a marca profundamente excludente da institucionalidade alcançada, em que pese os discursos hegemônicos da inclusão.

A formação social brasileira é marcada pelo amplo processo de colonização europeia, tendo dentre seus pilares para a construção de um modo de produção capitalista dependente: o sequestro, genocídio e escravização de pessoas africanas e o extermínio e trabalho forçado dos povos originários deste território. Processo que revela a feição imperialista do capital que adentrou o século XX e a constituição da República sem promover grandes rupturas com o padrão dependência econômica, cultural e política (Fontes, 2010). Reconhecemos, no entanto, que os processos de articulação intrínseca entre a exploração da classe trabalhadora, as opressões raciais e de gênero no sentido da produção e reprodução do modo de produção capitalista no Brasil, se sistematizaram e analisadas criticamente por pesquisadores do campo das ciências sociais e ativistas vinculados ao debate das relações étnico-raciais, dentre estes relevantes estudos, cabe sublinharmos as contribuições de Moura (1994), Nascimento (1978) e Kopenawa e Albert (2015).

Neste sentido, compreendemos o racismo como uma relação social estrutural e estruturante que compõe a dinâmica de produção e reprodução do capitalismo no Brasil. Nessa perspectiva, entendemos a raça como uma construção sócio-histórica da modernidade burguesa que transmuta a diferença étnica e fenotípica em justificativa política e teórica para subjugar, exterminar e explorar econômica e culturalmente povos lidos socialmente como não brancos.

Tais processos de exploração e genocídio não ocorreram sem resistências e mobilizações no território brasileiro. Os diversos povos originários e os múltiplos povos africanos resistiram, se mobilizaram de variadas formas: articulando revoltas, organizando quilombos, criando organizações coletivas, protegendo as aldeias, deslocando-se para outras partes do território. (Kopenawa, 2015; Moura, 1994). Estas resistências possuem registros históricos desde o período colonial, atravessam o período republicano - com seu forte traço ditatorial - e comparecem na contemporaneidade brasileira. Lutas sociais que não fizeram parte dos conteúdos e da cultura transmitida e acessada nos espaços educacionais escolarizados, organizados em larga escala para uma população urbana, branca e fortemente dependente dos valores hegemônicos oriundos da expansão imperialista.

Dentre estes processos de resistência e mobilização, a construção e amadurecimento do Movimento Negro no Brasil traz elementos importantes para analisarmos o acesso da população negra e indígena à educação no Brasil, sobretudo no que diz respeito à política de cotas, marco importante para o debate sobre a ampliação do acesso à educação aqui tratado. Desde o início do século XX, temos registros do direito à educação e ao trabalho sendo pautas de importantes mobilizações do Movimento Negro, dentre as quais podemos destacar: a Frente Negra Brasileira (década de 1930) e O Teatro Experimental do Negro (década de 1940 e 1950). Embora haja diferenças significativas entre estes movimentos que não serão possíveis aprofundar no escopo deste capítulo, importa resgatarmos que já neste período havia a denúncia sobre o não acesso da população negra às políticas educacionais - sequer no âmbito da educação básica - e que pretos e pardos enfrentavam imensos desafios para acesso ao trabalho formal e remunerado. A educação escolar, portanto, cumpre sua função econômica e cultural de delimitação dos lugares sociais das frações de classe, contribuindo para os processos de distribuição do trabalho social em sua forma simples e complexa. Sendo que no Brasil, parcela expressiva da população excedente sequer conseguiu acessá-la.

Ao longo do período da ditadura civil-empresarial-militar instaurada em 1964, o Movimento Negro teve relevante participação nas mobilizações de resistência ao autoritarismo e à violência, enquanto o Estado brasileiro afirmava não existir racismo no Brasil e tratava o tema como uma pauta subversiva. Emblemático deste processo foi a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, que articulava diversas organizações do movimento no país, lutando pela igualdade racial e contra o genocídio da população negra. A partir das décadas de 1960 e 1970, identificamos um amadurecimento das proposições do movimento sobre a questão da coleta do quesito cor/etnia nas políticas públicas e na construção de ações afirmativas, principalmente no campo da educação e do trabalho.

Em que pesem os importantes avanços conseguidos pelo Movimento Indígena e Movimento Negro no campo da equidade racial com a denominada “Reabertura Democrática” e a Constituinte de 1988, somente nos anos 2000 observamos a construção de marcos legais mais expressivos no sentido da construção de políticas afirmativas no Brasil. Dentre eles podemos destacar: o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010); a Lei de Cotas para universidades e institutos federais (Lei nº 12.711/2012); a Lei de Cotas para concursos públicos (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014) que estabelece a reserva de 20% (vinte por cento) para a população negra das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no nível federal; Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que torna obrigatório no currículo oficial da Rede de Ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatória no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Ao longo dos anos 2000, construções político-legais semelhantes também foram gestadas em nível estadual e municipal no sentido da construção de ações afirmativas.

No que diz respeito especificamente ao ensino superior, no começo dos anos 2000, identificamos o início da implementação da política de cotas raciais, nas universidades públicas no Brasil. Tendo

um pioneirismo neste posicionamento ético-político, não sem tensões e disputas, temos universidades como: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Conforme os dados sistematizados no último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2000 e 2022, na população brasileira com 25 anos ou mais de idade, a proporção dos que tinham nível superior completo cresceu 2,7 vezes, passando de 6,8% para 18,4%. Esta mudança expressiva no acesso dos brasileiros ao ensino superior está relacionada ao desenvolvimento das políticas afirmativas de cotas nas universidades e à implementação de programas sociais pelo governo federal, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), indicando uma ampliação no acesso à rede de ensino superior pública, contudo, bem inferior à experimentada pela via privada no Brasil. Não bastasse a educação superior ser acessada pelo mérito, o que em si já mantém as desigualdades sociais, culturais e econômicas produzidas ao longo da educação básica, o acesso para os segmentos antes não alcançados por esse nível de escolarização, agora se dá pela compra de serviços educacionais, pelo endividamento e pela punção do fundo público.

No mesmo marco temporal, a proporção da população preta com 25 anos ou mais de idade e nível superior completo cresceu 5,8 vezes, saindo de 2,1% em 2000 para 11,7% em 2022. Já a população parda com esse nível de ensino cresceu 5,2 vezes, saindo dos 2,4% em 2000 para 12,3% em 2022. Dentre pessoas brancas com 25 anos ou mais de idade e nível superior completo, houve um crescimento de 2,6 vezes no mesmo período. Entretanto, significativas iniquidades raciais no acesso à educação persistem, tendo em vista que a população branca variou de 9,9% em 2000 para 25,8% em 2022, percentual duas vezes maior que o de pretos ou pardos. Cabe sublinhar ainda que, no mesmo período, a população indígena apresentou os piores índices no acesso à educação. Dentre as pessoas de 25 anos ou mais, somente 8,6%

tinham nível superior completo, enquanto mais da metade (51,8%) não tinha instrução ou possuía somente ensino fundamental incompleto.

Identificamos que, embora as ações afirmativas no âmbito do ensino superior tenham propiciado uma significativa ampliação do acesso da população preta e parda nestes espaços, profundas desigualdades no acesso e permanência persistem. Há ainda um abismo diferencial no acesso entre brancos e não brancos à educação superior, sendo a população indígena expressivamente distanciada do acesso a esta política pública. E essas desigualdades não se dissociam das condições estruturais de formação para o trabalho complexo no capitalismo periférico e dependente.

Ainda considerando as informações coletadas no mesmo Censo, no que diz respeito ao trabalho e à renda: 40,9% dos trabalhadores no Brasil têm ocupações informais. Dentre as mulheres pretas ou pardas, este percentual chega a 46,8% e entre os homens pretos ou pardos, a 46,6%. Já entre as trabalhadoras de cor branca, a taxa é de 34,5% e entre os homens brancos de 33,3%. Sendo possível analisarmos a prevalência da população negra nos trabalhos mais precarizados e com menor remuneração. Portanto, a superpopulação relativa se reproduz a partir de políticas econômicas que asseguram a migração do fundo público para a esfera financeira e que não indicam nenhum projeto de industrialização. Assim como estão articuladas a um lento, seletivo e insustentável processo de ampliação do acesso à educação escolarizada. O que não deve recair sobre as lutas organizadas pelos movimentos sociais, mas sobre a dimensão cada vez mais refratária do Estado às mobilizações e reivindicações das classes trabalhadoras (Demier, 2017).

Consideramos que no século XXI ocorreram expressivos avanços nos marcos legais e nas políticas públicas no que diz respeito ao acesso à educação da população negra e indígena no Brasil. Tais ganhos só foram possíveis devido à intensa mobilização do Movimento Negro, do Movimento Indígena e sua articulação com determinados projetos políticos e societários progressistas. Todavia, ainda persistem expressivas desigualdades no acesso da população negra à educação, ao

trabalho, à renda, à moradia digna e a outros direitos sociais que demarcaram certo padrão de cidadania alcançado nos marcos excludentes da socialidade burguesa. Neste sentido, a plena superação das desigualdades raciais só é realizável em um sistema sociopolítico que não se retroalimenta desta opressão. Em que pese os avanços conquistados, o acesso à educação e ao processo de formação para o trabalho complexo ainda se dá sob os fortes traços históricos de uma sociedade que destina à população negra, aos indígenas, às mulheres e aos jovens lugares subalternos na divisão social e técnica do trabalho. Situando-os ainda e de forma cada vez mais perversa às condições precarizadas de inserção no mundo do trabalho. Deste modo, o horizonte de uma luta e educação antirracista é necessariamente anticapitalista.

Diante desse cenário, analisar a expansão da educação profissional e tecnológica e, também, a de nível superior no Brasil nos impele a considerarmos que não existe nenhum tipo de projeto (nacional ou internacional) que justifique a ampliação do acesso dos trabalhadores à educação de níveis avançados integrado a um processo de desenvolvimento em ampla escala. O que se observa nesse sentido são justificativas amparadas na perspectiva do desenvolvimento regional e local, em grande parte relacionadas aos setores produtores de *commodities*: mineração, agronegócio, petróleo e gás e ao setor de serviços. Cabe destacar que é próprio às sociedades produtoras de *commodities* como a nossa, que os seus trabalhadores sejam formados para o trabalho simples, haja vista precisarem ocupar na cadeia do processo produtivo espaços de atuação para os quais não seja necessário pensar, agindo em funções meramente manuais.

Entretanto, apesar disso, no que diz respeito aos investimentos públicos na reprodução da força de trabalho via política de educação, evidenciamos um expressivo aumento de jovens trabalhadores tanto na rede profissional e tecnológica de educação (nos cursos técnicos de nível médio) quanto no ensino superior. Esse aumento é mandatário de um movimento que, apesar de não se configurar somente como resposta aos movimentos sociais, também é resultado da pressão por

eles realizada. Mas que também se alinha às políticas de barateamento da força de trabalho qualificada e de contenção da pressão exercida para o ingresso da população jovem no mundo do trabalho, por meio da disseminação de uma formação empreendedora. Ou seja, de um processo de rebaixamento do trabalho complexo numa economia com excedentes de força de trabalho simples, sem perspectiva de emprego para os jovens e subordinada à hegemonia financeira.

Tal expansão revela-se como resultado dos interesses contraditórios das distintas frações de classe: ao responder a uma necessária ampliação dos direitos dos trabalhadores à educação (reivindicada pelos mais variados movimentos sociais), como também por atender a uma valorização do capital, investindo o fundo público nos serviços educacionais privados.

Portanto, pensar os atuais rumos da educação da classe trabalhadora no Brasil impele a compreendermos o cenário dessa população no que diz respeito à sua escolaridade, sem perder de vista as suas particularidades históricas, em especial aquela relacionada à cor/raça.

Quando vislumbramos a educação de nível médio, percebemos um atraso de cerca de 10 anos entre os jovens brancos e negros. As informações coletadas mostram que, em 2012, 73% dos jovens brancos de 15 a 17 anos frequentaram ou concluíram o ensino médio, enquanto patamar semelhante só foi alcançado pelos negros em 2022. Neste grupo, a taxa de conclusão dobrou nos últimos dez anos. Passando de 32% para 61%. Ainda assim, o índice atual é menor do que o de jovens brancos em 2012 (Queiroz, 2023).

Pensando no ensino médio, mais especificamente oferecido na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), registra a história que nos dois mandatos do governo Lula foram criadas 214 escolas técnicas federais e mais 208 durante os mandatos da presidente Dilma. As 422 unidades somadas às 140 já existentes fizeram com que os Institutos Federais (IFs) chegassem a 562 escolas espalhadas em 515 municípios do país.

Com isso, temos o aumento também das matrículas na educação profissional na rede federal de ensino, passando de aproximadamente 170.000, em 2003, para quase 350.000, em 2011, alcançando um montante de 331.037 em 2023 (Mec, 2024).

Voltando ao poder em 2023, Lula anunciou em março de 2024 a criação de 100 novos institutos federais em todas as unidades da federação, resultando em 140 mil novas vagas. Segundo a matéria publicada no Site *Agência Governo*, atualmente (março de 2024), no país, existem 682 unidades e mais de 1,5 milhões de matrículas. Com os novos 100 *campi*, a Rede Federal chegará a um total de 782 unidades.

Entretanto, o aumento do investimento público veio associado ao incentivo do investimento privado. Acerca do aumento nos investimentos, temos também outras medidas, tais como os programas do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Fies para o ensino superior, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Sistema S (Sesi, Sesc e Senai) para o ensino profissionalizante de nível médio.

Em relação à particularidade de cor/ raça, no Censo Educacional de 2024, ao analisar o ensino médio, pretos e pardos somam 53,8% dos estudantes que declararam a cor. A participação de estudantes com esses perfis entre os que cursam a Educação Profissional e Tecnológica é de 55,6%. Esse aumento expressivo da participação de estudantes negros e pardos tanto no ensino médio, mas especialmente nos IFs, deve-se aos programas de acessibilidade e inclusão, tal como a Lei de Cotas e os investimentos em programas de permanência, tal como o atual Pé de Meia.

Quando falamos da educação profissional e tecnológica, ela ainda comporta mais matrículas na rede pública do que na privada, apesar de ambas terem registrado crescimento ao longo dos anos de 2020 a 2024. Em 2020, a rede pública estava com 1.200.287 matrículas contra 735.807 da rede privada e, em 2024, a rede pública alcança 1.570.993 contra 1.005.300 na privada. Apesar de entre 2020 e 2024 a rede privada ter um crescimento de 73%, a pública também cresceu e

ainda atende a 60,9% dos estudantes nessa modalidade (Inep/Mec, 2025).

Diferentemente, quando se trata do nível superior, a expansão se deu com maior expressividade na rede privada. Desde a Constituição Federal de 1988, que estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada (Art. 209), liberdade essa reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que prodigou para a iniciativa privada a oferta do ensino superior (Artigo 45), o expansionismo privado nesse nível de ensino em 1997 chega a um aumento de 132%. O número de instituições privadas ampliou-se de 764 IES em 1998 para 1.789 IES em 2004, um aumento de 160% (Sordi, 2022).

Atualmente, nessa oferta, quatro grandes grupos, com grande parte do capital oriundo de instituições estrangeiras, se destacam: Anhanguera Educacional S.A.; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras; e a empresa SEB S.A., também conhecida como “Sistema COC de Educação e Comunicação”.

O acesso ao ensino superior é ainda mais desigual quando tratamos da população negra no país. Segundo o último Censo Educacional (2024), entre 18 e 24 anos, quase 30% dos jovens brancos estavam na universidade em 2023, contra somente 17% dos jovens negros. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mostram ainda que cerca de 70% dos pretos e pardos com 18 a 24 anos deixaram os estudos sem concluir o ensino superior, taxa que cai para 57% entre os brancos (Inep/MEC, 2025).

Apesar disso, o diagnóstico do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA) aponta, ainda, que, nas graduações de instituições públicas, um fator determinante para aumentar o ingresso da população negra, de 2014 a 2019, foram as cotas, estabelecidas pela Lei nº 12.711/2012. Nesse intervalo, a porcentagem de pretos e pardos saiu de 26% para 43%, de modo que superaram o total de brancos nas salas, de 40%.

Considerando a oferta das vagas entre instituições públicas e privadas, presenciais e à distância, podemos afirmar que o ensino

superior no Brasil é privado e à distância, haja vista que somente 12,2% das instituições são públicas, que atendem, por sua vez, menos de 5% (4,1%) das vagas de estudantes universitários contra 87,8% das instituições privadas responsáveis por 95,9% das vagas. Além disso, somando todos os universitários que ocupam instituições públicas e privadas, 77,2% deles realizam cursos EaD (Inep/MEC, 2024).

Os jovens pretos e pardos atingem a marca de 70,6% de abandono, os alunos brancos computam 57% que não concluíram a graduação. Os números se tornam ainda mais impactantes quando temos somente 2,9% das pessoas pretas e pardas conseguindo concluir a graduação, comparado aos 6,5% das pessoas brancas (Cedra, 2025).

Diante desses dados, é inevitável constatarmos que prevalece no aspecto do investimento público o fortalecimento do mercado via transferências de fundo público diretas e indiretas para a expansão da rede privada de ensino superior e a destinação de políticas públicas mais diretamente interessadas em uma formação para o trabalho simples, justificando, em alguma medida, a prevalência da oferta da educação profissional e tecnológica de nível médio ainda por instituições públicas estatais.

Resta-nos avaliar de maneira não ingênua esse processo sem, contudo, deixar de esperar em relação à formação intelectual da classe trabalhadora. Isso porque, se o investimento na RFEPCT não soluciona o investimento no preparo para o trabalho complexo, ele, inegavelmente, o estimula.

O Censo da educação superior realizado em 2023, pela primeira vez [...] apresenta uma análise sobre o acesso à educação superior logo após a conclusão da educação básica” E chega à conclusão de que, “a rede federal (assim como a privada) e o ensino médio articulado à educação profissional e tecnológica são mais eficientes em levar o estudante diretamente (no ano seguinte) do ensino médio para o ensino superior” (INEP, 2024, s/p.).

Dos concluintes do ensino médio em 2022, 27% ingressaram na educação superior em 2023. Ao observarem os concluintes do ensino médio de escolas federais, essa proporção sobe para 58%

(comportamento similar aos concluintes das escolas privadas, com 59%). Logo, os estudantes que concluíram o ensino médio articulado com a educação profissional (integrado ou concomitante) tiveram mais facilidade para ingressar na educação superior no ano seguinte. Desse grupo, 44% entraram em um curso de graduação logo após a formatura, outro número acima da média (Inep/Mec, 2024).

O processo de formação da classe trabalhadora brasileira aponta para uma diversificação de formas de acesso que revelam o aprofundamento da inserção subordinada do trabalhador nacional no sistema produtivo internacional. Ao mesmo tempo que as lutas sociais alargaram o alcance das políticas de ações afirmativas, o vetor da expansão é focalista e não universal, privado e não público, desvinculado de qualquer projeto de desenvolvimento de cunho nacional e, sobretudo, alinhado às formas sociais de distribuição do trabalho social que promovem o rebaixamento da formação para o trabalho complexo. Além da precarização da educação básica e do desinteresse pela educação escolarizada para largos segmentos da população excedente.

Verificamos que os segmentos da classe trabalhadora alcançados pelas estratégias acionadas pelo Estado, encontram-se envolvidos em profundas contradições que particularizam o processo de expansão do acesso à educação e, em particular, na educação profissional e tecnológica e na educação superior. A partir das lutas dos movimentos sociais, as formas de acesso são ampliadas em patamares significativos, considerando as marcas históricas do racismo estrutural dos processos de exclusão das classes trabalhadoras da educação escolarizada. Contudo, elas se dão de forma evidentemente subordinada às necessidades de valorização do capital. A partir dos fundamentos da teoria do valor e das particularidades da formação sócio-histórica brasileira, o texto procurou problematizar o significado e o alcance da expansão do acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica experimentada ao longo do século XXI.

O resultado histórico que identificamos nesse século não altera a herança da formação social brasileira e das particularidades do

capitalismo periférico e dependente. Deste modo, os interesses de distintas frações das classes fundamentais se encontram na entrelaçada fronteira entre: uma determinada estratégia governamental de ampliação do “direito à educação” com sustentação na reivindicação de movimentos sociais e um novo padrão de apropriação do fundo público para a valorização do capital da burguesia de serviços educacionais. O alcance desse processo de expansão ainda precisa ser analisado com mais profundidade, observando-se quais frações das classes trabalhadoras passam a ingressar no circuito de formação para o trabalho complexo, considerando seu perfil do ponto de vista do gênero, da condição geracional, de raça e cor, assim como o impacto que têm em relação à maior heterogeneidade das classes trabalhadoras diante da nova morfologia do trabalho.

Referências

ALMEIDA, Daniella. Matrículas no ensino profissionalizante crescem em 2024. *Agência Brasil*, 09 de abril de 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/matriculas-no-ensino-profissionalizante-crescem-em-2024>. Acesso em 10 de abril de 2025.

BELO, Amanda Silva; MOREIRA, Carlos Felipe N. e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Expansão precarizada para o trabalho complexo no Brasil no século XXI. In: BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. (Orgs.) *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida*. Curitiba: CRV, 2023.

CEDRA. *Conjunto de Dados*. Relatórios. Brasília: CEDRA, 2025. Disponível em: <https://cedra.org.br/>. Acesso em 09 de abril de 2025.

DEMIER, Felipe A. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE-INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *O censo escolar 2024: divulgação dos resultados*. Brasília: Inep/Mec, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em 09 de abril de 2025.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Conclusão do ensino superior é maior entre estudantes com cotas e ProUni, diz pesquisa*. Brasília: Inep/Mec, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023#:~:text=O%20censo%20de%202023%20registrou,24%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20vagas>. Acesso em: 09 de abril de 2025.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e Capital-imperialismo. Teoria e história*. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

KOPENAWA, Davi. e ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LAVAL, Christian. *A escola não é empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Editora Planta, 2004.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1 (o processo de produção do capital). 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. Editora Anita, São Paulo. 1994.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1978.

QUEIROZ, Carol. Acesso de jovens negros ao Ensino Médio tem uma década de atraso em comparação com brancos. *CNN*, 31 de maio de 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/aceso-de-jovens-negros-ao-ensino-medio-tem-uma-decada-de-atraso-em-comparacao-com-brancos/#:~:text=%C3%89%20o%20que%20mostra%20um,a%20pouco%20mais%20de%2073%25>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987. (Teoria e História 13)

SORDI, Jaqueline. Da expansão à evasão: um panorama da educação superior privada do Brasil no século XXI. *ICQ (Observatório de Políticas Científicas)*. Publicado em 10 de out. de 2022. Disponível em: <https://iqc.org.br/observatorio/artigos/educacao/da-expansao-a-evasao-um-panorama-da-educacao-superior-privada-do-brasil-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

PARTE II
**As políticas sociais e as relações raciais e de
gênero**

CAPÍTULO 7

Para a Crítica Anticapitalista às Políticas Sociais Voltadas para o Equilíbrio Trabalho-Família*

Andréa de Sousa Gama

Claudio Horst

Ethiene da P. dos Anjos Santos

Este capítulo visa abordar criticamente a política social no Brasil, centralizada na família, particularmente nas mulheres, diante da dinâmica da produção e reprodução social capitalista, aprofundando a reflexão sobre as contradições entre trabalho e família.

A crítica aqui empreendida sobre as experiências de políticas sociais voltadas para o “equilíbrio” entre família e trabalho parte das aproximações ao Programa de Equilíbrio Trabalho-Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) do Governo Bolsonaro, que entrou em vigor pela Portaria nº 2.904 em 1º de dezembro de 2020, a fim de identificar as estratégias de mascarar o conflito entre trabalho e família e a naturalização do trabalho de reprodução social das mulheres.

Apesar de evidenciar problemas vivenciados pela classe trabalhadora brasileira, como a sobrecarga de trabalho das mulheres e o aumento da informalidade, o mesmo desloca o cuidado para a esfera privada, como atributo natural das mulheres. Além disso, busca ocultar que a raiz do conflito entre as demandas familiares e o trabalho remunerado advém do modo de produção e reprodução social capitalista, assim como da lógica familista operacionalizada pelo Estado e suas políticas sociais.

O capítulo está organizado em duas partes. Na primeira parte, dialogamos sobre a contradição entre trabalho e família no capitalismo com vistas a retomarmos nossos pressupostos para o debate. Na

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.125-144

segunda parte, nos aproximamos de uma das recentes experiências no país que vislumbrou o enfrentamento ao dilema entre trabalho e família, contudo, numa perspectiva neoconservadora.

O ponto de partida teórico-metodológico para entender a relação entre trabalho e vida familiar é, em primeiro lugar, a compreensão de que as esferas da produção e da reprodução social no modo de produção capitalista estão em permanente tensão. Em segundo lugar, a natureza dessas contradições se modifica historicamente, mas ganha relevo, neste texto, o traço característico da massiva inserção das mulheres no trabalho assalariado.

Contemporaneamente, as condições de aviltamento do trabalho assalariado das mulheres ensejam novas formas e processos para a percepção social e para o enfrentamento dessas tensões. Por fim, tal contradição produz a necessidade de se elaborar uma *crítica à dissociação entre a esfera da produção e da reprodução social*. A partir dessa crítica, poder-se-á avançar no conhecimento e nas formas de enfrentamento dessa problemática.

A abordagem da divisão sexual e racial do trabalho permite desenvolver uma conceituação ampla de trabalho, compreendido como atividade remunerada e atividade desenvolvida na esfera doméstica. A adoção dessa abordagem abrangente permite uma análise da interdependência que marca o processo histórico da separação/articulação da produção e da reprodução social e a transformação permanente no trabalho assalariado e nas famílias. Isso exige uma nova compreensão das relações com o trabalho e das formas que essas relações assumem, bem como das diferentes instituições ligadas à reprodução social.

Concordamos com Fraser e Sousa Filho (2020) quando afirmam que a sociabilidade capitalista incuba uma contradição sócio-reprodutiva: de um lado, a reprodução social é uma condição de possibilidade da acumulação de capital; de outro, a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social dos quais ela depende. Essa contradição sócio-reprodutiva do capitalismo está na raiz da “atual” crise do cuidado. Apesar de ser inerente ao capitalismo, tal crise assume um aspecto distintivo no

capitalismo financeirizado neoliberal de nosso tempo. Os déficits de cuidado que experienciamos, hoje, são a forma tomada por essa contradição na recente fase do desenvolvimento capitalista.

As demandas conflitivas entre trabalho e família é um dos problemas sociais mais candentes conectados à crise imposta pelo capitalismo no seu momento histórico neoliberal. Nas últimas décadas, o interesse internacional sobre essa questão cresceu significativamente. Tal situação tem efeitos negativos sobre a qualidade de vida das pessoas, principalmente o bem-estar das mulheres e dos grupos sociais mais demandantes de cuidados e sobre as condições de trabalho, em particular.

As condições de superexploração na periferia do capitalismo intensificam o modelo do “duplo provedor”, no qual o trabalho remunerado feminino é uma necessidade para as condições de sobrevivência das famílias, no mesmo momento em que ocorre a redução dos investimentos estatais em políticas sociais, lançando sobre as famílias e as comunidades a provisão de bem-estar, simultaneamente à diminuição das capacidades de que dispõem para desempenhar esse trabalho. O progressivo acesso das mulheres ao mercado de trabalho aponta para mudanças econômicas, sociais e culturais de vulto. No entanto, a persistência das desigualdades de gênero e raça no trabalho remunerado e no trabalho não remunerado no interior das famílias, e sua capacidade de se reorganizar em novos contextos, intriga e nos desafia a pensar sobre essas contradições.

O resultado é uma nova organização, dualizada, da reprodução social, mercadorizada para quem pode pagar para dela usufruir e “familiarizada” para quem não o pode. Em um contexto demográfico, principalmente nos países ocidentais, de envelhecimento da população, queda nas taxas de natalidade, crescimento do número de divórcios, de famílias monoparentais femininas e de maternidades tardias, impõe-se um cenário de alta complexidade quando combinado com as mudanças no mundo do trabalho. Ademais, as famílias sofrem os efeitos da precarização do emprego, vendo se multiplicar as pressões no seu

interior e o aviltamento no enfrentamento público de uma série de problemas sociais daí decorrentes.

Gama (2014) realiza um balanço de experiências internacionais relativas ao conflito entre trabalho e família e conclui que nenhum país conseguiu encontrar um meio de promover uma melhor repartição do trabalho reprodutivo não remunerado entre homens e mulheres ou valorizá-lo. Alguns países europeus consideram ser da responsabilidade estatal tentar “conciliar” o trabalho remunerado e o não remunerado. Essas propostas, procedentes do movimento feminista europeu, surgiram da crítica ao viés produtivista e androcêntrico da organização do trabalho. Ao afirmar que o principal obstáculo das mulheres à igualdade no trabalho era a carga de trabalho não remunerado, surgiu a necessidade de se desenhar políticas de gênero que tratassem do problema do trabalho doméstico e dos cuidados que as mulheres desempenham gratuitamente no interior das famílias.

Entretanto, em geral, essa é uma política fortemente sexuada, visto que define implicitamente um ator (ou atriz) dessa “conciliação”: as mulheres, e consagra o *status quo* segundo o qual homens e mulheres não são iguais perante o trabalho profissional. A demanda por essa “conciliação”, na verdade, oculta as novas modalidades da divisão sexual e racial do trabalho resultante do processo de flexibilização e precarização do trabalho e das mudanças nas conformações familiares.

Stratigaki (2004) mostra que uma concepção introduzida para encorajar a igualdade de gênero no mercado de trabalho, a “conciliação trabalho-vida familiar”, assentada em objetivos fortemente influenciados por um ideário feminista (a divisão das responsabilidades familiares entre homens e mulheres), foi gradualmente substituída por um objetivo mercado-orientado, encorajando formas flexíveis de emprego e se tornando parte integrante da *European Employment Strategy*, na década de 1990. A autora caracteriza esse processo como cooptação das concepções de gênero por políticas públicas que modificaram o sentido dos objetivos originais pela prevalência de prioridades econômicas na União Europeia. Esse processo de cooptação

reproduziu e consolidou as responsabilidades e os papéis das mulheres como prestadoras primárias do trabalho do cuidado.

Contemporaneamente, tais políticas estão em erosão e sendo substituídas por benefícios em dinheiro, mercantilizadas e repassadas para trabalhadoras de cuidado (*care*) em distintas formas de contratação, mas marcadas pelos baixos salários, com uma força de trabalho emigrada e racializada. Tratam-se, agora, de políticas de cuidado tensionadas pelo capitalismo financeirizado e permeadas pelo ideário neoliberal e neoconservador em termos da promoção de bem-estar social.

Se as políticas de “conciliação” trabalho-família em um período de mudanças nas políticas de bem-estar social nos países centrais (décadas de 1990 e 2000) já representavam um reforço da divisão sócio-sexual do trabalho e do familismo nas políticas sociais, com os processos de pejetização e aprofundamento da financeirização em todas as esferas da vida social, tais medidas saem ainda mais de cena e/ou ganham novas roupagens. Agora, a noção de *responsabilidades familiares* presente em vários documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo, perde a centralidade como uma dimensão relevante dos direitos do trabalho e constitui um aspecto inerente às proposições conservadoras relacionadas às famílias.

No Brasil, tais normativas sequer foram associadas e subscritas como um avanço das mulheres no mercado de trabalho, e governos de direita e de extrema direita inserem a instituição familiar explicitamente em planos de governo e em pautas políticas em diversas áreas de atuação pública. Nesse sentido, compreendemos que o recente governo da extrema direita (Jair Bolsonaro, 2019-2022) cumpriu um papel importante diante da crise da reprodução social, cuja figura de Damares Alves foi central:

A pauta de Damares Alves à frente do Ministério se apresenta como uma investida sofisticada, que evidencia, tal qual explica Gago (2020), um traço fundamental do neoliberalismo atual: o aprofundamento da crise de reprodução social. Para a autora, a privatização de serviços públicos (ou mesmo a restrição de seu

alcance) se traduz “no fato de que essas tarefas (saúde, cuidado, alimentação, etc.) devem ser supridas pelas mulheres e pelos corpos feminizados como tarefa não remunerada e obrigatória” (Ibidem, p. 266). Há, nesse sentido, um aproveitamento moralizador da crise de reprodução, que se assenta no endividamento dos lares, instituindo um processo de reinvenção estratégica da responsabilidade familiar diante do despojo da infraestrutura pública, permitindo assim uma convergência profunda (e bastante produtiva, diríamos) entre neoliberais e conservadores (Ibidem). Nesse cenário, em que se reforçam as obrigações e contrapartidas familiares (leiam-se individuais e privadas centradas, material e simbolicamente, na figura da mulher) no processo de reprodução, as igrejas passam a ter um papel fundamental na gestão dos escassos recursos públicos voltados para o cuidado (Rodrigues; Falcão, 2021, p. 68).

Nessa direção, trazemos uma análise crítica de um dos programas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro como um emblema do que caracterizamos como uma era de déficit de cuidados, de crise de reprodução social e, principalmente, o seu débil enfrentamento na realidade brasileira recente.

O programa busca promover as boas práticas que efetivamente conciliem alta produtividade e tempo de qualidade com a família, envolvendo a sociedade civil, sua organização e criatividade (Angela Gandra, Secretária Nacional da Família 2019-2022) (BRASIL, 2020)

Partimos do pressuposto de que o discurso em defesa da família se constitui como uma estratégia ideológica que mascara as práticas da extrema direita de ataque e desmonte à parca proteção social pública voltada para as famílias da classe trabalhadora. Neste cenário, busca-se imprimir um modelo familiar como ideal, ancorado na hierarquia de gênero, ao mesmo tempo em que atribui culpa, das condições de sobrevivência precárias aos indivíduos, como se fossem responsabilidades individuais.

Nessa direção, as políticas sociais centralizam a família, estimulando a idealização do seu “fortalecimento”. Nos seus discursos presidenciais, Bolsonaro sempre deixou explícito seu desejo de “valorizar a família”, respeitar a religião, retomando a tradição judaico-cristã, combatendo a “ideologia de gênero” para recuperar os “reais” valores da sociedade. Contribuindo diretamente para a naturalização e a normalização da violência, particularmente contra as mulheres.

Com a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, se incluíram novas agendas que até o momento não faziam parte dos governos anteriores, como a defesa da família escancaradamente. A mudança de nome e a inclusão de novas pastas revelaram a manobra adotada pela extrema direita, na qual predominou uma nova perspectiva de abordagem, voltada para o viés do *fortalecimento da família e dos vínculos familiares*, somada à *redução e desmonte* da parca oferta de proteção social pública estatal.

O Programa Equilíbrio Trabalho-Família, lançado em 2019, tinha como objetivo contribuir para a moderação e equilíbrio entre as/os empregadores/as e funcionários/as, no que tange a importância de estimular que as/os mesmos fossem responsáveis pelo bom “alicerce” familiar, pois, tendo uma família “estruturada”, sua competência no ambiente profissional seria melhor.

Conforme destacaram Biroli e Quintela (2021, p. 352), assistiu-se a uma nova dinâmica cujo “[...]Estado não ocupa mais a posição de garantidor de legislações trabalhistas que obrigam empresas a respeitar limites, mas resume-se ao papel de anunciante da relevância do equilíbrio trabalho-família para a empresa, na medida em que isso aumentaria a eficiência do trabalhador”.

Em dezesseis de novembro de 2020, o Diário Oficial da União publicou a Portaria de nº 2.904, que instituiu o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sob a então gerência da Ministra Damarens Regina Alves. O Programa apresentou como objetivo, *estimular e incentivar hábitos que se assentassem na busca pelo equilíbrio entre as responsabilidades familiares e as responsabilidades profissionais no Brasil*.

A proposta do Programa parte do pressuposto de que se tornou um grande desafio da sociedade contemporânea administrar o tempo de forma “equilibrada” na relação entre trabalho e família. Sendo assim, reconhece haver um papel central da família e do trabalho ao longo da história, sendo possível equalizar essa relação, a partir de boas práticas organizacionais entre ambos os lados.

É perceptível que no Programa há um esquema que ambiciona desenvolver e estimular a constância e a harmonia entre os gestores e trabalhadores/as, tendo em vista o aporte às suas famílias. Entretanto, é preciso problematizar de que forma foram pensados estes aportes, e quais são as concepções de equilíbrio e de família harmoniosa que estavam no horizonte do Programa, principalmente diante do processo recente de mudanças das famílias e do mercado de trabalho no Brasil.

Por exemplo, a síntese de indicadores sociais elaborada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), publicada em 2022, revela uma profunda desigualdade de renda entre a população, principalmente entre as pessoas negras (pretas e pardas) em comparação às brancas. Em 2021, o rendimento médio das pessoas brancas ocupadas era 73,4% maior do que o de pessoas negras. Em relação ao gênero, os homens possuem rendimento de 25% a mais que as mulheres.

A inserção da mulher, principalmente branca, no mundo do trabalho assalariado pôde ser observada amplamente ao longo dos anos. Entretanto, a preocupação com as demandas relacionadas ao ambiente doméstico não foi diluída entre os componentes da família. Isto resultou em uma sobrecarga de tarefas e no fortalecimento da divisão sexual e racial do trabalho, uma vez que o tempo investido pelos homens na esfera privada não vem sofrendo alterações consistentes.

Sorj e Fontes (2007) ponderam sobre a problemática da conciliação entre emprego remunerado e as responsabilidades familiares. Segundo as autoras, a baixa oferta e efetividade de serviços sociais públicos interfere na dinâmica familiar e na inserção feminina no mercado de trabalho, uma vez que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado é naturalizado historicamente como um trabalho a ser realizado pelas mulheres.

Com efeito, se o trabalho doméstico e a família não podem ser isolados do conjunto dos instrumentos da reprodução social, não podem também ser analisados independentemente da divisão sexual e racial do trabalho que opera na produção e na reprodução. Trata-se de reafirmar que as relações de classe, gênero e raça organizam a totalidade das práticas sociais, independentemente da esfera onde elas se exerçam (Gama, 2014, p. 45).

No entanto, o que o Programa não sinaliza são as condições concretas das famílias e a impossibilidade de um possível “equilíbrio” diante de condições de vida tão precárias, trabalhos desprotegidos e informais, bem como a longa história do patriarcado e do racismo brasileiro que impõe condições desiguais para e entre as mulheres no interior das famílias, diante de uma suposta naturalidade feminina para o cuidado, que na busca por melhores condições de “equilíbrio”, deveriam ser enfrentadas.

A proposta integrava três componentes em sua estrutura, vejamos.

No que tange ao ***primeiro pilar*** do Programa - as Ações de Educação em Equilíbrio Trabalho-Família - ofertavam-se cursos e materiais informativos com o intuito de formar e capacitar gestores que trabalham. Na Portaria nº 2.904, lia-se no Capítulo II, no Art. 3º: “As Ações de Educação em Equilíbrio Trabalho-Família visam promover informação, sensibilização e formação em temáticas relacionadas ao equilíbrio entre trabalho e família aos gestores, trabalhadores e famílias”. Tais medidas incluem disponibilizar materiais informativos impressos ou virtuais, a realização de campanhas e eventos, além do oferecimento de cursos presenciais e *on-line*, tendo em vista a formação de profissionais e de público interessado.

Voltavam-se majoritariamente para pensar a dinâmica no âmbito da família, como podemos observar no conteúdo programático de um dos cursos ofertados pelo Programa: “Noções Introdutórias em Equilíbrio trabalho-família” com os seguintes módulos: a) Módulo 1: Trabalho e família: centralidade, transformações e a busca por

equilíbrio; b) Módulo 2: Relação trabalho-família: abordagens e atores; Módulo 3: Equilíbrio trabalho-família no Brasil e no mundo: análise de cenário e identificação de boas práticas.

O **segundo pilar** do Programa era o Prêmio Melhores Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família cuja finalidade era identificar, premiar e incentivar a disseminação de práticas organizacionais de equilíbrio trabalho-família que sejam eficazes, inovadoras e replicáveis por outras organizações. O prêmio se realizou mediante editais próprios e o público-alvo eram empresas privadas e estatais da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

O prêmio teve duas edições, uma no ano de 2020, que compreendeu o Edital nº 02/2020, o qual trouxe como tema: “Implementação de boas práticas que favoreçam o equilíbrio entre o trabalho e a família no contexto da pandemia de Covid-19”, e a segunda edição, que ocorreu no ano de 2022, compreendeu o Edital nº 04/2022 com o tema: "Implementação de boas práticas que favoreçam o equilíbrio entre o trabalho e a família de pais, mães e responsáveis de crianças na primeira infância".

O **terceiro pilar**, o selo empresa amiga da família, visava autenticar publicamente empresas estabelecidas no território nacional, que se mostraram empenhadas em promover o equilíbrio entre o trabalho e a família. A Secretaria Nacional da Família, durante os anos de 2019 a 2022, lançou editais periodicamente a fim de receber inscrições de empresas que fomentam as práticas organizacionais para atingir o objetivo do Programa. Os editais abarcavam tanto empresas privadas como as estatais da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. O selo tinha duração de dois anos a partir da data outorgada e poderia ter seu uso cessado ou suspenso se algum dos requisitos deixasse de ser implementado pela empresa.

Ainda no bojo das apresentações das frentes que o Programa desenvolveu, destacamos a seguir a Semana Nacional de Educação em Equilíbrio Trabalho-Família, realizada no período de vinte e sete a trinta de setembro de dois mil e vinte e um. O evento foi construído pelo Ministério em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB). A

semana contou com a participação de gestores públicos e privados, acadêmicos nacionais e estrangeiros e membros de organizações internacionais envolvidos com a temática.

Algumas sínteses dos conteúdos debatidos revelam a face familista no falso enfrentamento pela extrema direita da relação à contradição entre trabalho e vida familiar no país.

1. Segundo algumas palestras, o teletrabalho se mostrou como uma alternativa bastante positiva para determinados setores da sociedade, se tornando uma perspectiva futura almejada por boa parte da população, inclusive por supostamente ter contribuído para uma maior participação dos homens no ambiente domiciliar. Destacaram-se alguns desafios como a sobrecarga de trabalho, a dificuldade de separar horários, e o aumento do sofrimento psíquico, mas com grande aposta de um possível equilíbrio entre homens e mulheres, que os dados da realidade brasileira revelaram o oposto.

2. Foi reforçada a ideia de que a família não deveria ser enxergada como um bem público nem privado, mas como natureza relacional, ou seja, produzida pelos indivíduos, integrando-se ao trabalho. Por conseguinte, os grupos familiares não assumiriam somente o papel de destinatário passivo de assistência, mas agentes ativos, no quais as políticas exerceriam a função subsidiária à família no cumprimento das suas responsabilidades e tarefas próprias. Evocam a participação da família como *produtora e consumidora* do próprio bem-estar.

3. Quando debatidas as medidas comprovadas que contribuíram para aliviar a tensão e a sobrecarga entre trabalho e famílias para as mulheres, identificou-se a assertiva de aumento da autoestima com a presença do companheiro nas atividades de cuidados.

4. A argumentação da criação de políticas subsidiárias para as famílias foi sustentada em grande parte por um dos palestrantes, Pedro Hollanda. Apelando para o dever das famílias de exercerem seu

papel social, afirmou ser responsabilidade das famílias prepararem suas crianças para o convívio social, educando adultos conscientes dos seus deveres enquanto cidadãos. Além disso, afirma que as políticas sociais precisam *somente* prover auxílio às famílias, pois parte-se do pressuposto de que é dever do grupo familiar oferecer suporte econômico para cada um dos seus membros.

5. Ainda discorrendo sobre a atuação do Estado, foi a secretária nacional da família naquele momento, Angela Gandra, que, encerrando um dos momentos, afirmou que se gasta muito dinheiro público “apagando incêndios”, como o consumo abusivo de drogas, defendendo necessário haver prevenção, e a mesma começaria nos núcleos familiares. Assim sendo, a Secretaria Nacional da Família (SNF) buscaria o fortalecimento dos vínculos familiares e o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família é o reflexo desta política.

A partir dos destaques apresentados até aqui e dos pilares que sustentaram o Programa, fica nítido a face familista cujo pressuposto sustenta a responsabilidade do bem-estar familiar como função das famílias e das mulheres. Afirma ainda que, mesmo que as mulheres trabalhem remuneradamente, precisam desenvolver estratégias para articular o trabalho e a família. Contudo, pensar em alternativas que poderiam aliviar a sobrecarga de trabalho para as mulheres implica refletir sobre a articulação de um regime de *desfamiliarização*, notadamente, nas políticas sociais.

No entanto, o que se acompanhou do governo foi o desmonte das outras políticas sociais, o desfinanciamento e o ataque aos direitos das mulheres sob o manto do enfrentamento à suposta “ideologia de gênero”. Portanto, o projeto não apresentava alternativas concretas de acesso a bens e serviços, ainda que fossem políticas de transferências de renda, focalizadas e com condicionalidades, como acompanhamos nos últimos anos.

A concepção de proteção social defendida pela extrema direita considera que a política social deve ser mínima e residual, onde as

principais instâncias para a oferta da proteção social são o mercado e outras instâncias privadas não mercantis, ou seja, a família (Horst; Castilho; Alves, 2023).

A novidade do familismo aqui, se expressa, portanto, pela forte defesa da família publicamente, na compreensão de que o Estado deve intervir nas famílias, porém, sem oferta e garantia de proteção social pública e estatal, ou com políticas sociais ainda que mínimas e focalizadas. A reprodução do familismo se caracteriza pelo controle das famílias e dos esforços psicologizantes e comportamentais para que elas superem as condições de pobreza e outros ‘problemas’, sem nenhum apoio socioassistencial, benefícios, e/ou recursos financeiros (Horst; Castilho; Alves, 2023, p. 14).

O que se evidencia nas análises é que seria dever das empresas oferecer suporte às famílias, “ou seja, o ‘equilíbrio’ entre trabalho e cuidado deve ser alcançado por cada família, e preferencialmente com a ajuda de seus empregadores, como propõe a política do Ministério” (Hümmelgen, 2022, p. 15). Um desses empregadores, ao narrar a experiência no seminário, destacou como boas práticas de equilíbrio por parte das empresas o olhar e a escuta receptivos, demonstrando disposição para ouvir e oferecer suporte para apoiar e, se necessário, replanejar o trabalho para reduzir o conflito.

Em poucas falas, o conflito aparece como possibilidade de ser enfrentado pelo acesso a treinamento durante a vida laboral, creches, licença parental compartilhada, horário de trabalho flexível com o cuidado familiar, estímulo ao empreendedorismo, direito à propriedade, acesso aos serviços públicos e seguridade social, remoção de barreiras legais e comportamentais, práticas antidiscriminatórias, proteção às mulheres em situação vulnerável. Contudo, *não associados como direito e dever do Estado*. Afinal, a proteção social não é compreendida como direito pela direita e extrema direita, o objetivo primeiro desses segmentos políticos é a preservação do capitalismo (Pereira, 2016).

É notável que o viés sustentado no programa em todas as suas frentes, que vão desde as ações educativas, as parcerias e editais com as empresas e o conteúdo das palestras da semana nacional, se baseia na busca pela administração do tempo entre o trabalho e a vida familiar. Todavia, para se pensar em uma política pública que tenha como tema central o “equilíbrio” entre essa relação, é necessário pensar em formas de ofertar, por exemplo, licença para o cuidado dos filhos sem perda de emprego, regulação do tempo de trabalho, sem diminuição de salários, como também acesso a tempo integral nas escolas e a oferta de serviços de cuidados aos idosos e outros dependentes. Estes poderiam ser os primeiros passos para que se consiga uma mínima “conciliação” entre o trabalho e a vida familiar, com repercussões consideráveis para a qualidade da inserção feminina no mercado de trabalho e melhores condições de provisão de bem-estar para aqueles grupos sociais com maiores demandas de cuidados.

Afinal, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) em 2019 somente 35,6% das crianças de até três anos frequentavam escola ou creche, realidade que impacta diretamente no nível de ocupação, principalmente das mulheres, ao serem as mais atingidas pela cultura patriarcal que determina a divisão de papéis de gênero. Estes dados são reveladores da implementação de qualquer ação que vise enfrentar a contradição entre trabalho e família. Não é possível refletir sobre formas de administrar melhor o tempo na sociedade contemporânea sem considerar a diferenciação entre os papéis de gêneros historicamente construídos, a profunda desigualdade salarial e, sobretudo, a estrutura racista que se reproduz, mantendo mulheres negras nas piores condições de sobrevivência. Não há administração de tempo que não se confronte com as condições de superexploração das mulheres sustentadas nas relações patriarcais de gênero e no racismo. Aliás, dessas relações depende a situação de opressão das mulheres no capitalismo.

É visível, quando avaliamos os pilares do Programa, particularmente o segundo e o terceiro, que o Estado vem assumindo ao longo dos anos e por meio dos programas de caráter familista, uma

postura de gestor e não de promotor no que diz respeito à garantia dos direitos. Neste meio, ele age por meio das privatizações das obrigações públicas, além disso, com o advento do ideário neoliberal, se tornou mais simples justificar esta ausência de proteção social, uma vez que a família introjeta a ideia de sucesso ou fracasso como sendo responsabilidade individual dos seus membros.

Logo, refletir sobre práticas organizativas em “equilíbrio trabalho-família” requer a perspectiva de inclusão e a promulgação de normativas que assegurem o trabalho estável com as garantias de direitos trabalhistas. Além disso, é necessário questionar de qual família se fala nos programas sociais, quais famílias eram reconhecidas pelas empresas, para serem recuperadas as suas reais necessidades, tendo como norte as diversas experiências familiares.

Dessa forma, vislumbrar um caminho que tenha como objetivo o “equilíbrio entre o trabalho e as relações familiares” imbrica uma série de questões, sobretudo na realidade brasileira, ao ser um debate que se mostra atravessado por inúmeros dilemas. Afinal, isso é possível em uma sociedade alicerçada em um passado escravocrata, patriarcal e dominado pelo latifúndio? Melhor dizendo, é possível assegurar cidadania e humanidade, particularmente para as mulheres, em uma sociedade de classes ancorada no capital?

Ao analisar a relação intrínseca entre trabalho e vida familiar, destacamos a relação entre esfera da produção e reprodução social, pontuando que ambas estão em permanente tensão. Assim, inferimos que o acirramento das tensões entre trabalho-família tem se fortalecido no contexto marcado pela perversidade da racionalidade neoliberal sustentada por desígnios patriarcais, de gênero, heterossexistas e etnocêntricos, que naturaliza e descarrega as responsabilidades em relação ao trabalho de reprodução social sobre as mulheres.

No decorrer deste capítulo, realizamos algumas aproximações ao Programa de Equilíbrio Trabalho-Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) do Governo Bolsonaro, instituído pela Portaria nº 2.904 em 1º de dezembro de 2020. Conforme podemos observar, ficou evidente que os

pressupostos que atravessaram o referido Programa estão calcados em discursos conduzidos pela direita e extrema direita no Brasil – que, por meio da façanha de estimular e incentivar hábitos para se alcançar o equilíbrio entre responsabilidades familiares e profissionais no país, acaba por reproduzir/reforçar um conjunto de convicções e/ou valores que retroalimentam a noção de família como produtora e consumidora do próprio bem-estar.

Na esteira desse processo, deparamo-nos com a iminência da relação entre família e proteção social, cujas entrelinhas, nas ações propostas pelo Programa, a família assume centralidade no processo constitutivo da política pública em evidência – o forte resgate à família como agente ativo e/ou instituição central de provisão de bem estar na agenda (conforme conteúdos trabalhados no interior do Programa: busca por equilíbrio, implementação de boas práticas, dentre outros), revisita o reforço da restrição do papel estatal, e o “alargamento da esfera privada protegida, que corresponde à ampliação do papel da família” (Biroli et al. 2020).

Desse modo, diante do avanço do neoconservadorismo, com os discursos dos/das representantes da direita e extrema direita, a família assume uma posição central – há uma entonação para a preservação da família tradicional, com pressupostos que reforçam a desigualdade de gênero e raça e evidenciam que as mulheres estão destinadas às responsabilidades familiares, principalmente no campo do cuidado e de tarefas domésticas, estando limitadas e/ou não qualificadas/aptas às práticas vinculadas à vida pública.

Diante dos diálogos apresentados no texto fechamos o presente capítulo destacando alguns pressupostos necessários para a crítica anticapitalista às políticas sociais, particularmente voltadas para o “equilíbrio entre trabalho e vida familiar”: a) o reconhecimento da unidade necessária e contraditória entre produção e reprodução social; b) o entendimento que o trabalho do cuidado não é uma tarefa natural das mulheres; c) o entendimento que não é possível na ordem do capital o “equilíbrio” entre trabalho e família; d) o pressuposto não haver conquista e acesso a direitos no capitalismo sem lutas e resistências; e)

o pressuposto para a leitura do cuidado e da reprodução social a partir de uma perspectiva unitária apreendendo as relações sociais capitalistas, racializadas, generificadas e territorializadas; f) que a defesa da família entoada pela direita e extrema direita trata-se de um mito; g) a necessidade e urgência de se pensar alternativas que poderiam aliviar a sobrecarga de trabalho para as mulheres, cujo horizonte exige refletir e articular um regime de *desfamiliarização* das políticas sociais.

Referências

ALVES, Luísa; CASTILHO, Guilherme; HORST, Cláudio. O familismo no governo Bolsonaro e os impactos na política social. *do 9º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 16º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*. 2023, Vitória *Anais...* UFES, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41326>. Acesso em: 23 de abril de 2025.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan M.; MACHADO, Maria das D. C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan. M; MACHADO, Maria das Graças. C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da defesa da família. In: KERSCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. *Edital nº 02/2020*. - Prêmio Melhores

Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família – 1ª Edição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/programa-equilibrio-trabalho-familia-1/premio-melhores-praticas-em-equilibrio-trabalho-familia>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Portaria nº 2.904, de 13 de novembro de 2020. *Institui o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-informacao/institucional/portarias/portaria-no-2-904-13-de-novembro-de-2020#:~:text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art,familiares%20e%20profissionais%20no%20Brasil>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. *Governo Federal institui programa para promover equilíbrio entre trabalho e família*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/novembro/governo-federal-institui-programa-para-promover-equilibrio-entre-trabalho-e-familia>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. *Edital nº 04/2022. Prêmio Melhores Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família – 2ª Edição*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/programa-equilibrio-trabalho-familia-1/premio-melhores-praticas-em-equilibrio-trabalho-familia-2a-edicao>. Acesso em: 23 abr. 2025.

RODRIGUES, Emanuelle. G. B; FALCÃO, Carolina C. Família de Deus, valores neoliberais: Damares Alves e a depuração de direitos. *Relegens Thréskeia*, v. 10, n. 2, p. 54 - 77, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/82436/45301>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FONTES, Adriana; SORJ, Bila. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2010/11/cuidado_trabalho_e_autonomia_das_mulheres.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan R. de. Contradições entre capital e cuidado. Princípios: *Revista de Filosofia* (UFRN), v. 27, n. 53. Natal: UFRN, 2020. p. 261 - 288. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 23 abr. 2025.

GAMA, Andréa. de. Sousa. *Trabalho, família e gênero - impactos dos direitos do trabalho e da Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2014.

HÜMMELGEN, Isabela. Políticas neoliberais de Damares Alves: uma análise a partir da teoria da reprodução social. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. 01 - 22. Campinas, SP: Unicamp, 2022. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17285>. Acesso em: 23 abr. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida*. Brasília: IBGE, 2022.

PEREIRA, Camila P. *Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016.

STRATIGAKI, M. The cooptation of gender concepts in EU Policies: the case of “reconciliation of work and family”. *Social Politics*, v.11, n.1, p. 30-56, 2004. Disponível em: <https://academic.oup.com/sp/article-abstract/11/1/30/1654407?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CAPÍTULO 8

Adensamento da Desigualdade de Gênero e Degradação da Política Pública: negação de parcela da civilidade*

Maíra Carvalho Pereira

Buscamos demonstrar, por meio da teoria social crítica marxista, que há uma intrínseca relação entre o adensamento da desigualdade de gênero e o avanço do neoliberalismo em sua investida para degradação da política pública. Para isso, pretendemos apresentar a Teoria da Reprodução Social, com vistas a dar visibilidade à centralidade da reprodução social na exploração da classe trabalhadora pelo capitalismo.

A partir disso, pretendemos recorrer à pesquisa exploratória com o objetivo de aprofundar os temas centrais e estabelecer correlações entre eles, buscando uma compreensão mais clara da realidade, como uma “primeira etapa de uma investigação mais ampla” (Gil, 2008, p. 27).

Diante do exposto, na primeira parte do presente capítulo, expomos a intrínseca relação entre produção e reprodução, argumento amplamente discutido pela Teoria da Reprodução Social. Dessa maneira, as relações sociais que ocorrem fora do circuito de produção são moldadas conforme as demandas de acumulação de capital, de modo que a interdependência entre produção e reprodução social posiciona o gênero feminino como agente central na extração da força de trabalho da classe trabalhadora.

Na segunda parte, buscamos tensionar a importância da política social enquanto um mecanismo institucional de atendimento às necessidades prementes da sociedade. Nesse contexto, procuramos demonstrar como o neoliberalismo atua contra a política pública,

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.145-163

implementando estratégias que visam à máxima expropriação por meio da superexploração da força de trabalho e assegurar a lógica da acumulação de capital para a classe dominante.

Dessa forma, concluímos que a lógica neoliberal intensifica a precarização da reprodução social, reduzindo o custo do trabalho necessário na esfera produtiva, resultando na ampliação da sobrecarga feminina. Nas economias dependentes, a superexploração da força de trabalho leva a medidas de austeridade fiscal para garantir a acumulação de capital pelas classes dominantes, fragilizando a capacidade das famílias de assegurar a reprodução social e condições dignas de vida. Nesse cenário, acreditamos que a ampliação das políticas públicas pode mitigar a desigualdade na divisão social do trabalho entre os gêneros e reduzir a sobrecarga das atividades de reprodução social na família; em última instância, minorar a opressão às mulheres.

Não é raro que o marxismo seja apontado por supostamente não considerar as questões relativas à desigualdade de gênero, considerando somente as questões acerca da classe social. No entanto, compreendemos o marxismo enquanto uma teoria que ilumina a práxis revolucionária e a luta por melhores condições de vida com reformas graduais. Todavia, o movimento dialético imanente de compreensão da realidade não deixa de informar sobre a completa destruição do capitalismo. Diante disso, esta seria uma perspectiva de totalidade que tem uma enorme potência na luta contra a opressão de gênero e em favor da justiça social para mulheres. “[...] o *modelo* marxista, a despeito dos muitos tropeços históricos em seu nome, permanece sendo a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo e, portanto, fornece pistas de como acabar com ela” (Bhattacharya, 2019, p. 102).

Segundo Bhattacharya (2019), em *O Capital*, Livro I, é possível compreender que Marx apreende a habilidade humana do trabalho – força de trabalho – como “mercadoria especial” que sustenta o metabolismo produtivo do sistema capitalista. É mediante uma dinâmica produtiva de expropriação de trabalho excedente que mercadorias são produzidas e o capitalista acumula valor. Portanto, a força de trabalho tem o peculiar atributo de ser uma fonte de valor. É

diante disso que partimos nossa análise, evidenciando que a força de trabalho é produzida e reproduzida externamente à produção capitalista, no âmbito da família. A chave de análise adotada é de que o circuito produtivo é o âmbito que produz mercadorias e serviços, mas os trabalhadores que despendem força de trabalho para a produção desses bens são produzidos fora da dinâmica econômica formal, sem que o capitalista seja cobrado por isso. Este é um argumento fundamental para os marxistas da Teoria da Reprodução Social, que compreendem a existência de uma interconexão entre a esfera da produção e a esfera da reprodução social.

Esta interconexão entre a esfera produtiva e a esfera da reprodução social diz respeito, principalmente, à forma pela qual a força de trabalho é produzida e reproduzida, caracterizada por meio de: 1) atividades que regeneram a pessoa fora do processo produtivo, que engloba local para repouso, comida e apoio psíquico; 2) atividades que mantêm as pessoas que não estão inseridas na esfera produtiva por diversas razões, como crianças, idosos ou pessoas adoecidas; 3) cuidados integrais ao processo de gestação e ao dar à luz, bem como cuidado ao bebê (Bhattacharya, 2019). Essas atividades de cuidado são organizadas no âmbito interno da família marcada por aspectos patriarcais e, além disso, evidencia-se que essas atividades são incentivadas pelo sistema capitalista, de modo a evitar custo para o capital pelo trabalho despendido por homens e mulheres na produção e reprodução da força de trabalho.

Neste sentido, nos cabe mediar que, diante da interconexão entre a produção formal de mercadorias e a reprodução social, mudanças na dinâmica produtiva vão repercutir diretamente na dinâmica pela qual os trabalhadores garantem os aspectos da reprodução social. Por isso, buscamos expor que a Teoria da Reprodução Social nos possibilita compreender que a dinâmica capitalista é estreitamente relacionada à desigualdade de gênero, na qual as relações patriarcais sobre o âmbito da família são base essencial de opressão das mulheres na sociedade capitalista.

Para Arruzza (2015), a desigualdade de gênero no âmbito da família faz com que a balança do cuidado esteja com maior peso sobre as mulheres. Em outras palavras, na sociedade capitalista na qual o trabalho de cuidado foi concentrado no âmbito da família, a desigualdade de gênero sobre estas tarefas vai determinar uma maior carga de trabalho para as mulheres. Assim, a privatização das tarefas de cuidado familiar determina um modo social em que mulheres trabalham mais que os homens. Até mesmo a não coletivização do trabalho de cuidado a nível institucional por parte do Estado provoca uma maior carga de trabalho ao gênero feminino, mas não só, possibilita a ampla naturalização da opressão e dominação de um gênero sobre o outro. Este último ponto acerca da coletivização do trabalho de cuidado demonstra também que não há interesse de alteração desta realidade por parte da classe dominante, na medida em que acarretaria a perda da lucratividade alcançada com a expropriação do trabalho de reprodução social. A emancipação das mulheres acarretaria limites à rentabilidade do capital.

As relações patriarcais sobre a família não interagem diretamente sobre a produção do capitalismo, mas condicionam a sobrevivência da família enquanto um âmbito privado de reprodução social, desempenhando um papel significativo na organização da divisão do trabalho. Para fins de nossa análise, nos cabe demonstrar que o fato de não considerarmos a existência de um sistema patriarcal autônomo não significa desconsiderar as opressões de gênero e suas desigualdades, mas revisitar que estas relações desiguais fazem parte de um complexo ideológico e cultural robustecido por estratégias de dominação e exploração do capitalismo.

O que está sendo defendido aqui é um argumento diferente, ligado às características particulares do capitalismo. Sociedades nas quais o capitalismo suplantou o precedente modo de produção são caracterizadas por uma transformação profunda e radical da família (Arruzza, 2015, p. 45).

Diante disso, a autora demonstra que a expansão do modo de produção capitalista resulta do processo de acumulação primitiva, caracterizado, entre outros aspectos, pela expropriação de terras e pela separação dos trabalhadores de seus meios de produção. Esse processo provocou uma transformação sem precedentes na estrutura familiar, desintegrando a família camponesa patriarcal e impulsionando um intenso processo de urbanização. Se antes, nas sociedades agrárias pré-capitalistas, a família camponesa patriarcal tinha uma função produtiva específica, com o capitalismo ocorre uma transformação dessa forma familiar que passa a desassociar a produção da reprodução social. Esta é a chave para a compreensão das relações patriarcais: mesmo que a dominação do gênero feminino tenha se mantido no capitalismo, as relações patriarcais deixam de ser um sistema autônomo – que tinha uma função específica em um tempo histórico distinto – e a família passa a ser privada, fora do meio produtivo. Assim, a partir do exposto, compreendemos que, apesar de a opressão e dominação de gênero ter existido de forma prévia ao capitalismo, no atual modo de produção ocorre a hierarquização dessas funções, na qual o âmbito produtivo, ocupado em sua maior parte por homens, gera valor e o âmbito reprodutivo, ocupado majoritariamente por mulheres, despende valor (Arruzza, 2015).

Para uma melhor análise metodológica acerca do conceito, Arruzza (2015) propõe uma distinção terminológica a respeito do termo “reprodução social”: na tradição marxista, reprodução social é no sentido da totalidade, em um aspecto mais amplo na reprodução das relações sociais; já na tradição do marxismo feminista, a reprodução social é tida de maneira mais específica, relacionada aos aspectos mais precisos da reprodução humana, como a manutenção da energia vital diária e renovação geracional.

Para Bhattacharya (2023), a unidade familiar de produção e reprodução da força de trabalho desempenha o papel essencial para a manutenção diária da energia vital do trabalhador e renovação geracional por meio do dispêndio de um trabalho em tempo integral de cuidados materiais e psíquicos executados de maneira desproporcional

por mulheres, sendo esta a fonte de opressão do gênero feminino no sistema capitalista.

Ainda segundo a autora, não há a pretensão de separar o âmbito econômico do âmbito não-econômico, mas, ao contrário, compreender que há uma interdependência na qual a necessidade de acumulação do capitalismo vai determinar a esfera familiar. Queremos dizer com isso que, as relações de produção – o valor recebido pelo tempo de trabalho necessário – é um aspecto condicionante na forma pela qual a família irá determinar sua subsistência. Assim, é importante considerar que a reprodução social da força de trabalho e a produção de mercadorias não são esferas distintas, reforçando a percepção de que a primeira está intimamente conectada à segunda (Bhattacharya, 2023).

Dar visibilidade à interconexão das duas esferas tem por resultado a desmistificação de que o capitalismo não tem controle sobre o trabalhador fora do âmbito produtivo, a começar pelo dito salário, no qual a relação entre capital/trabalho vai determinar a quantidade e a qualidade da cesta de consumo à qual o trabalhador tem acesso aos seus meios de vida.

Esse esquema da relação capital/trabalho é fortemente embasado em dois aspectos: (i) o trabalhador é forçado a entrar nesse relacionamento ao ter necessidades para suprir, para reproduzir sua vida, mas não pode fazê-lo por conta própria, já que está separado dos meios de produção pelo capital; e (ii) o trabalhador entra na relação salarial em razão de suas necessidades de sustento, ou seja, as necessidades da vida (subsistência) têm uma profunda e integral conexão com o domínio do trabalho (exploração) (Bhattacharya, 2023, p. 132).

O que nos importa destacar é que a força de trabalho é o elemento fundamental de acumulação de capital, sendo produzida e reproduzida em uma dimensão externa ao circuito de produção. De maneira esquemática, para melhor entendimento da produção e reprodução da força de trabalho (a produção da vida), Bhattacharya (2023) opta por esta demonstração metodológica de um circuito

exterior ao do capital: $D - A_c - P - T - D$. O trabalhador recebe o valor do trabalho necessário despendido durante sua jornada de trabalho como salário em forma de dinheiro (D); com o salário recebido, ocorre a troca por artigos de consumo (A_c) para garantia de suas necessidades de subsistência; o consumo oriundo da troca do dinheiro por artigos de subsistência é um processo similar à produção (P); esse processo produtivo não diz respeito à produtos, mas à produção que produz força de trabalho (T), sendo a renovação geracional e revitalização diária da vida humana no âmbito da família; com a mercadoria força de trabalho pronta à inclusão no circuito produtivo do capital, há mais uma vez a sua venda em troca de salário (D) para garantia da subsistência. Portanto, este circuito de produção da força de trabalho demonstra o consumo de uma cesta de subsistência do trabalhador (moradia, educação, comida, roupa, entre outros fatores) não só como um processo produtivo, mas como processo de autodesenvolvimento.

Ademais, diz a autora que a cesta de consumo para o desenvolvimento do trabalhador perpassa a moradia, a alimentação, o desenvolvimento intelectual, entre outros itens, que não podem ser garantidos de maneira plena no modo de produção capitalista, pois este é um metabolismo produtivo que tem por objetivo somente a valorização de capital, e não o desenvolvimento do trabalhador. Em vista disso, o metabolismo do modo de produção capitalista tem uma forma organizativa no qual o trabalhador se reproduz às margens do estritamente necessário, de maneira que na relação entre capital e trabalho receberá um salário que não atende às suas necessidades fundamentais (Bhattacharya, 2023).

O conceito de reprodução social proposto pelas feministas marxistas amplia as análises do que antes era realizado em torno do trabalho doméstico. É neste sentido que esta nova proposição acerca da reprodução social tem um aspecto de totalidade que visa expandir uma análise objetiva e subjetiva no que diz respeito à coletivização das tarefas de cuidado, sendo possível compreender que há uma série de práticas sociais que envolvem dimensões para além do trabalho doméstico.

Argumentamos que as políticas sociais, quando implementadas para contribuir nas tarefas de cuidado tradicionalmente realizadas no âmbito familiar — como restaurantes populares, lavanderias, creches, asilos, entre outros —, podem melhorar as condições de reprodução social da classe trabalhadora e aliviar a sobrecarga de mulheres nessas atividades. A reprodução social entendida dessa maneira apresenta um aspecto relevante: a possibilidade de mitigar a carga de trabalho de cuidado no ambiente doméstico por meio da atuação do Estado mediante políticas públicas.

Neste sentido, é possível compreender a estreita conexão entre a desigualdade de classes e a desigualdade de gênero, pois o fortalecimento da luta dos trabalhadores contra o sistema capitalista de produção tem por pretensão a garantia de melhores condições dos aspectos relacionados à reprodução social que mitigariam sobremaneira a opressão sofrida pelo gênero feminino. Esta interconexão da exploração da classe trabalhadora e a opressão do gênero feminino pode dar visibilidade à importância da organização para conter as formas de acumulação de capital que obstaculizam melhores condições e acesso aos diversos meios de reprodução social.

Assim, é importante ressaltar que ter em vista a totalidade social das relações nos permite ampliar a visão e unificar as opressões de forma que pode propiciar o fortalecimento dos trabalhadores frente à luta de classes. Nos cabe mencionar que a dinâmica do sistema capitalista de produção atua em uma frente unificada que age na produção, reduzindo postos de trabalho, erodindo salários e, conseqüentemente, prejudica aspectos da reprodução social. Ao menor sinal de redução das taxas de lucratividade, o capital busca se recompor na deterioração das áreas que englobam a reprodução social da classe trabalhadora, realizando uma investida contra políticas públicas, privatização de serviços essenciais e retração de novos investimentos (Bhattacharya, 2023).

Ao tomar como ponto de partida a teoria social crítica marxista, compreendemos que, na sociedade de classes, a classe dominante expropria o trabalho excedente da classe trabalhadora, constituindo

assim a base sócio-material da acumulação capitalista. Para Vogel (2022), com base em Karl Marx, a capacidade humana de trabalho pode gerar um valor de uso superior ao necessário para sua própria sobrevivência. “Em uma sociedade de classes, este potencial é organizado em benefício de uma classe dominante que se apropria do mais-trabalho de uma classe subordinada de acordo com algum conjunto determinado de relações sociais (Vogel, 2022, p. 342). Dessa forma, na sociedade capitalista, a acumulação exige a existência de uma força de trabalho explorável, disponível para ingressar no processo produtivo e gerar trabalho excedente.

O aspecto central dessa relação entre capital e trabalho é, portanto, a necessidade contínua de renovação da força de trabalho para garantir a expropriação do excedente pela classe dominante. Como discutido anteriormente, esse processo está intrinsecamente ligado ao trabalho de reprodução social, majoritariamente desempenhado por mulheres no âmbito familiar. A reprodução social abrange tanto a renovação diária da energia vital quanto a reposição geracional da força de trabalho, tornando o trabalho realizado por mulheres na esfera doméstica essencial para a manutenção da sociedade de classes. A família é a forma social na qual a opressão às mulheres é enraizada, pois os processos que envolvem a reprodução social são a posição diferencial das mulheres na sociedade capitalista.

Segundo Arruzza e Cirillo (2024), a reprodução social pode ser compreendida como "um conjunto de atividades, comportamentos, emoções, relações e instituições diretamente envolvidas na manutenção da vida cotidiana e intergeracional" (p. 150). Essas atividades incluem organizar alimentos para o preparo e o asseio do lar, a educação e o cuidado com crianças, idosos ou pessoas em situação de adoecimento, abrangendo também questões relacionadas ao sexo. A compreensão acerca da reprodução social foi ampliada, contemplando aspectos fundamentais para a sobrevivência dignamente, como o ar não poluído, alimentos saudáveis e água limpa. Essa compreensão inclui não somente as atividades diretamente ligadas à reprodução social, mas também os elementos fundamentais que asseguram a sobrevivência

humana. A exploração desenfreada da natureza oriunda das necessidades capitalistas resulta em uma crise ecológica que chama a atenção das autoras, especialmente por agravar o trabalho de reprodução social no cuidado da família despendido, majoritariamente, pelo gênero feminino. Podemos exemplificar com o fato de que, em momentos de escassez hídrica, as mulheres têm seu trabalho de reprodução social intensificado, principalmente, na busca por água potável. Com isso, o trabalho realizado no lar é parte de uma definição mais ampla de reprodução social.

Neste sentido, é possível perceber que as famílias são estruturas privadas fundamentais para a manutenção e reprodução da força de trabalho. Por isso, compreendemos que a opressão às mulheres é um desdobramento desse processo de renovação da “mercadoria especial” – a força de trabalho – essencial à acumulação capitalista. Embora reconheçamos que a opressão às mulheres na sociedade de classes seja permeada por múltiplas determinações, em última instância, ela deriva, em grande medida, do trabalho realizado na esfera da reprodução social. Diante disso, surge uma indagação fundamental: se a maior parte do trabalho de reprodução social fosse desempenhada pelo Estado, em instituições organizadas por políticas públicas, especialmente no que se refere ao trabalho de cuidado, as mulheres estariam menos suscetíveis às diversas formas de opressão que se expressam na sociedade contemporânea?

Partimos da conceituação de política pública enquanto um aparato de atuação do Estado diante da imprescindibilidade do atendimento às necessidades que permeiam as relações sociais, visto que na sociedade moderna há a institucionalização de um elemento interventor que realiza a mediação entre capital e trabalho. Com base em Pereira (2009), compreendemos o termo “política pública” a partir do conceito originado no latim, em que “pública” tem origem em *res publica* (coisa) *publica* (de todos), estabelecendo uma concepção de que a política pública é parte integrante do Estado e da Sociedade. No que se refere ao termo “política”, a autora vai demonstrar que abrange tanto a ação quanto a formulação de medidas voltadas ao atendimento de

demandas sociais, coletivas e não individuais. Assim, a política pública representa um processo contínuo e permanente de planejamento, execução e avaliação das necessidades sociais, construído conjuntamente entre Estado e sociedade.

Desta forma, a política é, por natureza, dialeticamente contraditória. Ao mesmo tempo em que viabiliza o consenso em uma organização social que reforça a dinâmica da sociedade burguesa, ela também se configura como um campo de luta de classes voltado à ampliação da cidadania. Somente por meio da luta política é possível expandir direitos, impondo ao Estado, em certa medida, uma contraposição à lógica do mercado e promovendo a diversificação e o aprofundamento das obrigações constitucionais. Assim, de forma simultânea, a política abarca tanto atividades formais (regras estabelecidas) quanto informais (negociações e diálogo) no espaço público, visando à resolução de conflitos sem o uso da violência (Pereira, 2009).

Outra questão importante a ser evidenciada diz respeito ao significado da política pública, “a qual engloba a política social. Ou melhor, a política social é uma *espécie* do gênero política pública” (Pereira, 2009, p. 92). Com a intenção de demonstrar a estreita relação entre teoria política e prática política, especialmente após a dinâmica societária de ampliação econômica no segundo pós-guerra, o escopo de política pública abarca justiça, desenvolvimento social, questões econômicas e políticas. Desta forma, a política pública, apesar de o Estado ter a incumbência pelo seu processamento, não é sinônimo de “política estatal”, visto que sua existência deriva da participação significativamente ativa da sociedade. Assim, o termo “política pública” torna-se mais amplo que o termo “política estatal”, aparentemente restritivo.

Diante disso, a autora destaca:

A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses

valores em realidade. Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental (Pereira, 2009, p. 102).

A partir de Pereira (2009), o segundo pós-guerra trouxe mudanças significativas na correlação de forças globais, especialmente no que tange às distintas visões de mundo entre liberais e social-democratas. A expansão dos direitos sociais nesse período evidenciou a luta de classes e as conquistas resultantes das mobilizações operárias socialistas. Nesse contexto, estabelece-se uma relação contraditória: embora o sistema capitalista se oponha ao Estado de Bem-Estar, ele já não pode prescindir de políticas que atendam às necessidades das diversas frações de classe que compõem a sociedade.

Na atualidade, nos encontramos em um momento intrigante do ponto de vista analítico, pois a política pública vem sendo alvo de investidas ideológicas, se estabelecendo como uma fonte de oposição a direitos de cidadania. Em outras palavras, a classe dominante, por meio da ideologia, emprega estratégias para desacreditar e dismantlar as políticas públicas sem provocar a mobilização da classe trabalhadora – justamente a fração da sociedade que mais depende dessas políticas para suprir suas necessidades cotidianas. Um exemplo evidente desse processo é a mercantilização da saúde, educação e de setores que envolvem o cuidado, integrantes da esfera de intervenção e atuação do Estado.

De acordo com Anderson (1995), o neoliberalismo emerge como modelo econômico ao fim da década de 1970, como uma estratégia para conter a crise e recuperar as taxas de lucro. Sendo uma reação teórica e política com o Estado de Bem-Estar dos países industrializados, sua sustentação é baseada em combater o intervencionismo e regulação do mercado por parte do Estado, e isso engloba, principalmente, os gastos sociais. A resposta à crise seria “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (p. 10). A ideologia neoliberal

expressa que a estabilidade econômica deve ser o principal princípio a ser seguido pelos Estados. Assim, os países influenciados pela lógica neoliberal adotaram as seguintes medidas: altos níveis de desemprego tidos como um mecanismo natural, contenção de greves e criação de uma legislação contra sindicatos e privatização massiva. O que torna esse modelo econômico expressivo, é a forma pela qual garantiu hegemonia enquanto um sistema não somente econômico, mas como uma força ideológica globalizada.

Assim, é de fundamental importância demonstrarmos, brevemente, como o neoliberalismo atua nos países dependentes. Ao pensarmos que o cotidiano da classe trabalhadora é permeado pelo consumo de serviços e mercadorias, a lógica da financeirização é o atual padrão de reprodução do capital, adentrando a vida da classe trabalhadora pela mediação do Estado.

Segundo Brettas (2020), os países de economia dependente têm suas formações econômico-sociais em situação de subordinação com os países centrais, sendo a característica fulcral dessa inserção de dependência na divisão internacional do trabalho a limitação de sua soberania às classes dominantes dos países centrais. As economias dependentes, para arcar com as necessidades dos países centrais, têm um padrão de reprodução do capital assentado na superexploração da força de trabalho para atender não somente as demandas de acumulação de capital externas, mas também internas.

Podemos observar que o Brasil, como país de capitalismo dependente, o cumprimento dessa relação de dependência impõe diretamente desafios para a sobrevivência da classe trabalhadora, pois a superexploração do trabalho é expressa por salários insuficientes para arcar com o mínimo de subsistência, intensificação e extensão da jornada de trabalho que promovem maior extração de trabalho excedente e menor retorno salarial do trabalho necessário para reprodução social dos trabalhadores. Este é um aspecto fundamental que demarca a precarização da vida da classe trabalhadora, havendo respostas, propositalmente, insuficientes por parte do Estado, principalmente no que diz respeito às políticas sociais (Brettas, 2020).

No Brasil, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, parte das ações sociais era baseada na caridade, no clientelismo e na filantropia. A partir da Constituição de 1988, houve um redirecionamento da rede de proteção social, sendo um marco importante da mobilização dos movimentos sociais que tinham por reivindicação não somente a democratização, mas também melhores condições de vida. A autora demonstra, a partir dessa argumentação, que, distintamente da experiência europeia, a progressão do neoliberalismo brasileiro não ocorreu a partir do desmonte das políticas sociais, pois no período que envolve a constituinte ainda não havia uma rede de proteção social consolidada para realizar o desmantelamento. Portanto, o momento em que o neoliberalismo avança é uma conjuntura de concretização das políticas sociais baseada no direito de cidadania conquistado pela organização e luta da classe trabalhadora. Diante disso, a efetivação da Constituição Federal de 1988 teve significativas limitações devido à consolidação do neoliberalismo na década de 1990. O Estado dependente brasileiro lança mão de mecanismos para subsidiar as políticas sociais sem que entrem em contradição com o padrão de acumulação da classe dominante (Brettas, 2020).

Sobre esse último ponto, é importante destacar que a política econômica vigente, marcada pela financeirização neoliberal, se baseia no tripé característico desse modelo – privatização, focalização e fragmentação das políticas sociais. Esse cenário faz com que o acesso às instâncias relacionadas ao autodesenvolvimento e cuidado, bem como o acesso das políticas sociais, seja condicionado pela lógica financeirizada mediada pelo capital bancário, reforçando a subordinação do fundo público aos interesses do capital financeiro. Como consequência, os limitados recursos da classe trabalhadora são destinados a cobrir os custos de necessidades mínimas – garantidas constitucionalmente, mas frequentemente precarizadas, levando parte dessa classe a recorrer ao setor privado –, como educação (ensino básico e superior), saúde, moradia e, sobretudo, à necessidade de vinculação à instituição bancária para recebimento de valores

provenientes de políticas de transferência de renda. Portanto, o Estado atua como mediador do padrão de acumulação neoliberal, abrindo espaço para o setor privado, buscando mitigar possíveis perdas de valor e garantir a continuidade da lógica de acumulação capitalista (Brettas, 2020).

Com isso, podemos perceber que as políticas sociais, apesar de serem direito constitucional brasileiro, são orientadas às necessidades de acumulação do capital. Na atualidade, a política social é formulada a partir de projetos e programas que têm pouca efetividade frente à precarização da vida oriunda da superexploração da força de trabalho, sendo a lógica de ajuste fiscal neoliberal um significativo obstáculo para a ampliação das políticas sociais. Daí decorrem implicações negativas para a reprodução social e para refletir sobre a ação do Estado no deslocamento das “responsabilidades” das mulheres nesse terreno.

Segundo Vogel (2022) – a despeito de suas divergências teóricas – Engels aborda a questão da reprodução social em sua célebre obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Já no séc. XIX, de maneira implícita, Engels sugere que a inserção das mulheres no meio produtivo e a coletivização do trabalho doméstico como uma operação pública é um caminho para a emancipação feminina.

Para ressaltar a importância da presente discussão, destacamos que a coletivização das atividades realizadas no âmbito doméstico – como serviços de alimentação, lavanderias, roupa, dentre muitas outras atividades que envolvem o cuidado – desempenharia uma função social semelhante àquela exercida insuficientemente pelas políticas sociais de saúde e educação. No entanto, não se trata somente de defender a criação de novos espaços públicos para atividades atualmente realizadas privadamente, mas também de enfatizar a necessidade premente da ampliação das políticas públicas, especialmente daquelas voltadas às relações de cuidado.

Neste sentido, a partir de Bhattacharya (2019), observamos que as mulheres desempenham a maior parte do trabalho relacionado à reprodução social, tanto de si mesmas quanto de suas famílias. Muitas

delas enfrentam o desafio de equilibrar o trabalho na economia formal com as tarefas de cuidado, mesmo quando existem políticas públicas destinadas a reduzir essa sobrecarga – as quais, a depender do território, podem ser insuficientes ou inexistentes. Ainda assim, as crianças precisam ser levadas à escola, e os idosos continuam demandando cuidados que somente um ser humano pode prover. Em outras palavras, as estratégias que buscam libertar as mulheres do trabalho de reprodução social representam um obstáculo à maximização da lucratividade no sistema capitalista, uma vez que esse trabalho, em grande parte não remunerado ou subvalorizado, é fundamental para a manutenção da exploração da força de trabalho.

Segundo Bhattacharya (2023), há uma ofensiva deliberada contra a classe trabalhadora, organizada estrategicamente tanto dentro quanto fora do âmbito produtivo. A crescente dificuldade em manter a reprodução social impõe uma sobrecarga ainda maior às famílias, enquanto a redução sistemática dos serviços públicos aprofunda a vulnerabilidade e a precarização das condições de vida dos trabalhadores. A imposição de uma dinâmica opressiva às relações sociais é parte essencial do modo como o neoliberalismo opera: ele manufatura desconfiança e violência, corrói culturas de solidariedade historicamente construídas e, sobretudo, desmantela as instâncias organizativas da classe trabalhadora.

Não há dúvidas de que a reprodução social é um elemento central para a acumulação capitalista. No entanto, esse processo ocorre de maneira cada vez mais precarizada pela lógica neoliberal, marcada pela redução progressiva do valor do trabalho necessário na esfera produtiva, aprofundando a sobrecarga e a opressão às mulheres no âmbito da reprodução social. Isso significa que a superexploração da força de trabalho em economias dependentes se associa à adoção de estratégias de austeridade fiscal para assegurar a acumulação de capital pelas classes dominantes. Em contrapartida, essas medidas fragilizam ainda mais a capacidade das famílias de garantirem condições dignas de vida. Portanto, reconhecemos a urgência da organização da classe trabalhadora para exigir a garantia de seus direitos constitucionais.

Partimos da hipótese de que a ampliação e o fortalecimento das políticas públicas podem contribuir para a redução da discrepância na divisão social do trabalho entre homens e mulheres, aliviando a sobrecarga de trabalho não remunerado que recai majoritariamente sobre as mulheres nas atividades relacionadas à reprodução social.

Em suma, compreendemos serem intensos os desafios para a classe trabalhadora após quatro décadas em que o neoliberalismo aprofundou a exploração e deteriorou a rede de proteção social oriunda da Constituição Federal de 1988 recém organizada. É preciso reconhecer as políticas públicas enquanto um mecanismo fundamental de mudança, principalmente no que diz respeito a minorar a reprodução social no âmbito da família, contribuindo para a redução da sobrecarga de mulheres nas atividades que envolvem cuidado. A deterioração das políticas sociais promovidas pela lógica neoliberal pode intensificar o trabalho de cuidado de estratos sociais mais baixos. Essa dinâmica recai na não oferta (ou pouca oferta) de vagas em creches, na baixa qualidade em serviços de saúde, no desemprego, na insegurança e na insuficiência de políticas públicas que, ao contrário, seriam fundamentais para coletivizar as tarefas realizadas no lar e repercutir diretamente sobre a forma pela qual as famílias realizam a reprodução social.

A partir de Bhattacharya (2023), é possível perceber que a reprodução social tem centralidade nesse movimento de revisitar a classe trabalhadora enquanto agente de transformação, ao ser uma forma dinâmica de demonstrar que os trabalhadores existem para além do âmbito produtivo, apesar de, sob o capitalismo, depender do salário como fonte exclusiva de subsistência. Dessa forma, a compreensão da reprodução social enquanto uma perspectiva essencial da totalidade social nos possibilita ampliar a visão de que é importante dar visibilidade aos aspectos que estão fora do circuito produtivo formal, como a luta contra as mudanças climáticas que englobam a poluição, privatização da água e desmatamento, bem como as necessidades sociais que envolvem o esforço da classe trabalhadora pela exigência da

“parcela de civilidade” que garanta uma vida digna, como o fortalecimento e ampliação da política pública.

Portanto, torna-se importante restaurar a perspectiva da totalidade social, reconhecendo a centralidade da reprodução social alinhada à apreensão da raça, gênero e etnia enquanto potência na transformação social, fortalecendo a classe trabalhadora frente à luta de classes em direção oposta ao projeto neoliberal.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/> Acesso em 20/04/2018.

ARRUZZA, Cinzia; CIRILLO, Lidia. *História das histórias do Feminismo*. Tradução de Gabriela Ghetti – São Paulo: Usina Editorial, 2024.

BHATTACHARYA, Tithi (org.) *Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. Tradução Juliana Penna. – São Paulo: Elefante, 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro 1 (o processo de produção do capital)*. Tradução Rubens Enderle. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.) *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a Opressão às Mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução da Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

CAPÍTULO 9

A Contribuição da Interseccionalidade na Crítica Anticapitalista na Análise das Políticas Sociais: o caso da saúde mental*

*Marco José de Oliveira Duarte
Carolina Morais Simões de Melo
Isadora de Souza Alves*

O capítulo trata da crítica anticapitalista tomando como referência o debate da interseccionalidade (Duarte *et al.*, 2024a), protagonizada pelas feministas negras, para contribuir na análise da política pública de saúde mental em contexto ultraneoliberal do Brasil contemporâneo. A análise toma o debate sobre os marcadores sociais de diferença, como as relações de gênero, sexualidade e a questão racial, para pensar os agravos no cotidiano do trabalho institucional do campo da saúde mental, no âmbito do Estado brasileiro e suas produções, social e histórica, de cisheterossexismo e racismo, na construção, estruturante e estrutural, das relações sociais capitalistas.

Para tanto, problematiza-se - frente aos desmontes e retrocessos da referida política pública, no contexto atual do Estado capitalista - a produção das desigualdades sociais, apontadas como questões estruturais dos movimentos e lutas sociais antimanicoloniais (David, 2024). Essas pautas se configuram como anticapitalistas, anticisheterossexistas e antirracista-patriarcal por serem empenhadas por sujeitos em seus pertencimentos de classe, gênero, sexualidade, raça e território, que pela análise dessas intersecções defendem uma gestão democrática das políticas sociais para a maioria da população brasileira, composta, majoritariamente, em sua base piramidal, de mulheres negras. Enfatiza-se, portanto, a radicalidade das desigualdades sociorraciais, de gênero e sexualidade em curso, no tempo presente.

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.164-183

Para compreender a configuração da política de saúde mental na contemporaneidade, bem como os determinantes de classe, raça, gênero e sexualidade que estruturam as políticas sociais, é necessário retomar a configuração do Estado brasileiro. Assim, as características e as funções do Estado no modo de produção capitalista, bem como suas estratégias de intervenção na “questão social” frente à particularidade brasileira, se manifestam essencialmente como classista, racista, generificada e cisheterossexista.

O Estado, chamado a regular a produção e reprodução social no âmbito dos interesses do capital, assume como uma das suas principais funções a intervenção na “questão social” e na reprodução da classe trabalhadora. No período monopolista, particularmente, o Estado passa a intervir de forma sistemática para a manutenção das condições gerais da produção capitalista, através, entre outras dimensões, das políticas sociais. As intervenções na “questão social” se realizam de forma a atender problemas particulares como o desemprego, a fome, a falta de moradia, a pobreza, entre outros fatores, limitando-se, portanto, às suas refrações (Netto, 2006).

As políticas sociais, então, vão se expressar em suas ações voltadas à “preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social” (Netto, 2006, p. 31), configurando-se como essencialmente contraditórias.

O Brasil, país marcado pelo colonialismo na sua formação social e histórica, constrói-se, desta forma, a partir de relações desiguais que possuem determinantes de classe e desigualdades estruturais de raça, gênero e sexualidade. A escravização de pessoas negras vindas violentamente do continente africano, bem como o genocídio das populações originárias em prol da exploração e dominação colonial, constitui e alimenta o padrão de relações sociais brasileiras e a divisão sociotécnica, racial e sexual do trabalho.

Costa (1979) produz reflexões históricas a respeito das alterações no âmbito privado como estratégia de reprodução das classes

sociais. Aponta que a ética do convívio social burguês modelou o convívio familiar, ao mesmo tempo em que “as relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais” (Costa, 1979, p. 13). Uma das estratégias responsáveis por incutir alterações no âmbito privado, em uma perspectiva de classe, se deu no campo da saúde, privilegiadamente.

No século XIX, os hábitos coloniais eram relacionados a uma desordem higiênica que deveria ser exterminada por uma mudança de hábitos de saúde. As famílias passam a ser definidas de forma mais incisiva como incapazes de proteger a vida de crianças e adultos. Utilizando-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a entrada das práticas higiênicas ultrapassou os limites da saúde individual, impondo às famílias uma educação física, moral, intelectual e sexual, sendo a infância e as mulheres, público-alvo prioritário das ações da medicina higienista, foco da eugenia que atravessará o século seguinte.

A medicina higienista assume uma posição de agente educativo-terapêutico, numa relação de tutela das famílias e de dependência e submissão a esses preceitos, orientados para a intimidade das suas vidas. A higiene, então, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal nuclear característica dos nossos tempos. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se, no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa (Costa, 1979) e o modelo heterossexista, conseqüentemente, referência a ser seguida, pela moral sexual e por ser cientificamente correto, desdobrando-se como racismo científico, como ideologia, com a regulação dos sujeitos e seus corpos sexualizados, generificados e racializados.

Neste contexto, é que a educação física do higienismo cria o modelo de corpo saudável no século XIX, que seria um corpo harmonioso e robusto, se contrapondo ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial. É também este o corpo que representa uma classe, seu gênero, sua sexualidade e uma raça, constituindo o

racismo e os outros preconceitos sociais, baseados numa hierarquia que pressupõe a superioridade do homem burguês, heterossexual e branco. Há uma ligação direta entre o higienismo e as outras ideologias, como o racismo e o cisheterossexismo, sendo elementos constitutivos de consciência da classe burguesa:

O racismo não é um acessório ideológico, acidentalmente colado ao ethos burguês. A consciência de classe tem, na consciência da ‘superioridade’ biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação. O indivíduo de extração burguesa, desde a infância, aprende a julgar-se ‘superior’ aos que se situam abaixo dele na escala ideológica de valores sociorraciais (Costa, 1979, p. 14).

É neste sentido que, no século XX, crescem as produções teórico-científicas e ideológicas que justificam a inferioridade dos negros através do discurso biologicista, vinculando a raça ou o cruzamento interracial à criminalidade, à loucura e à degeneração, bem como atribuindo a proliferação de doenças no Brasil ao contato com outras raças (Schwarcz, 1993 *apud* David, 2018). São as teorias eugenistas que justificam práticas racistas e cisheterossexistas por um viés científico e que, ao definir relações de inferioridade e periculosidade, traçam os grupos que devem ser alvos prioritários do controle do Estado, respaldados pela medicina como ciência e ideologia, notadamente, as pessoas negras e pobres.

Foucault (2008), assim como Mbembe (2016), apontam que o racismo teria a função de produzir uma separação entre quem pode viver e quem pode perecer, articulando duas condições: a morte de alguns favorece a sobrevivência de outros. Assim, na lógica do biopoder, a função do racismo seria regular a distribuição da morte e permitir a ação do Estado em exterminar os indesejáveis, os inimigos, os matáveis e, mais uma vez, os estigmatizados pela ordem burguesa e o neoliberalismo (Casara, 2017), em suma, os sujeitos agenciados pela política de classe, pela raça, pelo gênero e pela sexualidade dissidentes da lógica do capital.

Essa lógica, fundamentada e baseada no eugenismo e nos princípios higienistas, vai respaldar estratégias estatais que marcam as políticas sociais brasileiras, bem como a cultura da institucionalização, indicando a função social das instituições, no isolamento social dos indesejáveis e dos inimigos, assentes por uma cor e uma classe (David, 2018).

Desta forma, o Brasil, então, é marcado por uma estrutura de classe, raça, gênero e sexualidade que tem seu controle, isolamento e extermínio justificados por uma racionalidade científica, respaldada pela ordem médica e suas especialidades, que produzem e reproduzem determinadas relações (Foucault, 2011).

As intervenções do Estado, durante todo o período do século XX, colocam em cena sujeitos desviantes e marginalizados que passam a ser alvo das intervenções do Estado, como os “menores”, os “loucos”, dentre outros, que se tornam público-alvo prioritário das práticas higienistas, a partir da intensificação das expressões da “questão social” no Brasil. É neste contexto, portanto, que a infância adquire uma dimensão social inexistente até então, deixando de ser vista somente no âmbito privado das famílias e da Igreja, sendo objeto de interesse, preocupação e ação de competência administrativa do Estado (Rizzini; Rizzini, 2004; Rizzini, 1997; Rizzini, 1993; Melo, 2024).

Neste caso em específico, por exemplo, a criança passa a simbolizar, ao mesmo tempo, a esperança e a ameaça, como dois extremos, representando a salvação ou a perdição. A centralidade do problema diz respeito à pobreza e ao abandono, moral e/ou material, que deveriam ser corrigidos. Parte da infância foi transformada em um problema de Estado, particularmente a infância pobre e negra, que era vista por dois âmbitos: as crianças em perigo, filhas da pobreza, afetivamente abandonadas; e as crianças perigosas, potencialmente delinquentes, filhas da pobreza moral. Em resumo, filhas da classe trabalhadora. O investimento público era destinado ao controle dos desvios morais e de conduta, com a finalidade de desenvolver um jovem saudável e, no futuro, um adulto ativo, produtivo, dócil e adequado à ordem social e moral vigente.

A medicina, a justiça e a filantropia, juntas ao Estado, são chamadas para classificar as crianças pobres e negras e educá-las, ou a intervir em seus modos de vida, tendo o seguinte propósito comum: salvar a criança para transformar o Brasil, de forma que salvar a criança era salvar a nação. Este discurso vem sendo atualizado pelos mesmos setores conservadores que se remodelam sob a égide do pânico moral, produzido pela extrema direita em suas jornadas antigênero e anti-lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e mais (LGBT+). Assim, o investimento na infância tinha e ainda se mantém como um projeto de nação, essencialmente político, mas atualizando a colonialidade do poder (Quijano, 2005). Neste caso, visando proteger a infância, como forma de defesa da própria sociedade. Se, no discurso, a criança devia ser educada, visando o futuro da nação, na prática, para a infância pobre e negra, educar tinha o objetivo de moldá-la para a submissão.

Portanto, segundo Quijano (2005), a colonialidade também foi epistemológica, na medida em que o padrão de poder formado por meio da tríade colonialidade-eurocentrismo-capitalismo tem focado seu controle sobre os meios de produção capitalista de subjetividade, sobretudo na produção de conhecimento e na cultura, das formas mais violentas, incluindo a organização do trabalho e da política.

Em síntese, higienismo e eugenismo, sustentados ideologicamente por um aparato médico-jurídico, contando com intervenções do Estado, em aliança com a filantropia, mas atualmente, com as atuais lógicas de assistencialização e solidariedade, marcam as estratégias de controle das refrações da “questão social”, direcionadas a negros e pobres, justificando institucionalizações em massa em diversos setores, com muitas instituições sociais e seus sistemas políticos de organização social.

No campo da saúde mental, a principal estratégia foi a institucionalização nos aparatos hospitalar-manicomiais, contando com o argumento higienista, de que o isolamento social seria essencialmente terapêutico. A história indica, porém, que os hospitais psiquiátricos abrigaram os mais diversos tipos de situações, enclausurando, na verdade, sujeitos que ameaçavam uma determinada

ordem social. Como vemos, atualmente, com a remanicomialização seja nas ditas clínicas psiquiátricas, como nas comunidades terapêuticas, sendo espaços do exercício punitivo da moral burguesa conservadora, apesar dos tempos neoliberais.

Nesse percurso, amparados por movimentos internacionais, os movimentos sociais e democráticos da década de 1980, no Brasil, denunciaram as situações de violência e abandono, escancarando a ineficácia dos modelos assistenciais vigentes, bem como os paradigmas jurídicos, psiquiátricos e ideológicos que sustentavam a assistência do Estado para os diversos grupos populacionais da sociedade.

Nesse chão histórico, nascem as Reformas Sanitária e Psiquiátrica em uma crítica radical à organização da assistência e do Estado brasileiro, propondo novos paradigmas, que desembocaram na construção do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir do reconhecimento do direito integral e universal à saúde, instituiu-se uma política nacional de saúde mental sob princípios democráticos, sustentados na universalidade, na integralidade e na equidade, tendo o cuidado em liberdade e no território como eixo estruturante da rede de assistência pública em saúde.

Apesar dos avanços legislativos, paradigmáticos e epistemológicos, fruto em grande parte dos movimentos sociais organizados no campo da saúde e saúde mental, o reconhecimento das particularidades da formação social brasileira sobre as políticas públicas ainda necessita de avanços significativos para que se efetive a garantia emancipatória dos sujeitos e das políticas sociais.

Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade pode ser um avanço nessa direção, como eixo analítico da política de saúde mental. A partir do conceito de interseccionalidade, popularizado por Kimberlé Crenshaw (2002), é possível compreender como as múltiplas formas de opressão interagem e estruturam as desigualdades que afetam, de maneira desproporcional, mulheres negras e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros grupos. Além disso, a interseccionalidade aborda como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Algumas autoras brasileiras, como Lélia Gonzalez (2018), também discorrem sobre a interseccionalidade, apontando como as opressões operam de maneira diferente em grupos distintos: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (Gonzalez, 2018, p. 44).

A interseccionalidade é, portanto, essencial para entender a complexidade dessa situação. As desigualdades de classe, raça, gênero e sexualidade determinam, em grande medida, as condições de saúde mental da população brasileira. Assim, inclusive a desigualdade educacional deve ser entendida como parte de um ciclo mais amplo de exclusão social, na qual as dificuldades acadêmicas e profissionais se refletem em um aumento do estresse, da ansiedade e até mesmo dos índices de suicídio entre grupos específicos, como os jovens negros e LGBTQ+. Como evidenciado pelos dados apresentados por Pereira e Passos (2017), as mulheres negras enfrentam desvantagens significativas no acesso à educação e à formação profissional. As autoras afirmam que,

[...] em relação à desigualdade entre mulheres no que se refere à escolarização, 42,5% das mulheres sem instrução ou com nível de ensino fundamental incompleto são negras, enquanto 28,5% são brancas. As disparidades também são visíveis no nível superior: 26,0% das mulheres brancas possuem ensino superior,

considerando que suas condições são mais favoráveis em relação às mulheres negras, que correspondem a 11,2% do total. Já o nível de escolaridade das mulheres com alguma ocupação é superior ao dos homens, uma vez que 45,5% dos ocupados sem instrução e com ensino superior incompleto são homens, enquanto as mulheres representam 34,8% (Pereira; Passos, 2017, p. 32).

Esse padrão de desigualdade reflete-se também no mercado de trabalho, onde as mulheres negras ocupam posições de menor prestígio e com salários inferiores, perpetuando as disparidades de classe, raça, gênero e sexualidade. Esses dados evidenciam a desigualdade racial, de gênero e sexualidade, refletindo uma sociedade brasileira estruturalmente burguesa, racista e cisheterossexista. Sílvia Almeida (2018) aponta que o racismo estrutural, além de garantir o acesso desigual a direitos fundamentais como emprego, educação e saúde, por exemplo, tem um impacto direto na saúde mental de grupos marginalizados pela ordem social capitalista.

É fundamental compreender como o atravessamento dos sistemas de opressão e os marcadores sociais de diferença, como classe, raça, gênero e sexualidade, são determinantes para analisar, no caso, a política de saúde mental e os desafios que ela enfrenta na construção de um sistema de cuidado em liberdade, mais justo, equitativo, integral e inclusivo.

O índice de suicídio entre adolescentes e jovens negros no Brasil é 45% maior do que entre brancos. Os dados são do Ministério da Saúde e mostram que o risco aumentou 12% entre a população negra nos últimos anos, enquanto permaneceu estável entre os brancos. Nesse recorte, a faixa etária de 10 a 29 anos é a que mais sofre, principalmente os do sexo masculino, que têm 50% mais chances de cometer suicídio do que os brancos da mesma idade (Amaral, 2022, n/p).

O desmonte das políticas públicas de saúde mental no Brasil, em grande parte impulsionado pela agenda ultraneoliberal, nos últimos

anos, resulta na precarização do atendimento, no enfraquecimento dos serviços públicos de saúde e no seu desfinanciamento. Como consequência, a população negra, as mulheres e LGBT+ são particularmente afetadas, visto que o processo de produção do cuidado não responde às suas reais necessidades de saúde, e, com isto, observa-se um crescimento do que vem se denominando de farmacologização/remedicalização, uma outra face da medicalização da vida social, em que muitas dessas pessoas que enfrentam adversidades complexas e com intersecção de marcadores sociais de diferença, são diminuídas à lógica da patologização das subjetividades, vistas como centralmente individuais e não como coletivas, prevalecendo a culpabilização.

O sistema capitalista, ao reproduzir as condições de trabalho precárias e excluídas da proteção social, tem um impacto direto na saúde mental da população em sua diversidade ontológica. A relação entre trabalho e saúde mental é evidente, seja pelo adoecimento causado pelas condições de trabalho, seja pelo sofrimento gerado pela falta de trabalho, seja pela precariedade da vida (Butler, 2014; 2015). O Estado moderno, ao mediar as relações de produção, contribui para o controle social, sendo um aliado do capital, agravando as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, sobretudo quando evidenciamos a intersecção dos marcadores e sistemas de opressão constitutivos deste sujeito que vive do trabalho.

As condições de trabalho flexibilizadas e precárias geram uma insegurança constante, resultando em sérios impactos na saúde mental dos/das trabalhadores/as. A "liberdade" oferecida pelas empresas, no contexto do trabalho flexível, se traduz em uma ausência de garantias e em uma crescente responsabilidade individual, que agrava o estresse e os transtornos mentais. A saúde mental, portanto, deve ser entendida não somente como um aspecto individual, mas como um reflexo das condições sociais e econômicas nas quais os sujeitos estão inseridos. A busca por uma saúde mental verdadeiramente inclusiva, emancipadora e transformadora requer, como defendem Freitas e Amarante (2015), uma crítica profunda ao modelo capitalista, que instrumentaliza a

medicina e a saúde para manter as desigualdades sociais, tendo em vista a lógica produtivista, gerencialista e privatista no cenário da política e da gestão pública da saúde.

Assim, como afirmamos anteriormente, o movimento da Reforma Sanitária no Brasil, que culminou na criação do SUS, defende, no seu marco radical, a defesa da vida singular e coletiva e a universalização das políticas públicas de saúde como um direito de todos e dever do Estado. As dificuldades atuais, portanto, foram impostas pelo neoliberalismo, atingindo a gênese dessa construção do SUS, enquanto uma política pública nos marcos dos direitos sociais e do Estado democrático. Além disso, nas lutas dos movimentos sociais no campo da saúde, e, particularmente, no campo da saúde mental, através do movimento nacional da luta antimanicomial, envolvendo técnicos, usuários/as e familiares, pautou-se a edificação de uma Reforma Psiquiátrica, na defesa intransigente dos direitos humanos, da vida e da democracia, e, ainda, continua sendo uma pauta de resistência, no cenário atual, de construção da política pública, após anos de desmontes e retrocessos, típicos de uma contrarreforma psiquiátrica neoliberal.

A lógica ultraneoliberal afeta diretamente os serviços de saúde mental ao reduzir investimentos em políticas públicas e promover a privatização da assistência pública em saúde, tornando o acesso aos cuidados em saúde mental, como, por exemplo, os atendimentos psicológicos e psiquiátricos, que deveriam ser universais, cada vez mais limitados para os segmentos populares, que assim reivindicam. Portanto, a retirada de investimentos dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a crescente desvalorização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) dificultam implementar estratégias eficazes de cuidado territorial e comunitário, reforçando o isolamento dos indivíduos que necessitam desse cuidado em liberdade e caracterizando esses dispositivos técnico-assistenciais como atenção ambulatorial. O que se tem visto, apesar deste momento de construção de uma política pública, afirmada pelo conjunto de seus atores na realização da V Conferência Nacional de Saúde Mental (2020), além dessa

caracterização dos CAPS, é a expansão da parceria público-privada, tomando como parceiros entes privados, como as organizações sociais de saúde, mas também as comunidades terapêuticas, reforçando o que se denominou de atenção psicossocial neoliberal (Reigada; Maximino, 2024).

Além disso, a privatização da saúde mental impõe barreiras econômicas para a população negra, em particular para mulheres e LGBTQ+ periféricos, que já enfrentam iniquidades e dificuldades históricas de acesso desigual aos serviços públicos de saúde (Duarte, 2024b), principalmente pela geopolítica de localização desses, mas, particularmente, para um acolhimento e clínica emancipadores e antimanicomiais. O desmonte desses serviços e das políticas não pode ser dissociado do racismo e do sexismo estruturais (Gonzalez, 1983), na medida em que os impactos recaem desproporcionalmente sobre as pessoas negras, aprofundando desigualdades preexistentes e quando em intersecção com outros marcadores sociais de diferença e de sistemas de opressão, que acentuam mais ainda as vidas precárias desses sujeitos sociais.

No entanto, por outro lado, a precarização da saúde mental no Brasil não pode ser analisada isoladamente, ao estar inserida em um contexto mais amplo de desigualdades estruturais. A permanência da lógica racista e cissexista nos espaços de poder é um fator determinante nesse processo. É imprescindível aprofundar esse debate, analisando as pessoas que ocupam os lugares de decisão e perpetuam essa estrutura excludente. A população branca, que domina esses espaços, ainda representa a maioria e, conseqüentemente, influencia diretamente na manutenção dessas desigualdades. A falta de representatividade negra, do gênero feminino e das sexualidades dissidentes, na formulação de políticas públicas contribui para a exclusão dessas populações negras, de mulheres, LGBTQ+ e periféricas, quanto ao acesso e ao acolhimento adequados ao cuidado integral em saúde mental e baseado na interseccionalidade e na intersetorialidade.

É nesse sentido, porém, que Schucman (2020) propõe que o sujeito branco universal seja colocado no centro do debate racial.

Assim, conseqüentemente, o homem branco cisheterossexista universal também. Afinal, como a reprodução do racismo é perpetuada por indivíduos brancos, que frequentemente não reconhecem seus privilégios ou sequer sabem se autodeclarar racialmente, recorrendo a narrativas sobre mestiçagem e genética para justificar seu pertencimento a um grupo racial. Como afirma a autora,

[...] ser branco e ocupar o lugar simbólico da branquitude não é nada estabelecido por questões somente genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam [...]. Nesse sentido, ser branco tem significados distintos compartilhados culturalmente em diferentes lugares. Nos EUA, ser branco está estritamente ligado à origem étnica e genética de cada pessoa; no Brasil, está ligado à aparência, ao status e ao fenótipo; na África do Sul, fenótipo e origem são importantes demarcadores de branquitude (Schucman, 2020, p. 60).

O mesmo se dá, todavia, com a reprodução estrutural e institucional do sexismo, do patriarcalismo e da LGBTfobia, e, conseqüentemente, pelo mesmo sujeito universal coletivo, o homem branco, burguês, cisgênero, heterossexual, cristão e herdeiro do colonialismo histórico, do eurocentrismo e das violências necropolíticas e de extermínio de sujeitos e populações.

Para melhor caracterização deste debate acima, se tomarmos as categorias raciais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como pretos, pardos, brancos, indígenas e amarelos, podemos analisar com maior realismo o funcionamento do racismo no Brasil. Elas são essenciais para compreender as desigualdades sociais, que não operam isoladamente, mas em interseção com classe, raça, gênero e sexualidade. A branquitude, além de operar simbolicamente como norma social, também se traduz em vantagens materiais concretas, garantindo melhores oportunidades educacionais, acesso a empregos de maior prestígio e maior acúmulo de riqueza ao longo das gerações. Bento (2022) contribui para essa reflexão ao apresentar a noção de

pacto narcísico da branquitude, demonstrando como a manutenção dos privilégios é uma prática constante entre pessoas brancas.

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o 'diferente' ameaçasse o 'normal', o 'universal'. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p. 15).

Essa perspectiva evidencia como a branquitude se estabelece como norma, atribuindo significados hierárquicos às diferenças raciais. O "normal" e o "universal" são socialmente construídos em oposição ao "diferente", determinando os lugares que brancos e negros ocupam na sociedade. A hegemonia branca se manifesta nas imagens midiáticas, nas posições de poder e no prestígio associado a profissões como a medicina e o magistério, enquanto as populações negras são frequentemente associadas à marginalidade social, à criminalidade e a posições de subalternidade.

A desconstrução desse pacto narcísico exige ações coletivas. Instituições devem reconhecer sua responsabilidade histórica para evitar a perpetuação das desigualdades geradas pela escravidão e ditaduras passadas.

A destruição de um pacto narcísico não é só individual, mas tem sua âncora em ações coletivas estruturais envolvendo a responsabilidade social das organizações, que precisam se posicionar diante de sua herança concreta e simbólica na história do país. Não podem se omitir dos créditos e das dívidas das gerações passadas, como da escravidão ou dos recorrentes períodos ditatoriais, para não cair num mecanismo de repetição do qual as gerações futuras só teriam a sofrer (Bento, 2022, p. 86).

Assim, compreender o impacto do racismo e do cissexismo como estruturais no Brasil exige uma análise interseccional que considere não somente as desigualdades raciais, mas também sua

relação com a saúde, a economia e o poder. O enfrentamento dessas questões não pode se limitar a discursos simbólicos, mas deve se traduzir em políticas públicas eficazes que garantam a equidade e a justiça social.

Nessa direção, no capítulo não se pretendeu tratar de dados epidemiológicos em saúde mental, como elemento técnico sustentado em dados científicos, para análise de uma política pública de saúde, e, no caso, da saúde mental. Assim, tomou-se, nesse texto, o pressuposto de que quaisquer discussões que visem abordar o tema de análise crítica da política de saúde mental, precisam ter em vista as formas violentas dos sistemas de opressão sobre determinados sujeitos e que a conexão da interseccionalidade dos marcadores sociais de diferenças com a desigualdade e as opressões é necessária, portanto, para a análise de qualquer política social.

Desta forma, tomar classe, raça, gênero, sexualidade e território, dentre outros elementos estruturais e constitutivos da questão social e suas intersecções, é necessário para a análise da política de saúde mental, no caso. Foi nessa perspectiva que construímos este capítulo, no sentido de ampliar os processos históricos da referida política, mas, principalmente, recolocar os sujeitos, público-alvo dela, no centro da abordagem analítica.

A interseccionalidade, portanto, nos desafia a construir um cuidado em saúde mental mais inclusivo, acolhedor e, de fato, em liberdade, no contexto da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Seja no nível territorial, e em qual ponto de atenção da rede aconteça essa produção do encontro, uma realidade por vezes ausente, e incide nas mais precárias condições de vida e saúde mental da população brasileira, marcada por classismo, racismo, sexismo, LGBTfobia, mas que demandam cuidado frente aos sofrimentos psicossociais (Duarte, 2024c), seja na atenção básica, com ou sem matriciamento, seja na atenção ao nível de complexidade deste mesmo cuidado, nos centros de atenção psicossocial (CAPS), ou mesmo de forma intersetorial, nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Fato é que, apesar das narrativas por articulações entre classe, raça, gênero e sexualidade protagonizadas pela sociedade civil organizada, em múltiplas agências e perspectivas, na contemporaneidade, ainda se observa uma lacuna nesse debate, para se pensar outras epistemologias e paradigmas para analisar as políticas sociais e, particularmente, no campo da saúde mental e da atenção psicossocial. Assim, em uma perspectiva antimanicomial, emancipatória e de defesa da vida singular e coletiva, este debate ainda está muito mais presente pelos movimentos sociais do campo da saúde mental e atenção psicossocial, que rompem com a lógica capitalística, superestrutural e de patologização e medicalização da vida.

Esta ausência, ou esta política de invisibilidade, é observada tanto na gestão das políticas de saúde mental, quanto na inexistência de políticas específicas e interseccionais que acolham esta população e seus marcadores sociais de diferença. Desta forma, é no cotidiano do processo de trabalho em saúde mental, junto às/aos trabalhadores/as da RAPS no SUS, que muitas vezes se reproduzem as mais diversas formas de violência institucional, apesar das legislações e políticas, como o racismo, o sexismo e a LGBTfobia institucionais, que se materializam nas práticas de discriminação, violência e exclusão. Entendendo também que os sofrimentos psicossociais, nestes contextos, se agravam, pois os sujeitos ou se sentem constrangidos ou não vão aos equipamentos sanitários, pelas barreiras impostas no acesso e no cuidado desses mesmos serviços que são a base da política nacional de saúde mental do SUS.

Se muito vale o já feito, ainda temos muito a fazer!

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMARAL, Talita. *Como o preconceito racial afeta a saúde mental da população negra*. *CNN Brasil*, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/como-o-preconceito-racial-afeta-a-saude-mental-da-populacao-negra/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. (Trad. Andreas Lieber). Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. (Trad. Carla Rodrigues). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASARA, Rubens Roberto Rebello. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e a gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DAVID, Emiliano Camargo. *Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil*. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

DAVID, Emiliano Camargo. *Saúde mental e relações raciais: desnorreamento, aquilombação e antimanicolonialidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2024.

DUARTE, Marco José de Oliveira *et al.* (org.). *Feminismos, interseccionalidade e Serviço Social*. São Paulo: Hucitec, 2024a.

DUARTE, Marco José de Oliveira *et al.* Práticas em saúde e produção de sujeitos LGBTQIAPN+: enfrentando as iniquidades em saúde em perspectiva interseccional. *In*: ANDRADE, Maria Angélica Carvalho; SODRÉ, Francis; ROCON, Pablo Cardozo (org.). *Desigualdades sociais em saúde: debates contemporâneos para construção de políticas públicas*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2024b.

DUARTE, Marco José de Oliveira; PAIVA, Sabrina Pereira; MENEGAT, Elizete Maria. (org.). *Saúde mental, drogas e interseccionalidades: implicações de gênero, raça, sexualidade, território e políticas públicas no contemporâneo*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2024c.

FOUCAULT, Michael. *Nascimento da biopolítica*. (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. (Trad. Eduardo Brandão). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. *Medicalização em psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA; Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira (1983). In: SILVA, L. A. M. *et al.* (org.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje – Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS*, Brasília, n. 2, 1983.

LEITE, Carla Carvalho. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. *Revista do Ministério Público*, n. 23, Rio de Janeiro, MPRJ, jan./jun., 2006. Disponível em:
https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla_Carvalho_Leite.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

MELO, Carolina Morais Simões de. *Do “trem de doido” à “estação vida”*: a atenção em saúde mental de crianças e adolescentes em Barbacena/MG. 2024. 237f; Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (org.). *Luta antimanicomial e feminismo*: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005.

REIGADA, Carolina Lopes de Lima; MAXIMINO, Caio. Saúde mental, neuroculturas, e racionalidade neoliberal. *Sociedade e Cultura*, v. 27. Goiânia: UFG, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/78350>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Amais, 1997.

RIZZINI, Irene. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Ed.USU, 1993.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Veneta, 2020.

CAPÍTULO 10

Adolescentes em Regime Fechado: uma análise crítica da socioeducação feminina no SINASE*

*Vânia Morales Sierra
Juliana C. M. Bronze
Núbia Brandão Martins*

O sistema socioeducativo conta com uma minoria de meninas, que costuma ser invisibilizada nas análises e nas políticas públicas voltadas à socioeducação. Conforme Carvalho e Souza (2020), essa invisibilidade é agravada por fatores como o racismo e a desigualdade social, que intensificam as vulnerabilidades enfrentadas por essas adolescentes durante a privação de liberdade. Além disso, Souza (2018, p. 160) aponta que as unidades de internação frequentemente não estão preparadas para atender às especificidades de gênero, revelando a negligência do Estado diante da necessidade de políticas efetivas voltadas para esse público.

Este capítulo analisa a institucionalização de meninas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), sob a perspectiva da criminalização da pobreza, considerando a crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), resultante na exacerbação das desigualdades sociais e no aumento da violência em um contexto de avanço da política neoliberal. O acirramento das contradições entre o modelo político-econômico e a fragilidade na proteção aos direitos humanos amplia o terreno para a seletividade penal, desencadeando um processo que condensa discriminações de gênero, classe e raça, sobrepondo-se às injustiças estruturais que as submetem cotidianamente. O objetivo central deste trabalho é aprofundar a crítica e a reflexão sobre o Sinase, considerando a socioeducação de meninas em instituições com regime fechado. Na metodologia, foram

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.184-202

articuladas a análise documental, a experiência profissional de uma das pesquisadoras na socioeducação e os estudos relacionados às necessidades de meninas em regime fechado, incluindo suas especificidades em termos de classe, gênero e raça. A análise compreendeu o período entre 2012 e 2024, por se referir ao intervalo posterior à aprovação da lei do Sinase, nº 12.594, de 18/01/2012 (BRASIL, 2012).

Desde 2012, o Sinase tem sido alvo de controvérsias no campo político, sobretudo a partir de 2013, quando projetos de lei e propostas de emenda constitucional contrários ao sistema socioeducativo começaram a surgir. Entre 2012 e 2019, essas proposições passaram a representar a maior parte dos projetos legislativos referentes aos direitos da criança e do adolescente na Câmara dos Deputados (Oliveira, 2020). Por outro lado, diversos estudos produzidos por universidades e Organizações não governamentais (ONGs) têm evidenciado, contundentemente, o abismo entre os preceitos do Sinase e a realidade concreta, chamando atenção para os conflitos gerados por essa lacuna.

Embora seja considerada uma legislação avançada diante da complexidade que busca abarcar, o Sinase assume a imagem de uma moeda de dupla face: de um lado, mantém o paternalismo dos antigos códigos de menores pela suspensão da responsabilidade penal aos adolescentes; de outro, a face coercitiva se expressa na cobrança da responsabilidade individual pelo ato praticado (Sierra, 2004). Desse modo, observa-se a ambiguidade entre proteção e punição, identificada por Mendonça (2018) como um traço histórico das políticas voltadas à infância e à adolescência no Brasil, principalmente quando se trata das juventudes empobrecidas e racializadas, constantemente tratadas como ameaça à ordem social.

A gestão do Sinase também apresenta paradoxos decorrentes da escassez de recursos orçamentários e da ausência de planejamento para execução das medidas socioeducativas. Trata-se de uma situação alarmante que em nada ameniza a cobrança dos magistrados sobre a conduta das adolescentes. Como resultado, presta-se um serviço

precário e desumano, o que frequentemente implica na obstrução da execução das medidas socioeducativas, conforme estabelece a legislação. Nessas condições, a efetivação da socioeducação torna-se praticamente inalcançável mediante o exercício de práticas formais. Por conseguinte, ainda que fundado nos princípios dos direitos humanos, no cotidiano do trabalho no Sinase predomina a reprodução da moral conservadora.

Dessa forma, uma questão central é lançada à socioeducação de meninas: o que o Estado pretende obter das meninas em cumprimento de medida de internação? Essa questão remete à necessidade de um conhecimento mais amplo, não somente circunscrito à dimensão do ato praticado que envolve a relação entre o sujeito da infração e a vítima. O Sinase, como parte de uma totalidade estruturada e contraditória, articula-se à dinâmica dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, desenvolvida em múltiplos níveis geográficos, desde o local ao internacional.

Considerando o aumento do encarceramento global, essa tendência se manifesta em território nacional num contexto de endurecimento das penas e avanço da política neoliberal. O encarceramento exercido como forma de controle expressa o aumento da repressão no Estado Democrático de Direito. Neste sentido, o Sinase torna-se o *locus* das contradições sociais, na medida em que o Estado se torna mínimo na resposta às necessidades sociais de crianças e adolescentes. No caso de meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, a situação é peculiar, pois o exercício do controle nas unidades expressa o trabalho institucional generificado. Portanto, mesmo sabendo que essas instituições funcionam como depósitos de pessoas, elas guardam um sentido que ultrapassa essa função, ainda que em um contexto de precarização e desemprego. Nessas condições, a socioeducação implementada no contexto da política neoliberal, no Brasil, expõe o esforço de enquadrar a mulher no trabalho doméstico não remunerado, ao mesmo tempo em que reforça a ideologia do empreendedorismo.

Historicamente, o corpo feminino tem sido apropriado pelo Estado e pelos homens como meio de reprodução biológica e de acumulação de trabalho. O aprisionamento feminino na sociedade capitalista acentua esse processo, uma vez que eleva a exploração de seus corpos e intensifica sua submissão a diversas formas de discriminação que persistem mesmo após o cumprimento da pena. No contexto de desemprego crônico e precarização do trabalho, o sistema carcerário continua mantendo sua utilidade, servindo como instrumento de punição e como mecanismo de normalização das distinções patriarcais de gênero, que reforçam a subalternidade do trabalho reprodutivo. Mulheres encarceradas, comumente vistas como negligentes, perigosas ou vadias, são penalizadas por não apresentarem comportamentos condizentes com os padrões de gênero dominantes. Desse modo, a sua reclusão também consiste em uma estratégia de controle da pobreza, diante das repercussões provenientes da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002).

Para superar a crise, o capitalismo contemporâneo operou radicalmente a disjunção entre produção genuína e autoreprodução do capital, produzindo efeitos devastadores para o ambiente e a sobrevivência da humanidade (Mészáros, 2011). Nesse processo de autoreprodução destrutiva, a condição social da mulher foi se degradando, à medida que o Estado realizava sucessivos “ajustes estruturais”, exigindo cortes cada vez mais profundos nas despesas públicas, tornando a proteção social extremamente precária.

O conjunto de medidas que acentuam a precariedade da classe trabalhadora, de acordo com Harvey (2005), pode ter uma forma instável e contraditória, devido ao desenvolvimento geográfico desigual de instituições, poderes e funções. Contudo, teoricamente, o Estado neoliberal se baseia na defesa dos direitos individuais e da propriedade privada, no regime do direito e nas instituições de mercado e livre comércio (Harvey, 2005). Seu poder de repressão é empregado com a finalidade de preservar garantias na esfera econômica, possibilitando a centralização e a liberalização do mercado diante de qualquer tentativa de regulamentação que contrarie interesses capitalistas.

Nesta perspectiva, a defesa da liberdade neoliberal se sobrepõe às regulamentações que fundamentaram as políticas sociais. Consequentemente, a responsabilidade pelo fracasso ou pelo sucesso recai sobre o próprio sujeito, sendo interpretada em termos de capacidade ou incapacidade de empreender e prover suas próprias condições de existência.

Desmantelando as medidas fundadas na solidariedade de classe e de gerações, o neoliberalismo extrapola a esfera econômica, produzindo novas subjetividades em todas as esferas da vida social, constituindo padrões de comportamentos ligados a novas formas de reprodução das relações sociais (Dardot e Laval, 2016). O aprofundamento do individualismo, neste contexto, acentua a sensação de caos e de insegurança, fazendo com que as demandas por proteção se tornem mais ressonantes. A precarização do trabalho, o declínio da seguridade social, o rebaixamento do poder aquisitivo dos salários e o aumento da violência, em um ambiente de alta competição, constituem um ambiente favorável ao autoritarismo político.

Neste contexto, o discurso conservador adquire centralidade, ofuscando a crise econômica, que passa a ser interpretada como uma crise de valores morais. Desse modo, a moral cristã centrada na família tradicional e o nacionalismo cultural são colocados em oposição aos movimentos feministas, de homossexuais, de negros e de ambientalistas (Harvey, 2005), tidos como responsáveis pela crise. A fim de exercer o controle sobre os processos sociais dissociativos, o Estado se militariza e torna-se mais rigoroso para reprimir e punir.

No contexto do fortalecimento da ideologia neoliberal conservadora, a cobrança sobre a mulher pelo cuidado com os outros é reforçada. Cobrada por juízes, psicólogos e assistentes sociais quanto às suas obrigações domésticas, a mulher se encarrega das tarefas da casa e do cuidado com os filhos, exercendo trabalho não remunerado, e ainda precisa garantir o sustento da família. Assim sendo, se o direito não a protege da sobrecarga de trabalho, a moral conservadora coloca a cidadania feminina em questão a todo momento, promovendo uma

disjunção entre o cuidado necessário com familiares e as condições materiais de existência, comumente ignoradas.

De fato, a mulher ainda luta para ser reconhecida como pessoa jurídica. Esse reconhecimento esbarra na cobrança do cumprimento de obrigações naturalizadas, baseadas em normas religiosas e morais que cerceiam a autonomia individual. Em grande parte, a assimetria dos papéis de gênero, ainda amplamente reproduzida socialmente, deriva da moral cristã que, segundo Federici (2023), associa o amor ao sacrifício feminino. Federici (2023) desnaturaliza a submissão da mulher, demonstrando que a exploração do trabalho feminino se apoiou em um sistema de valores que impunha obrigações exclusivamente às mulheres, compreendidas como um recurso disponível a todos, e não como um trabalho. Nesta perspectiva, a naturalização do trabalho não pago também serviu para transmutar o antagonismo de classe em antagonismo de gênero.

Historicamente, a mulher foi econômica e politicamente representada a partir de uma lógica distinta da contratual, regida pela razão e interesses. Nesse sentido, a luta pelos direitos das mulheres compreende o reconhecimento de dois sistemas entrelaçados, mas que operam com lógicas distintas na sociedade: a lógica da troca mercantil e a lógica da dádiva. Strathern (2024) destacou a diferença entre essas duas lógicas, mostrando que, enquanto na troca mercantil os objetos trocados aparecem como centrais, na lógica da dádiva o foco recai sobre a relação entre os sujeitos envolvidos na troca. E, se no primeiro caso a troca encobre o trabalho realizado, no segundo, o trabalho da mulher é invisibilizado, sendo as relações de poder mistificadas. Nessas condições, o trabalho da mulher é apropriado pelos homens, e elas não aparecem como agentes nas relações de troca, mesmo que tenham fornecido todo o suporte para as transações poderem ter sido realizadas.

Referindo-se às diferenças entre as transações mercantis e a dádiva, Strathern (2024) considera ainda que “se numa economia mercantil as pessoas e as coisas assumem a forma social de coisas, numa economia da dádiva elas assumem a forma social de pessoas” (p. 208).

Nesta perspectiva, a troca é constitutiva do gênero, e o trabalho da mulher, associado às obrigações relacionais, é determinante na consideração de seu valor e da produção da riqueza.

Pensando na sociedade capitalista, a desigualdade de gênero é reforçada pelo trabalho doméstico realizado pela mulher, não avaliado a partir da racionalidade constitutiva do contrato nas relações de mercado. Como obrigação, o trabalho feminino corresponde à moral dos afetos e, neste sentido, não tem valor monetário estimável. Segundo Vaughan, “as mulheres foram estereotipicamente designadas à esfera da ‘emoção’, enquanto os homens se apropriaram da área da razão” (1997, p. 12). Esse modo de representar as mulheres é decorrente de um sistema patriarcal que, além de generalizar comportamentos individuais, desenvolve uma estrutura social de expectativas, motivações e entendimentos, institucionalizada mediante o direito, a religião, a universidade e o mercado (Vaughan, 2017). Segundo Vaughan (2017), não basta tentar extirpar o patriarcado sem eliminar o mercado e seu desenvolvimento na atualidade.

Nessa perspectiva, as obrigações relacionais assumidas pelas mulheres no espaço doméstico, tidas como naturais, encobrem a apropriação de seus corpos e do trabalho que realizam em proveito dos homens e do capitalismo. Como sistema de troca entre sujeitos livres e iguais, a sociedade capitalista se organiza sob o contrato social, que naturaliza a dominação sexual, na medida em que formaliza e subordina a mulher à dominação masculina (Pateman, 1993). Desse modo, “o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres” ao mesmo tempo em que estabelece “um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres.” (Pateman, 1993, p. 16-17).

Consequentemente, quebrar esse sentido, há séculos construído pela religião, leis e interesses do capital, representa uma reversão na ordem patriarcal. A ruptura do circuito da dívida e até mesmo da sua submissão à economia de mercado representa uma subversão, na medida em que ameaça o sistema de dominação que submete a mulher ao pacto implícito da reprodução social. Isso tem implicações diretas no sistema econômico, visto que o capitalismo se

apropriou do trabalho feminino como dádiva, explorando a mulher “trabalhadeira”, sobrecarregada pela acumulação de trabalho que constitui a “dupla jornada”. Consequentemente, a centralidade das trocas mercantis, realizadas com base no valor de troca e não de uso, marginaliza e invisibiliza o trabalho das mulheres, centrado nas relações sociais e não no lucro.

Ademais, o capitalismo não somente se apropria do trabalho não pago realizado pela mulher, como acentua a exploração nos períodos de crise econômica. Isso porque as soluções para os efeitos da crise implicam a suspensão ou a precarização das políticas sociais, resultando no excesso de trabalho assumido pela mulher que se encarrega das demandas de familiares na ausência da proteção social do Estado.

Nessas condições, são as mulheres negras e pobres que têm enfrentado maiores dificuldades na vida, sobretudo quando se tornam mães e não podem contar com os serviços de creches, escolas de turno integral, entre outros institutos. Elas acabam engrossando as demandas por proteção social e vão compor a maior parte das pessoas em situação de pobreza e miséria, gerando o que tem se chamado de “feminização da pobreza”. A resposta do Estado diante dessa situação não é a implementação de políticas para promoção da igualdade, mas a repressão, mediante a assistencialização (que acentua a dependência do Estado e impõe condicionalidades) e o aumento do encarceramento.

A pesquisa realizada no *World Female Imprisonment List*, em 2022, revelou que o Brasil apresenta a terceira maior população carcerária feminina do mundo. Estados Unidos e China são os dois primeiros países que mais aprisionam mulheres (Galvão, 2023). Quando uma mulher comete um crime, ela é submetida a um constrangimento social geralmente mais forte que o dos homens, pois a ofensa que cometeu não consiste somente no fato de violar o direito do outro, mas em ser uma mulher que se recusou a seguir os padrões hegemônicos que reproduzem as desigualdades na relação de gênero. Em outras palavras, num sistema comandado pela lógica da mercadoria, a dominação do comportamento feminino é normalizada,

segundo as expectativas patriarcais requeridas em diversas instituições de controle.

Neste sentido, a repressão à mulher pobre e negra torna-se, em grande parte, mais acentuada ao exprimir o impasse que enfrenta diante das dificuldades de conciliação entre o trabalho no mercado (formal ou informal) e o trabalho no espaço doméstico. Muitas dessas mulheres se envolvem em atividades ilícitas porque não conseguem responder às necessidades materiais e simbólicas de si mesmas e de sua família.

A mulher encarcerada é, em maioria, a negra, que sobrevive da informalidade (Diniz, 2015). Ela é quem carrega o estereótipo da mulher transgressora da ordem e de seu papel de mãe e esposa, e por isso tem de ser privada de liberdade (Lemgruber, 1999). No Sinase, a lógica não é muito diferente, o regime de internação controla e criminaliza meninas negras, refletindo e exacerbando as desigualdades de maneira tanto subjetiva quanto estrutural. Nesse sentido, opera contraditoriamente a intensificação das opressões de classe, gênero e raça.

O Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase) é uma política pública instituída em 11 de dezembro de 2006, por meio da Resolução n.º 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Posteriormente, foi regulamentado pela Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012, contendo as medidas socioeducativas para adolescentes com idade entre 12 e 18 anos, que tenham cometido ato infracional. São seis tipos de medidas socioeducativas executadas no Sinase: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Em pesquisa realizada numa unidade socioeducativa, em Santa Maria, no Distrito Federal, Diniz (2017) reconheceu a existência de uma trajetória marcada pela pobreza e violação de direitos, iniciada muito cedo na vida da maior parte das internas. Considerando as condições precárias e adversas por elas enfrentadas, segundo a pesquisadora, “quase todas perambulavam pelas ruas desde os 8 ou 9

anos, deixaram a escola, sofreram violência sexual na casa ou na rua” (Diniz, 2017, p. 3).

Conforme dados publicados no Levantamento Nacional do Sinase, referente ao mês de agosto de 2024, um total de 12.506 adolescentes encontravam-se em restrição e privação de liberdade, cumprindo medidas de internação provisória, internação, internação sanção e semiliberdade, em todo o país. Entre os três estados com maior número de adolescentes, cumprindo uma dessas medidas, estão: São Paulo, com 40,5% (5.071); Minas Gerais, com 8,8% (1.102); e o Rio de Janeiro, com 5,8% (721) do total nacional.

Com relação ao gênero, segundo o mesmo levantamento, 93,1% (11.648) se declararam meninos cis, 4% (501) meninas cis e 0,2% (24) meninas trans. Além disso, 0,3% (40) se identificaram como meninos trans e 0,1% (14) como não-binários. O percentual de 2,2% não forneceu a informação. Na tabela sobre orientação sexual, 76,9% informaram ser heterossexuais, enquanto 22,2% (279) não deram informação. Os dados divulgados no Levantamento Nacional de 2024 não apresentaram informações tipificadas sobre gênero em relação à privação de liberdade feminina e masculina, separadamente.

Bronze (2023) destaca que, em 2017, houve uma pequena redução na restrição e privação de liberdade de adolescentes e jovens, tanto do sexo feminino quanto masculino, mas repara que, no período de 10 anos (2006-2016), foi registrado um aumento de 93% no número de meninas que ingressaram no sistema, enquanto o aumento dos adolescentes e jovens do sexo masculino foi de 83%. Na sua análise, esse cenário é corroborado pelos dados que indicam um aumento percentual mais expressivo da população feminina (adolescentes e adultas) em comparação com a masculina nesses espaços, pois em 15 anos, a população masculina encarcerada no Brasil cresceu aproximadamente 220%, enquanto a feminina aumentou 560%, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) em 2017.

No documento Levantamento Nacional do Sinase do ano de 2023 e 2024, observa-se que o encarceramento feminino no sistema

socioeducativo se encontra em ascensão, registrando 471 meninas em restrição e privação de liberdade em 2023, passando a 525 meninas no ano de 2024. Esse processo dialoga com o que parte da literatura interpreta como a "feminização" da punição atualmente, especialmente no que se refere às mulheres pobres e negras (Davis, 2003; Borges, 2019).

O Levantamento Nacional do Sinase (2024), ao referir-se à raça, revela que a maioria (72,9%) é negra, sendo 54,8% (6.858) composta por pessoas pardas e 18,1% (2.258) por pessoas pretas. Entre os atos infracionais mais frequentes, estão: 31,7% (4.335) de roubos, 27% (3.691) de tráfico de drogas e 12,6% (1.720) de homicídios. Esses dados expressam a conexão entre racismo e prisão. Como afirmou Borges (2019, p. 74) “é na prisão que o racismo é mantido e reproduzido, e sua expansão tem gerado impactos diretos em nossas comunidades, nossos morros e nossas favelas.”

Nesse levantamento, os dados referentes à escolaridade informam que a maior parte dos adolescentes está concentrada no Ensino Fundamental II, registrando 42,8% (5.355). No Ensino Médio, da 1ª à 3ª série, encontram-se 34,8% (4.353). Considerando a distorção idade-série escolar, o levantamento informa que o percentual chega a 56% na internação e 38% na internação provisória.

Considerando as diferenças de gênero, o Levantamento Nacional do Sinase (2024), revela uma significativa desigualdade na distribuição das unidades de internação e semiliberdade. No regime de internação, havia um total de 8.795 jovens em 147 unidades destinadas ao público masculino e somente 12 unidades voltadas ao atendimento de 365 *meninas*. Na semiliberdade, essa disparidade permaneceu evidente: eram 1.957 jovens, sendo que 102 unidades atendiam ao público masculino, enquanto somente 12 eram destinadas às meninas, com 179 adolescentes.

Quanto às instituições de assistência religiosa no sistema socioeducativo, o cristianismo predomina, reunindo instituições católicas e evangélicas que formam a maioria. São 50 instituições no total, sendo 26 evangélicas e 24 católicas. O levantamento também

evidencia que, em 96,3% das Unidades Federativas do país, a assistência religiosa evangélica é ofertada, seguida por 88,9% das instituições que oferecem assistência religiosa católica.

As adolescentes, em sua maioria, respondem a medidas socioeducativas por associação ao tráfico de drogas (24,5%), seguido de homicídio (18,6%) e roubo (17,4%). Devido ao gênero, a punição geralmente se mostra mais severa (Freire e Mello, 2018). Conforme Bronze (2023), em determinados casos, “a punição pode ser justificada como ‘proteção’, já que privar a liberdade de uma adolescente por mais tempo lhe ‘protegeria’ de tudo que há mais nocivo e ‘ímoral’ na sociedade” (p. 13).

Considerando as formas de reprodução das desigualdades de gênero, o sistema patriarcal é uma referência totalizante, uma vez que se constitui a partir de relações econômicas, jurídicas, políticas e sociais (como relações de parentesco, cuidado, reciprocidade, entre outras), estruturadas por meio de uma rede de instituições (família, escola, religião, entre outras), que reproduz normas sociais anteriores ao controle punitivo oficial. Essas normas são baseadas em representações hegemônicas das distinções entre o masculino e o feminino, impactando diretamente as trajetórias de vida, uma vez que definem os espaços de circulação, os modos de vida e a forma como o Estado intervém nos conflitos.

No Sinase, as medidas socioeducativas aplicadas às internas não estão baseadas na responsabilização a partir de uma linguagem de direitos, mas em padrões tradicionais que as submetem aos valores patriarcais. Nesse contexto, o Sinase se configura como mais uma instituição que contribui para a manutenção do patriarcado.

Segundo Bronze (2023), não há qualquer evidência de documento normativo que regule de forma específica o atendimento socioeducativo direcionado às adolescentes no Brasil. As normativas conferem destaque apenas para as particularidades do atendimento feminino voltadas à adolescência e à sua capacidade reprodutiva no campo dos direitos e deveres reprodutivos. Assim sendo, a centralidade na socioeducação se baseia no lugar e nos papéis

atribuídos a essas adolescentes no espaço doméstico, nos cuidados familiares e na maternidade. Na prática, é reproduzida “no campo dos direitos sexuais e reprodutivos a lógica heteronormativa e a ideia de relação sexual conjugada à reprodução” (Bronze, 2023, p.76).

Ao refletir sobre a experiência profissional em uma internação feminina, Bronze (2023) destaca aspectos centrais da construção do Plano de Atendimento Individual de adolescentes (PIA). O PIA tem como objetivo garantir a proteção integral da adolescente, por meio do acesso à escola, à profissionalização, à cultura/esporte/lazer e saúde e a desaprovação acerca da prática infracional. (BRASIL, 2012). Nesse sentido, o trabalho técnico das Unidades envolve a construção de um sistema de indicadores para acompanhar o desenvolvimento pessoal e social de cada adolescente, baseado em parâmetros de competências, habilidades e capacidades adquiridas ao longo do itinerário formativo, conforme determinado pelo próprio Sinase. Todavia, segundo Bronze (2023), o conteúdo da avaliação técnica institucional expressa o interesse de avaliar se a adolescente teria se arrependido e não voltaria à instituição por cometer infrações. Nessas condições, o PIA é preenchido a partir de uma gramática própria, criada na instituição, para exercer seu poder sobre as meninas, tipificando condutas, estigmatizando, assujeitando, sem produzir um diagnóstico da situação geral e sem enfrentar os problemas com um projeto de intervenção profissional.

Nas instituições do Sinase predominam a ordem e a disciplina, de modo que os conflitos possam ser controlados e silenciados. Segundo Diniz (2017), “o estabelecimento educacional para cumprimento de medida socioeducativa de internação é antes uma prisão que uma instituição pedagógica de transformação de projetos de vida” (p. 31). Espera-se das meninas a adoção de um padrão “docilizado e recatado” de mulher, cultuado pelo patriarcado, o que se contrapõe ao perfil das adolescentes que ingressam na socioeducação. Frequentemente, os protestos nesse contexto se manifestam por meio de questionamentos, gritos, elevação da voz e recusa em realizar

atividades dirigidas pelos profissionais. Segundo Bronze, na socioeducação

Esperava-se delas que voltassem a estudar, que ficassem mais em casa, que se qualificassem para o empreendedorismo ou geração de renda, que cuidassem dos seus filhos, que se firmassem numa relação conjugal tradicional, entre outras. E o que se percebia, com algum grau de crítica sobre essa realidade, era que o mundo do “corre” não possibilitava tais condições. Nesse sentido, foi observado que os conteúdos das atividades e dos atendimentos técnicos estavam geralmente voltados para o mundo privado, dos relacionamentos, amores, relações no alojamento, maternidade, família, estética/beleza, etc. (2023, p. 92)

No impasse entre o sistema de normas integrado ao funcionamento das unidades socioeducativas (onde tudo aparentemente converge de acordo com os objetivos institucionais) e a sociabilidade desenvolvida no cotidiano, evidenciam-se formas distintas de relações de gênero entre as internas. Apesar de estarem submetidas a uma vigilância permanente e coercitiva quanto à sexualidade e ao gênero, são elas que organizam, na prática, as diferenças nos papéis de gênero dentro da socioeducação.

Segundo Bronze (2023), na instituição, as relações entre as *reclusas* são genericadas a partir da divisão em categorias como “Maria” e “João”. Essas categorias expressam uma lógica de gênero independente da diferença sexual biológica, mas construída com base na posição relacional ocupada na interação. Enquanto gênero construído entre sujeitos do mesmo sexo, essa construção não se baseia no binarismo heterossexual, como pode parecer à primeira vista. Na internação, o gênero é reconfigurado conforme os códigos internos, produzidos por uma matriz específica, singular, marcada por relações de poder, proteção, afeto e de sobrevivência. Assim sendo, a instituição acaba favorecendo a produção de subjetividades que desafiam o conservadorismo moral da socioeducação, pois, apesar de todo o esforço para impor às internas a normatividade feminina, a própria

instituição gera as condições para a sua subversão, expondo a complexidade interna das relações institucionais generificadas. Nesse contexto, ainda que a instituição procure atingir o objetivo de disciplinar os corpos femininos, resta-lhes o “cansaço institucional” (Bronze, 2023, p. 113), em parte porque se trata de um esforço sísifo, visto que o gênero adquire formas não hegemônicas na internação, tornando praticamente inúteis as pretensões normativas da socioeducação feminina.

Nessas condições, a responsabilização feminina no Sinase intersecciona gênero, raça e classe. Conforme Borges (2019), os sistemas punitivos não operam de forma neutra ou isolada, ao serem atravessados por uma lógica racializada e patriarcal, que define quem deve ser vigiado, punido e confinado. No caso das meninas pobres, negras e periféricas, a socioeducação acaba reforçando dispositivos históricos de controle social, moral e sexual, além de criminalizar trajetórias marcadas por violações estruturais e pela ausência de políticas públicas efetivas. Nessas condições, a socioeducação feminina se constitui a partir de espaços de controle que normalizam, por meio da punição, os códigos morais da feminilidade (Borges, 2019; Bronze, 2023; Souza, 2018).

Em suma, procurou-se mostrar que o sistema socioeducativo, ao lidar com adolescentes em privação de liberdade, não somente reproduz, mas também potencializa as desigualdades de gênero, raça e classe, marcando de forma inequívoca a trajetória de meninas negras, periféricas e pobres. Ao analisar as normativas do Sinase e as práticas institucionais, evidenciou-se como a responsabilização dessas adolescentes vai além da punição, configurando um processo de moralização e disciplinamento, alinhado a uma lógica neoliberal conservadora. Em muitos casos, as meninas são tratadas de forma a reforçar um modelo de feminilidade normativa, voltado para a reprodução das funções tradicionais do gênero, ao mesmo tempo em que são desconsideradas as desigualdades estruturais e o modo como afetam suas vidas. Ou seja, o Sinase não somente reproduz os padrões de controle e disciplina típicos do encarceramento, mas reforça a

exigência dessa submissão, docilidade e adaptação à divisão dos papéis sexuais tradicionalmente atribuídos às mulheres.

Neste sentido, apesar das mudanças na lei com a instituição do Sinase, a socioeducação feminina não deixou de guardar o sentido de uma prisão. Isso ocorre porque a estrutura do atendimento às meninas permanece ancorada nessas práticas de controle, disciplina e silenciamento. Nessas condições, a punição voltada às meninas não se restringe à privação de liberdade, ao envolver a reprodução de normas hegemônicas de feminilidade, compreendendo a vigilância sobre seus corpos e desejos, bem como a cobrança da responsabilização individualizada.

Aliás, a normalização das expectativas de gênero no sistema socioeducativo reforça a marginalização das adolescentes, particularmente as negras e periféricas, sendo constantemente cobradas de suas obrigações realizadas gratuitamente. Assim sendo, a punição não atua somente como uma resposta a atos infracionais, mas também funciona como um dispositivo voltado a perpetuar a exploração do trabalho doméstico não pago, porém imprescindível à reprodução do capital.

No contexto do neoliberalismo, a socioeducação realiza-se por meio da valorização do trabalho, sobretudo pautado na ideologia do empreendedorismo e na subalternidade das mulheres na divisão sexual do trabalho. O gênero assim torna-se um componente do trabalho profissional, na medida em que a perspectiva moral predomina sobre o direito.

Portanto, essas meninas, o sistema não só limita oportunidades de transformação em suas vidas, mas também redefine suas trajetórias doravante marcada pela sua passagem na socioeducação. Ao forçar as adolescentes ao ajustamento aos padrões de feminilidade normativos, a internação também serve para reforçar a opressão estrutural. Isso revela a necessidade urgente de reformulação das políticas socioeducativas, a partir das mudanças no trabalho socioeducativo pela consideração com o gênero e a raça.

Portanto, o que se destaca nesse estudo é a necessidade de repensar as práticas de responsabilização no sistema socioeducativo,

incorporando uma perspectiva de gênero, antirracista e anticapitalista, capaz de contestar as bases estruturais da violência e da desigualdade social. Para isso, essa realidade da socioeducação deve ser considerada a fim de possibilitar alternativas que, não somente repensem o significado das práticas institucionais, mas questionem a própria lógica de punição e suas bases estruturais.

Referências:

BORGES, Juliana. *Encarceramento em Massa*. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Levantamento Nacional do SINASE - 2024*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Universidade de Brasília, 2025.

BRONZE, Juliana. C. de M. *Trabalho com meninas na socioeducação: repercussões do conservadorismo moral e seus rebatimentos para o Serviço Social*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2023.

CARVALHO, Letícia; SOUZA, Mayara S. de. *Elas existem: meninas em privação de liberdade*. *Prioridade Absoluta*, 30 out. 2020. Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/acessojustica/elas-existem-meninas-em-privacao-de-liberdade/>. Acesso em: 14 de abril de 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

DINIZ, Débora. *Cadeia: relatos sobre mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DINIZ, Débora. *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: Letras Livres, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 2ª ed. São Paulo: Elefante, 2023.

FREIRE, Christiane Russomano.; MELLO, Kátia Sento Sé. Juízos morais e sujeição criminal no contexto de prisão domiciliar de mulheres em condição de maternidade no Brasil. *In: Rosemere Maia e Verônica Cruz (org.). Saberes plurais: produção acadêmica em sociedade, cultura e serviço social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018

GALVÃO, Júlia. Pesquisa mostra que o Brasil tem terceira maior população carcerária feminina do mundo. *Jornal da USP*, 7/8/23. São Paulo: USP, 2023 Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-mostra-que-o-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo/>. Acesso em: 14 de abril de/2025.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ohana de Sá. *Impasses à cidadania dos adolescentes no Brasil: o medo e o ódio nos projetos parlamentares sobre o SINASE (2012-2019)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UERJ, 2020.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SIERRA, Vânia Morales. *A judicialização da infância: o processo de implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá*. Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia* / Marilyn Strathern; André Villalobos, tradutor. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2024. (coleção Gêneros & Feminismos)

SOUZA, Telma Apolônio de. *A Rede de Proteção Integral para os jovens em conflito com a Lei no Município de Cabedelo/PB. 2018*. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). - Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2018.

PATEMAN, C. *O Contrato Sexual. Tradcism of Exchange*. Austin, TX: Plain View Press, 1997

VAUGHAN, G. La economía del don materno Una revolución pacífica. *Iglesia Viva*, nº 272, octubre-diciembre 2017, pp. 41-62.

PARTE III
Serviço social e debate crítico

CAPÍTULO 11

Trabalho, Tecnologia e Serviço Social: possibilidades e desafios para o exercício profissional*

Elizabeth Rodrigues Felix
Renato Veloso

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões acerca da presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no Serviço Social, no contexto da crise do capital, considerando as transformações ocorridas no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva.

O modo de produção capitalista traz, em sua gênese e natureza, o caráter de dominação do capital sobre o trabalho, que se expressa no controle sobre as relações de produção e, no processo produtivo, na totalidade. Desde a sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX, a evolução do modo de produção capitalista tem no lucro e na geração da mais-valia a razão de sua existência.

Há, portanto, uma completa subordinação das necessidades humanas ao domínio do capitalismo, em expansão, acompanhado pelo estranhamento crescente do trabalhador no próprio processo produtivo, refletindo na desumanização do trabalho vivo, ou seja, aquele em que a capacidade de criação do homem volta-se para o atendimento das suas necessidades por meio da produção de riquezas enquanto finalidade da produção (Mészáros, 2002).

O caráter destrutivo do capitalismo desenha suas crises, assim como as formas e estratégias de driblá-las, tendo, na figura do Estado, um forte aliado. Na esteira da ótica neoliberal, o Estado comprometido com a sociabilidade capitalista será o vetor do direito, mas um direito que não defenderá e nem garantirá para além dos horizontes da forma

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.204-220

de sociedade que o justifica, a sociedade capitalista. Isso significa dizer, que, enquanto houver capitalismo, haverá Estado, conforme afirma Mascaro (2015, p. 25), quando diz que “o Estado não é ocasionalmente capitalista, e sim necessariamente capitalista”, uma vez que nem no feudalismo nem no regime escravista havia a forma de organização estatal.

É importante compreendermos que esse Estado é veementemente convocado “a disponibilizar parte significativa do fundo público para a reprodução ampliada do capital, para o circuito de produção e realização do valor” (Behring, 2021, p.116). Neste contexto, a autora traz importantes reflexões sobre a política social como aplicação do fundo público em programas assistenciais, como saúde, habitação e transferência monetária, demonstrando o caráter contraditório desta, na medida em que funciona como elemento de acesso a direitos, essenciais para a reprodução da força de trabalho. A mesma destaca que,

Não é exagerado reafirmar que o fundo público se forma a partir de uma punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções de reprodução do capital e da força de trabalho, como vimos mostrando. (Behring, 2021, p. 142).

Nesta perspectiva, a destinação do fundo público para a sustentação do capitalismo em todos os seus ciclos de crise de superprodução e superacumulação, por meio de sua destinação para o capital, acentua e reforça o papel do Estado como interventor neste processo, com medidas fiscais para frear as fases de queda tendencial da taxa de lucros. O Estado exerce, assim, uma função crucial no que Mandel (1992) denomina de fase do capitalismo tardio, no sentido de preservar as condições gerais de produção.

Um aparelho de Estado constituído sobre essas bases se propõe a administrar o sistema social existente – ou, na melhor das hipóteses, modificá-lo mediante reformas “aceitáveis, isto é, assimiláveis. Sua função é intrinsecamente conservadora. Um aparelho de Estado que não preserva a ordem social e política seria tão impensável quanto um extintor de incêndio que espalha chamas ao invés de apagá-las. (Mandel, 1992, p. 348).

Na segunda metade do século XX, mais precisamente, a partir da década de 1970, o sistema capitalista passou por um processo de profundas transformações em vários aspectos, atingindo a esfera do trabalho, do consumo e do Estado. A partir dos anos de 1970, a transição no processo de acumulação atingirá as esferas social e política, com nítidas conformações no modo de ser dos indivíduos. Trata-se de uma transição na qual o padrão fordista de desenvolvimento dará lugar a um novo sistema de regulamentação política e social, chamado acumulação flexível.

A rigidez e a racionalização dos processos de produção, bem como o controle e disciplinamento da força de trabalho, visando a produção e o consumo em massa, típicos do padrão fordista, tiveram nos princípios da gerência científica, a sua base de sustentação, visando a intensificação da produção e o incremento da lucratividade do capital. Nesta perspectiva, impera um dos fatores da dinâmica capitalista, sendo a divisão social do trabalho, onde há nítida separação entre as etapas de planejamento e execução de tarefas, reforçando a ideia de que “a separação de trabalho mental do trabalho manual reduz a necessidade de trabalhadores diretamente na produção, desde que ela os despoja de funções mentais que consomem tempo e atribuída a outrem essas funções” (Braverman, 1987, p. 112).

O alto grau de insatisfação, desestímulo e, até mesmo, hostilidade, entre outros fenômenos, por parte daqueles que, alienados do seu próprio trabalho, se tornarão um “peso negativo” (grifos nossos), à lógica da produção capitalista, será uma questão enfrentada pela gerência científica, que terá a tarefa de promover a incorporação do trabalhador ao modo capitalista de produção.

A necessidade de ajustar o trabalhador ao trabalho em sua forma capitalista, de superar a resistência natural intensificada pela tecnologia mutável e alternante, relações sociais antagônicas e a sucessão de gerações, não termina com a “organização científica do trabalho”, mas se torna um aspecto permanente da sociedade capitalista (Ibid, 1987, p. 124).

Uma reestruturação nos processos de produção caracteriza a transição para um padrão de acumulação flexível, visando a superação das lacunas típicas da rigidez fordista e suas consequências para a própria força de trabalho. Este período será marcado pela descentralização e pelo avanço tecnológico, bem como por uma substancial alteração nas relações de trabalho, tornando-as, supostamente, mais horizontais, menos hierarquizadas, mas também mais fragmentadas e desregulamentadas do ponto de vista das garantias trabalhistas.

A reestruturação produtiva vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, o corte dos gastos sociais, deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência. (BEHRING, 2008, p. 193-194).

Um novo ciclo de expansão do capitalismo inaugura-se no contexto da reestruturação produtiva, fazendo frente à crise de superprodução e superacumulação, já vista como tendência do modelo capitalista de produção, ressaltando-se a crescente fragilização dos trabalhadores nesse processo, em especial, em países do capitalismo periférico, onde os serviços públicos não chegavam e as formas de opressão e exclusão se acentuavam, resultantes da reação burguesa à queda da taxa de lucros. Behring (2021, p. 131) chama a atenção para esse novo padrão de reprodução das relações capitalistas, caracterizado pelo movimento de expropriação de direitos e ampliação da taxa de mais-valia e pressão sobre os salários, e seus efeitos devastadores sobre o trabalho.

No limiar do século XXI, temos assistido à mais profunda exacerbação desta equação de degradação da força de trabalho, sobretudo, em razão dos processos de mundialização e financeirização do capital, sob a hegemonia do neoliberalismo e, conseqüentemente, da condição de dependência do capitalismo nos países periféricos.

O surgimento de uma nova morfologia do trabalho, pautada na flexibilização, que na verdade se traduz em precarização, vai se desenhando desde a década de 1970 e adentra o século XXI, com contornos que particularizam as relações de trabalho, na medida do crescimento do setor de serviços. A estas novas formas precarizadas de trabalho, Antunes (2009) chamará de *proletariado de serviços*, reunindo um conjunto de trabalhadores ligados à área de telemarketing, entregadores (*delivery*) e outras modalidades de tarefas que envolvem o universo digital, com a presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

As novas configurações assumidas pela divisão social do trabalho nesse contexto das tecnologias informacionais, impactam diretamente o exercício de inúmeras profissões e, dentre elas, o Serviço Social. A este respeito, cumpre sinalizar que as(os) assistentes sociais estão submetidas(os) “aos mesmos processos de degradação e violação de direitos que sofre o conjunto da classe trabalhadora, no interior da heterogeneidade que a caracteriza.” (Raichelis, 2021, p. 144)

Os efeitos decorrentes deste processo de reestruturação produtiva vivenciado no capitalismo contemporâneo, se expressam, não somente nos processos de trabalho em si, mas também nos vínculos e contratos de trabalho, com a substituição gradativa dos quadros funcionais pelas modalidades de contratos temporários, terceirização e, até mesmo, por outras formas, ainda mais frágeis, de vínculos, como contrato por projeto e serviço prestado.

Compreendemos que a profissão vai adquirindo seus contornos e configurando suas respostas profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que requisitam suas ações, em uma dinâmica posta pela divisão social e técnica do trabalho.

Em síntese, [...] consideramos não haver como separar ou dicotomizar trabalho e profissão, nem tampouco deixar de reconhecer a atividade de assistentes sociais como trabalho e sujeito vivo dessas relações como trabalhador assalariado, no complexo processo de determinações e possibilidades contidas nas relações sociais das quais é partícipe. (RAICHELIS, 2018, p. 38).

Com a incorporação das tecnologias, de forma a aumentar ainda mais a exploração e expropriação dos trabalhadores, instituiu-se a métrica da produtividade, das metas e dos resultados sobre o trabalho dos assistentes sociais de forma cada vez mais intensa e veloz, muitas vezes prejudicando a apropriação crítica desses instrumentos e mecanizando o exercício profissional. Compreendemos, contudo, que o trabalho precisa ser visto sob o prisma de suas possibilidades concretas que se desenham nas formas de organização, nas construções coletivas e no reconhecimento do seu significado social enquanto profissão. É desta leitura sobre a profissão que encontraremos os canais que a conectam com a direção social que hoje busca consolidação no exercício profissional.

Esses organismos empregadores, estatais ou privados, defendem também a matéria (objeto) sobre o qual recai a ação profissional, ou seja, as dimensões, expressões ou recortes da questão social a serem trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, além de oferecerem o suporte material para o desenvolvimento do trabalho – recursos humanos, técnicos, institucionais e financeiros – decorrendo daí tanto as possibilidades como os limites à materialização do projeto profissional. (Raichelis, 2021, p. 428)

Os caminhos da profissão para alcançar o que hoje reconhecemos como direção social crítica, não foram lineares, tampouco resultantes de um consenso no interior da própria categoria profissional. Em sua emergência e desenvolvimento, o Serviço Social constituiu-se historicamente, tanto do ponto de vista interno quanto

externo, configurando formas distintas de análise e enfrentamento das demandas postas pela dinâmica da sociedade brasileira.

Contudo, embora uma direção social crítica tenha tido maior expressão no Serviço Social a partir do final dos anos 1970, não devemos entender este caminho como isento de disputas internas e externas, mas como espaço de possibilidades que se conjugam aos projetos societários. Assim, vale dizer que há um projeto profissional que se vincula a um projeto de construção de uma nova ordem societária e que, portanto, não pode ser compreendido fora desta dimensão de totalidade. Em um dado momento histórico da profissão, denominou-se de projeto ético-político profissional a este conjunto de expressões e valores assumidos por parcelas significativas dos sujeitos profissionais, tornando, assim, legítimas as suas formulações.

Deste modo, pensamos que a presença da tecnologia no cotidiano das instituições e do próprio exercício profissional do Serviço Social precisa ser compreendida no horizonte da apropriação crítica, que identifica todo o seu uso para manipulação e domínio de informações, mas que também visualiza o reverso desta moeda, ou seja, que é possível, no âmbito do trabalho profissional, reconhecer o sujeito profissional e a população usuária dos serviços no centro das disputas por outro projeto societário.

Nesta perspectiva, acreditamos que as possibilidades de novos desenhos nos horizontes da profissão, em face dos desafios postos no século XXI, relacionam-se com a capacidade e possibilidade de um exercício profissional que enfrente os desdobramentos do cotidiano e de suas contradições. Em Antunes (2009), encontramos uma expressão que nos traz, de forma muito presente, este sentido, que não pode, nem deve, ser perdido, quando concebemos que a centralidade do trabalho na vida social precisa ter o cunho da transformação e não da conformidade. Ele dirá que “um desafio maior da humanidade é dar *sentido* ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido. Instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho”. (Ibid, p. 238)

É nesta linha de reflexões, que consideramos as possibilidades de pensar sobre a profissão de Serviço Social no limiar deste século, com todos os desafios e possibilidades que se colocam no cotidiano do trabalho. A relação entre tecnologia e Serviço Social não é nada novo, haja vista que a utilização de algumas ferramentas, hoje caracterizadas como integrantes do trabalho remoto, já fazia parte dos instrumentais de trabalho do Serviço Social, a exemplo do telefone, que sempre foi utilizado para realização de contatos com familiares de usuários dos serviços, por exemplo. Desmistificar a questão da “novidade da tecnologia” nos tempos atuais é fundamental, para não incorrerem no equívoco de desconsiderar a natureza histórica e dialética do desenvolvimento, onde tem lugar a tecnologia, entendida como resultante do acúmulo de conhecimentos gerados a partir da relação que o homem estabelece com a natureza, buscando a satisfação de suas necessidades.

Vieira Pinto (2005) aborda esta questão de uma suposta “Era Tecnológica” na atualidade, como uma maneira simplista e ideologizada, que serve para manter e legitimar relações de dominação e exploração próprias do modelo capitalista e suas formas de produção.

O conceito de “era tecnológica” constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas, e muito particularmente das nações subdesenvolvidas. Quanto a estas últimas, é preciso empregar todos os meios para fazê-las acreditar – e seus expoentes letrados nativos se apressarão sem dúvida em proclamá-lo - que participam em pé de igualdade da mesma – “civilização tecnológica” que os “grandes”, na verdade os atuais deuses, criaram bondosamente e estenderam a ricos e pobres sem distinção (Ibid, p.43).

Esse aspecto para o qual o autor chama a atenção é central para entendermos haver uma apropriação da tecnologia pelo capital, no processo produtivo, e que isto se dá no curso da história, tirando

qualquer caráter de novidade que possa ser dado ao seu uso, como algo capaz de promover uma espécie de equiparação entre todos, sem distinção de classe social. Portanto, não reconhecer que a tecnologia é produto da história humana em seu processo de criação e de humanização é a chave para cairmos em “posturas mistificadoras, simplificadoras e reducionistas, largamente presentes no debate sobre o tema” (Veloso, 2011, p. 69). É esta lacuna de compreensão e análise da tecnologia que levará a atitudes equivocadas de endeusamento ou de rejeição absoluta de sua presença no mundo.

As formas mistificadas de lidar com a tecnologia eliminam, pois, qualquer possibilidade de se desnudar o real papel que estas podem assumir na história do processo produtivo, ou seja, na produção e reprodução da vida social, por meio do trabalho “como momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização” (Antunes, 2009, p. 232). O autor segue afirmando que, em oposição à perspectiva citada, na sociedade capitalista o trabalho transformou-se em meio de “subsistência”, fundado na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos deste trabalho. Na dinâmica capitalista, engendradora pelo desenvolvimento das forças produtivas, a tecnologia tem papel importante na redução dos custos da produção pela via da automatização nos processos de trabalho, com consequente redução na demanda por força de trabalho. Isso se dá em razão de uma contradição que é imanente ao sistema capitalista, onde quanto maior for o processo de acumulação, maior também o desgaste da força de trabalho, pelo processo de superexploração desta. Temos aqui um crescente processo de diminuição do trabalho vivo, resultante deste modo de produção, onde o próprio processo de trabalho se coisifica cada vez mais, distanciando mais ainda o trabalhador não somente do produto, mas também do processo produtivo, enquanto algo que deveria ser criativo e humano.

Trata-se de uma substituição crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, gerando um estranhamento crescente na relação capital e trabalho, onde o trabalhador não se apropria do produto do seu próprio trabalho, que “aparece para ele como propriedade alheia”

(Marx, 2011, p. 625). Vamos encontrar em Marx, nos Grundrisse, bases para compreendermos que os meios de produção passarão por metamorfoses em termos de sua automação (sistema de maquinaria), ficando a atividade do trabalhador limitada e guiada pela máquina, ou seja, dominada por esta engrenagem. A força de trabalho, então, é potencializada, aumentada e tornada mais capaz de produzir com mais intensidade e em menor tempo, ou seja, a capacidade e criatividade do trabalhador são substituídas cada vez mais pelo elemento objetivo e automatizado, negando, assim, o próprio trabalho, agora subsumido pelo capital.

Evidenciamos, com base nessas considerações, que a lógica desta forma de organização social determina um viés de apropriação da tecnologia na direção da substituição crescente da força de trabalho viva, que se torna “coisificada” e ceifada em qualquer de suas possibilidades criativas. Nesta perspectiva, a tecnologia tem a função de atender aos interesses da acumulação e superexploração da força de trabalho, chegando, até mesmo, a substituí-la.

Então, como vemos, é a apropriação da tecnologia pelo capital, e não o contrário, que irá lhe conferir esse papel de potencializadora dos processos de superexploração do trabalho e do trabalhador, ao invés de representar uma possibilidade de tornar o trabalho mais leve e menos desgastante. O fato de que o uso da tecnologia pelo capitalismo se faça na direção da valorização do capital e de seus processos de dominação não significa que não haja outras possibilidades de sua utilização em outras direções, inclusive como estratégia na construção de novos projetos societários.

Se, por um lado, as novas tecnologias vêm sendo largamente utilizadas pelo grande capital como poupadoras de mão de obra, ocasionando, por conta do tipo do uso social posto em prática, fortes impactos para os trabalhadores, por outro, tais tecnologias, ao trazerem consigo a contraditoriedade do processo social, podem ser apropriadas e utilizadas para atender ou reforçar interesses mais próximos desses mesmos trabalhadores (Veloso, 2011, p. 67).

Pensar na tecnologia como um possível aliado estratégico que pode se somar aos demais esforços de fortalecimento de uma direção social crítica na profissão, exige um esforço importante e predisposição para enfrentar novos e velhos desafios existentes no Serviço Social.

Tratar a tecnologia a partir de um conceito ampliado, como já mencionamos anteriormente, nos parece uma condição fundamental para evitar modismos ou, como coloca Vieira Pinto (2005), o embasbacamento diante de supostas novidades do mundo digital. Tomando por base essa concepção, que vincula tecnologia à faculdade de projetar, pensamos haver muito o que se discutir e problematizar acerca do assunto, quando se trata do Serviço Social.

É imprescindível, portanto, de um lado, atentar para a forte tendência que a incorporação acelerada da tecnologia traz, no que diz respeito à burocratização, controle na ótica da vigilância e destituição da dimensão viva do trabalho do assistente social, e, de outro, para a imperiosa necessidade de qualificação do exercício profissional. Assim, se põe o imenso desafio de não permitir que o projeto profissional se subordine aos requisitos da tecnologia, mas de colocá-la a serviço das diretrizes ético-políticas do trabalho do assistente social. Este é um propósito de tamanha complexidade, haja vista que, não em função da tecnologia, mas em face de sua presença inequívoca no cotidiano, a busca pela qualificação será atravessada por este componente, não novo, mas com outras características, típicas da realidade do capitalismo que atravessa o século XXI, muito bem nominadas por Antunes (2020) como plataformização do trabalho.

É preciso, portanto, reconhecer, se apropriar, questionar, criticar, enfim, problematizar, objetiva e subjetivamente, as formas em que cabem a utilização das TICs no Serviço Social e em que circunstâncias. Definitivamente, não se trata de aprender a usar as ferramentas digitais, mas de apreender suas lógicas, significados e intencionalidades em face da diversidade e da multiplicidade que se impõe na dinâmica do cotidiano profissional. É preciso atenção aos processos de exaustão, coisificação e exclusão do próprio trabalhador (assistente social), dos seus processos e projeto profissional. Trata-se

de estarmos atentos à natureza das demandas dirigidas aos assistentes sociais, “que burocratiza e rotiniza as ações institucionais, afasta o profissional do trabalho político-pedagógico com a população, que envolve acompanhamento próximo e sistemático [...] nos territórios onde vive a população” (Raichelis, 2021, p. 34).

Vejamos que a presença massificada da tecnologia no universo contemporâneo não é responsável por trazer ao Serviço Social, propriamente, o dilema ou o desafio da qualificação e da consolidação de uma direção ético-política crítica ao trabalho profissional. O que se passa, na realidade, é a premência da manutenção e ampliação das lutas pela hegemonia e emancipação da classe que vive do trabalho, na qual se insere o assistente social, profissional que vivencia os mesmos processos da dinâmica estrutural do trabalho no capitalismo contemporâneo, tendo como horizonte a consolidação de uma práxis emancipatória, em consonância com os seus objetivos profissionais e na esfera de sua autonomia relativa.

Um aspecto que não pode deixar de ser ressaltado diz respeito às condições objetivas para a realização do trabalho com o uso destas ferramentas digitais. É muito comum que, na realização do teletrabalho, a responsabilidade pelo provimento dos recursos físicos, materiais e tecnológicos acabe ficando a cargo do próprio trabalhador, que dispõe dos seus próprios equipamentos, arcando inclusive com todo o peso do aprendizado, do provimento de materiais, como computadores, internet e ambientes virtuais. E este fato, juntamente com toda a carga de acúmulo de tarefas, jornadas de trabalho sem limites de horário, dado o grande volume de trabalho e, ainda, não menos importante, o desgaste emocional que tem sido uma tônica desses tempos atuais.

O discurso falacioso que ouvimos nos quatro cantos do mundo, de que a conexão de todas as coisas facilitará as nossas vidas e nos permitirá usufruir de mais tempo livre, nem sempre vem se mostrando verdadeiro. Ao contrário, nos vemos consumidos, em uma porção bem maior do nosso tempo, porque precisamos assegurar os preceitos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos

da profissão em face de uma avalanche de informações – boa parte somente disponível em meio digital, isso porque acabamos sendo usuários de “segunda mão” de uma tecnologia da qual não somos parte integrante e não conseguimos, ainda, fazê-la trabalhar em nosso favor.

O que, ainda, predomina, é uma relação alienada do assistente social trabalhador, com os meios de produção, no caso os computadores, internet e ambientes virtuais de um modo geral, sem maior grau de familiarização ou ambientação. Prevalece, na maior parte das vezes, uma apropriação pela via do estranhamento, dificultando, assim, a materialização de possibilidades do uso efetivo das TICs de uma forma agregadora para o fortalecimento de um projeto profissional crítico.

É preciso ressaltar que não se trata de uma apropriação de um recurso, que a cada dia se expande em diferentes ramos do trabalho. Trata-se de um processo inteiramente atravessado por condições concretas que perpassam não somente pela incorporação de ferramentas alternativas de trabalho, mas de pensar dialeticamente o trabalho na interface com estas ferramentas.

Historicamente, a relação entre o Serviço Social, a Informática e, atualmente, as TICs se dá de forma bastante frágil, seja pela via da resistência dos profissionais ao mundo da tecnologia, seja pela forma enviesada com que estes recursos chegam à profissão, sem muitas vezes o devido aporte físico e material, que afetam, profundamente, as condições de trabalho, em um contexto que é de avanço das políticas neoliberais que predominam, sobretudo, nos espaços estatais, concentradores da mão de obra dos assistentes sociais.

O provimento dos recursos materiais, bem como a infraestrutura física, a formação e a qualificação do profissional, devem ser o ponto de partida para essa discussão acerca da presença da tecnologia no Serviço Social e suas formas de apropriação. Não temos dúvidas acerca da necessidade de, na atualidade, termos elementos que permitam lidar de forma crítica e reflexiva com o volume de dados e informações que perpassam o trabalho profissional, onde o uso de recursos tecnológicos pode se constituir em importante ferramenta

estratégica no sentido de organizar, sistematizar e interpretar tais informações.

Como já dissemos, a tecnologia não apresenta em si uma novidade no mundo do trabalho, dada a dimensão de historicidade que ela apresenta em sua evolução nas sociedades, sobretudo se pensarmos no modelo capitalista que, em sua trajetória, apropriou-se da tecnologia como meio de intensificação do processo de acumulação, pela via da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Há um universo de questões a serem problematizadas e enfrentadas pelo Serviço Social, que atravessa o debate teórico-metodológico e ético-político da profissão, se tivermos a intenção de pensar criticamente sobre as reais possibilidades de uma apropriação madura das tecnologias pela profissão, em uma direção fortalecedora de um projeto profissional articulado a um novo projeto societário.

Portanto, qualquer debate que travemos neste universo das tecnologias, o Serviço Social não poderá dar maior importância aos recursos em si, tais como computadores, *softwares* e demais elementos de conectividade, do que aos próprios processos sociais que envolvem os sujeitos que interagem em uma totalidade dinâmica em suas dimensões objetivas e subjetivas. Assim, as distâncias que demarcam ricos e pobres, dominantes e dominados, proprietários e não-proprietários, estarão cada vez mais acirradas, quanto maior for o processo de exploração e superexploração próprios do modelo capitalista, a serviço do qual estará um universo digital onde tudo se conecta em rede, o que nada tem a ver com a tecnologia em si, mas a apropriação desta em um projeto reprodutor da hegemonia capitalista.

Por maior que seja o estranhamento do Serviço Social com o debate das TICs, compreendemos que não será pela via do provimento de recursos ou de treinamentos e desenvolvimento de ferramentas que se dará a possibilidade de uma construção estratégica e crítica na profissão, de um caminho onde a tecnologia esteja a serviço de um projeto profissional comprometido com uma sociedade fundamentada em valores opostos ao capitalismo. Compreendemos, portanto, que este caminho se desenha pela via do inesgotável debate e

problematização dos desafios e enfrentamentos da profissão em face do crescimento da onda conservadora que se espalha no país nos últimos tempos e seus rebatimentos no exercício profissional.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era de precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: *Serviço Social e Sociedade n. 140*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. P. 11-22.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo público, Valor e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília-DF: CFESS, 2022.

CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti. *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas*. Lajeado: UNIVATS, 2005.

COELHO, Marilene; FORTI, Valéria. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 59. São Paulo: Cortez, 1996.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: *Serviço Social e Sociedade n. 140*. São Paulo: Cortez, 2021.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

VELOSO, Renato. *Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de tecnologia*. v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

CAPÍTULO 12

Educação, formação profissional e Serviço Social, em tempos de (ultra)neoliberalismo e neofascismo*

*Valeria Forti
Juliana Menezes
Sandbro Abraão*

A educação é um processo inerente ao processo da constituição humana. Para constituir-se e sobreviver, o ser humano não se adapta meramente à natureza, mas interfere, adaptando-a às suas necessidades. Ou seja, diferentemente dos demais animais que consomem o que o meio natural lhes provê, a construção humana, a hominização, é fruto da ultrapassagem do determinismo natural, comportando a criação de meios de vida, inclusive de instrumentos que lhe possibilitarão garantir o seu objetivo em prol da satisfação das suas necessidades. Esse processo é orientado pela consciência, mediante uma ação criadora em face da natureza, transformando-a e transformando-se.

Nossa referência é a um processo que comporta, para a realização da existência do ser social, o desenvolvimento de elementos materiais e imateriais, viabilizando a configuração do processo de aprendizagem. A transformação de produtos materiais não se desvincula da produção do conhecimento, das relações sociais, dos símbolos, dos valores, da moral, das atitudes, das habilidades etc. Trata-se de um processo contínuo que caracteriza o mundo humano.

Segundo Kosik:

A razão se cria na história somente porque a história não é racionalmente predeterminada, ela se torna racional [...]. A história só é possível quando o homem não começa sempre do

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.221-239

novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes (1976, p. 216-218).

Ainda de acordo com Kosik, o homem é um ser *ontocriativo* (ibid.), porquanto é um ser social, essencialmente histórico, que cria o seu próprio ser. A mediação, que é o eixo da ultrapassagem do mero condicionamento natural para a possibilidade criativa que alçou o mundo humano, é o trabalho.

Por meio do trabalho – atividade racional dirigida a um fim, ao pressupor a faculdade humana de projeção, de atribuição consciente de finalidade às ações –, o homem transforma a matéria natural com vistas à satisfação de suas necessidades e, nesse processo, produz a si mesmo, identificando-se no que produziu, conquistando a sua humanidade, produzindo relações sociais e engendrando a História (Forti, 2006, p. 45-46).

Os homens fazem a história, mas não segundo a sua vontade. Isso porque, ao se defrontarem com circunstâncias legadas e transmitidas pelo passado, recorrem à consciência e, em busca da satisfação de suas necessidades, constroem o mundo humano, afastando, mas não eliminando, as barreiras naturais.

Como já mencionado, nossa referência é a um processo que comporta o desenvolvimento de elementos tanto materiais quanto imateriais, ao ser nele, por meio do trabalho, que o homem, ao buscar a satisfação das suas necessidades, cria simultaneamente capacidades e novas carências; adquire, amplia e aperfeiçoa a consciência; constrói conhecimento, se constrói e organiza-se socialmente.

Cabe considerar que a apreciação da História inclui

[...] o desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a este modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda História (...), explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de

consciência – a religião, a filosofia, a moral etc. (Marx; Engels, 1984, p. 48).

A aprendizagem é um processo inerente à constituição humana e, portanto, uma dimensão indissociável do trabalho. Se de início era um processo decorrente das trocas e transmissões de geração a geração, sobremodo no que se refere à incorporação de certos valores e padrões comportamentais considerados apropriados ao convívio social, diferentemente, a aprendizagem, por meio do ensino institucionalizado, na sua forma escolar como é conhecido atualmente, teve a sua gênese a partir do século XVIII. Foi um período marcado pela ascensão da ciência moderna e da burguesia revolucionária, em busca de poder político e econômico, devido ao declínio do Estado absolutista e do teocentrismo, característico do poderio eclesiástico.

A ascensão burguesa, assentada na exploração do trabalho, buscou o rumo pertinente ao chamado trabalho livre, ou seja, o rumo da subsunção do trabalho ao capital. Para isso, requer a “fetichização” da relação entre os envolvidos. Difunde-se uma suposta igualdade de condição entre os que a compram/consomem e os que têm de vender a força de trabalho, tornada mercadoria. Isso implica a construção e a propagação de conhecimentos e valores que viabilizam a consolidação e a manutenção dessa condição de classe intrínseca ao capitalismo.

A esse respeito, cabe apreciar o pensamento de Frigotto acerca da escola:

A escola nasce, portanto, com a marca do interesse da nova classe dominante [...]. Sua dualidade é estrutural, pois a escola foi organizada, sobretudo, para aqueles que não precisam vender sua força de trabalho e que têm tempo de viver a infância e a adolescência fruindo o ócio. Mesmo em sociedades que atingiram elevado grau de democratização da escolaridade, desenvolveu-se a dualidade explícita: uma escola mais complexa, rica e que desenvolve conhecimentos, valores e atitudes para dirigir, organizar, comandar etc.; e uma escola restrita, adestradora, para os que se destinam ao trabalho manual ou de execução. Somente mediante lutas permanentes das

organizações da classe trabalhadora permitiram-se avanços no direito à escola pública, sem, contudo, poder romper com seu caráter dualista (2024, p. 21).

O pensamento do aludido autor nos leva à consideração sobre o atual metabolismo social do trabalho e a precariedade do mundo humano, haja vista o recrudescimento dos traços inerentes ao capitalismo. Também, nos impulsiona a busca de compreensão da relação disso e a educação no âmbito acadêmico profissional, uma vez que aí há a formação de profissionais, como os assistentes sociais, que se voltam às expressões da “questão social”, em países cuja desigualdade social é historicamente abissal, como o nosso.

O sistema sociometabólico do capital é caracterizado por sua natureza essencialmente incontornável e sua propensão a crises que são, por definição, estruturais e incontornáveis. Desde suas origens, o capitalismo se desenvolve em ciclos de expansão e contração, produzidos por contradições internas que, recorrentemente, resultam em crises econômicas, sociais e políticas, conforme argumentava o importante marxista Ernest Mandel, em *O capitalismo tardio*, cuja redação ocorreu entre os anos 1970 e 1972 (Mandel, 1982). Nessa perspectiva, contrariando a ânsia expansionista do capital, manifestam-se suas fraturas.

Essas crises não são meros acidentes ou desvios do funcionamento “normal” do capitalismo, mas sim manifestações inerentes à sua lógica de acumulação e exploração que é medularmente propensa à crise. Dessa forma, o sistema sociometabólico do capital não somente enfrenta crises, mas as produz de maneira recorrente, evidenciando sua incapacidade de ser plenamente regulado, conforme distintas experiências históricas demonstraram.

No contexto da década de 1970, o sistema capitalista internacional enfrentou uma dessas crises estruturais que, em larga medida, reconfigurou as dinâmicas econômicas e políticas internacionais. O esgotamento do modelo fordista-keynesiano, que sustentara o crescimento econômico do pós-guerra, resultou numa

profunda recessão, forçando o capital – em sua busca perene por lucros – a procurar novas alternativas para a retomada dos níveis de acumulação e, conseqüentemente, para o controle social da instabilidade. É nesse cenário que emergem internacionalmente as respostas neoliberais à crise, marcadas pela flexibilização do trabalho, desregulamentação financeira, privatização de serviços públicos e redução da intervenção do Estado – ao menos na esfera social.

Na periferia do sistema capitalista-mundo, os efeitos da crise econômica supracitada se manifestarão sobretudo a partir dos anos 1990, assim como as respostas do capital a essa crise. É nesse contexto que o governo do Sr. Collor de Mello inaugura uma nova fase no Brasil, marcada pelo mote do Estado mínimo, em flagrante contraposição às conquistas sociais da Constituição Federal de 1988.

O neoliberalismo, na qualidade de um projeto político-econômico, reestruturou profundamente as economias nacionais e o sistema capitalista em nível mundial. Sob a batuta neoliberal, reaviva-se a narrativa de que a esfera do mercado é a única reguladora aceitável da economia, promovendo, a partir dos interesses e das capacidades individuais e por meio da aquisição de bens e serviços, a satisfação das demandas sociais. Os valores reivindicados por essa corrente incluem a liberdade – restrita à esfera civil –, o individualismo e a igualdade de oportunidades – a qual se mostra no plano formal, somente.

A adoção de um modelo de acumulação flexível permitiu que o capital respondesse à crise por meio de estratégias que incluíram a deslocalização produtiva, a intensificação da exploração da força de trabalho e a financeirização da economia. Esse último aspecto, a financeirização, tornou-se um traço definidor do capitalismo contemporâneo, mediante o qual os mercados financeiros e suas dinâmicas especulativas adquiriram centralidade na determinação dos rumos econômicos internacionais.

A partir das significativas transformações iniciadas na década de 1970, o capitalismo adentrou uma nova fase marcada pela mundialização e financeirização, bem como por uma longa onda recessiva. Esse cenário de estagnação prolongada resulta na

deterioração das condições de produção e reprodução social, exacerbando desigualdades e tensões sociais. É um cenário no qual o acirramento da exploração do trabalho traça sua atual morfologia, marcada pela informalidade e pela informatização.

A intensificação das políticas neoliberais nas décadas seguintes, especialmente no contexto da crise financeira internacional de 2008, e posteriormente, da pandemia ocasionada pela Covid-19, aprofundou ainda mais essas contradições, aumentando de maneira importante o desemprego e a precarização do trabalho.

Nesse contexto de estagnação prolongada, observamos nos últimos anos o surgimento e o robustecimento de expressões políticas ultradireitistas, caracterizadas por uma retórica nacionalista, xenófoba, racista e despótica. Essas forças políticas, com traços que exprimem um caráter neofascista, avançam em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil.

O neofascismo, embora se diferencie em aspectos específicos do fascismo clássico do início do século XX, compartilha com este a instrumentalização do medo, o culto à violência, à beligerância e ao anti-intelectualismo, o repúdio às luzes culturais, o anticomunismo e a produção de argumentos que supõem inimigos invisíveis a serem eliminados, já que responsáveis pela derrocada de valores fundamentais à sociedade. Soma-se a isso a promessa da restauração de uma ordem supostamente perdida, por meio do resgate de ideais pertinentes.

A ascensão dessas expressões ultraconservadoras não é um fenômeno fortuito, mas sim uma resposta reacionária à crise estrutural do capital e aos efeitos das políticas neoliberais que a aprofundaram. O que buscamos evidenciar são os nexos entre o capitalismo de silhueta neoliberal e o neofascismo, haja vista que as políticas de austeridade e desregulamentação econômica caminham *pari passu* com a repressão política e a erosão dos direitos democráticos.

Tratando particularmente do Brasil, afora os nexos supramencionados entre o capitalismo neoliberal e o neofascismo, também é cabível considerarmos as determinações históricas constitutivas desse Estado-nação que favoreceram significativamente o avanço da extrema

direita. “O longo e recente passado escravista, as mudanças políticas efetuadas pelo alto, como em 1930 e 1985, a instabilidade do regime democrático, a tradição do pensamento autoritário e a significativa presença da classe média como força social distinta” (Boito Junior, 2021, p. 9) são alguns dos traços que convergiram para favorecer a constituição do neofascismo à brasileira.

O cenário de crise econômica, combinado a certo desapontamento popular em relação às instituições políticas, sobre as determinações históricas da formação social brasileira, constituiu um terreno fértil para o surgimento e o crescimento de um movimento de massa conservador e reacionário, que emergiu em meados de 2013 e se apresentou de maneira mais delineada no ano de 2015, no clímax do apelo pela deposição da presidenta Dilma Rousseff, que contou, inclusive e de maneira importante, com as repercussões do questionamento acerca do resultado do processo eleitoral de 2014, levantado e propagado pelo seu adversário, o Sr. Aécio Neves.

Desferido o golpe contra a presidenta em 2016, as contrarreformas do Estado têm comparecido significativamente na cena política do país, como expressão de uma vigorosa disputa e apropriação do fundo público pelo capital. Essas contrarreformas têm promovido e intensificado o desmantelamento das políticas públicas e, particularmente, as de proteção social, a partir de estratégias que substituem os sistemas públicos e universais por seguros privados vinculados ao capital financeiro, implementando alterações constitucionais que reduzem ou eliminam direitos que arduamente foram conquistados e consolidados ao longo de décadas.

Há certo consenso em considerar que as jornadas de 2013 são os primórdios do movimento especificamente neofascista no país – com a constituição do fenômeno bolsonarismo –, que assumiu uma forma mais definida após 2018. O mote desse movimento e de suas ramificações, também de classe média, ao combate à corrupção e à dita “política do toma-lá-dá-cá” chegou até a, por assim dizer, obnubilar a interpretação de partidos de esquerda e de extrema esquerda.

Muito embora, na última eleição presidencial, em 2022, o ex-presidente Sr. Jair Bolsonaro tenha sido derrotado pelo então candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, nos parece evidente que as forças político-econômicas neofascistas não foram extirpadas da realidade nacional. Isso porque se tratou de um processo eleitoral profundamente polarizado, cuja vitória se sustentou em mísero 1,72%, tornando-se a eleição mais disputada desde 1989. Além disso, elementos presentes no cenário atual nos fazem considerar a manutenção dos traços constitutivos do neofascismo à brasileira, com a preparação, até mesmo, de um novo aspirante a “mito”, o Sr. Pablo Marçal.

O sistema sociometabólico do capital, com suas crises estruturais recorrentes, gera respostas que, longe de resolver suas contradições, as aprofundam. O neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a financeirização são tentativas de reorganização do capital em face da sua tendência à crise, mas que acabam por exacerbar as condições de produção e reprodução na sociedade contemporânea. Nesse cenário, a ascensão das expressões neofascistas representa não somente uma resposta à crise, mas também uma intensificação das contradições do capitalismo, que se torna cada vez mais mundializado, financeirizado e politicamente reacionário.

Trata-se, ainda que sumariamente, de um complexo contexto social, político e econômico que incide e/ou pode incidir no Serviço Social de diversas formas: 1- **sobre sua população usuária**, haja vista o projeto político-econômico (ultra)neoliberal que vem sendo implementado e tem elevado sobremaneira a pobreza e a desigualdade social, além de promover um certo “fetiche” pelo extermínio da população pobre, seja apregoando a aplicação de legislações mais severas, com o enaltecimento do recrudescimento punitivo, seja pela campanha em prol da liberação e da circulação de mais armas; 2- **sobre a condição de trabalhadores assalariados dos assistentes sociais**, haja vista que a conjuntura reforça as ofensivas à classe trabalhadora, acentuando de maneira importante a precarização e a informalidade do trabalho; 3- **sobre a profissão, sua formação e seu projeto**

profissional – e, evidentemente, sobre a sustentação da direção social crítica –, pois, com o alargamento do conservadorismo e do reacionarismo em meio às relações sociais em geral, poderemos nos deparar (ainda mais) com o adensamento dessas formas pretéritas no bojo do Serviço Social, bem como com possíveis disputas no que diz respeito à direção de nossas entidades representativas.

Ante esse cenário, alguns compromissos no âmbito profissional dos assistentes sociais tornam-se imprescindíveis. Entre esses, destacam-se a investigação, a reflexão e o verdadeiro monitoramento dos vínculos e possíveis atravessamentos da atual conjuntura na profissão, inclusive na sua formação profissional, considerando a vida social em geral, as condições de acesso e pretensões daqueles que se dirigem a essa formação profissional e, portanto, as instituições de ensino que a ofertam.

Isso porque, diferentemente do que se poderia almejar, não é difícil concluir que a formação em Serviço Social vem, cada vez mais, tornando-se preocupante, sobretudo com a expansão dos cursos de graduação ofertados por instituições de educação superior com fins lucrativos (IESs). A possibilidade de abertura de capitais das empresas educacionais na Bolsa de Valores, nos anos 2000, criou, por meio de fusões e aquisições, um verdadeiro monopólio no setor, reverberando na formação profissional.

Na atualidade, os grupos educacionais são controlados por grandes fundos de pensão, fundos de investimentos, bancos de investimentos, entre outros, em âmbito nacional e internacional. As políticas educacionais, em especial o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), coadunam com a financeirização da educação superior brasileira. Tais programas formam um verdadeiro mecanismo de isenções de impostos e de alta lucratividade por meio dessas instituições.

No Serviço Social, há uma expansão de cursos e vagas de graduação por instituições privadas com fins lucrativos, em larga escala, de sociedades anônimas de capital aberto, ou seja, com ações na Bolsa de Valores. Aí se encontra um punhado de instituições que exploram a

educação superior no Brasil. A tendência desses cursos em Serviço Social é a difusão de concepções burguesas de maneira acrítica, utilizando-se da ideia de *combate à pobreza* e desemprego por meio da lógica individualista. Esta considera o *empoderamento* e o *empreendedorismo* como *solução* para as expressões da “questão social”.

Portanto, considerando o que afirmamos nas páginas iniciais deste texto, nisso se encontram a construção e a propagação de conhecimentos e valores que pavimentam a consolidação e a manutenção da condição de classe do capitalismo. Além disso, há uma clara dissonância entre as diretrizes das normativas profissionais e as suas finalidades e valores, o que se encontra também no projeto profissional, referido como o Projeto Ético-Político (crítico) do Serviço Social (brasileiro).

Visando proporcionar mais elementos em prol da imprescindível reflexão crítica ante o tema aqui abordado, verifica-se a concentração na formação em Serviço Social no setor privado mercantil: em 2022, o número de vagas ofertadas em cursos de graduação em Serviço Social na modalidade Ensino a Distância (EaD) alcançou 246.489 vagas; desse total, mais de 80% advêm de instituições com fins lucrativos. Já na modalidade presencial, foram 61.222 vagas ofertadas, incluindo as instituições públicas e privadas. Desse total, aproximadamente 61% encontram-se em IESs privadas com fins lucrativos (Inep/Mec, 2023).

Nesse mesmo período, ingressaram 62.762 estudantes em cursos de graduação em Serviço Social na modalidade EaD. Desse total, 92% em IESs com fins lucrativos. Já na modalidade presencial, o número de ingressantes em cursos de Serviço Social é maior nas IESs públicas, totalizando 4.037 ingressantes contra 3.101 do setor privado. Vale ressaltar que as IESs privadas com fins lucrativos representam 25% do total de ingressantes nos cursos presenciais, ante 56% das instituições públicas (Inep/Mec, 2023).

Em relação ao número de matrículas nos cursos de graduação em Serviço Social, o EaD totaliza 101.512 matrículas. Desse total, 92% encontram-se em IESs privadas com fins lucrativos. Na modalidade

presencial, há ao todo 28.830 matrículas, sendo 24% em IESs privadas com fins lucrativos e 61% em IESs públicas (Inep/Mec, 2023).

No que se refere ao quantitativo de concluintes em cursos de graduação em Serviço Social EaD, em 2022 são 9.556 concluintes. Desse total, 92% encontram-se em IESs privadas com fins lucrativos. Na modalidade presencial, são 5.326 concluintes em IESs privadas com fins lucrativos, representando 42% do total de concluintes, ante 39% em universidades públicas (Inep/Mec, 2023).

Esses dados parecem reforçar a hipótese do processo de extinção de cursos presenciais pelas IESs privadas com fins lucrativos no Serviço Social, priorizando o EaD. Porém, não somente isso: parece tornar indubitável que a financeirização – elemento fundamental da silhueta neoliberal – tornou-se um traço definidor do capitalismo contemporâneo, em que os mercados financeiros e suas dinâmicas especulativas adquiriram centralidade na determinação dos rumos da vida em sociedade. Daí a importância de maior atenção entre a formação profissional e o trabalho profissional no Serviço Social, haja vista a direção do Projeto Ético-Político, dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Vale destacar o quantitativo de candidatos inscritos em cursos de Serviço Social. Em 2022, na modalidade EaD, o total de candidatos foi de 131.140, sendo 89% em IESs privadas com fins lucrativos. Já em cursos presenciais, foram 49.460 candidatos inscritos, dos quais 58% estão nas universidades públicas e 26% nas IESs privadas com fins lucrativos (Inep/Mec, 2023).

A partir dos dados acima, é possível levantar a hipótese de que os candidatos buscam a universidade pública como a primeira opção nos cursos de Serviço Social, apesar da conjuntura desfavorável, tendo em conta o flagrante declínio das condições dessas instituições, em decorrência do descaso governamental e, especialmente, considerada a ascensão e os recorrentes ataques das forças conservadoras e neofascistas às universidades públicas.

Tal premissa também refuta a ideia liberal e meritocrática de culpabilizar o indivíduo pela escolha de cursos mais céleres e

empobrecidos por meio do mercado educacional – cursos esses estimulados por organismos internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial, para os países da periferia do capital. Na verdade, trata-se de uma direção política de Estado que prioriza a educação superior como uma mercadoria lucrativa; esta, nos últimos anos, mostra-se altamente concentrada e centralizada por um punhado de conglomerados que exploram a educação no país como mais uma forma de valorização do capital.

Prosseguindo na linha de raciocínio, cabe ainda mencionar que, no âmbito da formação, há uma certificação em massa de assistentes sociais pelas IESs privadas com fins lucrativos na modalidade EaD, a evidenciar uma formação acadêmica de baixa qualidade, que monopoliza os cursos de graduação em Serviço Social, cujo perfil profissional tende a ser o de profissionais que enxergam no exercício profissional a ideia de vocação, da ajuda, da experiência de vida, que não ultrapassando a aparência da realidade social, atuam de maneira acrítica no espaço sócio-ocupacional (Abrahão; Pereira; Ferreira, 2023).

Há cursos de graduação em Serviço Social que fazem menção às Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996), contudo, não formam, de fato, assistentes sociais atuantes na direção do Projeto Ético-Político crítico no Serviço Social. São cursos que carecem de uma formação generalista e crítica amparada substancialmente na análise crítica da economia política, conforme pressupõem tais diretrizes.

A título de ilustração, traremos alguns poucos exemplos, a seguir, de projetos político-pedagógicos de cursos de graduação em Serviço Social, que se mostram antagônicos ao projeto profissional crítico, massificando a formação profissional via financeirização:

*Um ponto bem positivo que passamos a fortalecer em todos os semestres é o empreendedorismo. Nessas comunidades, o empreendedorismo é muito forte, e na maioria das vezes é a forma que encontram para sobreviver (Universidade Brasil, 2018, p. 17).

*Torna-se empreendedor e participativo nas questões culturais e sociais, buscando a inclusão social, o respeito à pessoa e aos direitos humanos, mantendo os valores da solidariedade e da fraternidade (Universidade Brasil, 2018, p. 59).

Como indicado no aludido projeto pedagógico, a perspectiva acrítica do empreendedorismo como meio consequente de sobrevivência está presente no decorrer de toda a formação profissional e a ele são vinculados, sem menção às concepções correspondentes, nas quais figuram aspectos como a participação, o respeito à pessoa e aos direitos humanos. O empreendedorismo torna-se uma sobrelevada possibilidade de aquisição na formação profissional de valores e objetivos imprecisos e acriticamente afirmados como intrínsecos à profissão e uma espécie de *solução* para as demandas dos trabalhadores que recorrem ao trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

No Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), a metodologia do curso de Serviço Social, com formação de três anos e meio, busca desenvolver talentos e profissionais empreendedores, o que é estranho às diretrizes curriculares da ABEPSS e ao Projeto Ético-Político na totalidade. A exemplo do “Estudo sobre o perfil profissional empreendedor do assistente social por meio de práticas sociais inovadoras” (FMU, 2020, p. 8):

*Metodologia: O curso visa desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para se tornarem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental (FMU, 2020, p. 12).

Outro exemplo é o Projeto Pedagógico da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), no qual, sobre o objetivo geral do curso em Serviço Social, consta: “Em síntese, o Curso de Bacharelado em Serviço Social soma esforços na direção de formar cidadãos e profissionais empreendedores, capazes de fazer do mundo um lugar melhor” (Unisul, 2022, p. 7).

*O fomento à postura empreendedora, por seu turno, supõe franquear ao profissional em formação um ambiente de vivências interdisciplinares que propicie o exercício da experimentação e da inovação (Unisul, 2022, p. 12).

O curso a distância de graduação em Serviço Social da Unopar coloca a disciplina de Economia Política como optativa, secundarizando a centralidade da compreensão da crítica à economia política burguesa, desdobrada numa formação que desestimula a criticidade exigida ao profissional sintonizado com o conteúdo crítico do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Poderíamos trazer vários exemplos de empresas que exploram a educação superior, cuja finalidade é a maximização dos lucros e de uma formação embasada em princípios liberais, conservadores, que culpabilizam e responsabilizam os usuários que acessam os espaços sócio-ocupacionais de atuação dos assistentes sociais. Há uma tendência de massificação de um novo perfil profissional cuja centralidade é o “espírito empreendedor” como resposta às expressões da “questão social”, a qual nos parece bastante acentuada com o (ultra)neoliberalismo, que serve ao capitalismo atual e mostra tendências fascizantes.

O conservadorismo na profissão não desapareceu com a intenção de ruptura nos anos de 1980 nem com o amadurecimento de segmentos profissionais marcado pelo Projeto Ético-Político. Na verdade, as práticas conservadoras fazem parte da história do Serviço Social, apesar dos avanços intelectuais e organizativos da categoria profissional. É importante lembrar que há projetos profissionais em disputa no Serviço Social, seja com tendências conservadoras e até reacionárias, seja com aspectos progressistas.

O Projeto Ético-Político, um projeto profissional que comporta valores e princípios democráticos e progressistas, inspirados nas contribuições marxianas e marxistas, vislumbra a possibilidade de superação da sociedade capitalista, compreendendo a realidade social e, conseqüentemente, a história do Serviço Social como um processo em movimento, contraditório e dialético, circunscrito à luta de classes.

Cumpra afirmar a necessidade de uma formação profissional compatível, que alicerce o futuro trabalho profissional. Esta requer uma forma de saber elaborado, compreendendo que esse saber não é substituível por outros saberes, apesar de por eles poder ser enriquecido. Esse saber não pode ser considerado restritivamente como uma submissão às exigências do mercado.

Trata-se de um saber adquirido por meio de ensino institucionalizado qualificado, que possibilite ultrapassar o mero senso comum e eleve os discentes a uma cultura letrada, a um saber sistematizado com elevado grau intelectual, por meio da transmissão e da decorrente aquisição de conteúdos teórico-críticos. É a busca da garantia da prestação de serviços qualificados e da socialização da riqueza social.

Conforme Frigotto (2024, p. 30), pode ser dito que, referindo-nos aos filhos da classe trabalhadora, o significativo contingente dos que procuram o nosso curso de graduação implica a possibilidade de levá-los a atingir o mais elevado grau intelectual, cultural e histórico produzido.

Captamos a educação, a aquisição do saber, do conhecimento e, portanto, a formação profissional no Serviço Social como um direito de que precisamos para exercer, com competência, o trabalho profissional mediante estratégias político-pedagógicas capazes de fortificar um projeto de formação crítico à realidade social, sob a égide capitalista. Este deve corresponder a um projeto profissional consorciado com uma perspectiva societária não submetida à lógica da exploração de classes.

Em suma, diante das reflexões tecidas, chamamos a atenção para a tendência à formação em massa de um novo perfil de assistentes sociais, cujo projeto profissional corrobora os princípios da racionalidade neoliberal ou, melhor dizendo, da racionalidade do (ultra)neoliberalismo e do neofascismo.

Referências

ABRAHÃO. Sandro Luiz de A.; PEREIRA. Larissa. D.; FERREIRA. Andreza. Teles dos S. Financeirização da Educação Superior Brasileira e a Expansão do EaD via Setor Privado-Mercantil: desafios à formação em Serviço Social. (Org.). PEREIRA, Larissa D; BARBOSA, Douglas. R. *Contrarreformas e Expropriação de Direitos no Terreno da Ortodoxia Liberal: perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira*. Uberlândia/Minas Gerais: Ed. Navegando, 2023. p. 63-84. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_larissa_douglas

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BANCO MUNDIAL. *Higher education: the lessons of experience*. Washington, DC: World Bank, 1994.

BOITO JÚNIOR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021.

BOITO JÚNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 50, p. 111-119, 2020.

BRASIL. *Lei 11.096, em 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/lei/111096.htm Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. *Lei 10.260, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC*. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS. *Projeto Pedagógico Resumido Bacharelado Serviço Social*. FMU, 2020. Disponível em: https://portal.fmu.br/wp-content/uploads/cursos/servico-social/projeto-pedagogico/Servic%CC%A7o-Social_PPC-RESUMIDO_Presencial_Liberdadecox.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

FORTI, Valéria. Ética e Serviço Social: formalismo, intenção ou ação. In: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de M.; CASTRO, Alba Tereza B. de C. (org.). *Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Uerj, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In: FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* *Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido*. 2. ed. Rio de Janeiro: LPP/Uerj, p. 19-35, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2024.

INEP -INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2022*. Brasília: INEP/MEC, 2023. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 ago. 2024.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl. *Dezerto do Brumário*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986.

UNIVERSIDADE DO BRASIL, NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social*. São Paulo: Universidade do Brasil, 2018. Disponível em: https://universidadebrasil.edu.br/portal/_biblioteca/paginas/arquivos/20200301005324.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

PINHONI, Marina. Brasil tem a eleição mais apertada para presidente desde a redemocratização. *O Globo*, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/30/brasil-tem-a-eleicao-mais-apertada-para-presidente-desde-a-redemocratizacao.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2024.

UNISUL -Universidade do Sul de Santa Catarina. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. UNISUL. Tubarão – SC, 2022. Disponível em: https://www.unisul.br/wp-content/uploads/2022/09/PPC_R_E2A_EAD_Bach.Servico-Social_UNISUL.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

UNOPAR. *Guia de Percurso*. Bacharelado em Serviço Social, 2020. Cogna Educação. Disponível em: https://cmspim.cogna.digital/unopar/public/2022-04/Guia%20de%20Percurso%20%20Serviço%20Social_Unopar_2021.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

VASCONCELOS, Ana Maria. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

CAPÍTULO 13

(Des)Caminhos do Debate sobre o Serviço Social Clínico: oposição ao projeto ético-político e incorporações da “nova razão neoliberal” no debate sobre o trabalho profissional*

José Rodolfo Santos da Silveira

O capítulo apresenta parte dos resultados da pesquisa da tese intitulada *Desafios ao projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil*, defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGS-Uerj). Foram investigadas a retomada do debate sobre o Serviço Social clínico e as particularidades assumidas pela defesa atual dessa proposta, em contraposição ao debate coletivo realizado pela categoria dos assistentes sociais na década de 2000 (2002-2010). Esse debate culminou na Resolução CFESS nº 569/2010 (Conselho Federal de Serviço Social, 2010), que veda práticas terapêuticas associadas ao título de assistente social.

Considera-se que a defesa das práticas terapêuticas no âmbito da profissão aponta para a descaracterização do projeto profissional, denominado projeto ético-político; no entanto, isso não significa que os sujeitos que defendem tais práticas estejam conscientemente vinculados a projetos conservadores e/ou reacionários. Outrossim, é notória a confluência entre a militância “liquidacionista” de oposição ao projeto ético-político e a mobilização pela realização de práticas terapêuticas por assistentes sociais na atualidade.

Nesse sentido, a crítica anticapitalista do trabalho e das políticas sociais, tema deste livro, constitui requisito essencial para a construção

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.240-260

de propostas que conectem os dilemas contemporâneos do trabalho profissional em Serviço Social com as particularidades das relações sociais, subsumidas à forma capitalista, na atual quadra histórica. Ao pesquisar a propaganda atual do Serviço Social clínico no Brasil, assim como outras vertentes conservadoras e reacionárias na contemporaneidade, somamo-nos a um esforço coletivo necessário de investigação das relações entre a ofensiva burguesa sob o neoliberalismo e o crescimento de formas de conservadorismo reacionário e neofascismo.

A demanda crescente por técnicas de controle social e visões de mundo compatíveis com a racionalidade neoliberal, que possibilitou esse crescimento, ocorre no contexto de aprofundamento da “crise estrutural do capital” (Mészáros, 2011). Tal contexto expõe a impossibilidade do avanço progressivo do modo de produção capitalista sem as formas de depredação e aniquilação que lhe são próprias.

Pelo menos agora os limites absolutos da existência humana — tanto no plano militar como ecológico — têm de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista. Diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado, e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana. (Mészáros, 2011, p. 57).

Nessa conjuntura de crise, na primeira década dos anos 2000 (2002-2010), discussões sobre o Serviço Social clínico foram bastante polêmicas na profissão e se expressaram em muitos espaços coletivos. Diversas iniciativas surgiram, envolvendo unidades de formação acadêmica (UFAs) do Serviço Social, profissionais em exercício e estudantes organizados nas entidades da profissão: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Executiva

Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e o conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/Cress).

Como veremos, a retomada do debate na atualidade, proposta por sujeitos profissionais que divergem da posição coletiva do Serviço Social, não significa necessariamente uma continuidade da mobilização anterior e tampouco defende os mesmos pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos que guiaram o debate. A hipótese apresentada no presente capítulo é de que há mudanças substantivas tanto nos argumentos utilizados para a defesa da prática clínica quanto em sua relação com o projeto profissional ético-político do Serviço Social e sua vinculação aos projetos societários em disputa na sociedade brasileira, ainda que alguns profissionais tenham participado dos dois momentos. O exame das distinções entre a defesa atual do Serviço Social clínico e o debate pregresso na profissão só pode ser bem-sucedido ao investigar as relações desses sujeitos profissionais com a proposta liquidacionista de oposição ao projeto ético-político.

O campo que denominamos “liquidacionista” na disputa por projetos profissionais é diverso, abarcando sujeitos mais alinhados com o pensamento neoliberal e ultraneoliberal, conservadorismos religiosos e formas múltiplas de reacionarismo neofascista. Cabe salientar, no entanto, que os diferentes sujeitos compartilham uma postura muito próxima no que tange à defesa de medidas ultraneoliberais e à liquidação do projeto ético-político. (Silveira, 2024, p. 255).

A emergência dessas propostas profissionais está vinculada às respostas burguesas ao que a aporia mendeliana chamou de onda longa de tonalidade recessiva, iniciada a partir da década de 1970, e a seus rebatimentos ideopolíticos. Tais respostas materializaram-se na construção de uma ofensiva burguesa sobre as conquistas e a organização política das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Antunes (2009), sobre isso, demonstrou como as mudanças no mundo da produção impactaram a organização da *classe que vive do*

trabalho, pesquisando experiências emblemáticas ao redor do globo, entre elas a experiência da Inglaterra de Margaret Thatcher. A reestruturação produtiva, como expressão do neoliberalismo no mundo da produção capitalista, alterou profundamente a capacidade de resistência, sendo parte do sucesso da ofensiva burguesa diante de sua própria crise, atuando, assim, sobre a subjetividade da classe explorada.

A vigência do projeto neoliberal, com seus enormes significados na estruturação jurídico-política e ideológica, e o processo de *reestruturação produtiva do capital* acabaram acarretando enormes consequências no interior da classe trabalhadora inglesa. Pode-se destacar a ausência de regulamentação da força de trabalho, a amplíssima flexibilização do mercado de trabalho e a consequente precarização dos trabalhadores, *particularmente no que concerne aos seus direitos sociais*. (Antunes, 2009, p. 91).

A pesquisa sobre a crise capitalista e sua resposta neoliberal necessita ir além de sua expressão aparente na redefinição das políticas estatais e no discurso em defesa da redução dos gastos sociais. O período neoliberal é instaurador de uma racionalidade específica, um modo de ser que altera profundamente as relações sociais, econômicas e políticas na direção da descoletivização, inaugurando o que os autores Dardot e Laval (2016, p. 16) denominaram “nova razão neoliberal”. Segundo eles, essas mudanças transformaram profundamente as “formas de existência” e modificaram as “normas de vida nas sociedades ocidentais” e nas “sociedades que as seguem”.

Seguindo ainda a discussão realizada por Dardot e Laval (2016), observa-se que o crescimento de pseudociências, como programação neurolinguística e constelação familiar, está relacionado com o padrão ideocultural erguido sob a hegemonia do neoliberalismo. Esse padrão visa à “descoletivização” no trabalho coletivo e em todas as dimensões da vida social, promovendo o hiperindividualismo e fomentando a culpabilização e a autocobrança. Uma série de profissões, como *coach* e constelador, entre outras, são demandadas para propagar tais valores e instaurar o reino da autodisciplina.

Profissões consolidadas, como o Serviço Social, são convidadas a um redesenho à luz da “nova razão neoliberal”, modificando seus objetivos e metodologias. No campo do Serviço Social, temos sido relativamente exitosos em evitar o redesenho pretendido; no entanto, não passamos incólumes à conjuntura e somos constantemente tensionados. Poderemos perceber como a proposta de retomada do debate sobre o Serviço Social clínico, na contemporaneidade, relaciona-se com uma busca da adequação da profissão à “nova razão neoliberal”.

Para compreender esse quadro, a análise sobre o neoliberalismo deve, em primeiro lugar, negar a separação entre técnica e política. A ponderação teórico-metodológica aqui expressa é central para ler os resultados de pesquisa apresentados neste capítulo. A dissociação entre técnica e política, ao tratar dos dilemas profissionais do Serviço Social, pode ser fatal para uma análise crítica e dialética da realidade, bem como para os compromissos ético-políticos atinentes ao projeto profissional ora hegemônico no Serviço Social.

A crítica da política é também uma crítica à sociedade burguesa e aos imperativos da valorização do valor, assim como a crítica econômica da sociedade burguesa leva à compreensão dos limites cada vez mais restritos impostos aos oprimidos e explorados sob o capitalismo. Tal observação metodológica é central para a produção de análises que considerem a realidade a partir das contradições que a movem.

Há uma referência liberal que atribui a Marx uma postura economicista avessa à política, mas Wood contrapõe essa alegação, pois:

A própria estrutura do argumento sugere que, para Marx, o segredo último da produção capitalista é político. O que radicalmente distingue sua análise da economia política clássica é que ela não cria descontinuidades nítidas entre esfera econômica e política; e ele consegue identificar as continuidades porque trata a própria economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas, assim como a esfera política, como conjunto de relações sociais. (Wood, 2010, p. 28).

Essa observação é primorosa para a problematização do debate técnico-político do neoliberalismo. Afinal, suas propostas de descoletivização, desmontando as possibilidades de resistência coletiva à ofensiva da burguesia diante de sua crise, fomentam enormes ataques aos trabalhadores, instaurando com maestria formas de controle e intensificação do trabalho, mas sobretudo impactando a edificação engenhosa de um “sujeito neoliberal”, adequado às necessidades de reprodução do grande capital.

Como subprodutos do profundo relativismo e agnosticismo que engendram, tanto produzem fenômenos de “desdemocratização” (Dardot; Laval, 2016) quanto propiciam o crescimento de múltiplos irracionalismos.

Dardot e Laval, utilizando o conceito foucaultiano de “governamentalidade”, expõem as mudanças ocorridas com a vitória do neoliberalismo na sociedade burguesa, que indicam a construção de novos mecanismos de disputa de hegemonia. Os autores demonstram haver, no período neoliberal, a intensificação de “técnicas de poder inéditas sobre as condutas e subjetividades” (2016, p.21). É importante destacar que a análise das referidas técnicas de poder não pode prescindir de outros aspectos que conformam o neoliberalismo, sob o risco de aprisionar-se em uma leitura idealista.

Na mesma direção, Brown (2020) situa, na dinâmica instaurada pelo “neoliberalismo realmente existente”, a promoção da antipolítica, como elemento estruturante das visões de mundo propaladas pela extrema direita. Além disso, denuncia o caráter antidemocrático imanente ao neoliberalismo. O Serviço Social brasileiro, por sua vez, nas últimas décadas, vem desvelando como a aparência tecnicista e ascética do neoliberalismo oculta seu caráter como ideologia conservadora. Contudo, há importantes inflexões no interior do neoliberalismo ao longo das últimas cinco décadas, respondendo a necessidades sociais, econômicas e políticas do grande capital. Tais mudanças possibilitaram a organização de setores conservadores e reacionários, que defendem abertamente a proposta de radicalização neoliberal, inclusive no interior de nossa profissão (Silveira, 2024).

A grande explosão de movimentos conservadores reacionários nos últimos anos alcançou diversas latitudes do globo e conformou características específicas em cada formação econômico-social, a depender das particularidades de cada país. O crescimento do reacionarismo como movimento de massas, muitas vezes neofascista, é um processo internacional.

Compreendemos o bolsonarismo, no Brasil, como parte desse movimento internacional. Ele se constituiu como um movimento de massas reacionário com tendência neofascista. Cabe, entretanto, repetir a ressalva realizada por Renton (2024) na análise do fascismo, para não se perder o foco da análise do conservadorismo reacionário atual.

O fascismo é uma ideologia reacionária. O termo reacionário aqui não é usado para significar que essa vertente buscava reverter todo o curso da história, embora houvesse um sentido em que ele buscasse retorno ao passado. O fascismo era reacionário porque tinha como objetivo esmagar a classe trabalhadora organizada e erradicar as reformas conquistadas por décadas de luta pacífica. Essa ideologia não existia para restaurar um idílio rural, mas para resolver o problema da hostilidade da classe trabalhadora em relação ao capitalismo (Renton, 2024, p. 209-210).

Na sociedade brasileira, a partir do golpe parlamentar de 2016 - que depôs a Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) - e da posterior prisão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), há um incremento de segmentos reacionários *pari passu* com retrocessos sociais e políticos na institucionalidade do Estado. Destacam-se a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a proposta de emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos como medidas mais significativas. Houve um vultoso crescimento de movimentos reacionários na sociedade brasileira, possibilitando a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, ainda que tenha sido necessária a suspensão de importantes liberdades democráticas com o golpe que derrubou Dilma e com a prisão de Lula.

Hegemonicamente, o segmento de profissionais partidários do Serviço Social clínico, na atualidade, é simpático à liquidação do projeto ético-político e compõe, juntamente com outros sujeitos, um campo mais amplo em torno da defesa de um projeto profissional conservador e/ou reacionário para o Serviço Social. Incorpora uma crítica frontal aos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que sustentam o projeto profissional crítico no Serviço Social, ainda que a discussão sobre práticas terapêuticas seja apresentada como debate técnico-operativo. Isso posto, urge adensar pesquisas que elucidem as múltiplas determinações que incidem na retomada e reconfiguração do debate sobre o Serviço Social clínico no país.

Antes de apresentarmos as características atuais da defesa do Serviço Social clínico na atualidade, é necessário um breve resgate do acúmulo coletivo sobre o tema na categoria profissional nas últimas décadas. Após a provocação de setores da categoria profissional, no período entre 2002 e 2010, a profissão realizou debates intensos sobre o assim chamado “Serviço Social clínico”, por meio do conjunto CFESS/Cress, da Abepss e da Enesso. O tema foi debatido entre os representantes da categoria nos encontros nacionais do conjunto CFESS/Cress e com a participação do movimento estudantil e das UFAs. A primeira deliberação sobre o tema no âmbito do conjunto CFESS/Cress data de 2002, no encontro nacional do conjunto, quando foi aprovada a seguinte deliberação:

Avançar a discussão no conjunto CFESS/CRESS, juntamente com a ABEPSS e ENESSO, sobre a temática do Serviço Social Clínico, tendo em vista a responsabilidade das entidades com a defesa do Projeto ético-político, ampliando a discussão com os profissionais. (Conselho Federal de Serviço Social, 2010, p. 2).

A UERJ sediou, em 2004, um importante seminário para discussão sobre o tema. Organizados pelo Cress da 7ª Região/RJ, em parceria com a Uerj, os debates foram posteriormente publicados na revista *Em Foco*, do Cress/RJ (Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, 2009). Como um primeiro acúmulo conclusivo do

conjunto CFESS/Cress, foi publicado o documento *Serviço Social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas* (Conselho Federal de Serviço Social, 2010). O documento em questão faz um resgate do debate até aquele momento e faz referência às discussões realizadas pela categoria e à publicação elaborada pelo CFESS em conjunto com os Cress: *Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo* (CFESS, 2009).

Essa publicação embasou a deliberação do conselho e é um importante registro das experiências e da fundamentação teórica daqueles que reivindicavam o Serviço Social clínico naquele período.

Assim, em nosso entendimento, não procedem os argumentos que defendem práticas terapêuticas como “técnicas ou instrumentos” que sempre fizeram parte da história da profissão e, por isso, devem ser reconhecidas como competências profissionais. É certo que ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão. Mas é certo, igualmente, que nos afastamos substancialmente dessa vertente, e que a realização de terapias não integra nem a fundamentação teórica contemporânea da profissão e nem suas diretivas legais. (Conselho Federal de Serviço Social, 2010, p. 5).

A defesa do Serviço Social clínico, na atualidade, assim como no debate anteriormente realizado, localiza a polêmica no campo da dimensão técnico-operativa, equalizando-a a uma discussão sobre a aplicação de instrumentos no trabalho profissional do Serviço Social. A esse respeito, Guerra (2022) aponta que a maior parte das polêmicas no trabalho profissional na arena técnico-operativa guarda, na verdade, polêmicas teórico-metodológicas.

Para compreender melhor as características da propaganda atual em torno do Serviço Social clínico, suas propostas e posicionamentos em face dos projetos profissionais no Serviço Social, utilizou-se como uma das fontes de informação as publicações em redes sociais da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC). Na descrição da página da SOBSSC na rede social *Facebook*,

constam como objetivos: “estímulo da pesquisa e aprofundamento do conhecimento científico profissional para atualização, defesa e desenvolvimento do Serviço Social Clínico, como uma especialização do Serviço Social no Brasil” (Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, 2020). Para efeito da pesquisa, foi realizada a categorização das postagens da SOBSSC em sua página do *Facebook* no período de 2018 a 2022.

Tabela 1 – Categorização das postagens da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico em sua página do *Facebook*. Brasil, 2018 a 2022

Categorias de análise	Quantidade identificada (n)	Percentual (%)
Lives, cursos e seminários	40	49,38
Agradecimentos, felicitações e logomarcas	10	12,35
Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico (Enbrassc)	9	11,11
Instituições internacionais de trabalho social clínico	6	7,41
Cinco mitos sobre o Serviço Social clínico	5	6,17
Carta de Toledo	5	6,17
Abaixo-assinado contra a Resolução CFESS nº 569/2010	2	2,47
Divulgação de conteúdo teórico	2	2,47
Convite para a defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC)	1	1,23
Nota sobre invalidação da Resolução CFESS nº 550/2009 – depoimento sem danos	1	1,23
Total	81	100

Fonte: Silveira, 2022.

Como podemos ver pela Tabela 1, há um constante apelo ao alinhamento do projeto profissional do Serviço Social no Brasil com experiências internacionais relativas ao Serviço Social clínico. Exemplo desse tipo de apelo está na denúncia pública, realizada em 16 de março de 2021, dirigida ao conjunto CFESS/Cress, por não incorporar a

divulgação da campanha do Dia Mundial do Assistente Social da Federação Internacional de Assistentes Sociais (Fits).

[...], no entanto, vemos pouca ou quase nenhuma divulgação, e nem o aprofundamento da agenda global da FITS, talvez seja porque a temática não atenda ao “senso comum” do Serviço Social brasileiro, pois não é progressista e nem alimenta a ideologia —política-partidária-identitária [sic] — corporativista que impera em nosso país. (Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, 2022).

É possível depreender do trecho uma identidade com a orientação “liquidacionista” em relação ao projeto ético-político, utilizando métodos similares a outros setores do conservadorismo reacionário em sua cruzada contra a educação crítica, acusada de ser doutrinária ou partidária.

Na página da SOBSSC, aparecem articulações internacionais dessa entidade com o setor que se organiza em institutos de Serviço Social clínico em outros países. O mais frequente é o Instituto Chileno de Trabajo Social Clínico (ICTSC), mas também é mencionado o Instituto Español de Trabajo Social Clínico (IETSC). A partir dessas articulações, ocorre a participação do presidente da SOBSSC, professor doutor Edson Marques Oliveira, no comitê editorial da revista do ICTSC (Oliveira, 2020).

O referido professor expôs suas principais influências teóricas, sua formação como *coach* e sua trajetória profissional; relatou a existência da Resolução CFESS nº 569/2010 e sua indignação contra ela; denunciou que assistentes sociais seriam ameaçados por discordar dessa vertente, no Brasil; relatou a existência do debate sobre Serviço Social clínico registrado na revista.

No panorama apresentado, ocorre uma verdadeira operação “revisionista” (Melo, 2013), recontando a história recente da profissão de modo dirigido às finalidades pretendidas, ignorando métodos consagrados de pesquisa histórica e descompromissada com a busca da verdade histórica (Netto, 2016).

Certa negação da possibilidade de buscar a verdade histórica, relativismo radical e agnosticismo atroz são características do irracionalismo pós-moderno hegemônico nas ciências sociais particulares e na maior parte do mundo acadêmico, e que também assumem *status* de senso comum, principalmente pela ação ideológica de *think tanks* burgueses.

Segundo essa versão lateralizada da história, os pressupostos para rejeitar o Serviço Social clínico no Brasil são “meramente político-ideológicos”, esvaziando, assim, o profundo acúmulo de nossa categoria profissional na direção da indissociabilidade entre técnica e política no âmbito profissional, como em qualquer âmbito da vida social. Há um apelo à despolitização, e percebe-se uma ausência das reais razões que respaldam a vedação de vincular o título de assistente social à realização de práticas terapêuticas relacionadas com as competências e atribuições profissionais dos assistentes sociais no Brasil e sua incompatibilidade com a adoção de tais práticas.

Sobre os debates realizados no Brasil, o autor reconhece que eles existiram, mas, que teriam desconsiderado a história da profissão e o recente cenário internacional. Ainda de acordo com o autor, os especialistas não eram ouvidos. Todos os espaços estariam “dominados pela lógica marxista”, que operaria para proibir o Serviço Social clínico (Oliveira, 2020).

Assim, haveria uma “intimidação pela hegemonia”, que tentaria impedir o debate. A SOBSSC teria nascido da resistência a essa hegemonia. Tal narrativa é muito semelhante a narrativas da extrema direita, que, apesar de defender com afincos o *status quo*, apressa-se a se apresentar como sujeitos perseguidos em função de seu posicionamento político. O que os setores conservadores denominam ditadura do politicamente correto (Scruton, 2019) é transposto para a discussão sobre projetos profissionais.

Na mesma direção, no livro de Oliveira (2022), aparece uma referência à Resolução CFESS nº 554/2009 (Conselho Federal de Serviço Social, 2009), que veda a atuação de assistentes sociais na realização de “depoimentos especiais” no âmbito do Judiciário. Essa

resolução foi anulada pelo Judiciário, e o autor diz esperar a mesma providência em relação à Resolução CFESS nº 569/2010, que impede a realização de práticas terapêuticas sob o título de assistente social. Há uma expectativa de rever a posição da categoria sobre as práticas terapêuticas por meio de uma intervenção externa, do Judiciário, que impeça a plena realização da vontade de assistentes sociais, organizada pelas entidades da profissão.

Uma das *lives* citadas teve como tema na tabela 1 “Alternativas de mudanças e gestão na carreira profissional do assistente social” (Nunes, 2021). Participam, além do professor Edson Marques Oliveira, assistentes sociais convidadas. A descrição da atividade no canal da SOBSSC no YouTube é bem elucidativa das relações com o “liquidacionismo” do projeto ético-político, que motiva nossa pesquisa.

Comunidade de Aprendizado Serviço Social Disruptivo: Desemprego, Desvalorização, Falta de Perspectiva, Muita Ideologia, Pouca Instrumentalidade, Espaços Ocupacionais Restritos, Como Enfrentar Essas e Outras Questões. (Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, 2022).

A insistência na dimensão técnico-operativa aparece vulgarizada pela expressão “pouca instrumentalidade”. É importante ressaltar que a instrumentalidade, no trecho citado, aparece como sinônimo da utilização de instrumentos, nada mais descolado do debate proposto por Guerra (2022), que jogou luz sobre os debates acerca da instrumentalidade.

A “instrumentalidade” não se refere à escolha ou à habilidade de utilizar instrumentos. Ao contrário, a categoria instrumentalidade está justamente preocupada com as conexões entre meios e finalidades, e estrutura-se no debate profissional como uma crítica ao pragmatismo, ao tecnicismo e à racionalidade instrumental, largamente hegemônica na sociedade burguesa (Guerra, 2022).

Destaca-se, mais uma vez, o tratamento da proposta do Serviço Social clínico como debate circunscrito à utilização de “instrumentos”

para atuação profissional. Outro destaque refere-se à utilização de técnicas de *coach* e programação neurolinguística, características das “técnicas de controle” tematizadas por Dardot e Laval (2016).

A busca de “ferramentas” para o trabalho profissional aparece na fala de outra palestrante (Nunes, 2021), que relata que sua formação ajuda muito a compreender a realidade, mas que necessitou de ferramentas para sua complementação. A primeira ferramenta teria sido uma formação para “dinâmicas de grupo”. Depois disso, as mudanças de inserção profissional levaram-na a buscar outros conhecimentos (Nunes, 2021).

A prática vai levando a gente. A implementação da nossa própria formação, e a gente tem que reelaborar conhecimentos. E a base que a gente recebe é fundamental para conseguirmos fazer o olhar: que ferramenta é essa com a qual a gente vai trabalhar. (Nunes, 2021).

No trecho da fala transcrita, é possível perceber uma distinção em relação à posição plenamente liquidacionista, apontando para uma virtual compatibilidade entre as técnicas utilizadas e a formação profissional orientada para o projeto ético-político. Configura-se o que Netto (2016) denominou “pluralismo sem fronteiras”, que seria, na verdade, um “liberalismo sem limites”, que permitiria uma referência somente ritual ao projeto ético-político, rejeitando os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam esse projeto profissional.

Outro destaque diz respeito a uma suposta relevância do pensamento de Bert Hellinger para a compreensão do tema “família”. A palestrante afirma veementemente que os profissionais que trabalham com famílias na assistência social conheceriam a contribuição do autor. Assim, aparentemente, um dos instrumentais para trabalhar com famílias seria legatário da metodologia proposta por Hellinger. O referido autor é o inventor das metodologias de “constelação familiar sistêmica”, atualmente reconhecida como prática integrativa no Sistema Único de Saúde (SUS), mas que desencadeou uma série de polêmicas.

Hellinger, um ex-padre alemão, baseou seu método em noções questionáveis como “telepatia” e “interconexão genética entre membros da família” (Baima, 2022). Baima (2022), em texto sobre audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, transcreve parte das discussões realizadas sobre o tema. Segue um trecho da fala do psicólogo Daniel Gontijo, “um dos fundadores da Associação Brasileira de Psicologia baseada em evidências”:

Os métodos e influências teóricas da Constelação Familiar são pouco confiáveis do ponto de vista científico”, prosseguiu. Exemplificando com a perspectiva do Bert Hellinger, ele parte de bases teóricas que já são cientificamente problemáticas, como a programação neurolinguística (PNL), análise transacional e a terapia primal. São disciplinas que não têm credibilidade científica, evidências robustas de que funcionam. Além disso, usava suas intuições em *insights* para poder elaborar ou especular como as coisas funcionam, o que não é um método confiável na ciência. Alega ter efetuado muitas descobertas, mas em seus livros não descreve como chegou a elas, ou, quando menciona, não se referir a nenhum estudo científico baseado em evidências. (Gontijo *apud* Baima, 2022).

Percebe-se uma significativa diferença na orientação do arcabouço teórico utilizado pela militância em torno do Serviço Social clínico, se comparada às práticas terapêuticas identificadas pelo conjunto CFESS/Cress na elaboração do documento: “Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo” (Conselho Federal de Serviço Social, 2009). As pseudociências assumem o lugar antes ocupado pela terapia de família ou pela psicanálise naquela conjuntura.

Ante a evidência cabal da existência de debates democráticos no interior de nossa categoria profissional, Oliveira (2022), em seu livro *Serviço Social clínico no Brasil do século XXI*, acusa os debates acalorados no interior da profissão de não serem receptivos a outras leituras e vertentes teóricas. Segundo o autor, haveria uma força coercitiva que

garantiria a hegemonia da direção social atual da profissão, ignorando os elementos de organização de nossa categoria profissional.

Oliveira (2022) também retoma em seu livro muitos debates aqui apresentados e já identificados na ocasião da pesquisa. Reitera que os debates na profissão seriam efetuados sem o lado contraditório e postula que o Serviço Social de casos e o Serviço Social individual guardariam linha de continuidade com o Serviço Social clínico. Reforça as diferenças teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do Brasil em relação ao Serviço Social no mundo e em relação ao Serviço Social clínico.

A confusão entre totalidade e totalitarismo, comum no último quartel do século passado, é repetida, em uma típica operação revisionista. Sem muitas mediações, iguala comunismo e fascismo, normalizando o último e reforçando perspectivas anticomunistas. Brown (2020) ajuda a entender isso quando demonstra como, na formulação do pensamento de Hayek, já apareceriam aspectos antidemocráticos crescentes.

Em Hayek, o “oposto da democracia é o autoritarismo” e o oposto do liberalismo seria o totalitarismo (Brown, 2020, p. 88). A radicalização de sua defesa da “ordem espontânea” e do mercado propiciou ao pensamento neoliberal erguer uma crítica à democracia que embasa contemporaneamente diversas formas antidemocráticas.

Oliveira (2022) faz referência às pautas anti-LGBTfóbicas, entre outras, e escreve serem movimentos legítimos. Contudo, isso não é coerente com sua publicação anterior (Oliveira, 2019), cujo item destinado ao combate do que denomina “politicamente correto” no debate de gênero chama-se “sobre laranjas e bananas”, em alusão transfóbica e partindo de um ponto de vista falsamente biologicista.

[...] essa questão da novilíngua é um processo de aceleração da mentalidade de intelectuais e estudantes sendo ignorantes letrados, e até hiperletrados, favorecendo o aprofundamento de um espaço de pós-verdade sem precedentes em nossos dias, onde questões elementares e lógicas são “desconstruídas” por ideias que não têm solidez e sensatez, *como a ideologia de gênero, que*

diz que a sexualidade é definida pela sociabilidade e não pela biologia. O que não encontra lógica nem muito menos base científica, equivalendo a dizer que dois mais dois pode ser 10, 23 ou 49, ou quero fazer suco de laranja usando banana. (Oliveira, 2019, p. 43, grifo nosso).

A suposta relação do projeto ético-político com a limitação de espaços de trabalho aparece em Oliveira (2022) vinculada a uma necessidade de modernização, adequando-se às necessidades do mercado, o que apontaria justamente para a adaptação da profissão à “nova razão neoliberal”.

Outro elemento reiterado no livro de Oliveira (2022) são as denúncias de doutrinação, com fotos, citações e acusações realizadas de modo aparentemente disruptivo. Apesar de as palavras técnico e instrumental aparecerem recorrentemente, tentando equiparar a discussão sobre Serviço Social clínico a uma polêmica exclusivamente técnico-operativa, o posicionamento subjacente diz respeito à crítica da perspectiva teórico-metodológica marxista e suas incidências no Serviço Social. O autor não esconde as relações entre a retomada do debate do Serviço Social clínico e uma postura de oposição ao projeto ético-político do Serviço Social e de defesa de sua liquidação.

Esta questão remete a um dos principais problemas do Serviço Social brasileiro, uma visão puramente ideológica-política-partidária-identitária-corporativista [*sic*] que, de forma orgânica, mecanicista, determinista e reducionista, aplica a visão crítica em Marx, com suas várias derivações, equivocadamente, levando o Serviço Social a se afastar dos parâmetros científicos e profissionais e se transformar numa ação reduzida à militância ideológica-política-partidária-identitária-corporativista [*sic*] [...]. (Oliveira, 2022, s/p).

Na esteira da estratégia de segmentos conservadores, reacionários e neofascistas de denúncia da doutrinação comunista, os segmentos liquidacionistas constituem, nas discussões sobre Serviço Social clínico, um posto avançado para a disputa de projetos

profissionais, indicando a revisão de todo o compromisso ético-político com segmentos oprimidos e explorados, em detrimento do atendimento de novas necessidades de mercado. Tratam o Serviço Social clínico como mera “especialização das intervenções sociais” (Oliveira, 2022) e retiram o caráter transformador do trabalho profissional, em detrimento de uma visão “técnica”, “instrumental”, ou de outro adjetivo repetido à exaustão nas publicações dos defensores do Serviço Social clínico, se apontarem para o pragmatismo e a reiteração.

Diante dos enormes desafios de uma conjuntura com amplo crescimento do conservadorismo reacionário na sociedade brasileira, é extremamente importante pensar suas particularizações no campo das disputas por projetos profissionais no Serviço Social. Calcado no tão rechaçado método crítico e dialético e na cientificidade que lhe é atinente, podem-se apreender múltiplas determinações, que não se revelam por sua aparência, sem aporte teórico, desvelando o movimento do real. Essa apreensão é elemento central para o trabalho profissional dos assistentes sociais.

Na direção da plena emancipação, cabe rejeitar o conservadorismo reacionário, que recentemente se arvora em disputar projetos profissionais no Serviço Social, assim como perspectivas conservadoras e irracionistas, que se apresentam como polêmica técnico-operativa, como o Serviço Social Clínico, mas são profundamente relacionadas com a negação do projeto ético-político profissional do Serviço Social e seus fundamentos teórico-metodológicos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BAIMA, César. Desmontando as falácias pseudocientíficas da constelação familiar. *Revista Questão de Ciência*, 26 mar. 2022. Disponível em: <https://www.revistaquestaoodeciencia.com.br/questao-de-fato/2022/03/26/surra-de-logica-em-falacias-pseudocientificas-0>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2020.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Práticas terapêuticas no âmbito do serviço social: subsídios para aprofundamento do estudo*. Brasília, DF: CFESS, 2009. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_554-2009.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução nº 554/2009*. Dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a metodologia do Depoimento Sem Dano (DSD), como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2009. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_554-2009.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução nº 569/2010*. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2010. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/legislacao/view/474/resolucao-n-5692010>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas*. Brasília, DF: CFESS, 2010.

CFESS-CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. Apresentação. *Em Foco*, Rio de Janeiro: Cress/RJ, n. 6, out. 2009.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GUERRA, Yolanda. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila.; GUERRA, Yolanda. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2022.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 1, n. 1. Niterói: UFF, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NETTO, José Paulo. Por uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016. cap. 1, p. 49-76.

NUNES, M. *Alternativas de mudanças e gestão na carreira profissional do assistente social*. YouTube: Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eVISEEzhjAQ>. Acesso em: 28 mar. 2025.

OLIVEIRA, Edson Marques de. *Serviço Social clínico no Brasil do século XXI: oito mitos e falácias + uma proposta*. Maringá: Viseu, 2022. Disponível em: <https://www.amazon.com.br>. Acesso em: 27 mar. 2025.

OLIVEIRA, Edson Marques de. *Serviço Social para corajosos: entre falácias, mitos e realidade, carne e osso*. Maringá: Viseu, 2019.

OLIVEIRA, Edson Marques de. *Webinar: trabalho social clínico: novos horizontes para América Latina, el Caribe y Europa*. YouTube: Instituto Chileno de Trabajo Social Clínico, 16 dez. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YA_07oME2xk. Acesso em: 28 mar. 2025.

RENTON, David. *Fascismo: história e teoria*. São Paulo: Usina Editorial, 2024.

SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVEIRA, José Rodolfo S. da. *Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil*. Tese de Doutorado em Serviço Social. PPGSS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVEIRA, José Rodolfo S. da. (Ultra)neoliberalismo, conservadorismo reacionário e liquidacionismo de oposição ao projeto ético-político do Serviço Social. In: GAMA, Andréa de Sousa; MATOS, Maurílio Castro de. *50 anos de neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Mórula, 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. Facebook. 2022. Disponível em: [facebook.com/ssclinico](https://www.facebook.com/ssclinico). Acesso em: 22 dez. 2022.

WOOD, Ellen. M. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

CAPÍTULO 14

Serviço Social e Sistema Penal: reflexões acerca do trabalho profissional na gestão e planejamento em face do projeto ético-político crítico*

Rita Marilza Bravin

Neste capítulo, intencionamos refletir sobre os meandros que envolvem o trabalho profissional de assistentes sociais que atuam no âmbito da gestão e planejamento em Serviço Social no sistema penal do estado do Rio de Janeiro, em face da possibilidade de direção social consoante às diretrizes do atual Projeto Ético-Político Crítico do Serviço Social brasileiro. É oportuno destacar que essas ações são parte do trabalho profissional realizado por assistentes sociais na instituição, tendo em vista atuarem também na assistência direta às pessoas privadas de liberdade e suas famílias. Contudo, nesta oportunidade, focalizaremos nossos estudos nas ações realizadas no ambiente da gestão e planejamento.

Buscando situar o solo histórico em que se dão as reflexões, destacamos que a pena de prisão, e a consequente privação de liberdade, são criações capitalistas (Foucault, 2014), e se configuram como importantes formas de contribuir para a manutenção da ordem social hegemônica no contexto da luta de classes. Nesse sentido:

Se o comportamento criminoso, em suma, é o comportamento normal de indivíduos que respondem normalmente a situações definidas como indesejáveis, ilegais e, por isso, criminosas, então o problema fundamental é o da organização social e política dos valores estabelecidos, ou das definições do que pode e do que não pode ser definido como criminoso (Baratta, 2002, p. 128).

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.261-280

Nesse cenário social, Pachukanis (2017) afirma que o direito positivado em normas é uma das formas utilizadas para a preservação da ordem burguesa e, por isso, impregna a criminologia com essa ideologia de classe, utilizando o aparato legal para a manutenção do *status quo*. Há, no entanto, outra perspectiva para a análise dos fatos que levam os sujeitos a cometerem ações tipificadas como crime. Tais ações devem ser entendidas como construção social, tendo em vista seu objetivo de preservação da ordem hegemônica. Nesse viés:

Não resta dúvida de que a teoria marxista deve não apenas examinar o conteúdo material da regulamentação jurídica nas diferentes épocas, mas também oferecer uma interpretação materialista da própria regulamentação jurídica como uma forma histórica determinada (Pachukanis, 2017, p. 88).

Destarte, a criminologia crítica desloca o enfoque do sujeito infrator para as causas e os contextos históricos que levam aos delitos. Ou seja, a ênfase passa do indivíduo isolado para os processos sociais que levam à criminalização, focalizando seus condicionantes na estrutura macrossocietária, conforme trecho a seguir:

Opondo ao enfoque biopsicológico, o enfoque macrossociológico, a criminologia crítica historiciza a realidade comportamental do desvio e ilumina a relação funcional ou disfuncional com as estruturas sociais, com o desenvolvimento das relações de produção. Na perspectiva da criminologia crítica, a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e de determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos (Baratta, 2002, p. 160).

Sob esse viés crítico, há o deslocamento do foco das normas jurídicas, como fazem os juristas, para as relações sociais, numa perspectiva histórico-crítica que busca compreender o que, de fato, os dispositivos legais pretendem resguardar.

Na contemporaneidade, os processos que criminalizam a população pobre estão articulados à crise estrutural pela qual passa o mundo capitalista após o esgotamento do modelo expansivo do pós-Segunda Guerra Mundial, o modelo Fordista/Keynesiano utilizado como forma de recuperação dos países devastados. Um período, inclusive, em que os Estados-Nação, em sua função articuladora da economia, lançaram mão de políticas sociais antecipatórias, voltadas aos trabalhadores, sobretudo os de países de economias centrais, caracterizando o chamado *Welfare State*. Um padrão de crescimento que associava a produção em massa ao consumo de massa, que propiciou uma longa onda de crescimento econômico, denominado “trinta anos gloriosos”, que perdurou entre os anos de 1945 e 1975, e demarcou um período de conquistas de direitos pelos trabalhadores (Botelho, 2008). Todavia, esse modelo sofreu esgotamento e a saída encontrada para a recuperação dos superlucros foi a implantação de programas neoliberais que passaram a utilizar um novo regime, denominado por Harvey (1993) “acumulação flexível”. Uma das estratégias utilizadas foi a mundialização da economia (Chesnais, 1996), através do deslocamento das plantas produtivas das empresas multinacionais para regiões do mundo mais favoráveis à retomada dos lucros, em decréscimo com a crise, tendo em vista a máxima exploração do trabalho. Um cenário de grande retrocesso social, com a retirada das funções protetivas universalizantes do Estado e a focalização das políticas sociais nos mais pobres, incapazes de acessar direitos sociais básicos, transformados em mercadorias. Um cenário que enseja o que Mota (1995) denomina “cidadão consumidor” com poder de compra desses serviços no mercado, em contraposição ao “cidadão pobre”, sem a mesma possibilidade, tornando-o usuário das políticas sociais focalizadas.

Num cenário acirrado de desconstrução de direitos, denominado ultraneoliberal, o Estado lança mão em grande escala do aparato coercitivo, incrementando fortemente uma “política penal” (Wacquant, 2008) que utiliza investimentos milionários no sistema de justiça criminal em resposta à insegurança social. “Os Estados

abandonaram a regulamentação do bem-estar social para priorizar a administração penal dos rejeitados humanos da sociedade de mercado, que tende a incorporar o subproletariado urbano a uma sulfurosa marginalização” (Wacquant, 2008, p. 9). Desse modo, há uma modificação estrutural das políticas sociais com a focalização nos mais pobres, em detrimento da perspectiva universalizante.

Conseqüentemente, um grande contingente de pessoas é levado à extrema miséria, aumentando a diversidade nas formas de enfrentamento das expressões da “questão social” que inclui, de modo importante, o aprisionamento em massa. Um fenômeno social relacionado ao que se convencionou chamar de criminalização da pobreza que, entre outros aspectos, engloba a falta de acesso ao trabalho formal e a conseqüente desproteção social, constituindo um contexto de desemprego estrutural (Mészáros, 2011), em que as perspectivas de retorno ao trabalho formal, com direitos trabalhistas, são extremamente improváveis, para não dizer inexistentes. Conseqüentemente, o desemprego não pode mais ser concebido como uma situação transitória, como em determinado momento histórico, quando a expansão do capital necessitava de grandes contingentes de trabalhadores à disposição para ingressar no mundo produtivo, que Marx (2017) denominou “exército industrial de reserva”. Nessa nova dinâmica societária, em que alguns postulam o fim da classe trabalhadora, ou mesmo, a perda de sua centralidade nos processos que levariam à emancipação humana, Antunes (2009) esclarece que, na verdade, isto não ocorreu. O que houve foi uma nova morfologia, por ele denominada “classe-que-vive-do-trabalho”, composta por homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, constituindo uma classe heterogênea, formada por diferentes vínculos (formais, precários, entre outros).

Um cenário em que, determinados segmentos da classe trabalhadora, sem condições de arcar financeiramente com os bens e serviços necessários à sua reprodução social, por não estarem aptos a atenderem às exigências seletivas da sociedade de consumo, tornam-se suscetíveis às malhas das instituições de controle social e

disciplinamento. Isto explica “a maior exposição dos extratos sociais mais débeis à ação criminalizante das polícias e das outras instâncias oficiais” (Baratta, 2002, p. 136). Constituem uma categoria de pessoas denominadas sobrantes do mercado que sofrem com os processos de criminalização e, em grande parte, passam a compor a população carcerária. “Um grupo grande de pessoas nos segmentos pauperizados que são sobras, não são mais sequer exército industrial de reserva. Nem isso eles podem ser, são sobrantes mesmo” (Dahmer Pereira, 2012, p.99). Portanto, as prisões neoliberais são importantes e perversas estratégias utilizadas pelo Estado para lidar com uma imensa quantidade de pessoas rejeitadas pela sociedade.

O sistema penal tem, portanto, como objetivo e razão de existência o controle social e o disciplinamento da classe trabalhadora. Diante disso, é um campo de trabalho desafiador para o Serviço Social, por sua característica potencialmente violadora de direitos, tanto dos que se encontram confinados, quanto dos profissionais que atuam em seu âmbito. Contudo, é ao mesmo tempo espaço sócio-ocupacional rico e vasto. Refletindo sobre esse aspecto, é oportuno situar o trabalho profissional realizado no sistema penal como parte do denominado sociojurídico, que reúne instituições de controle social e disciplinamento da classe trabalhadora, utilizadas pelo Estado burguês para lidar com as mazelas provocadas pelas desigualdades sociais, intrínsecas ao modo de produção capitalista. O campo sociojurídico é composto por instituições que conformam o sistema de justiça criminal, que agrega tanto órgãos do poder executivo, como o sistema penal, quanto órgãos do Poder Judiciário. Para Borgianni (2013), o complexo que conforma o sociojurídico abarca duas importantes vertentes mediadoras da atuação profissional de assistentes sociais: o social, entendido como síntese das expressões complexas das lutas de classes; e o jurídico, entendido como esfera em que os conflitos se resolvem pela imposição do Estado. Ambos, social e jurídico, são interligados ao político desde a constituição da sociedade burguesa, tendo em vista a preservação da ordem, o que dá ao trabalho profissional nessa esfera especificidades históricas com demandas e

desafios que expressam as sequelas da “questão social”. Diante disso, para entender criticamente os meandros que atravessam o trabalho profissional nessa esfera, é necessário situá-la na perspectiva anticapitalista, no contexto da luta de classes, compreendendo as razões que levam determinados segmentos sociais a serem apanhados por essas instituições.

Conforme estamos expondo, criminalizar e punir se relacionam à própria estrutura de poder da sociedade burguesa, que centraliza tais práticas nas instituições de controle social do sociojurídico. Por sua natureza, são espaços profissionais eivados de contradições, em que são necessárias mediações analíticas e críticas (caso esta seja a direção pretendida), numa perspectiva de totalidade e historicidade, que possibilitem a compreensão dos meandros que envolvem, sob o risco de reprodução pelo Serviço Social das mesmas relações conservadoras que dão o tom nesses espaços. Um conservadorismo que se manifesta, inclusive, nos paradigmas ressocializadores, assentados no positivismo, cuja vertente biopsicossocial busca explicar as origens dos comportamentos criminalizados no próprio sujeito, através da compreensão do crime baseada na personalidade individual, que desconsidera o universo macrossocietário e seus condicionantes na realidade social. Esta é a vertente do direito que norteia a Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210/1984, dispositivo legal que regulamenta a execução penal no Brasil. Destarte, a perspectiva crítica não comporta os paradigmas “re” (reinserção, reintegração, ressocialização, reabilitação, recuperação etc.) que atravessam a LEP. Tais propostas, por trás da suposta “preparação” do indivíduo para o “retorno” ao convívio social, culpabilizam individualmente os sujeitos pelas mazelas provocadas pelas expressões da “questão social”. Além disso, a leitura crítica não abarca a concepção de indivíduos socialmente excluídos, pois, todos estão incluídos em uma lógica que produz sequelas, e criminaliza determinados segmentos pelo recorte de classe. De acordo com Dahmer Pereira (2012), para fugir a esse entendimento é preciso compreender o crime enquanto produção social, conforme trecho a seguir:

Temos, na verdade, até hoje uma visão fortemente positivista do crime, porque ainda entendemos que o mal é individual e reside no sujeito que infraciona as regras. Ainda não entendemos que a produção do crime é social. É claro que quem comete o delito é o indivíduo, agora como é que ele se socializa? Como é que fluem as relações econômicas, os interesses e a serviço do que e de quem está ele? É uma questão que temos que perguntar (Dahmer Pereira, 2012, p. 106).

A adoção da perspectiva crítica pelo Serviço Social representa a negação “de uma intervenção curativa”, nos termos de Torres (2014, p.137), nas sequelas da “questão social”, com a possibilidade de respostas profissionais correspondentes aos reais interesses da população privada de liberdade e de suas famílias, vislumbrando o rompimento com visões positivistas e conservadoras na profissão. Para a compreensão dessa possibilidade, cabe recuperarmos alguns aspectos que envolveram a busca de ruptura com o pensamento conservador no Serviço Social, única vertente desde as protoformas da profissão, e que possibilitou a construção do que convencionou-se chamar, a partir da década de 1990, Projeto Ético-Político Crítico do Serviço Social Brasileiro. Podemos situar como marco do início da renovação crítica no Serviço Social, o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, ocorrido no período de efervescência cultural e política dos anos de 1960, quando as profissões sofreram as influências contestadoras pelas quais o mundo passava. Um movimento que colocou em questão o Serviço Social tradicional, e agregou diferentes correntes e perspectivas teóricas, que, apesar de não realizar substancial crítica ao conservadorismo, teve a importância de possibilitar o surgimento da perspectiva crítica na profissão (Forti, 2009). A vertente crítica denominada por Netto (1996) intenção de ruptura lançou as bases para a conformação do mencionado Projeto, que buscou uma nova racionalidade para a profissão norteada pela Teoria Social Crítica de Marx. Isto possibilitou a adoção de um posicionamento profissional crítico, que permitiu a compreensão da sociedade burguesa e, conseqüentemente, o entendimento acerca dos fenômenos que

ocasionam às expressões da “questão social”, objeto do trabalho profissional cotidiano de assistentes sociais. Uma mudança na direção social que provocou um salto qualitativo em relação à razão instrumental hegemônica (Guerra, 2017) que orientava a profissão desde os primórdios, em que as questões trazidas pelos usuários eram entendidas como problemas individuais, desconectados da realidade social.

O Projeto Ético-Político Crítico tem valores expressos no Código de Ética Profissional de 1993 (Resolução CFESS nº 273/1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993) e nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovadas no ano de 1996. Um projeto que articula as três dimensões do Serviço Social: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, cuja relação de horizontalidade não permite que sejam concebidas de forma desarticulada e isolada no trabalho profissional. De acordo com Forti (2022), a direção social do Projeto Crítico é encontrada no conjunto de diferentes produções intelectuais e organizativas – textuais e orais – que lhe dão sustentação, e que exigem dos profissionais posicionamentos e ações compatíveis nos diferentes âmbitos de atuação. A autora destaca, ainda, o trabalho profissional cotidiano por ser dimensão imprescindível, diante do caráter interventivo da profissão; e o Código de Ética Profissional promulgado no ano de 1993, como expressão destacada do Projeto, pois é “instrumento orientador e parâmetro para a ação profissional na direção dos compromissos assumidos pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas do seu percurso histórico” (Forti, 2013, p. 92).

Buscando aproximação ao nosso objeto de estudos, passamos à abordagem acerca da gestão e planejamento em Serviço Social para, na sequência, adentrarmos ao trabalho de assistentes sociais no sistema penal do Rio de Janeiro. Salientamos que o trabalho na gestão e planejamento é uma das possibilidades sócio-ocupacionais para os assistentes sociais e representa um verdadeiro salto qualitativo para a profissão. Possibilita ir além da execução terminal das políticas sociais, permitindo a atuação também na formulação, avaliação, planejamento

e gestão dessas políticas (Netto, 1996). Esse novo perfil passou a exigir o domínio de competências diversas das tradicionalmente postas ao Serviço Social. Embora a ocupação desse e de outros espaços seja de extrema relevância para o desenvolvimento e o maior alcance da profissão, o trabalho na gestão e planejamento apresenta desafios. Entre eles está o fato de não ser atribuição privativa de qualquer profissão, podendo ser desempenhado por profissionais de diversos saberes e direções sociais. Ou seja, não se constitui atribuição privativa e, sim, uma das competências do Serviço Social, conforme previsto na Lei de Regulamentação da Profissão - Lei nº 8662/1993 – que dispõe sobre a matéria nos artigos 4º e 5º. Além disso, Barbosa (2004) salienta dificuldades relativas ao afastamento da Teoria Social Crítica das construções teóricas sobre a administração, prevalecendo a Administração Científica Clássica, que desconsidera os determinantes macroestruturais e o modo como as relações sociais são postas na sociabilidade burguesa. Isto impacta na direção social das ações e imprime uma roupagem a-histórica e acrítica na abordagem do tema. Considerando que não existe neutralidade na escolha das estratégias profissionais, incluindo as de gestão e planejamento, a realização do trabalho na perspectiva mencionada, representa a adoção de uma concepção pragmática, onde o que importa são os fins e não os meios para o alcance dos resultados. Barbosa (2004), destaca, ainda, a utilização da gestão gerencialista, ligada ao modelo hegemônico, com referências de funcionamento importadas das ciências exatas, onde tudo é objeto de cálculos para garantir o cumprimento de metas traçadas a partir de parâmetros e indicadores de resultados. Com critérios transpostos da matemática para as relações humanas, os valores devem ser introjetados nas subjetividades, absorvidos e aceitos de forma tácita, diante de sua natureza inquestionável, nos moldes das chamadas “ciências duras”. “Ao ligar os fenômenos sociais às funções que eles garantem, não questiona a ordem subjacente às diferentes funções estudadas no seio da organização” (Gaulejac, 2007, p. 74).

A aparente neutralidade dos instrumentos e das técnicas utilizadas na gerência científica tem o objetivo de ocultar as relações de

poder e a ideologia de dominação do modelo gerencialista, não só no âmbito da organização, mas também em relação ao conjunto da sociedade, diante do fato que toda ação é dotada de finalidade, inclusive, quanto à adoção de instrumentos (Santos, 2011). Diante disso, a empresa se apresenta de forma autônoma ao meio social com o intuito de desresponsabilizar-se das consequências sociais e humanas de suas escolhas, a exemplo da degradação ambiental, do desemprego estrutural, entre outros desdobramentos. A gestão, desse modo, esconde sob o véu da aparente neutralidade uma teleologia, cuja racionalidade instrumental, está assentada no pensamento conservador moderno que, por sua vez, tem o racionalismo formal-abstrato como essência, de modo que projeta a inversão das relações entre humanos e coisas, no chamado fetichismo da mercadoria, que se espraia para o todo social. Desse modo, o gerencialismo ao colocar em ação métodos e técnicas direcionados para responder às exigências da produtividade, em consonância com os objetivos pretendidos, em detrimento dos interesses sociais e humanos, é mais uma estratégia adotada pelo neoliberalismo no contexto da mundialização e globalização econômica. Um cenário histórico favorecedor do capital financeiro, que promove uma extraordinária concentração de riquezas, em contraposição ao empobrecimento e à miséria da maior parcela da humanidade.

O gerencialismo, nos moldes das empresas privadas, é utilizado pelo Estado na administração pública, que passa a ser gerida pela mesma lógica empresarial, tendo em vista a alardeada necessidade de sua “modernização”, com a utilização de valores como qualidade, eficácia, rentabilidade etc. Os debates políticos tendem a se esvaziar e, em seu lugar, assumem os conselhos de administração que se ocupam das questões orçamentárias e financeiras. Em consequência, a ordem econômica prevalece em relação a todos os aspectos da vida pública levando a uma importante contradição. Na medida em que os políticos valorizam e utilizam o modelo gerencialista, este mesmo modelo desvaloriza e desqualifica a ação pública, em sua essência e legitimidade, enfraquecendo o poder público. Diante disso, o gerencialismo passou

a ser adotado para a “administração” dos sobrantes da sociedade de consumo, impactando na gestão do encarceramento e na reorganização do campo burocrático, com forte direcionamento dos recursos dos fundos públicos para a segurança pública. Esse é o novo cenário social que dita o modo como o Estado “administra” a situação das pessoas que não têm mais espaço no mundo do trabalho formal, tornando-se suscetíveis às malhas das instituições de controle social e disciplinamento, retratando “a maior exposição dos extratos sociais mais débeis à ação criminalizante das polícias e das outras instâncias oficiais” (Baratta, 2002, p. 136).

Contudo, existem outras perspectivas de gestão e planejamento, que não a hegemônica, como a gestão estratégica e a gestão participativa, cuja direção tem aproximação ao Projeto Ético-Político Crítico do Serviço Social, tendo em vista a busca de ações qualificadas, levando em consideração a correlação de forças institucional. Esses modelos agregam a concepção de que planejar é ato técnico, mas, também, é ato político. Um planejamento que leva em consideração os interesses em conflito pode apontar caminhos diversos aos da administração científica clássica, presa aos métodos, às técnicas e às relações hierarquizadas. Ou seja, tem o potencial de ultrapassar as competências “autorizadas” e burocratizadas das instituições que se traduzem no empirismo, nas rotinas, no burocratismo que reiteradamente se repõem no trabalho cotidiano (Iamamoto, 2009). O planejamento estratégico, de acordo com a sua natureza de antever possibilidades de ação, e planos para a execução dos objetivos propostos, demanda a participação e a escuta dos gestores envolvidos. É uma forma contemporânea de planificação que absorve um sentido político na gestão pública, com uma concepção de unidade plural a ser gerida, não consensual, que agrega a participação no processo de tomada de decisões e escolhas compartilhadas. Já o planejamento participativo considera a correlação de forças pressupondo alteração e superação das relações hierarquizadas de poder que subjazem nas instituições, com vistas à participação coletiva nas decisões (Bertollo, 2016). Ao lado do planejamento, que objetiva prever acontecimentos e

propor ações para o seu enfrentamento, é necessária a gestão do processo para a materialização das ações na realidade institucional. Ou seja: “Em síntese, a gestão estratégica é o planejamento estratégico em prática” (Alves, 2021, p. 48-49). Ambos, planejamento e gestão, necessitam da participação dos sujeitos e da democratização das discussões e decisões, sem as quais o próprio Projeto Profissional Crítico não tem possibilidade de realização nessa seara. No entanto, as instituições públicas brasileiras carecem do viés de participação democrática, sendo atravessadas por relações hierarquizadas e verticalizadas, oriundas da herança histórica que reverbera em práticas gerenciais conservadoras.

Diante das contextualizações que realizamos preliminarmente, que abarcaram o cenário macrossocial em que se realiza a gestão nas instituições públicas, voltadas à manutenção da ordem social hegemônica, passamos a algumas reflexões acerca do trabalho profissional de assistentes sociais gestoras em atuação na Coordenação de Serviço Social no sistema penal do Estado do Rio de Janeiro. Objetivamos refletir sobre a possibilidade das diretrizes do atual Projeto Ético-Político Crítico darem direção e nortear as ações profissionais dessas gestoras, em seu conjunto, ou, mesmo, em parte. Salientamos que pretendemos realizar modestas contribuições que poderão servir para futuros debates, sem, contudo, a pretensão de esgotar a abrangência e a complexidade do tema.

Inicialmente, destacamos o reconhecimento unânime das gestoras acerca do espaço sócio-ocupacional da gestão como pertinente ao Serviço Social. Cabe ressaltar, que compreensão diversa poderia representar falta de conhecimento sobre o próprio solo profissional em que se dá o trabalho, desconsiderando o avanço que a ocupação desse espaço representou para a profissão.

Outro aspecto que chama a atenção, é o fato de a maioria das entrevistadas afirmar conhecer o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, sustentáculos no plano formal do Projeto Ético-Político Crítico, mas, isto não apareceu de forma aprofundada nas justificativas. Tal constatação é indicadora de

dificuldades em relação à direção do trabalho, tendo em vista os mencionados instrumentos serem importantes balizadores do trabalho profissional. Contudo, apenas o conhecimento formal desses instrumentos não garante que sejam internalizados e direcionam o cotidiano profissional. Ou seja, poderia ocorrer de todo esse arsenal ser apreendido, mas, não introjetado levando a uma concepção idealista do Projeto, um “dever ser” distanciado da realidade prática. Nesse sentido, “a materialização, não se limita à mera intenção e/ou ao formalismo e/ou utopismo diante dessas produções, sendo imprescindível que tais conteúdos se manifestem nas decisões e ações profissionais” (Forti, 2022, p. 26). Em relação às dimensões do Serviço Social (ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa) há certo entendimento por parte das entrevistadas quanto à sua relação de complementaridade e horizontalidade, mas, há também, destaque para a dimensão técnico-operativa. Talvez, pela visibilidade que tal dimensão assume ao dar respostas imediatas às demandas dos usuários.

Outro ponto de destaque, é o fato de os cargos nos escalões mais elevados na instituição serem ocupados por servidores ligados diretamente à segurança, que não detêm o conhecimento da matéria que administram. Diante desse perfil, consonante à lógica repressiva da instituição, a adoção da perspectiva crítica demanda estratégia, diante da possível correlação de forças institucionais. É oportuno sinalizar que, apesar de não terem ocorrido em todos os casos, foram identificados enfrentamentos, diante da interferência desses gestores hierarquicamente superiores nas prioridades na realização do trabalho, tendo em vista os objetivos profissionais do Serviço Social. As entrevistadas relacionaram os objetivos profissionais à perspectiva de direitos. É preciso resgatar que os direitos burgueses são contraditórios, diante de sua relevância fundamental para o processo de acumulação capitalista, mas, também, que são indispensáveis para a reprodução social da classe trabalhadora. Daí a importância de sua defesa. A própria existência da correlação de forças dependerá da direção social impressa no trabalho, observados os limites e as possibilidades da relativa autonomia profissional, que é uma importante ferramenta. Isto não

significa a adoção de uma perspectiva messiânica e voluntarista que comporta uma visão distorcida quanto às reais possibilidades profissionais, tendo em vista as limitações do cenário macrossocial cuja instituição em análise é reflexo. Do mesmo modo, não implica o fatalismo no trabalho profissional, com o pressuposto de que nada é possível diante da realidade pouco favorável. Essas concepções estão alinhadas às análises que não consideram a historicidade do Ser Social, que se constitui pelo trabalho (Marx, 2017), gestado na sociedade capitalista e que pressupõe a análise crítica de suas contradições. Desse modo, a autonomia relativa é uma via que pode possibilitar os meios para ultrapassar visões deterministas e/ou voluntaristas, na busca de outros caminhos que não o mero atendimento das requisições institucionais imediatistas para as quais os profissionais são demandados (Raichelis, 2018).

Apesar dos embates que atravessam o trabalho profissional na gestão e planejamento em Serviço Social no sistema penal, foram identificadas posturas distintas e diferenças entre as perspectivas profissionais das gestoras. Diante disso, não podemos dizer que em seu conjunto assumam direção crítica, consoante a do Projeto Ético-Político, apesar de isto aparecer em alguns casos. Ou seja, tais posturas não são suficientes para indicar que a direção do Projeto Ético-Político Crítico seja adotada na Coordenação de Serviço Social como um todo. Portanto, consideramos a existência de diferenças na equipe de gestoras, na medida em que as profissionais assumem posições distintas frente às situações cotidianas, além de apresentarem entendimentos diversos (conservadores ou críticos). Desse modo, é preciso considerar perspectivas profissionais antagônicas ao Projeto Crítico no seio da mesma equipe, pois, no mesmo grupo de trabalho pode haver direção diversa, na medida em que, no corpo profissional podem aparecer direções antagônicas em função da heterogeneidade de seus agentes, pois “hegemonia não significa homogeneidade” (Netto, 1999, p. 5). Diante disso, a diversidade está no horizonte profissional como possibilidade de escolha na realidade concreta, demandando ações

práticas que se colocam no cotidiano de trabalho, incluindo as realizadas na gestão em Serviço Social no sistema penal.

Compartilhamos da convicção de que uma das estratégias possíveis para a adoção da direção do Projeto Ético-Político Crítico nas ações profissionais é a aquisição de conhecimentos sobre a realidade macrossocietária, tendo em vista estar intrinsecamente relacionada às reais demandas dos usuários. Nesse sentido, as expressões da “questão social” com as quais os assistentes sociais se deparam cotidianamente são sequelas produzidas pela sociabilidade burguesa, e resultados diretos das desigualdades impostas pelo modo de produção capitalista, no qual as instituições estão inseridas e onde é desenvolvido o trabalho profissional. Desse modo, a crítica anticapitalista acerca dos processos que levam ao retrocesso das políticas sociais e ao recrudescimento do aparato penal são fundamentais para o entendimento do trabalho profissional de assistentes sociais. Sob esse prisma, não podemos afirmar que tenha ocorrido, entre todas as entrevistadas, falta de associação entre as questões que permeiam a realidade institucional e o contexto macrossocietário. Todavia, também não podemos dizer que isto ocorreu em seu conjunto, ou que tenha sido algo explanado de forma fundamentada teoricamente.

Finalizando nossas reflexões, não podemos deixar de sinalizar a relevância de reflexões que abordem o trabalho profissional cotidiano de assistentes sociais, diante da natureza interventiva da profissão na realidade social, não apenas na gestão e planejamento em Serviço Social no Sistema Penal, mas, também, em outros espaços, uma vez que a produção teórica acerca do tema é tão importante, como ainda escassa.

Referências

ALVES, Giovanni. *Gestão por metas e serviço público: A degradação do trabalho no Brasil neoliberal*. Projeto Editorial Praxis. 2021.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 10. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Gestão: Planejamento e Administração. *Temporalis*, Porto Alegre. ABEPSS, ano IV, n. 8. Brasília ABEPSS, 2004.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Introdução ao estudo da administração e planejamento aplicado ao trabalho do assistente social. Rio de Janeiro, *Em Pauta*. nº 14. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 1999.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Fundamentos éticos do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 01-24.

BARROCO, Maria Lúcia Silva, TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social. CFESS (Org.). *Código de Ética do Assistente Social Comentado*. São Paulo, Cortez, 2012.

BERTOLLO, Kathluça. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. Brasília, *Temporalis*, nº 31. Brasília: ABEPSS, 2016.

BONETTI, Dilsea *et al.* (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 115. São Paulo: Cortez, 2013.

BOTELHO, Adriano. *Do fordismo à produção flexível: O espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital*. São Paulo: Annablume, 2008.

BRAVIN, Rita Marilza. *Serviço Social e Sistema Penal: reflexões acerca do trabalho profissional na gestão e planejamento em face do Projeto Ético-Político Crítico*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, 2023.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Breve história da democracia. In: CHAUÍ, Marilena et al. (Org.). *Democracia em colapso? Curso: A democracia pode ser assim: história, formas e possibilidades*. São Paulo: Boitempo, 2020. p.9-13.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. *Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço social*, ano 2, n. 3, Rio de Janeiro, dez. 2005, Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2023.

DAHMER PEREIRA, Tânia Maria. Competências e atribuições profissionais na Lei de Execução Penal (LEP). In: CFESS. II SEMINÁRIO NACIONAL: O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO NA PERSPECTIVA DA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS. 2012, Brasília. *Anais...* Brasília: CFESS, 2012.

FORTI, Valéria L. Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais: o pluralismo em debate. In: CRESS. *Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

FORTI, Valéria L.; COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). *Projeto Ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Campinas: Papel Social, 2022. p.51-79.

FORTI, Valéria L. *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 42. Petrópolis: Vozes, 2014.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In SANTOS, Cláudia Mônica. et al. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2017.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livros I, vol.1 e 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas et al. (Org.). *Crise e ultraliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <http://www.editoranavegando.com>. Acesso em: 12 de mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Originalmente publicado no módulo 1 de *Capacitação em Serviço Social e Política Social* (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB), 1999. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ORTIZ, Fátima Grave. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Considerações sobre fundamentos Éticos do Serviço Social brasileiro: o significado teórico-político da liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos na perspectiva de uma nova sociabilidade. *Temporalis – Revista da ABEPSS*, Recife, ano 6, n. 11. Brasília: ABEPSS, jan./jun. 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica. *Na prática a teoria é outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

TORRES, Andréa Almeida. O Serviço Social nas prisões: Rompendo com a prática conservadora na perspectiva de um novo projeto profissional. In: FÁVERO, Eunice; GOIS, Dalva Azevedo de (Org.). *Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 127-141.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres*. A nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2015.

WACQUANT, Loic. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CAPÍTULO 15

Entre o Fazer e o Executar: reflexões sobre a formação e o trabalho profissional*

Maurício Caetano Matias Soares

Um dos debates muito presentes no Serviço Social se refere ao estudo sobre a relação teoria e prática profissional. Diversos autores têm se debruçado sobre a temática, chegando à compreensão de que nessa relação não há dicotomia, mas sim complementaridade. Ou seja, os conhecimentos teóricos ilustram a prática e a prática desponta novos questionamentos a serem pensados no universo teórico. Assim temos uma relação de retroalimentação entre teoria e prática no Serviço Social.

Sem discordância dos profícuos estudos assinalados, as singelas linhas a seguir retratam parte das resultantes da minha tese de doutoramento, com as quais proponho um entendimento articulado entre o cenário capitalista, especificamente do século XXI, e os seus rebatimentos tanto na formação como na prática profissional.

As múltiplas transformações societárias, por consequência, a crise estrutural do capital, deflagrada nos anos 1970, propagam práticas e ideias conservadoras que fundam um novo modelo de Estado e de sociedade. Ao passo, que também proporcionam o surgimento de novas requisições e tendências ao trabalho profissional, que podem ou não ser consonantes aos propósitos do projeto ético-político do Serviço Social.

A estrutura dos serviços e das políticas sociais, ordenada pelo gerencialismo, impõe um novo modelo de trabalho dedicado ao prático com prioridade ao pragmático, visível no processo de protocolização,

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.281-301

acreditação e plataformização dos serviços. Notadamente, esse modelo designa padrões de comportamento e intervenção profissional no cerne das instituições, sejam elas, públicas ou privadas. Tais padrões colocam o imediato em preferência, valorando um tipo de prática pré-moldada, que desconsidera a historicidade e se estabelece na consciência comum, por meio do ato de mera reprodução do estabelecido, ou nas palavras de Netto (1996), de “mero executores”.

Diante dessa realidade é necessário, na sintonia do Serviço Social com século XXI, destacar no cotidiano da profissão, tanto na formação como na prática profissional, os elementos, que (re)orientam o Serviço Social brasileiro. Portanto, se torna imperioso distinguir o FAZER do EXECUTAR o trabalho profissional. Isso porque um comunga com os princípios do projeto ético político da profissão enquanto o outro com a sociabilidade burguesa desse tempo.

Para tal, o caminho que percorremos passará pela sintonização nas transformações societárias que inauguram o século XXI, seguindo por seus impactos na política de Ensino Superior e no mundo do trabalho, chegando ao debate sobre o trabalho profissional.

A crise estrutural do capital deflagrada nas últimas décadas do século passado desvelou o esgotamento de alguns nichos de mercado, portanto, a necessidade da sua reinvenção por meio da construção/elaboração de novos parâmetros de exploração. A busca pela restauração do capital dirigiu-se para todos os setores que passaram a inibir a acumulação capitalista. Tal restauração ocorreu tanto no campo estritamente econômico-produtivo, quanto no universo financeiro da burguesia, demandando alterações no mundo da política e da cultura.

De acordo com Netto e Braz (2007), esse quadro exigiu alterações políticas-institucionais nos Estados nacionais e o enfraquecimento do poder de fogo da classe trabalhadora. As consequências foram a deterioração das condições gerais de vida dos trabalhadores com a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e o desemprego estrutural. Para tanto, a burguesia teve que operar significativas transformações nos aparatos do Estado, que foi

progressivamente capturado pelas forças do grande capital internacional, hegemônico pelo capital financeiro.

As forças capitalistas apostaram na evolução tecnológica e nas inovações técnicas para alterar o mundo da produção do capital, modificando os padrões de acumulação vigentes, que passaram a intensificar a centralização do capital, ampliando o poder das oligarquias financeiras. Dessa forma reconduziu o desenvolvimento tecnológico, que deveria trabalhar a favor da emancipação do homem à condição de prisão e alienação do projeto capitalista. O computador, o celular, as redes sociais, a inteligência artificial e a monta de tarefas neles expressos aumentam o tempo de trabalho, geram desemprego e sobretrabalho invisível. Colocando em xeque o bom uso da tecnologia a favor do desenvolvimento humano.

Esse conjunto de mudanças funcionou como uma estratégia articulada sobre um tripé: reestruturação produtiva, financeirização da economia e perspectiva neoliberal. Para o Serviço Social, os desdobramentos dessas mudanças não foram nada animadores, uma vez que resultaram em nefastas consequências que recaíram tanto sobre os usuários/as (no acesso e na oferta de serviços sociais) quanto sobre os/as assistentes sociais, em suas condições de trabalho.

No campo ideológico-cultural, a prevalência de modos de pensar que tem afirmado impossibilidade de superação da ordem do capital, difunde um tipo de “triunfo” do capitalismo sobre qualquer alternativa a ele, e reverbera no campo da política na forma de fragmentação dos sujeitos e na desmobilização dos trabalhadores. Essa fragmentação é traduzida nas bandeiras de lutas como pautas que apontam para subdivisão das especificidades. Isto é, pegar a bandeira da luta e segmentar as demandas a ela atreladas na divisão do grande coletivo em pequenos ‘guetos’ reivindicatórios. Com isso, há uma cisão do coletivo, que ergue defesas a causas focais e imediatas de interesses particulares de determinados segmentos do coletivo, o que não simboliza a luta pelo coletivo, mas sim de parte, não representando a luta do todo.

A resultante desse movimento amplia o processo de dominação, restringe a autonomia e subalterniza as relações sociais. Nota-se, portanto, “um irracionalismo pós-moderno [que] reduz o conhecimento do real a uma absolutização, autonomização e isolamento dos fenômenos singular, desprezando a sua articulação com o universal” (Montaño; Guerra, 2024, p. 181). Desse modo, “a razão pós-moderna é refém da singularidade. Prisioneira do singular ela não supera o dado específico, a dimensão singular da realidade, e não alcança o conhecimento universal. (Montaño; Guerra, 2024, p. 184). Nas palavras de Jameson (1997, p. 32), “uma falta de profundidade, que se vê prolongada, tanto na “teoria” contemporânea quanto em toda essa cultura, da imagem e do simulacro; um conseqüente enfraquecimento da historicidade tanto nas nossas relações com a história pública quanto em nossas novas formas de temporalidade privada”.

A pós-modernidade, com a sua proposta de sociedade fluída, fomenta tanto nos sujeitos como nas profissões um apreço pelo conservador de fundo psicologizante com vestimentas de pluralismo, mas de essência eclética, podendo ser considerada a “cereja do bolo” que faltava. Nas palavras de Netto (2016, p. 67), um “ecletismo tornado cânone metodológico, o relativismo como postura científica básica e a re-entronização do empirismo” que impacta a configuração de um caldo ideológico-cultural dependente da individualidade, afastando-se da totalidade em detrimento da restrição ao imediato e ao emergencial. Todo esse contexto define uma sociedade com “preferência por uma superficialidade literal que interdita a dialética entre essência e aparência; o esmaecimento dos afetos, expresso no esmaecimento da própria figura humana, transformada, na produção estética, em mera mercadoria” (Silveira Junior, 2016, p. 167).

Na direção contrária, no interior da profissão, o projeto profissional do Serviço Social, ao optar por uma orientação inspirada na leitura crítica do materialismo histórico, crítico e dialético de Marx, assume como fundamental a categoria historicidade. Com isso, compreende como elemento central a interligação entre o singular, o

particular e o universal, portanto, é necessário que haja coerência entre o que se analisa em termos de macroestrutura e o modo como se realiza a sua mediação com o tempo miúdo da vida humana, parafraseando Yazbek. Nessa direção, o pensamento pós-moderno se choca com a herança teórico-metodológica marxista e “em alguns casos, essa colisão emerge sutilmente disfarçada como apropriação seletiva, ou atualização desfiguradora” dos elementos “assumido criticamente pela tradição marxista” (Silveira Junior, 2016, p. 175). Esse choque configura um “conservadorismo próprio às posturas pós-modernas [que] constituiu e constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político, conferindo verniz e legitimação as concepções e práticas que, invocando este projeto, tendem efetivamente a pô-lo em questão.” (Netto, 2016, p. 67).

No campo das políticas sociais públicas, visualiza-se a emersão de um novo nicho de mercado. As políticas sociais passam a se constituir como negócio financeiro, que transforma os direitos em mercadorias produtoras de grandes cifras para as organizações sociais, empresas travestidas de filantropia, fundações e entidades do terceiro setor. Coloca-se nesse rol o processo de mercantilização da saúde, assistência social, previdência social, educação e habitação, permeada pelo discurso do empreendedorismo, da otimização de recursos, da sustentabilidade, da responsabilidade social, da eficiência da máquina pública e da melhoria de qualidade dos serviços, os quais mascaram o mecanismo subjacente de ampliação de lucros.

Assim, o gerencialismo empresarial, paulatinamente, injeta novas formas de gerenciamento de serviços, de pessoal e de recursos, dando ao setor público a melodia necessária para bailar a música do capital. Na sintonia de mudanças do perfil das políticas sociais, o mercado de trabalho exige uma mudança do perfil dos profissionais. As novas requisições são de bons profissionais, que sejam competentes, articulados ao aparato tecnológico, com capacidade de acolher e atender bem a sujeitos e grupos e acima de tudo sejam bons captadores de recursos. Para além, nessas novas formas de gerenciamento impõem-se novas regras de contrato e comportamento no trabalho,

recrudescendo a precarização do trabalho, facilitando situações de violência e estimulando competições entre os iguais.

Sem qualquer dúvida, o painel pintado pelo capital estabelece uma reestruturação pautada na flexibilização, que tem no suporte do avanço da tecnologia e da globalização as tintas necessárias para esculpir a nova arte que dará aos trabalhadores “o privilégio da servidão” na era digital. Nota-se que o principal instrumento dos trabalhadores se desloca para os equipamentos tecnológicos, definindo novos parâmetros de práticas profissionais guiadas por padrões protocolares, que inibem a capacidade de criação e questionamento e determinam modos de execução. Para além, a era digital estabelece a plataformização dos serviços, exige o maior consumo de internet e gera a robotização dos sujeitos (trabalhadores e consumidores). Esse compilado garante a expansão do capital em suas múltiplas formas de exploração e acumulação.

Assim temos na sociedade do século XXI, o projeto da sociedade capitalista imprimindo controle para a ampliação da acumulação do capital. Ele apresenta a sua versão neoliberal e ganha expressão no desenvolvimento tecnológico, na recondução das políticas sociais, nas novas modalidades de gerenciamento de recursos e do trabalho, na reconfiguração da cultura e da ideologia com tons pós-modernos e na financeirização da economia em escala mundial. Ademais gera um tipo de sujeito fragmentado, competitivo, que se molda conforme a imagem necessária ao seu destaque, distanciado das lutas coletivas, culpabilizado pelas mazelas sociais que o acometem; responsabilizado pelo enfrentamento das sequelas da questão social; um sistema de proteção social pautado nas necessidades lucrativas do mercado, que transfiguram os direitos em mercadorias, ampliando a desigualdade social e aprofundando a questão social; um modelo de produção pautado na exigência de mão de obra com domínio das novas tecnologias e conectada a ideologias de competitividade entre os iguais, com ênfase em capacidades e habilidades que distanciam o trabalhador de um aporte teórico capaz de transitá-lo a consciência política e social; e um mundo do trabalho precarizado, desamparado legalmente, subalternizado, em

modalidades de teletrabalho, uberização, terceirização, pejotização, entre outros. Tais características rebatem no Serviço Social tanto na formação como no trabalho profissional.

Com efeito, na nefasta arquitetura capitalista do século XXI, o modelo de formação acadêmica se curva ao padrão do mercado e as universidades ao Protocolo de Bolonha (1999). Nota-se, portanto, a valorização do ensino privado, o avanço da Educação à Distância (EaD), a priorização da extensão acadêmica em detrimento da pesquisa, o estabelecimento de uma universidade autossustentável e a tendência de mercantilização do Ensino Superior, efetivando as intenções já rotuladas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB) (1996).

Esse novo perfil ganha corpo a partir do ingresso do Brasil no Fórum Político de Bolonha, em 2009, efetivando as propostas de contrarreforma do Ensino Superior brasileiro (Boschetti, 2015). Elas estabelecem mudanças fundamentadas nos interesses do capital, implicando em abandonar de uma só vez o objetivo de transformação social qualitativa promovido pela educação e solidificar a estrutura do sistema do capital (Mészáros, 2008). Dando a universidade, uma característica, que colide com os seus propósitos de unidade de emancipação e justiça social, uma vez que, ganha preferências doutrinárias desvirtuando o significado real da educação, garantindo um sistema permanente de doutrinação, de fragmentação e de controle. (Mészáros, 2008).

Nesse cenário, as universidades são refuncionalizadas como organização empenhada na difusão do *ethos* do empreendedorismo, definindo novos parâmetros de pesquisas científicas e focalizando suas ações nas atividades extensionistas aliadas à prestação de serviços à comunidade. De certo, uma forma compensatória da ausência e limitações impostas ao Estado no exercício das políticas sociais pública. (Leher, 2022). A resultante molda uma universidade pública precarizada em suas estruturas com redução dos orçamentos, obrigando docentes e gestores a competirem entre si e se submeterem às pactuações

mercantis de perfil produtivista para o alcance de bolsas das agências financiadoras e de outras parcerias.

Evidencia-se com isso o avanço das ideias neoconservadoras de cunho neofascista e pragmático, que veem a universidade como “ameaça por ser uma instituição que promove a secularização da vida, o que é percebido como afronta aos valores do líder e, conseqüentemente, do “povo””. (Leher, 2022, p. 2). Tal visão infere sobre as propostas reflexivas e críticas esboçadas no tripé – ensino, pesquisa e extensão - ocasionando o surgimento de centros automatizados de formação profissional.

E como fica o Serviço Social e a formação do assistente social em meio a tantos desmontes, dilemas e desafios? Por certo, esse cenário interfere diretamente nas propostas revolucionárias da formação profissional. Segundo Boschetti (2015, p. 645), ele “fundamenta e alimenta o avanço do conservadorismo no âmbito da formação e aponta para um retrocesso nas históricas lutas para construir uma formação profissional crítica com perspectivas de totalidade e comprometida com a transformação social”.

O “patrimônio intelectual” alcançado pelo Serviço Social, no ápice dos anos 1980, introjeta uma nova direção ético-política para a profissão que se solidifica na década seguinte na nova proposta legislativa, curricular e ética. Nesse período, também, se delimitou terreno nos estudos de Marx e nos debates, em que o método crítico-dialético do materialismo histórico promoveu acerca da realidade social, trazendo para o âmbito do cotidiano do trabalho profissional o estreitamento e a retroalimentação da relação teoria e prática. Isso garante uma compreensão de questão social que supera a concepção de naturalização que esboça a tese conservadora de que a desigualdade social é fruto natural do desenvolvimento capitalista *versus* a (im)potencialidade dos sujeitos em se adaptarem ao sistema.

A aproximação do Serviço Social à tradição marxista trouxe para a formação profissional “uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional”

(ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 62) e, para o trabalho profissional, um desvelar das expressões da questão social, oriundas do processo de produção e reprodução capitalista. Assim, as contribuições dessa tradição impactam a construção de uma perspectiva de sociedade, bem como, a habilitação técnico-operativa articulada a intencionalidade, fundamentando uma direção social de cunho ético-político para a profissão.

Dessa maneira, estimula a sistematização do trabalho profissional, destacando aspectos importantes como: a ação profissional como trabalho e o assistente social como trabalhador. Em outras palavras, por meio dos estudos sobre a sociedade burguesa, veio a compreensão de que ao mesmo tempo em que o assistente social atua sobre as consequências da relação capital x trabalho, ele, como trabalhador, sofre as suas sequelas. Esses estudos instituíram um novo perfil de assistente social e a forma hegemônica de se conceber o Serviço Social, a partir da qual o trabalho se elenca como categoria junto a historicidade e a totalidade.

Com base nos estudos de Marx, o/a assistente social consegue desvelar os conflitos que fundam a sociedade capitalista e o rebatimento e sua materialização no cotidiano dos sujeitos sociais. Assim, está capacitado à reflexão que o/a possibilita construir propostas interventivas alinhadas aos propósitos hegemônicos da profissão, que se orientam por valores éticos para a construção e defesa de uma nova ordem societária livre, mais justa e menos desigual, ou seja, os valores profissionais são de cunho anticapitalista.

O que coloca uma incógnita em relação às manifestações concretas do projeto ético-político do Serviço Social. Por isso, é válido aos/as assistentes sociais se apoiarem e construírem pesquisas de cunho histórico-crítico e dialético, que retratem o movimento entre o cenário externo e interno da profissão, expressando notoriamente o dia a dia do trabalho profissional, o qual deve ser tomado “como objeto de investigação e crítica sistemática, como parte e expressão do contexto particular e geral, que vai possibilitando os assistentes sociais, individual

e coletivamente, superar práticas conservadoras, apreender possibilidades presentes na realidade” (Vasconcelos, 2015, p. 49).

Isto é, reiterar opções coletivas que implicam em posições em relação à leitura de sociedade no dia a dia do trabalho profissional. Portanto, é necessário romper com a lógica do capital, caso queira implantar alternativas significativas ao modo de produção e reprodução social vigente.

Em outras palavras, é dar o tom da reflexão e do pensar para “além da caixinha”, o que significa identificar, refletir, planejar e agir. Ou seja, ultrapassar o aparente, confrontar as realidades, apreender os determinantes, identificar os nexos, projetar novas realidades e produzir instrumentos que subsidiem ações passíveis à materialização das intencionalidades esboçadas na projeção de uma nova realidade societária. Em suma, sair do superficial, apreender e intervir sobre a essência daquilo que se apresenta para o/a assistente social como demanda, que requisita o seu trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais da profissão.

O desafio, portanto, é transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objeto de estudo e ação do/a assistente social. Nota-se a relação teoria e prática, destacando a capacidade profissional de analisar a realidade e transformar essa análise em ações que expressam os compromissos, os valores, as competências, as habilidades e a importância do/a assistente social e de sua atuação frente às expressões concretas da questão social.

Todavia, a contrarreforma do Ensino Superior tende a neutralizar a teoria crítica e fomentar padrões práticos que suprimem o movimento reflexivo sobre a realidade, que impõe uma visão holística com rótulo de totalidade e desenvolve pensamentos a partir de matrizes sistêmicas e pós-modernas, que ocultam a essência da realidade capitalista.

O avanço das propostas das agências internacionais de aligeiramento da formação profissional - aqui falando do Serviço Social, mas não é seu privilégio – define parâmetros educacionais sintéticos

embasados na mera reprodução de padrões de habilidades e competências práticas. Tudo em nome da adequação da universidade ao padrão do mercado de trabalho, ocultado nos discursos de evolução tecnológica e desenvolvimento moderno.

Para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas tais sintonia garante o seu espaço na disputa por alunos e, conseqüentemente, o seu lucro. Fica notório que para se adequar às necessidades exigidas pelo capital, as IESs trocam o compromisso com o ensino pela base do lucro e, nessa disputa, ganha aquela que mais rápido formar um profissional operacional para o mercado de trabalho.

A EaD e o modelo por competência são meios utilizados para acelerar e legitimar a precarização da formação. As disciplinas são trocadas por projetos que objetivam apenas enquadrar comportamentos profissionais a um tipo de conhecimento básico da sociedade, dispensando qualquer acervo crítico, pois não há tempo hábil para a discussão ou desmistificação da realidade dada. A atuação deve ser sobre o que o hoje apresenta e não sobre a relação do hoje com o ontem e com o possível amanhã. A utilidade social da profissão se limita a submissão às propostas precarizadas e devastadoras da concepção democrática e retoma o conceito de tecnificação da ajuda se pondo em oposição a proposta de formação vinculada à direção anticapitalista.

No modelo por competência, o estudo se baseia na exposição de problemas e soluções práticas e aplicáveis ao cotidiano como se esse não fosse dinâmico. Ignora o movimento dialético da realidade e reproduz a ideia de que a prática profissional se assemelha a aplicação de “receitas de bolo”, restringindo a formação e o trabalho profissional ao imediatismo, ao pragmatismo e a automação. Uma formação pontual voltada a mera execução ou reprodução das formas de aplicação da política, ou seja, uma formação na política social (Guerra, 2019). A direção dada se refere a formar trabalhadores capazes de executar protocolos e procedimentos definidos pela gestão institucional, o que não exige dele capacidade de crítica e reflexiva da realidade, desconsiderando, o processo de retroalimentação entre teoria e prática.

Para o Serviço Social, esse modelo de formação limita a ação profissional e rompe com a visão dialética, perdendo a sua condição de profissional crítico analítico para assumir o papel de mero executor, favorecendo o surgimento e a permanência de diferentes matizes teóricas e ideológicas no âmbito da profissão. Isso se reflete na produção de um ligeiro retorno ao passado confessional, funcional e a construção de um novo perfil profissional “plural”, que na verdade diz respeito ao ecletismo, com o profissional exaltando a centralidade de sua ação e colocando em xeque o significado social da profissão.

Em sentido oposto, vemos que o movimento do real esboçado pelas profícuas transformações societárias expostas impacta a dinâmica do trabalho profissional. A junção da fragmentação das lutas sociais, a expansão de múltiplas ideologias de cunho neoconservador, a recondução do Estado ao perfil neoliberal, o gerencialismo nas políticas sociais, o novo/velho mundo do trabalho e a funcionalização do ensino superior aos protocolos de mercado são os elementos que rebatem no trabalho profissional, exigindo a distinção entre FAZER e EXECUTAR o trabalho profissional.

FAZER presume um tipo de relação entre teoria e prática que envolve o pensar, o elaborar e o executar. Ou seja, o fazer profissional implica em entender a dinâmica da realidade, integrando o conhecimento dessa realidade, da instituição e do usuário. Se trata aqui do entendimento de prática profissional como práxis. Em outras palavras, prática como “uma atividade humana que se orienta conforme a fins, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade” (Vázquez, 2011, p. 223).

A ideia de prática profissional como ação humanizada atrela-se a dois eixos. Um relacionado a capacidade humano-genérica do animal homem de pensar, refletir e agir, que dá ao profissional consciência de sua prática, assim como sua capacidade de delimitar objetivos e finalidades para ela. E, o outro, interligado ao primeiro, se refere a base de formação intelectual que gera a direção política e ética, que direciona

esse pensar, refletir e agir. Essa condição humanizada da profissão conflita com o cenário de imediatismo e automação das práticas profissionais.

Na esteira do século XXI, o mundo do trabalho se reestrutura de maneira “que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando processos e dinâmicas às metas de qualidade e de produtividade a serem alcançadas”, impactando em efeitos relacionados à organização e a efetivação de práticas profissionais (Raichelis, 2018, p. 57). Nesse contexto, a proposta da flexibilização e da polivalência dos trabalhadores gera a perda da especialização do trabalho, a intensificação da relação custo x produção, a mistificação das modalidades de trabalho inter e transdisciplinar e a definição de cargos genéricos, resultando em regressivas alterações na prática de diferentes profissionais.

De certo, se a proposta capitalista é: quanto mais aliena mais domina, estruturar um mundo do trabalho de maneira a evitar a reflexão do trabalhador sobre o que ele faz e produz e, conseqüentemente, suspender a consciência de classe é uma estratégia de refração medular à conservação dos propósitos do capital. Evidencia-se, portanto, uma restrição ao processo de pensar a prática profissional, inibindo o processo de construção de consciência do trabalhador sobre a sua ação profissional e sobre a sua condição de trabalhador. Elementos caros ao Projeto ético-político do Serviço Social.

A consciência evocada nessas linhas vincula-se a uma consciência filosófica, que revela o homem atuando no sentido criador, revolucionário, ou seja, aquele capaz de esclarecer teoricamente a sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeito da história. (Vázquez, 2011). Trata-se da atitude de suspensão da cotidianidade para refletir sobre o que faz, por que faz, como faz, para que faz e para quem faz. Essa atitude filosófica situa a prática profissional como resultante de uma especialização do trabalho coletivo, alocando a profissão no âmbito das relações sociais concretas dessa sociedade, abrindo em sua configuração as sínteses dos

movimentos históricos expressando certo momento e uma dada conjuntura.

Dessa forma, o profissional contextualiza a sua prática e identifica nela o significado de sua existência. Existência essa articulada aos valores e princípios éticos e filosóficos, que substituem a condição utilitarista da profissão dada pelo mercado e incorporada pelos espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social, capaz de veicular informações e articular ações fundamentais e necessárias para o enfrentamento das conseqüentes esparrelas da dominação capitalista. Isso implica necessariamente em uma competência política, teórica, ética e técnica embasada na razão ontológica.

A prática profissional consciente, portanto, é um ato de movimento permanente de pensar, analisar e avaliar o fazer, atribuindo objetivos, finalidades e metas, cujas resultantes devem alcançar visibilidades tanto para o desenvolvimento da profissão como para a desmistificação da sua imagem institucional e/ou social, que historicamente tem sido vinculada à igreja, ao voluntariado, à caridade e ao humanismo cristão.

O que está em questão aqui é a combinação entre formação e prática profissional com base teórico-metodológica e técnico-operativa fundamentada em princípios ético-políticos que estabelecem uma consciência revolucionária e norteiam comportamentos, posicionamentos políticos, lutas e ações profissionais em direção à superação da ordem vigente, sendo o profissional capaz de optar “por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, s/p). Nesse sentido, a formação com base na razão ontológica gera profissionais que manifestam a sua condição de SER capaz de apreender os elementos que permeiam e determinam os fenômenos sociais – expressões materiais da questão social – e sobre eles FAZER respostas profissionais conscientes. Isso porque tais respostas são teleológicas na medida em que “partem de conhecimentos que relacionam a resposta à sua causa final. É nesse sentido que, tendo em vista uma relação consciente, intencional, entre objetivos, meios e fins,

[...], coloca-se a necessidade de uma prática pensada e avaliada nas suas consequências”. (Vasconcelos, 2015, p. 222).

Cabe ressaltar que a condição de SER assistente social não se limita ao momento específico de sistematização da prática profissional (Netto, 1989; Almeida, 2006), mas o transcende ao mesmo tempo que o engloba. A condição de SER assistente social não se restringe a um período ou tempo separado da rotina no cotidiano. É um movimento contínuo e integral no exercício da profissão, exigindo do assistente social se entender como trabalhador, compreender o significado social de sua profissão e a sua importância na divisão social e técnica do trabalho. Portanto, o fazer profissional é o SER assistente social em prática.

Na medida em que essa condição de SER do assistente social não se manifesta, ou seja, “não se objetiva conscientemente, nós, profissionais/assistentes sociais, somos levados no cotidiano da prática buscar/priorizar/realizar objetivos e finalidades pré-fabricados, preordenados” (Vasconcelos, 2015, p. 222). Em outras palavras, substituímos uma estrutura revolucionária e filosófica, que sustenta o FAZER pela adoção restrita de prática não reflexiva, imediatista, que desconsidera a historicidade e se estabelece na consciência comum, no ato de mera reprodução do estabelecido, manifestado no EXECUTAR.

Nota-se que no executar há a dedicação ao prático e a prioridade ao pragmático. Aqui a postura filosófica é desconsiderada e o questionamento da realidade é substituído pela imersão nos interesses e necessidades do cotidiano. Nesse contexto, o profissional se encontra na condição de incapaz de elevar-se e de ultrapassar os limites estreitos de sua atividade prática. “Isto é, não percebe até que ponto, com os seus atos práticos, está contribuindo para escrever a história humana, [...], o que faz com que os seus atos individuais envolvam os atos dos demais e, por sua vez, os destes se reflitam em sua própria atividade”. (Vázquez, 2011, p. 38).

Sem a compreensão do significado social do Serviço Social, tanto o profissional como a profissão perdem o eixo que os norteiam, abrindo brechas para a manipulação e a expansão diferenciadas de

práticas e discursos de cunho extremistas, religiosos, tecnicistas, conservadores e moralizantes, que inferem sobre o direcionamento da prática profissional.

Sem uma consciência filosófica e revolucionária, o profissional tende a sucumbir aos interesses institucionais de grupos privados ou pessoais. Com isso propaga a dicotomia entre teoria e prática profissional, a falência do projeto ético-político, a negação do significado social da profissão e se prende em direcionamentos e modelos utilitaristas de profissão, legitimando uma falsa concepção individual e de autossuficiência prática.

Nesse perfil, a prática fala por si mesma, não dependendo ou se sustentando em argumentos filosóficos para o seu desenvolvimento, portanto, ela perde suas finalidades e, os seus objetivos são determinados e não construídos conscientemente. A prática desenvolvida a partir daí se retém na mera execução de atividades; prioriza o domínio e o bom exercício de instrumentais e de técnicas distanciados de uma análise crítica da realidade; fragiliza o profissional colocando-o suscetível ao engodo da dicotomia entre teoria e prática e legitima um tipo Serviço Social fadado ao fatalismo ou ao messianismo.

Esse perfil é evidenciado em falas como “isso sempre foi assim”, “nada muda”, “aqui a teoria não serve para nada, até porque nem temos tempo para isso”. Tal estado de estabilidade não permite críticas a realidade, desvaloriza o homem social ativo e transformador, logo, tolhe a capacidade de projeção de realidades emancipatórias e se mostra funcional as regras dadas pelo contexto, o que no âmbito do Serviço Social contrapõe a direção ético-política da profissão e se adapta bem à realidade capitalista nos moldes do século XXI. No cerne do Serviço Social, isso engessa o profissional “endurece sua *“alma crítica” (vista como desnecessária), retira dele as condições objetivas para que ele se qualifique mais profundamente, para além do imediatamente posto no cotidiano profissional, submetendo-o a uma esfera meramente operativa.* (Silva, 2013, p. 129 – grifos do autor).

A tendência de substituição do FAZER pelo EXECUTAR – do reflexivo pelo prático –, forjada pelo e no cenário que compõe o século XXI, invoca antigos fantasmas que circundam historicamente o Serviço Social. Esses travestidos por um tipo de “pluralidade” conforma uma convivência que ajusta harmoniosamente uma gama diversificada de verdades propaladas nas “novas teorias” que ignoram os avanços históricos da profissão e constituem um terreno fértil para o avanço do ecletismo e do sincretismo no Serviço Social.

Como forma de identificação desse processo, aqui há de se destacar: a aproximação com os estudos da Psicologia; as práticas terapêuticas; as ações fiscalizadoras e policialescas; o protagonismo na construção de propostas de enquadramento e reajustamento dos sujeitos; o militantismo radical cunhado em interesses individuais tracejados de luta política coletiva; o assistencialismo condicionado pela necessidade de permanência no mercado de trabalho; o burocratismo das relações; a incorporação de técnicas de mediação e abordagem fundamentadas em teorias “psi”; a reprodução de comportamentos e finalidades de “empoderamento” não emancipatório; a adoção da visão holística; entre outras. Todos esses encontram forças e justificativas nos discursos da Modernidade Reflexiva, edificando práticas e comportamentos de encaixe e desencaixe, que refletem o caráter instável do mundo nesse novo milênio.

Como isso se materializa no Serviço Social? Na transformação do atendimento em um espaço de mera coleta de dados do usuário, que depois não são pauta de reflexão para o desenhar de um perfil de população a ser atendida de forma mais qualificada; na restrição da abordagem ao leito (no caso da saúde) com o mero objetivo de se identificar se o paciente recebe visita e o contato com os visitantes, sem buscar o conhecimento dessa família e suas limitações; no fazer da orientação um espaço único de exibição das rotinas institucionais com fins de doutrinação do usuário; na entrevista social que visa apenas a adequação dos sujeitos aos benefícios institucionais sem se preocupar com os demais determinantes que se manifestam no cotidiano deles que podem impedir o seu acesso ou a continuidade do serviço ou do

benefício; na preocupação de coleta de documentos objetivando cumprir as determinações do acervo documental da instituição, reproduzindo uma lógica de punição aos sujeitos que não possuem a documentação; no acolhimento que expressam configurações de uma sessão de *coaching*; no aconselhamento impedindo que o usuário manifeste as suas insatisfações com os serviços; na mediação em que o usuário não tem voz; na ouvidoria restrita à audição da queixa; na reprodução da imagem assistencialista em troca de manutenção do cargo de indicação; e em muitos outros exemplos que é possível ser visualizado em diferentes frentes de atuação do Serviço Social.

Tais exemplos expressam um pouco dessa realidade de se executar um Serviço Social sem reflexão da realidade, desconsiderando a direção ética e política da profissão e compreendendo os valores da profissão como elementos restritos ao Código de Ética. Esse, por vezes, é encarado como documento a ser consultado apenas em situação em que o profissional se sinta violado em seus direitos.

Nesses casos, o conhecimento teórico e filosófico que funda a profissão se torna obsoleto em detrimento da execução de práticas restritas a elas mesmas. O pano de fundo que se estende aqui revela a concretude de um movimento que nega as bases de conhecimento menos flexíveis, portanto, nesse contexto, flexibilizar os ganhos historicamente adquiridos pela profissão, em especial, aqueles motivados pela tradição marxista, o que para alguns seria conectar o Serviço Social aos novos tempos. A partir desse entendimento, as bases de consciência revolucionária dão espaços para novas bases de “consciência aberta e livre”, cuja essência oculta a natureza ontológica em detrimento da instrumental e das modalidades de respostas focalizadas imediatas, apolíticas e a-históricas em nome da conexão com os novos tempos.

Isso sustenta uma projeção de deslocamento dos valores do projeto ético-político das bases em que foi forjado para ser reencaixado, reapropriado ou remodelado em inúmeras outras formas transitórias de valores, que se adequam às condições locais de tempo e lugar. Desse modo, o projeto ético-político tenderia a perder a sua qualificação de

projeto de sociedade e de profissão para a condição de meio de identificação de um determinado perfil ou “rosto” profissional.

Considera-se que esse debate não se finda nessas breves linhas, pois aqui foi assinalado alguns dos elementos/determinantes que contribuem para a condução dessa realidade. Entretanto, há a necessidade de ser debatidos àqueles que produzem a manutenção dessa realidade. Neles se destaca o intensivo papel das entidades representativas do Serviço Social, bem como das universidades, no aprimoramento e qualificação dos profissionais em seus campos sócio-ocupacionais, construindo coletivamente estratégias de enfrentamento das opressões capitalistas e o fortalecimento da direção ético-política do Serviço Social.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. *Serviço Social & Sociedade*, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Retomando a temática da sistematização da prática. In: RAVO, Maria Inez S.; MOTA, Ana Elizabete; TEIXEIRA, Marlene. (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 399-408.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*. N. 124. São Paulo: Cortez, 2015.

CFESS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*, Brasília: CFESS, 1993.

GUERRA, Yolanda. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais? In: GUERRA, Yolanda.; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave.

Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.* São Paulo: Ed Ática; 1997.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. *Educação e Sociedade*, v.42 Campinas: Unicamp, 2022. p. 1-19.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital.* São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos; GUERRA, Yolanda. *Serviço Social crítico: teoria e prática, uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão.* Campinas: Papel Social, 2024.

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática em Serviço Social. *Cadernos ABESS*, n. 3, São Paulo: Cortez, 1989.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, n. 50. São Paulo Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina de Oliveira e(Org). *Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo.* São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica.* São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELI, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELI, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? *Katálysis*. V. 16, n. 1, p. 72- 81. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 2013.

SILVEIRA JR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. *Temporalis*. Ano 31, nº 16. Brasília: ABEPSS, 2016.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A/o Assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. S. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CAPÍTULO 16

O Golpe como Medida de Radicalização da Ofensiva contra a Classe Trabalhadora*

Caroline Magalhães Lima

Este capítulo apresenta reflexões que contribuem para o exercício de apreensão do movimento da ofensiva burguesa contra a classe trabalhadora, a partir das contratendências operadas por frações da burguesia em resposta à crise do capital no Brasil. Para isso, parte-se da compreensão de que o golpe institucional de 2016, que depôs a Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), se constituiu em um momento de aceleração brusca das condições necessárias à implementação intransigente do ajuste fiscal permanente, com a difusão de um “terrorismo econômico”, a fim de garantir a restauração da hegemonia burguesa, apoiada no enraizamento do conservadorismo como estratégia para garantir as condições objetivas de sua operacionalização.

O referido golpe não é compreendido como mera data ou marco, mas um processo em si, e em continuidade, que aponta para a elevação da acumulação de capital em um polo, e aumento do pauperismo em outro, revelando toda a atualidade e validade da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

A radicalização do neoliberalismo vista em todo o mundo e no Brasil, conforme o recorte adotado, traz consigo um caldo cultural de caráter ultraconservador, que forja um senso comum a partir de um conjunto de ofensivas ideológicas burguesas enraizadas no cotidiano da classe trabalhadora a partir de aparelhos privados de hegemonia, e de medidas anticrise que afetam diretamente as condições de vida da classe que vive do trabalho, em que o Estado passa cada vez mais a ser capturado em suas diversas esferas, implementando políticas de caráter ultraneoliberal e conservadoras, seja no governo neofascista de Jair

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.302-322

Bolsonaro (2019-2022), seja no governo de capitulação de Lula (2023-2026).

O golpe de 2016 sofrido pela presidenta Dilma está para além de si mesmo, tem um significado maior, de resposta do Estado aos clamores de setores da burguesia, especialmente relacionados ao agronegócio exportador e às finanças bancárias e especulativas. O golpe envolveu o judiciário, a mídia e o parlamento, e produziu um “caldo cultural” que reforçou a pauta conservadora, abrindo palco para a cena ultraneoliberal, que tem operacionalizado medidas que aprofundam o ajuste fiscal permanente e radicalizam o quadro das expropriações, retirando direitos sociais e direcionando o fundo público para a sanha capitalista, expandindo a acumulação de capital e a intensificação da exploração da força de trabalho.

O golpe de 2016 irrompe um novo momento no Brasil, no qual o Estado, buscando responder à crise do capital, opera sob o bastião do ultraneoliberalismo a fim de viabilizar a execução de medidas de contratendência, sustentado pelo disseminado “terrorismo econômico” através da mídia burguesa. Medidas essas que se assemelhavam tanto na forma, como no conteúdo, com o projeto contrarreformista de FHC (Behring, 2019, p. 57-58), nos idos anos de 1990. O Novo Regime Fiscal implantado no governo usurpador de Michel Temer (sustentado por frações da burguesia), que aprovou a Emenda Constitucional 95, sinalizava as profundas mudanças no âmbito dos direitos sociais.

[...] O discurso da EC 95 foi o de realizar sacrifícios para entregar um país saneado e que voltasse a crescer, responsabilizando os gastos públicos e a dívida. Mas, apesar de a dívida brasileira ter chegado em 2016 a 4,2 trilhões e a relação dívida/PIB estar em 70,1% nesse mesmo ano, é preciso comparar para justificar a necessidade de uma medida tão destrutiva: em 2002, a relação dívida/PIB com FHC era de 81%; a dos EUA, de 101%; da zona do euro hoje, cerca de 90,7%; do Japão, de 229,2%, todos em 2016. (Behring, 2019, p. 59).

A Emenda Constitucional 95 estabeleceu mais uma etapa do ajuste fiscal permanente (Behring, 2019), burlando a redação original da Constituição, tocando um “aventureirismo irresponsável inimaginável, em que independentemente do desempenho econômico, congelam-se os gastos primários do orçamento público brasileiro [...] libera a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros [...]” (Ibid, p. 59-60). Segundo a autora, em outro trabalho,

O objetivo é criar um bom “ambiente de negócios” para extrair mais-valia, de um lado, e realizar a maior punção possível do fundo público, de outro. Este último, insistimos, é formado pela mais-valia socialmente produzida (trabalho excedente) e por parte do trabalho necessário (renda dos trabalhadores), onde incidem os impostos e contribuições, de forma extremamente regressiva no Brasil. O fundo público, como um pressuposto da reprodução ampliada do capital, em tempo de crise, passa a ser disputado ferozmente, como vimos anteriormente. Nesse sentido, a política econômica bolsonarista se volta a aprofundar muito os parâmetros do ajuste fiscal brasileiro. Este foi o sentido do golpe de 2016 que abriu caminho para a vitória eleitoral desse projeto neofascista em 2018. (Behring, 2021, p. 207-208).

O teto dos gastos, a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência e as tentativas de desregulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) e de desvinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais ao salário mínimo, materializam a ofensiva burguesa no âmbito cotidiano, revelam o conservadorismo da burguesia no contexto da luta de classes, que se manifesta nas expressões ideológicas dessa ofensiva, que se expressa e reflete no âmbito da consciência dos indivíduos, afirmando, reforçando e reproduzindo a ideologia que sustenta a hegemonia burguesa. Utilizar o ultraneoliberalismo como categoria analítica não significa afirmar uma mudança na essência do neoliberalismo, mas que no Brasil, país periférico que sofre expropriações de múltiplas formas pelo imperialismo organizado, inclusive com o apoio ao golpe de 2016, a ofensiva neoliberal pós-golpe alterou a política fiscal e econômica, aprofundando-a exacerbadamente. As EC 95 e

93, a contrarreforma trabalhista e da previdência de Bolsonaro são expressões desse aprofundamento inédito (Behring, 2021), cuja essência está na concepção clássica liberal que toma a miséria como insolúvel, o que justificaria a tentativa de redução das políticas sociais, que devem assegurar somente o mínimo necessário àqueles e àquelas que não conseguem competir no mercado de trabalho (crianças, idosos, deficientes).

A burguesia, como resposta à crise do capital, operacionaliza tais contratendências operando coerção e consenso, objetiva e subjetivamente. O golpe de 2016 não foi somente uma data ou marco histórico, mas simboliza um processo de ruptura e requalificação do neoliberalismo no Brasil a partir de um “freio de arrumação” que expandiu e aprofundou os processos de expropriação contemporâneos, a exploração e a superexploração do trabalho, respaldando-se em uma base econômica, legislativa e ideológica disseminada pela mídia, pelas Igrejas (principalmente evangélicas) e por *think tanks*. Assim, concordamos com Mota e Rodrigues, quando as autoras afirmam que:

[...as frações burguesas] precisam contrarreformar o Estado, alquebrar as ideologias do trabalho, as conquistas libertárias e os embriões de emancipação humana, ressignificando seus conteúdos em prol de outra direção política e moral, como o combate à corrupção, da fetichização do judiciário, da cristianização e militarização do poder e da redução do Estado, entre outros. Ademais, os retrocessos econômicos, sociais e políticos processados no país desde o golpe de 2016 até a constituição de um governo autoritário e antipopular, encabeçado pela extrema direita (ou por uma nova direita), em 2018, expressam também o esgotamento das potencialidades civilizatórias do capitalismo no tardo-capitalismo (2020, p. 205).

Com o golpe, ocorre de forma mais evidente a retirada de direitos sociais a partir das contrarreformas, do ajuste fiscal permanente, da desindustrialização e constante financeirização das políticas sociais, de forma que temos a formação de um cenário sombrio, segundo Iasi (2018):

Esse cenário sombrio é a mais clara reversão de uma expectativa estruturante do ciclo que se encerrou. Aceitou-se como premissa a tese essencial de Marshall (1967), segundo a qual a dinâmica do direito seria cumulativa e progressiva, de forma que o acesso efetivo aos direitos civis e políticos levaria à conquista de direitos sociais pelo aperfeiçoamento dos marcos institucionais do Estado nessa direção. O cenário descrito por nós, tendo por base a crise do capital e o momento mundial da civilização capitalista, leva não a um aprimoramento do direito, mas a uma reversão mesmo no sentido dos direitos civis mais elementares, como mostram didaticamente os termos do Patriotic act nos EUA depois dos ataques de 2001, as leis anti-imigração na comunidade europeia, a tolerância do direito internacional contra violações explícitas de seus fundamentos nos conflitos na Líbia e Síria, para não falar da barbárie do Estado Sionista de Israel contra a Palestina. O mesmo pode ser dito da complacência bovina com a qual a estrutura judiciária brasileira vê os termos da Reforma Trabalhista, a chacina diária das diferentes políticas de segurança pública, transformadas em máquinas de extermínio de jovens negros e de matéria-prima para o encarceramento contra todos os dispositivos previstos na legislação específica, como a Lei de Execuções Penais, a Constituição Federal e os tratados que definem o respeito aos Direitos Humanos. (p. 150-151).

A citação revela a retirada e a reversão de direitos e evidencia o desmonte e a captura do Estado (a partir do fundo público) pela burguesia. Outro exemplo desse desmonte está, como vimos, no processo de (contra)Reforma da Previdência, na qual a própria Confederação Nacional das Indústrias (CNI), junto a outros aparelhos privados de hegemonia, investiu em uma campanha publicitária ofensiva para convencer milhares de cidadãos de que direitos na verdade eram privilégios, de que era preciso a aprovação dessa contrarreforma para acabar com tais “privilégios”, atacando principalmente servidores públicos.

Composta por cartaz, selo, material para compartilhamento nas redes sociais, cartilha e tira-dúvidas, a campanha esclarece e

mostra à população a importância das mudanças nas regras da aposentadoria. Além da CNI, **apoiam a mobilização as confederações empresariais** da agricultura (CNA), dos transportes (CNT), do comércio (CNC), **das instituições financeiras (CNF), das seguradoras e de previdência privada (CNSeg)** e das cooperativas (CNCoop) e outras entidades. [...] A campanha acrescenta que **a reforma "é justamente contra os privilégios e a favor da igualdade"**. Lembra, ainda, que para pagar os benefícios de poucos privilegiados, a população perde investimentos em saúde, educação e segurança. "Só com o rombo de um ano, daria para pagar mais de 10 anos de Bolsa Família, por exemplo", informa. (FIEC, 2017).

A CNI tratava servidores públicos, pensionistas e professores como privilegiados, buscando defender a retirada de diversos direitos a partir do mecanismo da contrarreforma, alegando que isso garantiria “equilíbrio das contas públicas” e “sustentabilidade econômica” para os empregadores. Além disso, a CNI também defende a campanha de redução e/ou extinção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a contratação de funcionários em empresas privadas via MEI (Microempreendedor Individual), não mais via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), reduzindo ainda mais direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora e ampliando o tempo de trabalho excedente, a taxa de mais-valia e a taxa de exploração (Netto; Braz, 2011).

A partir de intensa propaganda, organismos da grande burguesia e seus aparelhos privados de hegemonia, como a mídia, difundem ideologias e argumentos unilaterais que disseminam o falseamento da realidade junto à classe trabalhadora. Querem retirar direitos sociais, chamados por eles de privilégios, e transformar seus privilégios em direitos (como contar com subsídios, empréstimos e incentivos governamentais, vide o Plano Safra 2024, capturando grandes montantes do fundo público). A ofensiva ideológica disseminada pela mídia burguesa alcança outros setores da vida social, adentrando as Igrejas, as Escolas e as Universidades, que difundem cada vez mais a naturalização do individualismo exacerbado e da

concorrência do empreendedorismo, associadamente aos valores próprios ao conservadorismo moral. Dessa forma, concorda-se com Mota e Rodrigues (2020) ao afirmarem que:

Sua pauta comportamental retrógrada, sob o argumento da defesa da família tradicional, monogâmica e cristã, contra a homossexualidade e os direitos da mulher e dos negros, se integra perfeitamente à pauta econômico-social brutalmente regressiva, mediante contrarreformas do Estado, do ajuste fiscal e de medidas que requerem o recrudescimento da coerção, do silenciamento das divergências e o retrocesso no conjunto das práticas sociais. Essencialmente antimoderno no conteúdo, mas moderno na forma, esse novo conservadorismo de tipo reacionário recorre a ferramentas e estratégias *high techs* e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs. Essas novas dinâmicas digitais surgem como meio de ampliação de sua capilaridade social e da defesa de ideias retrógradas, através de um discurso sintonizado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo. (p. 203-204).

Outra forma de disseminação dessas ideologias tem sido através das tecnologias de informação e redes sociais digitais. O uso de tecnologias se expandiu no contexto de desenvolvimento informacional, apropriando-se delas como ferramentas disseminadoras *da ideologia conservadora*. Ao invés de através de um partido político formal e único, os aparelhos privados de hegemonia que carregam em sua essência os ideais conservadores arregimentam seus seguidores mediante redes sociais não regulamentadas e que espalham e promovem seus discursos.

A propagação de *fake news*, por exemplo, a disseminação de vídeos com discursos de ódio e conotação alienante, livros superficiais e cursos de qualidade duvidosa, é oferecida por *think tanks*, como parte do investimento dessa burguesia conservadora, que opera através das chamadas *big techs* não regulamentadas e de outros mecanismos,

buscando enraizar suas ideologias e promover suas estratégias político-econômicas de superação da crise.

Assim, as práticas e ideologias do núcleo central desse conservadorismo reacionário filo-fascista **são reveladoras da ofensividade ideopolítica das classes dominantes, qualificando-se como as principais estratégias de enfrentamento da crise econômica e política que se espalha no país – e isso se dá por meio da implantação de um programa autoritário e antipopular, condizente com os interesses do capital financeiro e rentista.** (Mota e Rodrigues, 2020, p. 204, grifo nosso).

O conservadorismo penetra o cotidiano das classes subalternas, a partir dos aparelhos privados de hegemonia, ganhando fôlego e expressão no senso comum, “pois concentra esforços no sentido de dar vazão ao ressentimento generalizado entre as frações menores da pequena burguesia, dos trabalhadores e do lumpemproletariado, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 205). Segundo as autoras, o reacionarismo constante no pensamento conservador vigente na sociedade brasileira contemporânea possui um matiz neofascista que “compõe uma nova etapa da hegemonia burguesa no país, incluindo novos elementos à cultura da crise” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 205).

Ocorre a adesão de parcelas das classes subalternas, a partir da ofensiva ideológica burguesa, ao conservadorismo e ao neofascismo, à agenda político-moral e econômica da direita, que se utiliza de diversos mecanismos para expropriar direitos sociais e avançar sobre o orçamento público, como o hiperindividualismo, o ultraneoliberalismo e o fundamentalismo religioso (Mota; Rodrigues, 2020).

Essa cultura autoritária, antissocial, antimoderna e com características neofascistas surge do processo de rompimento do pacto da conciliação de classes construído durante os governos petistas, que encontrou seu limite no contexto de crise do capital e de suas

repercussões para a burguesia em solo brasileiro, que culminou com o golpe de 2016 articulado por diversas frações da burguesia e do aparato estatal (Mota; Rodrigues, 2020, p. 204). Dessa forma, a burguesia, organizada politicamente e através de seus aparelhos privados de hegemonia, busca operar a revolução passiva na dinâmica de avanço da precarização e uberização do mundo do trabalho, acirrando a crise da organização sindical e partidária dos trabalhadores/as.

A partir da operacionalização de toda essa ofensiva, forma-se um novo perfil de jovens operários/as e trabalhadores/as “no rastro da destruição dos empregos, do trabalho protegido, das terceirizações, da uberização do trabalho individual e por conta própria, após 30 anos de investidas neoliberais.” (Mota e Rodrigues, 2020, p. 205). Mesmo em um perfil empobrecido, endividado, sem perspectivas de um futuro com acesso à seguridade social pública, gratuita e de qualidade, amplas frações jovens de nossa classe trabalhadora compraram o discurso da direita e do conservadorismo, levando parte dos votos nas disputas eleitorais de 2018 e 2022 ou mesmo afastando-os da cena eleitoral, a partir de altos índices de abstenção.

Se em 2018, Bolsonaro parecia a melhor alternativa eleitoral para algumas frações da burguesia, na sequência, o que vimos foi um tensionamento, que o levou à derrota em 2022. Em 2019, com a entrada de Paulo Guedes, representante do capital financeiro no Ministério da Economia, uma agenda econômica proposta e construída desde o golpe foi operacionalizada de forma draconiana, o que na prática levou a uma série de regressões sociais e econômicas, aliadas a um reacionarismo neofascista que funciona como uma arma contra a classe trabalhadora e a esquerda política, que garante legitimidade à remoção dos obstáculos à expansão do capital, a partir da imposição de um “terrorismo econômico”, que traz o medo do desemprego, da insegurança alimentar, da baixa condição de garantir as necessidades sociais no futuro imediato e na velhice, da morte violenta, dentre tantos outros *medos* vivenciados pela nossa classe (Lima, 2023).

Assim, é possível dizer que, frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes – nacional e internacionalmente – promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivização das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos. E o fizeram (e fazem) na tentativa de exercitar sua dominação direta, malgrado a resistência de importantes setores da esquerda. Além de classe dominante, a burguesia investe em tornar-se de classe dirigente (sob o signo do seu projeto) e, para isso, precisa formar consensos ativos e passivos junto às classes subalternas, ao tempo em que arregimenta meios institucionais e materiais de coerção. Consoante à histórica ofensiva antirreformista e autoritária da burguesia brasileira, as classes trabalhadoras devem assimilar como seus os costumes e as ideias propagandeadas pelos aparelhos privados de hegemonia da direita. (Mota; Rodrigues, 2020, p. 205).

Segundo as autoras, em países periféricos como o Brasil, cuja história democrática é permeada por golpes e pela violência da autocracia burguesa, pela inexistência da experiência de um Estado de Bem-Estar Social, sem “sobras” de recursos voltados para políticas de bem-estar para cortar, o avanço do ultraneoliberalismo vem casado à disseminação do conservadorismo reacionário, antidemocrático, intolerante, que não pode ser dissociado, servindo um de mediação ao outro, “para legitimar uma radical supressão dos direitos trabalhistas e dos pilares de proteção social previstos na Constituição de 1988” (Mota e Rodrigues, 2020, p. 205).

A partir do “terrorismo econômico” e do medo do desemprego, justificava-se a contrarreforma trabalhista, que desregulamentou direitos e flexibilizou a legislação; a partir do discurso contra o funcionalismo público – constantemente acusado de corrupto, lento, incompetente etc. – justificava-se a contrarreforma administrativa, o desmonte de políticas sociais, as privatizações e terceirizações; a partir do discurso de possível falência do Estado, do desequilíbrio das contas

públicas, se justificou a contrarreforma da previdência social e os diversos ajustes fiscais que vivenciamos (Lima, 2023).

[...] A característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo, [...] consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seu conteúdo conservador. Isso é de uma visibilidade gritante, se se compara um intelectual da estatura de Durkheim com um sociólogo do nível de um Giddens: a honestidade subjetiva de Durkheim leva-o a assumir-se abertamente um conservador; o respeitado acadêmico que assessorou Tony Blair “ressignifica” o termo, trata os socialistas como “conservadores” – e, naturalmente, oferece como não-conservadora a requeitada receita da “terceira via”, que nada mais é que uma social-democracia desfribada e tardia “para além da direita e da esquerda”. (idem, p. 16-17).

A citação acima retrata a forma como o conservadorismo se expressa no tempo presente: tanto se enraíza a partir de vertentes do pensamento pós-moderno como aponta uma direção política, que, no exemplo acima, aponta uma “terceira via”, argumento utilizado nas eleições presidenciais no Brasil, no contexto de efervescência política pós-junho de 2013, em que diversas candidaturas apresentavam essa proposta.

Segundo Leila Escorsim Netto (2011), reproduzindo Cueva, vivemos *tempos conservadores*. Tempos que acompanham o movimento da “ofensiva neoliberal”, em que uma onda conservadora se constituiu ainda nos anos 1970 e vem tomando corpo e conteúdo em todo o mundo, “para as sociedades civis dos Estados ocidentais, com as incontornáveis implicações nestes mesmos Estados” (idem, p. 16). Ainda assim, o conservadorismo possui uma constituição histórica e passa por transformações no movimento da sociedade burguesa: “o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa*” (Escorsim Netto, 2011, p. 40-41). O que vivenciamos hoje é, pois, uma atualização do conservadorismo.

O pensamento conservador presente nos países capitalistas, tanto do centro quanto da periferia, hoje, é diferente daquele conservadorismo clássico apontado a partir do estudo de Leila Escorsim Netto (2011), mas não tanto. Desde a crise dos *subprimes* de 2008, observam-se elementos de um conservadorismo e de um ultraconservadorismo que ganham espaço na mídia, nas instituições de ensino, nas igrejas e em outras esferas sociais.

O conservadorismo e o neoconservadorismo de hoje apresentam um conteúdo reacionário que flerta com ideais neofascistas (Mota e Rodrigues, 2020), e, defendemos aqui, que utilizam veladamente o “terrorismo econômico” para justificar seu ódio a tudo o que corresponde ao outro: os “comunistas” que solicitam mais recursos do orçamento público para a implementação de direitos e políticas sociais; as religiões de matrizes não eurocêntricas e todas as pessoas que criticam a mercadorização da fé e não laicização do Estado; as populações não-brancas, periféricas, tradicionais e LGBTQIAPN+ que reivindicam direitos sociais e disputam o fundo público, afetando – segundo os conservadores e neoconservadores – a estabilidade social.

[...] o conservadorismo avançou em termos políticos, adensou-se ideologicamente, expressa-se no cotidiano e nas instituições, avança sobre a produção de conhecimento, demarca posições na batalha das ideias, confere conteúdo a decisões da política econômica dos estados capitalistas e entrelaça-se com outras matrizes como o liberalismo e o pragmatismo. No debate filosófico, tenta se passar como se fosse uma “forma de ser” própria de sujeitos “prudentes” (KIRK, 2014) e preocupados com a “manutenção da ordem”. Essas características denotam a ampliação e o aprofundamento da influência conservadora sobre o conjunto da sociedade [...]. (Anúnciação De Souza, 2018, p. 38-39 apud Mota; e Rodrigues, 2020, p. 203).

O conservadorismo é expressão dessa ofensiva ideológica burguesa que compõe a cultura da crise e possui uma funcionalidade própria à dinâmica do capitalismo contemporâneo. Não se trata de afirmar que seja algo planejado por intelectuais burgueses em suas

conferências, clubes e reuniões, mas que a ideologia e a produção material da vida compõem uma totalidade, que não pode ser dissociada, examinada separadamente, a não ser como abstração, recurso pedagógico, ou perde-se o método, reproduzindo determinismos e mesmo um dogmatismo para um lado ou outro. Assim, concordamos com Mota e Rodrigues, quando afirmam que:

Elucidar a funcionalidade desse conservadorismo na dinâmica do capitalismo contemporâneo requer analisar os fios que ligam seus elementos internos estruturantes (seus componentes ideológicos centrais) aos antagonismos das classes fundamentais, em disputa num cenário de aprofundamento da crise estrutural do capital, mediado, ainda, pelas injunções econômicas e políticas particulares de cada formação social. [...] Note-se que o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anti-comunismo reciclado. (2020, p. 203).

Cada vez mais a disseminação e o enraizamento do pensamento conservador no cotidiano da classe trabalhadora amplia a alienação e a fragilização do processo de formação da consciência de classe, de se reconhecer enquanto classe, a partir do avanço do individualismo que acompanha a glorificação do mercado, da propriedade privada e da família, nos discursos presentes em pregações nas igrejas, nos programas de rádio e *podcasts* voltados ao público jovem, nos enredos de programas de TV, no discurso liberal disseminado pelos *think tanks* e suas mídias, mas que tem suas origens no processo de consolidação da figura do cidadão-consumidor, construída como estratégia burguesa para a reprodução do capital (Mota, 2015). Figura que guarda não somente a ideologia e a cultura da ostentação, mas revisita a necessidade constante do capital de produção de mercadorias e garantia de seu consumo para garantir a reprodução de capital. Cada vez mais, o fetiche da mercadoria analisado por Marx ganha sentido para além de seu exercício de abstra-

ção, ganha significado na realidade concreta de nossas vidas. Nesse sentido, valores como enriquecimento, empreendedorismo, meritocracia, família (herança) e propriedade privada ganham um cunho moral e político pautado no chamado ultraneoliberalismo, e as conquistas daqueles movimentos democratizantes da década de 1970-1980 no Brasil passam a ser demonizadas por discursos que solicitam a volta da ditadura militar e/ou a intervenção de militares no Estado democrático de direito.

No contexto de ascensão do conservadorismo e do neofascismo na sociedade brasileira atual, é importante contextualizar o poder que a fetichização do judiciário teve, como um dos protagonistas do golpe. A mídia construiu uma credibilidade no senso comum sobre o sistema judicial, como se este fosse imparcial e imune à corrupção. A militância judiciária da 4^o Vara do Tribunal de Justiça, no Paraná, reduziu o debate político e realizou uma operação de despolitização da sociedade, muito mais semelhante à investigação judicial realizada em 1918 pela República de Weimar, do que de fato à Operação Mãos Limpas italiana (Ibrahim, 2021). Os julgamentos de Weimar eram extremamente severos com pessoas de esquerda e lenientes com pessoas de direita, o que fortaleceu o projeto nazista (ainda embrionário).

No Brasil, a militância política do judiciário envolvido na Operação Lava Jato descredibilizou não somente o PT, mas toda a esquerda, que recebeu a pecha de corrupta, o que contribuiu para o projeto bolsonarista em 2018, que apoiou amplamente a Operação e seus julgamentos políticos, olvidando de empresários e técnicos, sempre com a ilusão moralista. Para Michel Löwy,

[...] enquanto entre a direita europeia o tema da corrupção existe, mas em posição marginal, no Brasil a velha tradição conservadora de invocar o poder das oligarquias ou legitimar golpes foi decisiva para a vitória de Bolsonaro, que foi bem-sucedido em identificar o PT como o “principal responsável pela corrupção”; o “ódio à esquerda, ou à centro-esquerda”, extemporâneo em relação à Guerra Fria, e tão presente no

bolsonarismo, é secundário na extrema-direita europeia ocidental[...]; a adesão de Bolsonaro a um programa ultraliberal e o alinhamento ao imperialismo estadunidense são distintos da ênfase crítica à globalização neoliberal por parte da extrema-direita europeia; por fim, o papel da religião é limitado na força política da extrema-direita europeia, enquanto no Brasil, “as Igrejas neopentecostais, com seu discurso homofóbico e antifeminista ultrarreacionário, tiveram um papel essencial na vitória de Bolsonaro” (Löwy apud Mattos, 2020, p. 95).

No Brasil, o conservadorismo é acompanhado do neofascismo, daí porque nos debruçamos sobre esse debate controverso a partir da contribuição de Marcelo Badaró Mattos. Em seu livro *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*, o autor lembra que o fascismo já foi representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB) (Mattos, 2020), que apontava como seu principal inimigo o Partido Comunista Brasileiro, perseguindo seus militantes e divulgando uma propaganda anticomunista e baseada em três pilares: Deus, Pátria e Família – mesmo lema defendido com fúria destruidora e assassina pela direita contemporânea.

Os integralistas, apesar de ilegalizados pelo Estado Novo varguista, não desapareceram com a redemocratização de 1945. Pelo contrário, Plínio Salgado e seus seguidores fundaram um partido (Partido de Representação Popular – PRP) e participaram de todo o processo político entre 1945 e 1965, contribuindo, como analisou Gilberto Calil, para a “manutenção da dominação burguesa” naquele período. Na análise do movimento integralista e de seu partido, Calil evidencia seu papel “no enfrentamento, contenção e denúncia dos ‘comunistas’; na afirmação de uma concepção excludente de ‘democracia’; na defesa incondicional da propriedade privada” e na atuação nos diversos espaços institucionais a partir de um projeto de “graduais reformas regressivas, em consonância com a ordem dominante”. Os integralistas, que se localizaram bem nos espaços abertos pela ditadura instaurada em 1964, não desapareceram totalmente após a redemocratização dos anos

1980, mas assumiram um caráter minoritário e quase clandestino (Mattos, 2020, p. 87-88).

Importante observar, a partir da citação, que os integralistas, não foram erradicados, mas mantiveram-se participando da cena política, ainda que de maneira tímida, chegando mesmo a apoiar a ditadura civil-militar inaugurada em 1964. Muitos dos princípios e valores integralistas se entrecruzam com os conservadores e estão presentes no próprio discurso de Jair Bolsonaro e sua corja. Mattos (2020) apresenta a perspectiva de Loff, que afirma que Bolsonaro é sim neofascista, mas o neofascismo não foi uma característica de seu governo ou do regime político brasileiro recente, “que pode ou não reunir todas as características clássicas do fascismo” (Mattos, 2020, p. 89). Borón compartilha da mesma análise, segundo Mattos (2020):

Entre as características que demarcam a especificidade da “era do fascismo”, estariam: “um bloco de poder hegemônico por burguesias nacionais” enfrentando-se contra a ameaça da revolução proletária e em disputas nos marcos da expansão imperialista, que desaguarão na Segunda Guerra (enquanto hoje, as burguesias nacionais estariam mortas, submetidas a uma burguesia multinacional); “os regimes fascistas foram radicalmente estatistas” e antiliberais (enquanto o governo Bolsonaro seria radicalmente neoliberal em suas políticas econômicas); “os fascismos europeus foram regimes de organização e mobilização de massas, especialmente de camadas médias” (enquanto Bolsonaro aprofundaria a desmobilização e a atomização social); e, por fim, os regimes fascistas seriam “raivosamente nacionalistas” (enquanto o bolsonarismo seria totalmente subserviente ao imperialismo estadunidense, representando um projeto de recolonização do país). (p. 91)

Para Borón, o governo Bolsonaro foi um regime que se aproximava das sanguinárias ditaduras militares vivenciadas na América Latina do século XX, mas não era fascista. Utilizava o medo como mecanismo de manipulação, bem como a desinformação, o discurso

do ultranacionalismo, mas realizava a prática subserviente aos Estados Unidos, na figura de seu aliado Donald Trump (Mattos, 2020).

O neofascismo brasileiro possui características bastante diferentes do fascismo italiano, até pelas nossas particularidades sociohistóricas, como a violência da autocracia burguesa e o peso do racismo. No movimento neofascista brasileiro, a esquerda é apresentada como inimigo a ser destruído, se invoca um “culto à violência”, se toma o irracionalismo como elemento ideológico valorativo, constrói-se um nacionalismo de forma, mas não de conteúdo, e realiza-se a politização do racismo e machismo (Mattos, 2020). Também é importante destacar que nem todo movimento fascista resultou em um regime fascista, da mesma forma que na dinâmica atual, o movimento neofascista ainda não alcançou o poder ou a hegemonia sobre determinado governo, como provou a experiência de Jair Bolsonaro, que sempre insinuava a intencionalidade de implantar um regime ditatorial neofascista, tramou um golpe com setores das Forças Armadas, como ficou comprovado, mas sem sucesso.

A tentativa de assalto ao poder, por setores ultraconservadores e neofascistas, com o aumento da violência política contra a oposição e a esquerda, o projeto de genocídio que encontrou apoio em alguns empresários e nas Forças Armadas, os acampamentos patrióticos em frente a quartéis militares com o clamor de “suas falanges neofascistas agressivas, que estiveram inclusive acampadas e armadas na Esplanada dos Ministérios, intimidando manifestações contrárias ao presidente e constringendo o STF e o Congresso” (Behring, 2021, p. 240), as manifestações por uma intervenção militar ou mesmo pela volta da ditadura, dentre outras, culminando no 08 de janeiro de 2023, nas queimadas assassinas, nos absurdos do agro, mostram que o neofascismo tem sim o caráter de “movimentos reacionários das classes intermediárias” (Mattos, 2020, p. 93), que ameaçam a democracia, ainda que se sustentem nela.

É preciso ainda entender que há um imbricamento indissociável entre o político e o econômico. A ofensiva ideológica

burguesa contemporânea, que se apoia nas *fake news*, na desinformação e disseminação de mentiras, que apela à fé de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras desesperados pela garantia de condições de reprodução diante da cada vez mais elevada carestia de vida, etc., conta com o forte apoio de frações burguesas, que ampliam a acumulação de capital a partir da financeirização da vida e da superexploração do trabalho. Essa burguesia apoia as medidas de ajuste fiscal permanente dos governos Bolsonaro e Lula, e continuará apoiando qualquer valete que operacionalize medidas condizentes com seus interesses nesse jogo de cartas marcadas, em que, atualmente, perde a classe trabalhadora.

Do que a história nos ensina, é que o fascismo, seja em sua forma clássica, seja em suas atualizações, cujas polêmicas não nos interessam aqui ressaltar, é um movimento cuja ideologia encontra nas condições objetivas da realidade posta, base para difundir-se e enraizar-se na subjetividade da classe trabalhadora, de forma a conter seus avanços, como medida anticrise tomada por setores da burguesia que disputam a hegemonia do Estado, e buscam capturar cada vez maiores montantes do fundo público e alterar legislações historicamente conquistadas mediante contrarreformas - como a contrarreforma trabalhista, previdenciária e tributária-, a fim de ampliar as formas contemporâneas de expropriações e de radicalizar a exploração do trabalho, a fim de garantir e mesmo ampliar a acumulação de capitais.

Como os estudos realizados e expostos aqui, percebeu-se que na realidade brasileira atual, há a operação de uma ofensiva material e ideológica contra a classe trabalhadora, que se encontra em movimento, deparando-se com o grito e a revolta de setores anêmicos que buscam entender e mobilizar sua classe, submersa em um processo de apassivamento iniciado há anos, cuja ruptura, ousamos dizer, ainda não se pode vislumbrar no horizonte. Apassivamento que não significa ausência de lutas, apesar da ainda baixa influência dos partidos de esquerda junto aos setores populares mesmo com os governos petistas. Mas há em curso uma “ressignificação” da luta. O número de greves apresentou uma intensificação no período pré-pandêmico, além de

cada vez mais tomar corpo e força diversos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas e antirracistas, que com a inviabilização de encontros massivos durante a pandemia, tomou e toma as redes sociais e a mídia independente, fazendo um contraponto ao fenômeno do neofascismo.

Ainda assim, não se pode afirmar que a classe trabalhadora está organizada em um nível capaz de realizar um enfrentamento radical e forte o suficiente para frear as ofensivas burguesas, como se pode observar com a aprovação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, com a destruição do meio ambiente e suas consequências desastrosas e epidêmicas, com os constantes assaltos ao fundo público e com os ataques à política de assistência social, previdência e de saúde, como observado com o arcabouço fiscal, dentre outras medidas que afetam a vida cotidiana da classe que vive do trabalho.

Lefebvre (1991) era quem (em toda a sua obra) apontava a importância da Utopia como necessidade para a continuação da luta. Qualquer análise de conjuntura que fizermos com seriedade nos aponta um cenário no qual o pessimismo da razão é maior que o otimismo da vontade. Ainda assim, é preciso nos orientarmos por uma Utopia de dias melhores. Precisamos, nós que queremos a transformação social e que assumimos o compromisso com os interesses da classe trabalhadora (*em si e para si*), pensar coletivamente estratégias de alcance desse horizonte.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (Orgs.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019.

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FIEC. *A Indústria apoia a campanha Todos pela reforma da previdência - Pro Brasil não quebrar*. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2/02/2018. <https://www1.sfiac.org.br/fiec-noticias/search/112191/industria-apoia-campanha-todos-pela-reforma-da-previdencia-pro-brasil-nao-quebrar>

IASI, Mauro Luis. O espírito de um tempo carente de espírito. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; STEIN, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. (Org.). *Que política social para qual emancipação?* 1º ed. Brasília: Abaré Editorial, 2018.

IBRAHIM, Cesar. Calejon. *Tempestade perfeita: o bolsonarismo e a sindemia Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Caroline Magalhães. *Cultura da crise e ofensiva ideológica burguesa no Brasil do tempo presente*. 2023. 296 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MATTOS, Marcelo B. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: UFSC. *Revista Katálysis*. n. 23. Vol. 2. maio-ago de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199> Acesso em 06 de maio de 2023.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBRE AS (OS) AUTORAS (ES)

Andrea de Sousa Gama- Professora graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Saúde Coletiva pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisadora na área de Gênero, Trabalho, Família e Políticas Sociais E-mail: andreasgama@gmail.com

Carolina Morais Simões Melo – Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua profissionalmente na política de saúde, no campo da saúde mental. Desenvolve pesquisas sobre reforma psiquiátrica, saúde mental e atenção psicossocial. Professora temporária da Graduação em Serviço social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: carolinamoraisdemelo@gmail.com

Caroline Magalhães Lima - Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Possui experiência profissional e de pesquisa nas áreas política social; questões agrária, urbana e ambiental; movimentos sociais e Serviço Social. E-mail: heringer.carolina@hotmail.com

Cláudio Horst - Professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Política Social e Graduado em Serviço Social pela Universi-

dade Federal do Espírito Santo. Tem experiência profissional e de pesquisa nas áreas de Serviço Social; família, trabalho com famílias e crítica ao familismo. E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br

Conceição Maria Vaz Robaina - Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tecnologista em Saúde Pública Aposentada da Fundação Oswaldo Cruz. Graduada em Serviço Social e Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Serviço Social e Saúde do Trabalhador (GE-TRABSS) da PUC-Rio). Experiência profissional e de pesquisa no Serviço Social, atuando com os temas: trabalho, saúde mental, saúde do trabalhador, adoecimento na aposentadoria e controle social. E-mail: konrobaina@yahoo.com.br

Débora Spotorno Moreira M. Ferreira - Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Assistente Social do Instituto Federal Fluminense- Campus Macaé. Experiência profissional e de pesquisa na área de Serviço Social e Educação. E-mail: deboraspotono@gmail.com

Elizabeth Rodrigues Felix – Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Assistente Social do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (SEAP/RJ). Desenvolve pesquisas na área de Serviço Social, assistência social, tecnologias no trabalho e encarceramento. E-mail: erodriguesfelix@gmail.com

Ethiene da P. dos Anjos Santos – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Experiência profissional nas áreas do desenvolvimento urbano e Obras Públicas, habitação de interesse social, e elaboração de projetos

sociais. Professora temporária na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas sobre famílias monoparentais femininas, conflito entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil. E-mail: ethienedo2210535@gmail.com

Fernanda Carneiro Soares dos Santos – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada e Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente Social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ). Experiência de pesquisa nas áreas de relações étnico-raciais; socioeducação; criminologia crítica; e, Serviço Social no campo sociojurídico. E-mail: nandac.soares@yahoo.com.br

Fernando Gonçalves Ferreira – Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado e Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS)/UERJ, e do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS)/UFRJ. E-mail: fala.fe.fix@gmail.com

Isabelle Germano Coelho Bezerra - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Assistente Social da Prefeitura de Nova Friburgo, atuando na área da saúde. Desenvolve pesquisas sobre insegurança alimentar, fome e formação social capitalista. E-mail: isabelleegermano@gmail.com

Isadora de Souza Alves - Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia e mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência profissional e de pesquisa nos temas:

saúde mental, medicalização e reforma psiquiátrica. E-mail: isa92alves@gmail.com

José Rodolfo Santos da Silveira – Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Experiência profissional como técnico na Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando em políticas estudantis. Participa do grupo de estudos e pesquisa do orçamento público da Seguridade Social - GOPS/UERJ, além de desenvolver pesquisa sobre Serviço Social, conservadorismo e neo-liberalismo. E-mail: sjoserodolfo@yahoo.com.

br

Juliana C. M. Bronze – Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Experiência profissional no sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa sobre o sistema socioeducativo e as relações de gênero. E-mail: ju_bronze@hotmail.com

Juliana Menezes - Professora da Faculdade de Serviço Social e do Observatório do Trabalho da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Experiência profissional no campo da saúde. Pesquisa sobre Serviço Social, Trabalho e Conservadorismo na contemporaneidade. E-mail: juliana_mmendez@hotmail.com

Keila da Silva Oliveira - Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Experiência profissional e de pesquisa nas áreas de Serviço Social em Empresas; Assistência Social; Direitos Humanos e Imigração. E-mail: keilaoliveira_s@yahoo.com.br

Maíra Carvalho Pereira – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada e Mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Saúde da Criança e do Adolescente Cronicamente Adoecido pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira - FIOCRUZ. Pesquisa na área das relações sociais de gênero. E-mail: mai.carvalho@outlook.com

Marco José de Oliveira Duarte- Professor da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social e em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas sobre saúde mental, atenção psicossocial, gênero, diversidade e sexualidade. E-mail: majodu@gmail.com

María Fernanda Escurra – Professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Nacional de Rosário/Argentina. Membro do Centro de Estudos Octávio Ianni/UERJ. Pesquisa sobre relações sociais, trabalho e pobreza. E-mail: mfescurra@gmail.com

Mauricio Caetano Matias Soares – Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Experiência profissional e de pesquisa na área da seguridade social, Serviço Social e formação, prática e ética profissional. E-mail: mcmsoares@yahoo.com.br

Mossicléia Mendes da Silva – Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social/UFRJ, desenvolvendo estudos sobre seguridade social, trabalho e marxismo. E-mail: mossi_c@yahoo.com.br

Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). Coordenador do Núcleo de Sistematização de Experiências no Campo das Políticas Públicas da FSS/UERJ (NSEPP-UERJ). E-mail: neylta@hotmail.com

Núbia Brandão Martins – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisas na área de política social; direitos humanos; justiça e segurança; criminalidade e administração de conflito; juventude; sistemas prisional e socioeducativo. E-mail: nubiabrandao@id.uff.br

Renán Vega Cantor – Historiador, ex-professor da Universidade Pedagógica de Bogotá, Colômbia. Diretor da revista CEPA (Centro Estratégico de Pensamiento Alternativo) e membro do conselho científico da Revista Herramienta (Buenos Aires, Argentina). Autor e organizador de vários livros, entre eles: *Marx y el siglo XXI* (e volumes), 1999, publicado pela Editorial Pensamiento Crítico, de Bogotá; *Injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado*, em 2016, pela Ocean Sur, de Bogotá; *El Capitalaloceno*, em 2019, pela Teoria y Praxis, de Bogotá. No Brasil, publicou o capítulo “A expropriação do tempo no capitalismo atual” no livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV*, organizado por Ricardo Antunes, pela Boitempo, em 2019.

Renato dos Santos Veloso - Professor da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor, Mestre e Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas na área de Tecnologia e Serviço Social; TICs. E-mail: rveloso@gmail.com

Rita Marilza Bravin – Doutora e graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assistente social da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas sobre encarceramento; trabalho e ética profissional. E-mail: rbravin126@gmail.com

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa - Professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa na área do trabalho e da teoria marxista. E-mail: rosangelanacb@uol.com.br

Sandhro Abrahão - Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Graduado no Curso de Serviço Social e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Experiência profissional na área de saúde mental e assistência Social. Integra o Observatório do Trabalho e Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: sandhro123@hotmail.com

Silene de Moraes Freire – Professora da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas sobre questão social, políticas públicas, direitos humanos e América Latina. E-mail: smfmensagens@gmail.com

Thaís Lopes Cortes - Doutora e Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Graduada pelo Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense. Integrante do Programa de Estudos de América Latina e Caribe da UERJ. Desenvolve pesquisas sobre políticas sociais, questão urbana, expropriação social e direitos humanos. E-mail: thaislopecortes@gmail.com

Valeria Forti – Professora de graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro por duas décadas. Desenvolve pesquisa e extensão sobre o tema “ética, trabalho e Serviço Social”. Email: vforti17@gmail.com

Vânia Morales Sierra – Professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada e Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Coordenadora do Laboratório de Gestão e Informação e do Programa sobre a Infância e a Adolescência. E-mail: vaniasierra@yahoo.com.br

“O sistema capitalista se apresenta a si mesmo como o fim da história, o melhor dos mundos, uma realidade insubstituível sem passado nem futuro e a realização plena do presente perpétuo, que sempre gravita na mesma questão: a produção mercantil e o consumo exacerbado. Nem antes nem depois do capitalismo é possível conceber a existência de outras formas de organização social, porque tudo está sujeito ao ritmo demoníaco da chamada “destruição criativa” que promete um reino eterno, aqui na terra, de opulência e desperdício. Para que todas essas falácias se imponham, é necessário cortar os vínculos entre os seres humanos e a história, ou melhor, negar que nós somos seres históricos que estamos ancorados ao mesmo tempo no passado, no presente e no futuro, e que, no passado, brilham os reflexos de projetos e alternativas dos vencidos, iluminando o futuro para que o presente não apareça como uma fatalidade que temos de aceitar e contra a qual nada podemos fazer. Por isso, impôs-se a amnésia e o esquecimento, para que aceitemos que sempre existiu e existirá o capitalismo, sem que possamos conceber outras formas de organização social e outras maneiras de nos relacionarmos entre nós e com a natureza.”

(Renán Vega Cantor)

